ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 170

Brasília - DF, terça-feira, 6 de setembro de 2022

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 9
Ministério das Comunicações 10
Ministério da Defesa 15
Ministério do Desenvolvimento Regional 16
Ministério da Economia 16
Ministério da Educação 55
Ministério da Infraestrutura 60
Ministério da Justiça e Segurança Pública 67
Ministério do Meio Ambiente 71
Ministério de Minas e Energia 73
Ministério da Saúde 84
Ministério do Trabalho e Previdência 90
Ministério do Turismo 91
Tribunal de Contas da União 93
Defensoria Pública da União 129
Poder Judiciário 130
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 130

Esta edição é composta de 131 páginas

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.187, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, para incluir exigências dos atos normativos sobre imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações ou para exportações de mercadorias, de que trata o § 3º do art. 10 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10, § 3º, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Licenças ou autorizações para importações ou para exportações**

Art. 13-A. Sem prejuízo das demais exigências constantes neste Decreto, os atos normativos sobre imposição de licenças ou autorizações como requisito para importações ou para exportações em razão de características das mercadorias identificarão de forma precisa, com base nessas características, quais mercadorias se submetem aos processos de licenciamento ou de autorização.

§ 1º Sempre que possível, a identificação a que se refere o **caput** terá como referência a classificação da mercadoria na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às normas de natureza tributária ou aduaneira de competência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Brasília, 5 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 11.188, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Promulga a Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, adotada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear foi adotada pela República Federativa do Brasil na Conferência da Emenda à Convenção, realizada em Viena, em 2005;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Emenda à Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 3, de 23 de fevereiro de 2022; e

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Secretariado da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, em 18 de março de 2022, o instrumento de ratificação da Emenda à Convenção, e que esta entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 18 de março de 2022, nos termos de seu Artigo 20, § 2º;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, adotada pela República Federativa do Brasil na Conferência da Emenda à Convenção, realizada em Viena, em 2005, anexa a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e da Emenda e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

EMENDA À CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO FÍSICA DO MATERIAL NUCLEAR

1. O Título da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear adotada em 26 de outubro de 1979 (doravante denominada "a Convenção") é substituído pelo seguinte título:

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO FÍSICA DO MATERIAL NUCLEAR E DAS INSTALAÇÕES NUCLEARES

2. O Preâmbulo da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

Os Estados Partes da presente Convenção,

RECONHECENDO o direito de todos os Estados de desenvolver e aplicar a energia nuclear para fins pacíficos, bem como o seu legítimo interesse nos benefícios potenciais que poderão advir de sua utilização pacífica,

CONVENCIDOS da necessidade de facilitar a cooperação internacional e a transferência de tecnologia nuclear para as aplicações pacíficas da energia nuclear,

CONSCIENTES de que a proteção física tem importância vital para a proteção da saúde e segurança públicas, o meio ambiente e a segurança nacional e internacional,

TENDO PRESENTES os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais e à promoção da boa convivência e das relações de amizade e da cooperação entre os Estados,

CONSIDERANDO que, segundo o disposto no parágrafo 4 do Artigo 2 da Carta das Nações Unidas, "Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas",

RECORDANDO a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, anexa à resolução 49/60 da Assembleia Geral, de 9 de dezembro de 1994,

DESEJOSOS de evitar que os riscos que poderiam advir do tráfico ilícito, da obtenção e uso ilícitos do material nuclear e da sabotagem do material nuclear e instalações nucleares, e observando que a proteção física contra tais atos tornou-se objeto de maior preocupação nacional e internacional,

PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS com a intensificação em todo o mundo dos atos de terrorismo em todas as suas formas e manifestações, e com as ameaças representadas pelo terrorismo internacional e o crime organizado,

ACREDITANDO que a proteção física desempenha um importante papel de apoio aos objetivos de não-proliferação nuclear e de combate ao terrorismo,

DESEJOSOS de contribuir, por meio desta Convenção, para fortalecer em todo o mundo a proteção física do material nuclear e instalações nucleares utilizados para fins pacíficos,

CONVENCIDOS de que os delitos relativos ao material nuclear e instalações nucleares são objeto de grave preocupação e de que há uma necessidade urgente de se tomarem medidas apropriadas e eficazes, ou de se fortalecerem medidas existentes, para assegurar a prevenção, a descoberta e a punição desses delitos,

DESEJOSOS de fortalecer ainda mais a cooperação internacional para estabelecer, de conformidade com a legislação nacional de cada Estado Parte e com a presente Convenção, medidas eficazes para assegurar a proteção física do material nuclear e das instalações nucleares,

CONVENCIDOS de que a presente Convenção deva complementar a utilização, a armazenagem e a transferência seguros de material nuclear e a operação segura de instalações nucleares,

RECONHECENDO que existem recomendações sobre proteção física formuladas em nível internacional que são atualizadas de tempos em tempos e que podem oferecer orientação sobre os meios contemporâneos para se alcançarem níveis eficazes de proteção física,

RECONHECENDO também que a proteção física eficaz do material nuclear e das instalações nucleares utilizados para fins militares constitui responsabilidade do Estado que possui tal material nuclear e instalações nucleares, e no entendimento de que tal material e tais instalações são e continuarão a ser objeto de uma proteção física rigorosa.

CONVIERAM no seguinte:

3. No Artigo I da Convenção, após o parágrafo (c), dois novos parágrafos são acrescentados da seguinte forma:

d) entende-se por "instalação nuclear" uma instalação (incluídos os edifícios e equipamento relacionados com ela) na qual se produz, processa, utiliza, manipula, armazena ou deposita material nuclear, se os danos a essa instalação ou a interferência nela puderem provocar a liberação de quantidades significativas de radiação ou de material radioativo;

e) entende-se por "sabotagem" todo ato deliberado cometido contra uma instalação nuclear ou material nuclear durante o seu uso, armazenagem ou transporte que possa diretamente ou indiretamente colocar em perigo a saúde ou a segurança dos funcionários, do público ou do meio ambiente por meio da exposição à radiação ou da liberação de substâncias radioativas.

4. Após o Artigo I da Convenção, um novo Artigo IA é acrescentado da seguinte forma:

ARTIGO I A

Os propósitos da presente Convenção consistem em alcançar e manter em todo o mundo uma proteção física eficaz do material nuclear utilizado para fins pacíficos e das instalações nucleares utilizadas para fins pacíficos; prevenir e combater em todo o mundo os delitos relacionados com tais material e instalações; e facilitar a cooperação entre os Estados Partes com esses fins.

5. O Artigo II da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

1. A presente Convenção aplica-se ao material nuclear utilizado para fins pacíficos durante o seu uso, armazenagem e transporte e a instalações nucleares utilizadas para fins pacíficos, desde que, no entanto, os Artigos III e IV e o parágrafo 4 do Artigo V da presente Convenção somente sejam aplicados a tal material durante seu transporte nuclear internacional.

2. O estabelecimento, a implementação e a manutenção de um regime de proteção física no território de um Estado Parte são de responsabilidade exclusiva desse Estado.

3. Independentemente dos compromissos expressamente contraídos pelos Estados Partes em conformidade com a presente Convenção, nada na presente Convenção deverá ser interpretado como afetando os direitos soberanos de um Estado.

4. (a) Nada na presente Convenção afetará outros direitos, obrigações e responsabilidades dos Estados Partes de conformidade com o Direito Internacional, em particular os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e o Direito Humanitário Internacional.

(b) As atividades das forças armadas durante um conflito armado, conforme esses termos são compreendidos no Direito Humanitário Internacional, que são regidas por esse Direito, não são regidas pela presente Convenção, e as atividades realizadas pelas forças militares de um Estado no desempenho de suas funções oficiais, na medida em que sejam regidas por outras normas do Direito Internacional, não são regidas pela presente Convenção.

(c) Nada na presente Convenção será interpretado como uma autorização legal para o uso ou a ameaça de uso da força contra material nuclear ou instalações nucleares usados para fins pacíficos.

(d) Nada na presente Convenção aprova ou legitima atos que de outro modo seriam ilegais, nem impede o processamento judicial em virtude de outras leis.

5. A presente Convenção não se aplicará a material nuclear usado ou retido para fins militares ou a uma instalação nuclear que contenha esse material.

6. Após o Artigo II da Convenção, um novo Artigo IIA é acrescentado da seguinte forma:

ARTIGO IIA

1. Cada Estado Parte estabelecerá, implementará e manterá um regime apropriado de proteção física aplicável ao material nuclear e a instalações nucleares sob a sua jurisdição, com o objetivo de:

(a) proteger contra o furto ou outra forma ilícita de obtenção de material nuclear durante o seu uso, armazenagem ou transporte;

(b) assegurar a implementação de medidas rápidas e abrangentes para localizar e, se necessário, recuperar material nuclear perdido ou roubado; quando o material se encontrar fora do seu território, o Estado Parte agirá de conformidade com o Artigo 5;

(c) proteger o material nuclear e instalações nucleares contra sabotagem; e

(d) mitigar e minimizar as consequências radiológicas da sabotagem.

2. Ao implementar o parágrafo 1, cada Estado Parte deverá:

(a) estabelecer e manter um marco legislativo e regulatório para regular a proteção física;

(b) estabelecer ou designar autoridade ou autoridades competentes responsáveis pela implementação do marco legislativo e regulatório; e

(c) adotar outras medidas apropriadas necessárias para a proteção física do material nuclear e de instalações nucleares.

3. Ao cumprir as obrigações previstas nos parágrafos 1 e 2, cada Estado Parte deverá, sem prejuízo de quaisquer outras disposições da presente Convenção, aplicar na medida em que seja razoável e factível os seguintes Princípios Fundamentais de Proteção Física do Material Nuclear e das Instalações Nucleares.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL A: Responsabilidade do Estado

A responsabilidade pelo estabelecimento, implementação e manutenção de um regime de proteção física no território de um Estado cabe exclusivamente a esse Estado.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL B: Responsabilidades Durante o Transporte Internacional

A responsabilidade de um Estado de assegurar que o material nuclear está protegido de forma adequada abarca o transporte internacional do mesmo, até que essa responsabilidade seja transferida de forma apropriada para outro Estado, quando for o caso.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL C: Marco Legislativo e Regulatório

O Estado é responsável pelo estabelecimento e a manutenção de um marco legislativo e regulatório para regular a proteção física. Esse marco deve prever o estabelecimento de requisitos de proteção física aplicáveis e incluir um sistema de avaliação e licenciamento ou outros procedimentos para conceder autorização. Esse marco deve incluir um sistema de inspeção de instalações e de transporte nucleares para verificar o cumprimento dos requisitos e condições aplicáveis da licença ou outro documento de autorização, e para estabelecer um meio para fazer cumprir os requerimentos e as condições aplicáveis, inclusive sanções eficazes.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL D: Autoridade Competente

O Estado deve estabelecer ou designar uma autoridade competente, que é responsável pela implementação do marco legislativo e regulatório e é dotada da autoridade, competência e recursos financeiros e humanos adequados para cumprir as responsabilidades que lhe são conferidas. O Estado deve adotar medidas para assegurar a independência efetiva entre as funções da autoridade competente do Estado e as funções de qualquer outro órgão encarregado da promoção ou utilização da energia nuclear.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL E: Responsabilidade dos Titulares de Licenças

As responsabilidades pela aplicação dos diversos elementos de proteção física no território de um Estado devem ser claramente identificadas. O Estado deve assegurar que a responsabilidade primordial pela aplicação da proteção física do material nuclear ou das instalações nucleares caiba aos titulares das licenças pertinentes ou de outros documentos de autorização (por exemplo, operadores ou transportadores).

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL F: Cultura da Segurança

Todas as organizações envolvidas na aplicação da proteção física devem conferir a devida prioridade à cultura da segurança, ao desenvolvimento e manutenção da mesma necessários para assegurar a sua implementação eficaz em toda a organização.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL G: Ameaça

A proteção física que se aplica no Estado deve basear-se na atual avaliação de ameaças que o Estado tenha efetuado.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL H: Enfoque Diferenciado

Os requisitos em matéria de proteção física devem basear-se em um enfoque diferenciado, que leve em consideração a atual avaliação de ameaças, a atratividade relativa, a natureza do material e as consequências potenciais associadas à remoção não-autorizada de material nuclear e à sabotagem de material nuclear ou de instalações nucleares.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL I: Defesa em Profundidade

Os requisitos do Estado no tocante à proteção física devem refletir um conceito de diversas barreiras e métodos de proteção (estrutural ou técnica, de pessoal e organizacional) que devem ser transpostos ou contornados por um adversário para que alcance os seus objetivos.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL J: Garantia de Qualidade

Uma política de garantia de qualidade e programas de garantia de qualidade devem ser estabelecidos e implementados com vistas a gerar a confiança de que os requisitos específicos de todas as atividades importantes para a proteção física são satisfeitos.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL K: Planos de Contingência

Planos de contingência (emergência) para responder à remoção não-autorizada de material nuclear ou à sabotagem de instalações nucleares ou de material nuclear, ou a tentativas de realizar esses atos, devem ser preparados e empregados de maneira apropriada por todos os titulares de licenças e autoridades interessados.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL L: Confidencialidade

O Estado deve estabelecer requisitos para proteger a confidencialidade da informação cuja divulgação não-autorizada poderia comprometer a proteção física do material nuclear e de instalações nucleares.

4. (a) As disposições deste artigo não serão aplicadas a qualquer material nuclear que o Estado Parte decida de forma razoável que não precisa estar sujeito ao regime de proteção física estabelecido de conformidade com o parágrafo 1, levando em conta a natureza do material, a sua quantidade e atratividade relativa e as consequências potenciais radiológicas e de outra natureza associadas a qualquer ato não-autorizado cometido contra ele e a atual avaliação de ameaças contra ele.

(b) O material nuclear que não esteja submetido às disposições deste artigo de conformidade com a alínea (a) deve ser protegido de conformidade com práticas gerenciais prudentes.

7. O Artigo V da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

ARTIGO V

1. Os Estados Partes deverão identificar e informar uns aos outros, diretamente ou por intermédio da Agência Internacional de Energia Atômica, o seu ponto de contato com relação a questões no âmbito da presente Convenção.

2. Em caso de furto, roubo ou qualquer outra forma ilegal de obtenção de material nuclear, ou de ameaça concreta de qualquer desses atos, os Estados Partes deverão, de conformidade com suas respectivas legislações, prestar cooperação e assistência, no máximo do possível para a recuperação e a proteção do citado material, a qualquer Estado que as requeira. Em particular:

a) um Estado Parte deverá tomar as medidas necessárias para informar, no mais breve prazo possível, outros Estados que, a seu critério, possam ter interesse na matéria, da ocorrência de furto, roubo ou qualquer outra forma ilícita de obtenção de material nuclear, ou da existência de ameaça concreta de tais atos, bem como informar, quando for o caso, a Agência Internacional de Energia Atômica e outras organizações internacionais pertinentes;

b) ao fazê-lo, se necessário, os Estados Partes interessados deverão trocar informações entre si, com a Agência Internacional de Energia Atômica e com outras organizações internacionais pertinentes, a fim de proteger o material nuclear que estiver ameaçado, de verificar a integridade da embalagem de transporte, ou de recuperar o material nuclear ilicitamente obtido e deverão:

i) coordenar seus esforços, por via diplomática ou por outros meios mutuamente acordados;

ii) prestar assistência, se requerida;

iii) assegurar a restituição do material nuclear indevidamente apropriado, ou faltante em consequência das ocorrências acima mencionadas.

As modalidades concretas desta cooperação serão determinadas pelos Estados Partes interessados.

3. No caso de uma ameaça concreta de sabotagem de material nuclear ou de uma instalação nuclear ou no caso de sabotagem dos mesmos, os Estados Partes deverão, na máxima medida possível, de conformidade com as suas respectivas legislações nacionais e com as suas obrigações pertinentes em virtude do Direito Internacional, cooperar das seguintes formas:

(a) se um Estado Parte tiver conhecimento de uma ameaça concreta de sabotagem de material nuclear ou de uma instalação nuclear em outro Estado, aquele Estado Parte deverá decidir sobre a adoção de medidas apropriadas com o objetivo de informar este Estado no mais breve prazo possível e, quando for o caso, a Agência Internacional de Energia Atômica e outras organizações internacionais pertinentes daquela ameaça, com vistas a prevenir a sabotagem;

(b) no caso de sabotagem de material nuclear ou de uma instalação nuclear em um Estado Parte e se este considerar provável que outros Estados sejam radiologicamente afetados, aquele Estado Parte adotará as medidas apropriadas, sem prejuízo de suas outras obrigações de conformidade com o Direito Internacional, para informar no mais breve prazo possível o Estado ou os Estados que provavelmente serão radiologicamente afetados e para informar, quando for o caso, a Agência Internacional de Energia Atômica e outras organizações internacionais pertinentes, com vistas a minimizar ou mitigar as consequências radiológicas desse ato;

(c) se, no contexto das alíneas (a) e (b), um Estado Parte solicitar assistência, cada Estado Parte ao qual se dirigir a solicitação decidirá e notificará prontamente o Estado Parte solicitante, diretamente ou por meio da Agência Internacional de Energia Atômica, se tem condições de prestar a assistência solicitada e o alcance e os termos da assistência que pode ser prestada;

(d) a coordenação da cooperação de conformidade com as alíneas (a) a (c) realizar-se-á por via diplomática ou por outras vias acordadas. A forma de implementar essa cooperação será determinada bilateral ou multilateralmente pelos Estados Partes interessados.

4. Os Estados Partes deverão cooperar e manter consultas, em caso de necessidade, entre si, diretamente ou através da Agência Internacional de Energia Atômica e de outras organizações internacionais pertinentes, com vistas a obter informações sobre a concepção, a manutenção e o aperfeiçoamento dos sistemas de proteção física do material nuclear durante o transporte internacional.

5. Um Estado Parte poderá celebrar consultas e cooperar, em caso de necessidade, com outros Estados Partes diretamente ou por meio da Agência Internacional de Energia Atômica e de outras organizações internacionais pertinentes, com vistas a obter a sua orientação sobre a concepção, a manutenção e o aperfeiçoamento do seu sistema nacional de proteção física do material nuclear durante o seu uso, armazenagem ou transporte em território nacional e das instalações nucleares.

8. O Artigo VI da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

1. Os Estados Partes deverão tomar medidas apropriadas, de conformidade com suas respectivas legislações nacionais, para proteger o caráter confidencial de toda a informação que receberem como tal de outro Estado Parte em virtude das disposições da presente Convenção, ou através da participação em uma atividade desenvolvida em decorrência da aplicação nesta Convenção. Se os Estados Partes fornecerem confidencialmente informações a organizações internacionais ou a Estados que não sejam parte desta Convenção, deverão ser tomadas medidas para assegurar a proteção do caráter confidencial dessas informações. O Estado Parte que tenha recebido informações confidencialmente de outro Estado Parte poderá fornecer essas informações a terceiros somente com o consentimento daquele outro Estado Parte.

2. Em virtude da presente Convenção, os Estados Partes não estarão obrigados a prestar informações que as suas legislações nacionais não lhes permitam comunicar ou que possam comprometer a segurança nacional ou a proteção física do material nuclear ou de instalações nucleares.

9. O parágrafo 1 do Artigo VII da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

1. O fato de cometer intencionalmente quaisquer dos seguintes atos:

a) recebimento, posse, uso, cessão, alteração, deposição ou dispersão de material nuclear, sem estar legalmente habilitado a tal, e que cause ou possa causar a morte ou ferimento grave a qualquer pessoa, ou dano substancial à propriedade ou ao meio ambiente;

b) furto ou roubo de material nuclear;

c) desvio ou qualquer apropriação indébita de material nuclear;

d) transporte, envio ou traslado de material nuclear para dentro ou para fora de um Estado sem autorização legal;

e) um ato realizado contra uma instalação nuclear, ou um ato que cause interferência na operação de uma instalação nuclear, em que o infrator intencionalmente cause, ou em que ele tenha ciência de que o ato provavelmente

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

causará, a morte ou ferimento grave a qualquer pessoa ou dano substancial à propriedade ou ao meio ambiente por exposição à radiação ou pela liberação de substâncias radioativas, a menos que o ato seja realizado em conformidade com a legislação nacional do Estado Parte em cujo território a instalação nuclear está situada;

f) ato de exigir a entrega de material nuclear mediante ameaça, recurso à força ou qualquer outra forma de intimidação;

g) a ameaça:

i) de utilizar material nuclear para causar a morte ou ferir gravemente qualquer pessoa ou causar danos substanciais à propriedade ou ao meio ambiente ou de cometer o delito previsto na alínea (e), ou

ii) de cometer um dos delitos previstos nas alíneas b) e e) a fim de compelir uma pessoa física ou jurídica, uma organização internacional ou um Estado a cometer um ato qualquer ou a abster-se de fazê-lo;

h) a tentativa de cometer quaisquer dos delitos previstos nas alíneas a) a e);

i) a participação em quaisquer dos delitos descritos nas alíneas a) a h);

j) a organização ou condução de outras pessoas para cometerem um dos delitos previsto nas alíneas a) a h); e

k) a contribuição para a prática, por um grupo de pessoas que atue com um propósito comum, de quaisquer dos delitos previstos nas alíneas a) a h); tal ato deverá ser intencional e deverá:

(i) ser realizado com o objetivo de fomentar a atividade criminal ou os propósitos criminais do grupo, quando essa atividade ou propósitos envolverem a prática de um dos delitos previstos nas alíneas a) a g), ou

(ii) ser realizado com o conhecimento da intenção do grupo de cometer um dos delitos previstos nas alíneas a) a g) deverá ser considerada por cada Estado Parte como delito sujeito às penas da lei, em virtude de sua legislação nacional.

10. Após o Artigo XI da Convenção, dois novos artigos, Artigo XIA e Artigo XIB, são acrescentados da forma seguinte:

ARTIGO XI A

Nenhum dos delitos previstos no Artigo VII será considerado, para fins de extradição ou assistência jurídica mútua, um delito político ou um delito conexo com um delito político ou um delito com motivação política. Por consequência, um pedido de extradição ou de assistência jurídica mútua baseada em tal delito não poderá ser negado unicamente com base na justificativa de que se trata de um delito político ou um delito conexo com um delito político ou um delito com motivação política.

ARTIGO XI B

Nada na presente Convenção deverá ser interpretado como uma imposição da obrigação de extraditar ou de prestar assistência jurídica mútua, se o Estado demandado tiver motivos substantivos para acreditar que o pedido de extradição por delitos previstos no Artigo VII ou de assistência jurídica mútua com relação a tais delitos foi formulado com o propósito de processar ou de punir uma pessoa em razão da sua raça, religião, nacionalidade, origem étnica ou opinião política ou que o atendimento do pedido prejudicaria a posição dessa pessoa por qualquer dessas razões.

11. Após o Artigo XIII da Convenção, um novo Artigo XIII A é acrescentado da seguinte forma:

ARTIGO XIII A

Nada na presente Convenção afetará a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos levada a cabo para fortalecer a proteção física do material nuclear e das instalações nucleares.

12. O parágrafo 3 do Artigo XIV da Convenção é substituído pelo seguinte texto:

3. Quando um delito envolver material nuclear durante o seu uso, armazenagem ou transporte em território nacional, e tanto o acusado quanto o material nuclear permanecerem no território do Estado Parte onde o delito foi cometido, ou quando um delito envolver uma instalação nuclear e o acusado permanecer no território do Estado Parte onde o delito foi cometido, nada na presente Convenção poderá ser interpretado como implicando que o Estado Parte referido deva prestar informações sobre os processos penais relativos ao delito em apreço.

13. O Artigo XVI da Convenção é substituído pelo texto seguinte:

1. Cinco anos após a entrada em vigor da Emenda adotada em 8 de julho de 2005, o depositário convocará uma Conferência dos Estados Partes, a fim de examinar a aplicação desta Convenção, proceder à sua avaliação no que diz respeito ao Preâmbulo, à totalidade de suas disposições, bem como aos Anexos, tendo em vista a situação que então prevalecer.

2. A contar da data referida no parágrafo anterior e observando-se intervalos mínimos de cinco anos, a maioria dos Estados Partes poderá convocar novas conferências com mesmo propósito, mediante a apresentação de proposta nesse sentido ao depositário.

14. A nota de rodapé b/ do Anexo II da Convenção é substituída pelo seguinte texto:

b/ Materiais não irradiados em um reator ou materiais irradiados em um reator que possua um nível de irradiação igual ou inferior a 1 gray/hora (100 rads/h) a um metro de distância sem proteção.

15. A nota de rodapé e/ do Anexo II da Convenção é substituída pelo seguinte texto:

e/ Os outros combustíveis que em função de seu teor original em materiais físseis sejam classificados nas Categorias I ou II antes da irradiação poderão ser classificados na categoria imediatamente inferior se o nível de irradiação do combustível ultrapassar 1 gray/hora (100 rads/h) a um metro de distância sem proteção.

DECRETO Nº 11.189, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Transforma Cargos de Direção - CD, Funções Gratificadas Específicas de Instituição de Ensino - FG e Funções Comissionadas de Coordenador de Curso - FCC.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 setembro 2021, na forma do Anexo, cinco Cargos de Direção - CD-3, cento e noventa e quatro Funções Gratificadas Específicas de Instituição de Ensino - FG-2, duzentas e quarenta e cinco FG-3 e vinte e três Funções Comissionadas de Coordenador de Curso - FCC, em:

I - oito CD-2;

II - nove CD-4; e

III - cento e oitenta e uma FG-1.

Art. 2º Os CD e as FG resultantes da transformação de que trata o art. 1º destinam-se às instituições federais de ensino superior.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Educação definirá a distribuição dos cargos e funções a que se refere no **caput** entre as instituições federais de ensino superior.

§ 2º Os cargos e as funções de que trata o **caput** permanecerão no Ministério da Educação até serem destinados às instituições federais de ensino superior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
José de Castro Barreto Júnior

ANEXO

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS DE DIREÇÃO - CD, FUNÇÕES GRATIFICADAS ESPECÍFICAS DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO - FG E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE COORDENADOR DE CURSO - FCC TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

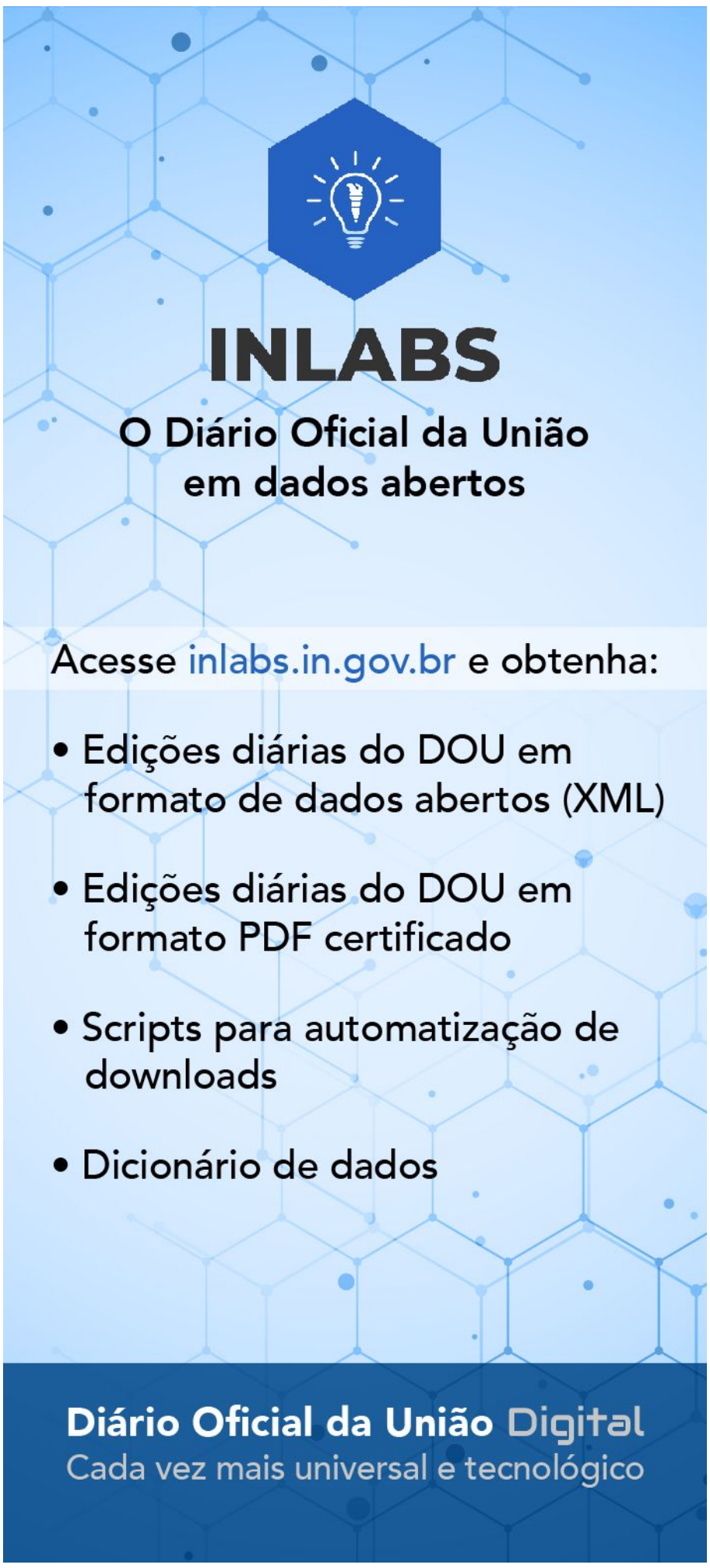
CÓDIGO	CD/FG-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c) (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CD-2	4,17	-	-	8	33,36	8	33,36
CD-3	3,27	5	16,35	-	-	-5	-16,35
CD-4	2,38	-	-	9	21,42	9	21,42
SUBTOTAL 1		5	16,35	17	54,78	12	38,43
FG-1	0,36	-	-	181	65,16	181	65,16
FG-2	0,24	194	46,56	-	-	-194	-46,56
FG-3	0,20	245	49,00	-	-	-245	-49,00
SUBTOTAL 2		438	95,32	181	65,16	-258	-30,4
FCC	0,36	23	8,28	-	-	-23	-8,28
SUBTOTAL 3		23	8,28	-	-	-23	-8,28
TOTAL		467	120,19	198	119,94	-269	-0,25

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 504, de 5 de setembro de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.156-DF.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 486, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MAPA nº 427, de 27 de abril de 2022, que "Incorpora ao ordenamento jurídico nacional o Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade da Cebola, aprovado pela Resolução GMC - MERCOSUL nº 04/21 e revoga ato normativo vigente sobre a matéria".

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, na Resolução GMC - MERCOSUL nº 04/21, e o que consta do Processo nº 21000.032412/2019-05, resolve:

Art. 1º A Portaria MAPA nº 427, de 27 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2022, Edição nº 79, Seção 1, páginas 2 e 3, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Tabela 2 - Limites máximos de tolerância de defeitos por categoria, expressos em percentual de bulbos na amostra.

CATEGORIAS	DEFEITOS GRAVES					TOTAL GRAVES	TOTAL LEVES
	PODRIDÃO	MOFADO	MANCHA NEGRA	TALO GROSSO	BROTADO		
EXTRA	1	1	1	1	1	2	5
CATEGORIA I	1	2	3	3	3	5	10
CATEGORIA II	2	3	5	5	5	10	15

" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MARCOS MONTES

PORTARIA MAPA Nº 481, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de suínos domésticos para reprodução, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 13/21.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, no Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, e o que consta do Processo nº 21000.039787/2022-93, resolve:

Art. 1º Ficam incorporados ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de suínos domésticos para reprodução", aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 13/21, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 63, de 27 de dezembro de 2013; e

II - a Instrução Normativa nº 35, de 30 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MARCOS MONTES

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 13/21

REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SUÍNOS DOMÉSTICOS PARA REPRODUÇÃO

(REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES GMC Nº 56/14 E 38/18)

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão Nº 06/96 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções Nº 56/14 e 38/18 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que, pela Resolução GMC Nº 56/14, se aprovaram os requisitos sanitários dos Estados Partes para a importação de suínos domésticos para reprodução, os quais foram modificados pela Resolução GMC Nº 38/18.

Que é necessário proceder à atualização dos citados requisitos sanitários, de acordo com as recentes modificações da normativa internacional de referência da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE).

Que é necessário atualizar o modelo de Certificado Veterinário Internacional (CVI) para a exportação de suínos domésticos para reprodução aos Estados Partes.

O GRUPO MERCADO COMUM, resolve:

Art. 1º - Aprovar os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de suínos domésticos para reprodução", que constam no Anexo I, assim como o modelo do Certificado Veterinário Internacional (CVI), que consta no Anexo II, e fazem parte da presente Resolução.

Art. 2º - Os Estados Partes indicarão no âmbito do Subgrupo de Trabalho Nº 8 "Agricultura" (SGT Nº 8) os órgãos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução.

Art. 3º - Revogar as Resoluções GMC Nº 56/14 e 38/18.

Art. 4º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 22/II/2022.

GMC (Dec. CMC Nº 20/02, Art. 6) - Montevidéu, 26/VIII/21.

ANEXO I

REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SUÍNOS DOMÉSTICOS PARA REPRODUÇÃO

CAPÍTULO I

DA CERTIFICAÇÃO

Art. 1º - Toda importação de suínos domésticos para reprodução deve estar acompanhada pelo Certificado Veterinário Internacional (CVI), emitido pela Autoridade Veterinária do país exportador, que certifique o cumprimento dos requisitos zoossanitários que constam na presente Resolução.

1.1 O CVI deve ser previamente acordado entre o país exportador e o Estado Parte importador, de acordo com o Anexo II da presente Resolução.

1.2 O CVI deve ser redigido, pelo menos, no idioma do Estado Parte importador.

Art. 2º - O CVI terá validade para o ingresso no Estado Parte importador de dez (10) dias contados a partir da data de sua emissão.

Art. 3º - As provas diagnósticas devem ser realizadas em laboratórios oficiais, habilitados, credenciados ou reconhecidos pela Autoridade Veterinária do país exportador. Essas provas devem ser realizadas de acordo com o Manual dos Testes de Diagnóstico e Vacinas para os Animais Terrestres da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE).

Art. 4º - A coleta de amostras para a realização das provas diagnósticas estabelecidas na presente Resolução deve ser supervisionada por um veterinário oficial.

Art. 5º - O Estado Parte importador que cumprir com o estabelecido nos capítulos correspondentes do Código Terrestre da OIE para ser considerado livre, ou que possua um programa oficial de prevenção, controle ou erradicação para qualquer doença que afete a espécie, reserva-se o direito de solicitar medidas de mitigação adicionais, com o objetivo de prevenir a entrada da doença no país.

Art. 6º - O Estado Parte importador e o país exportador poderão acordar outros procedimentos sanitários para a importação que concedam garantias equivalentes ou superiores às previstas pela presente Resolução.

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO ZOOSSANITÁRIA

Art. 7º - Os suínos devem ser identificados individualmente seguindo as recomendações da OIE, de forma a permitir sua rastreabilidade. Tal informação deve constar no CVI.

Art. 8º - Os suínos não devem ter sido vacinados contra a Doença de Aujeszky, Febre Aftosa, Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS), Gastroenterite Transmissível Suína (TGE) nem Peste Suína Clássica (PSC).

Art. 9º - Os suínos devem ser isolados em um lugar aprovado no país exportador com supervisão oficial da Autoridade Veterinária, por um período mínimo de trinta (30) dias.

Art. 10 - Em relação à Febre Aftosa:

10.1. Os suínos devem ter permanecido desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país ou zona livre de Febre Aftosa com ou sem vacinação reconhecido/a pela OIE, ou em um compartimento livre de Febre Aftosa de acordo com o estabelecido no capítulo correspondente do Código Terrestre da OIE e, em todos os casos, reconhecido pelo Estado Parte importador, e

10.2. Quando os suínos forem destinados a uma zona livre de Febre Aftosa sem vacinação, poderão ser estabelecidas condições específicas adicionais, incluindo a realização de provas diagnósticas, acordadas previamente entre o país exportador e o Estado Parte importador.

Art. 11 - Em relação à Peste Suína Africana (PSA):

Os suínos devem ter permanecido desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país, zona ou compartimento que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de PSA. Essa condição deve ter sido avaliada satisfatoriamente pelo Estado Parte importador.

Art. 12 - Em relação à Peste Suína Clássica (PSC):

Os suínos devem ter permanecido desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país ou zona reconhecido/a pela OIE como livre de PSC ou em um país, zona ou compartimento que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado/a livre de PSC. Essa condição deve ter sido avaliada satisfatoriamente pelo Estado Parte importador.

Art. 13 - Em relação à Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS):

13.1. Os suínos devem ter permanecido desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país, zona ou compartimento que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de PRRS. Essa informação deve ter sido avaliada satisfatoriamente pelo Estado Parte importador; ou

13.2. Quando o país, zona ou compartimento exportador não seja reconhecido como livre pelo Estado Parte importador, devem ser cumpridas as seguintes exigências:

13.2.1 No(s) estabelecimento(s) onde os animais a serem exportados tenham permanecido, não deve ter sido registrado caso positivo de PRRS mediante provas de ELISA multivalente para a detecção dessa doença, a partir de duas (2) amostragens efetuadas com intervalo semestral, realizadas sobre o total de animais ou em uma amostra que ofereça 99% de confiança para detectar pelo menos um animal infectado e uma prevalência esperada de 10%, devendo a segunda amostragem ser realizada dentro dos seis (6) meses prévios ao embarque, e

13.2.2 Se os suínos tiverem até quatro (4) meses de idade no início do período de isolamento pré-exportação, devem ser submetidos a duas (2) provas de ELISA multivalente com intervalo de vinte e um (21) dias, ambas com resultado negativo, ou

13.2.2.1 Se os suínos tiverem mais de quatro (4) meses de idade no início do período de isolamento pré-exportação, devem ser submetidos a duas (2) provas de ELISA multivalente com intervalo de vinte e um (21) dias e a uma (1) prova de Reação em Cadeia de Polimerase com Transcrição Inversa em Tempo Real (RT-PCR) a partir de amostras de soro, todas realizadas durante o período de isolamento de pré-exportação, com resultado negativo.

Art. 14 - Em relação à Brucelose:

14.1 Os suínos devem proceder de um estabelecimento declarado livre pela Autoridade Veterinária do país exportador e tal certificação deve ser reconhecida pelo Estado Parte importador; ou

14.2 Os suínos devem proceder de um estabelecimento no qual foi realizada a prova de ELISA, Fluorescência Polarizada ou Antígeno Acidificado Tamponado (BBAT) em uma amostra estatisticamente representativa de suínos reprodutores, dentro dos trinta (30) dias anteriores ao embarque, com resultado negativo; ou

14.3 Os suínos devem ter sido submetidos a uma (1) prova de ELISA, Fluorescência Polarizada ou Antígeno Acidificado Tamponado (BBAT) efetuada durante o período de isolamento pré-exportação, com resultado negativo.

Art. 15 - Em relação à Doença de Aujeszky:

15.1 Os suínos devem proceder de um estabelecimento situado em um país ou zona que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre da Doença de Aujeszky. Essa informação deve ter sido avaliada satisfatoriamente pelo Estado Parte importador; ou

15.2. Os suínos devem ter permanecido desde o nascimento em estabelecimentos declarados livres pela Autoridade Veterinária do país exportador, e tal certificação deve ser reconhecida pelo Estado Parte importador, e

15.2.1 Os suínos devem ser submetidos, durante o período de isolamento pré-exportação, a duas (2) provas de Neutralização Viral, ELISA ou aglutinação em látex, em todos os casos para a detecção de anticorpos contra o vírus completo da Doença de Aujeszky, com resultado negativo. As provas devem ter sido realizadas com um intervalo de pelo menos vinte e um (21) dias entre elas, e a segunda prova deve ter sido realizada em um período menor que quinze (15) dias antes do embarque.

Art. 16 - Em relação à Gastroenterite Transmissível Suína (TGE):

16.1 Os suínos devem proceder de um país no qual a TGE é de declaração obrigatória e que não tenha notificado nenhum caso clínico da doença durante os últimos três (3) anos; ou

16.2. Os suínos devem proceder de um estabelecimento no qual não tenha sido notificado nenhum caso de TGE durante os últimos doze (12) meses anteriores ao embarque, e

16.2.1 Os suínos devem ter sido submetidos, durante o período de isolamento pré-exportação, a uma (1) prova de Neutralização Viral ou ELISA, com resultado negativo. No caso de resultarem positivos, podem ser submetidos à prova de ELISA competitivo de bloqueio, com resultado negativo.

Art. 17 - Em relação à Diarreia Epidêmica Suína (PED):

Os suínos devem proceder de estabelecimentos nos quais não tenha sido notificada a ocorrência da doença nos últimos doze (12) meses que precederam seu embarque.

Art. 18 - Em relação à Leptospirose:

18.1 Os suínos devem ter sido submetidos, durante o período de isolamento pré-exportação, a um (1) teste sorológico de Microaglutinação usando antígenos representativos dos sorogrupos conhecidos na zona de origem dos suínos; ou

18.2 Os suínos devem ter sido submetidos a antibioticoterapia de uso aprovado pela Autoridade Competente do país exportador, realizada dentro dos cinco (5) dias anteriores ao embarque.

Art. 19 - Os suínos devem ter recebido tratamento antiparasitário externo e interno, com produtos aprovados pela Autoridade Competente do país exportador, durante o período de isolamento pré-exportação.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE E EMBARQUE

Art. 20 - Os suínos devem ser transportados diretamente do estabelecimento onde permaneceram em isolamento pré-exportação até o ponto de saída do país exportador, sem contato com animais de condição sanitária inferior, em um veículo limpo e desinfetado com produtos aprovados pela Autoridade Competente do país exportador, sem passar por zonas sob restrições sanitárias.

Art. 21 - Os suínos não devem apresentar, no momento do embarque, nenhum sinal clínico de doenças transmissíveis e devem estar livres de parasitas externos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - Em caso de não cumprimento do estabelecido na presente Resolução, a Autoridade Veterinária do Estado Parte importador poderá adotar as medidas correspondentes, de acordo com a normativa vigente em cada Estado Parte.

ANEXO II

MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO INTERNACIONAL PARA A EXPORTAÇÃO DE SUÍNOS DOMÉSTICOS PARA REPRODUÇÃO AOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Nº do certificado: .....(Repetir o número em todas as páginas)

País Exportador:	
Nome da Autoridade Veterinária:	
Estado Parte Importador:	
Número de Autorização de Importação:*	

* Se corresponder.

I. Identificação:

Identificação Individual	Raça	Sexo	Idade

II. Procedência:

Nome do Exportador:	
Endereço:	
Nome do Estabelecimento de Procedência:	
Endereço:	
Meio de transporte:	
Local de Saída:	
País de trânsito*:	

* Se corresponder

III. Destino:

Nome do Importador:	
Endereço:	
Nome do Estabelecimento de Destino:	
Endereço:	

IV. Informação Zoossanitária

O Veterinário Oficial abaixo assinado certifica que:

1. Os suínos estão identificados individualmente seguindo as recomendações da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) de forma a permitir sua rastreabilidade.

1. Os suínos não foram vacinados contra a Doença de Aujeszky, Febre Aftosa, Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS) nem Gastroenterite Transmissível Suína (TGE).

1. Os suínos foram mantidos isolados em um lugar aprovado no país exportador com supervisão oficial da Autoridade Veterinária, por um período mínimo de trinta (30) dias.

1. Durante o período de isolamento, os suínos foram submetidos a provas diagnósticas realizadas em laboratórios oficiais, habilitados, credenciados ou reconhecidos pela Autoridade Veterinária do país exportador. Essas provas foram realizadas de acordo como Manual das Provas de Diagnóstico e das Vacinas para os Animais Terrestres da OIE.

1. Com relação à Febre Aftosa:

5.1. Os suínos permaneceram desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país ou zona livre de Febre Aftosa com ou sem vacinação, reconhecido/a pela OIE, ou em um compartimento livre de Febre Aftosa de acordo com o estabelecido no capítulo correspondente do Código Terrestre da OIE e reconhecido pelo Estado Parte importador; e

5.2. Os suínos resultaram negativos ao teste de diagnóstico que foi realizado a partir de amostras extraídas durante o período de isolamento pré-exportação: *

Teste	Data

* De acordo com o acordado entre as Autoridades Veterinárias (tachar quando não corresponder).

1. Em relação à Peste Suína Africana (PSA):

Os suínos permaneceram desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país, zona ou compartimento que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de PSA.

1. Em relação à Peste Suína Clássica (PSC):

Os suínos permaneceram desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país, zona ou compartimento reconhecido pela OIE como livre de PSC ou que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de PSC.

1. Em relação à Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS): (tachar o que não corresponder)

8.1 Os suínos permaneceram desde o nascimento ou pelo menos nos últimos noventa (90) dias em um país, zona ou compartimento que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de PRRS; ou

8.2. No estabelecimento de procedência dos animais a exportar não foram registrados casos positivos de PRRS mediante provas de ELISA multivalente para a detecção dessa doença, a partir de duas (2) amostragens efetuadas com intervalo semestral, realizadas sobre o total de animais ou em uma amostra que ofereça 99% de confiança para detectar pelo menos um animal infectado e uma prevalência esperada de 10%, tendo a segunda amostragem sido realizada dentro dos seis (6) meses prévios ao embarque; e

8.2.1 Os suínos têm até quatro (4) meses de idade no início do período de isolamento pré-exportação e foram submetidos a duas (2) provas de ELISA multivalente com intervalo de vinte e um (21) dias, ambas com resultado negativo.

Prova diagnóstica	Data	Data
ELISA multivalente		

ou

8.2.2 Os suínos têm mais de quatro (4) meses de idade no início do período de isolamento pré-exportação e foram submetidos a duas (2) provas de ELISA multivalente, com intervalo de vinte e um (21) dias, ambas com resultado negativo, e a uma (1) prova de Reação em Cadeia da Polimerase com Transcrição Inversa em Tempo Real (RT-PCR), realizada em amostras de soro colhidas dentro do período de isolamento pré-exportação, com resultado negativo.

Prova diagnóstica	Data	Data
ELISA multivalente		
RT-PCR		

1. Em relação à Brucelose: (tachar o que não corresponder)

9.1 Os suínos procedem de um estabelecimento declarado livre pela Autoridade Veterinária do país exportador; ou

9.2 Os suínos procedem de um estabelecimento onde foi realizada a prova de ELISA, Fluorescência Polarizada ou Antígeno Acidificado Tamponado (BBAT), em uma amostra estatisticamente representativa de suínos, dentro dos trinta (30) dias anteriores ao embarque, com resultado negativo;

Prova	Data

ou

9.3 Os suínos foram submetidos, durante o período de isolamento pré-exportação, a uma (1) prova de ELISA, Fluorescência Polarizada ou Antígeno Acidificado Tamponado (BBAT), com resultado negativo.

Prova	Data

1. Em relação à Doença de Aujeszky: (tachar o que não corresponder)

10.1 Os suínos procedem de um estabelecimento situado em um país ou zona que tenha demonstrado que cumpre com as recomendações vigentes da OIE, incluindo a vigilância específica, para ser considerado livre de Doença de Aujeszky;

ou

10.2. Os suínos permaneceram desde seu nascimento em estabelecimentos declarados livres pela Autoridade Veterinária do país exportador, e

10.2.1 Os suínos foram submetidos, durante o período de isolamento pré-exportação, a duas (2) provas de Neutralização Viral, ELISA ou aglutinação em látex, em todos os casos para a detecção de anticorpos contra o vírus completo da Doença de Aujeszky, com resultado negativo. As provas foram realizadas com um intervalo de pelo menos vinte e um (21) dias entre elas, e a segunda prova foi realizada em um período menor que quinze (15) dias antes do embarque.

Prova diagnóstica	Data	Data

1. Em relação à Gastroenterite Transmissível Suína (TGE): (tachar o que não corresponder)

11.1 Os suínos procedem de um país em que a TGE é de declaração obrigatória e não foi notificado nenhum caso clínico da doença durante os últimos três (3) anos; ou

11.2 Os suínos procedem de um estabelecimento no qual não foi notificado nenhum caso de TGE durante os últimos doze (12) meses anteriores ao embarque, e

11.2.1 Os suínos obtiveram resultado negativo durante o período de isolamento pré-exportação em uma (1) prova de Neutralização Viral ou ELISA.

Prova	Data	Resultado

11.2.1.1 Se os suínos obtiveram resultado positivo, foram submetidos à prova de ELISA competitivo de bloqueio, com resultado negativo.

Prova	Data

1. Em relação à Diarreia Epidêmica Suína (PED):

No estabelecimento de origem não se registraram oficialmente casos nos últimos doze (12) meses que precederam ao embarque dos suínos.

1. Em relação à Leptospirose (tachar o que não corresponder):

13.1 Durante o período de isolamento pré-exportação, os suínos obtiveram resultado negativo a uma (1) prova sorológica de Microaglutinação usando antígenos representativos dos sorogrupos conhecidos na região de procedência:

Prova	Data

ou

13.2 Os suínos foram submetidos a antibioticoterapia com produtos de uso aprovado pela Autoridade Competente do país exportador, dentro dos cinco (5) dias anteriores ao embarque:

Marca	Droga	Dose	Data

1. Os suínos foram submetidos a um tratamento contra parasitas internos e externos com produtos aprovados pela Autoridade Competente do país exportador, durante o período de isolamento pré-exportação.

	Princípio ativo	Data
Parasitas internos		
Parasitas externos		

1. Os suínos foram transportados diretamente do estabelecimento onde permaneceram em isolamento pré-exportação até o ponto de saída no país exportador, sem contato com animais de condição sanitária inferior, em um veículo limpo e desinfetado com produtos aprovados pela Autoridade Competente, sem passar por zonas sob restrições sanitárias.

1. No momento do embarque os suínos não apresentaram nenhum sinal clínico de doenças transmissíveis e estavam livres de parasitas externos.

Local de Embarque:		Data:	

Identificação do meio de transporte:	

Número do Lacre:	

Local e Data de Emissão: .....

Nome e Assinatura do Veterinário Oficial: .....

Carimbo da Autoridade Veterinária: .....

O presente CVI tem validade para o ingresso no Estado Parte importador de dez (10) dias contados a partir da data de sua emissão.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA MAPA Nº 210, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria n° 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no Art. 3º, § 3º, da Lei n.º 7.802, de 11/07/1989, no Art. 23, §2º, do Decreto nº 4.074, de 04/01/2002 e no Art. 8º, da Instrução Normativa SDA n.º 36, de 24/11/2009, bem como o que consta do Processo nº 21020.000570/2022-55, resolve:

Art. 1º Credenciar a Estação Experimental RATTES CONSULTORIA E PESQUISA AGRONÔMICA LTDA., CNPJ nº 11.069.427/0001-62, com área experimental situada à Rodovia BR 060, Km 380 à esquerda 12 Km, S/N, Zona Rural, no município de Santo Antônio da Barra - GO, para, na qualidade de entidade de pesquisa, realizar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, de fitotoxicidade e de resíduos para fins de registro de agrotóxicos e afins.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNOLDO DAHER DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo do Artigo 270 item VI do regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.005245/2022-17, resolve:

Art. 1º Credenciar a Estação Experimental FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS - FUNDAGRI - FAZU, Estação Experimental de Uberaba- MG, localizada na Avenida Tutunas, nº 720, Bairro Tutunas, Uberaba - MG CEP: 38.061-500, com finalidade de desenvolver pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins, visando à elaboração e emissão de laudos técnicos de eficiência e praticabilidade agronômica e de fitotoxicidade, para fins de registro de agrotóxicos e afins.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta portaria terá validade indeterminada, conforme art. 7º da Instrução Normativa SDA nº 36 de 24/11/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIDIANE LEAL DUARTE LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 290, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria no 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21042.009542/2017-88, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 0227, da empresa Sul Vale Embalagens Eireli, CNPJ nº 88.057.005/0001-00 e Inscrição Estadual 072/0050995, localizada na BR 386, Km 339, nº 8300 - Bairro Conventos - Lajeado, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a. Tratamento Térmico por calor: Ar quente forçado, Secagem em estufa.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 291, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria no 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21042.009651/2017-03 , resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 059, da empresa Alpha Mariner Fumigation Ltda, CNPJ nº 04.705.523/0001-94 e Inscrição Estadual Isenta, localizada na Rua Barão de Cotegipe, nº 433, Edifício Porto de Gales, Sala 1305, Rio Grande, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a. COM FOSFINA, Câmara em lona, Contêiner, Porão de embarcação e Silo hermético;

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 292, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria no 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21042.009510/2017-82 , resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 0440, da empresa Super Cargo Fumigações Ltda., CNPJ nº 09.457.517/0001-89 e Inscrição Estadual isenta, localizada na Rua Visconde de Mauá, 160, Rio Grande - RS, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a. COM FOSFINA, Câmara em lona, Contêiner, Porão de embarcação e Silo hermético;

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 295, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042. 011538/2022-47, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) GHYOVANA LETICIA PAZINI, CRMV-RS nº 19747, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS Nº 360, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do Artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e;

Considerando o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e

Considerando o atendimento as exigências normativas e observado parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico SEI 21044.003614/2022-21

Art. 1º- Habilitar o Médico Veterinário JOÃO VICTOR MACEDO GONÇALVES, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Equídeos, nos Municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 638, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Credencia o Laboratório Agrobiol Consultoria e Assessoria AO para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.027215/2022-61, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Agrobiol Consultoria e Assessoria AO, CNPJ nº 27.396.954/0001-11, localizado na Rua Borges de Figueiredo, nº 303 - sala 104, Bairro Mooca, CEP: 03.100-010, São Paulo/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 639, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Credencia o LCD Laboratório Cearense de Diagnósticos Ltda para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.051676/2022-55, resolve:

Art. 1º Credenciar o LCD Laboratório Cearense de Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 33.697.341/0001-17, localizado na Rua Doutor Walter Porto, nº 239, Bairro Parque Iracema, CEP: 60.822-250, Fortaleza/CE, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Acatar parcialmente, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009956/2021-15	Acir De Paula Ruthes	20200913659	Tradicional
2	21066.009720/2021-89	Adelar Fiorelo Sansigolo	20201262168	Mais
3	21066.010028/2021-01	Ademar Santos Dos Santos	20201184100	Mais
4	21066.010130/2021-07	Ademir Rodrigues Barbosa	20191020848	Mais
5	21066.010162/2021-02	Adriano Fredrich	20190790489	Mais
6	21066.010172/2021-30	Aline Correa Da Rosa	20191372295	Mais
7	21066.009960/2021-83	Ana Julia Ottoni	20201118633	Tradicional
8	21066.010168/2021-71	Andre Francisco Zeni	20200003660	Tradicional
9	21066.010202/2021-16	Andre Noventa	20191366052	Mais
10	21066.010332/2021-41	André Lovatel	20201017728	Mais
11	21066.010246/2021-38	Antonio Bongiorno	20200458958	Mais
12	21066.011780/2021-61	Antonio Sagaz	20200806248	Mais
13	21066.009274/2021-11	Arlecio Penning Bergmann	20191025906	Mais
14	21066.010114/2021-14	Augusto Orides Dos Santos	20200621651	Mais
15	21066.009642/2021-12	Celso Domingo Saggin	20191182358	Mais
16	21066.010120/2021-63	Claudinei Oliveira De Paula	20190939873	Mais
17	21066.010098/2021-51	Claudiomero Moreira Costa	20190885966	Mais
18	21066.011870/2021-52	Cleomar Terezinha Calgarotto	20200903849	Mais
19	21066.011980/2021-14	Daniel Rodrigo Walter	20201078300	Mais
20	21066.010240/2021-61	Diego Somense	20201178432	Mais
21	21066.010190/2021-11	Djonatan Conrad Weirich	20200849640	Mais
22	21066.009554/2021-11	Eder João	20191019854	Mais
23	21066.010102/2021-81	Eder Lemann	20190974692	Mais
24	21066.010156/2021-47	Edinei Verlich	20200328393	Mais
25	21066.010060/2021-89	Edson Vander Frigi	20190906455	Tradicional
26	21066.010226/2021-67	Eduardo Buchweitz Brandt	20191470165	Mais
27	21066.010274/2021-55	Egidio Rommel	20201428889	Mais
28	21066.009610/2021-17	Egon Fauth	20190772243	Mais
29	21066.009616/2021-94	Egon Fauth	20180858976	Mais
30	21066.009950/2021-48	Eliandra Lindner	20190779635	Mais
31	21066.010140/2021-34	Elizeu Borges De Morais	20191443000	Mais
32	21066.010152/2021-69	Evaristo Leal De Oliveira	20181223687	Mais
33	21066.010082/2021-49	Everton Wiggers De Souza	20191152824	Mais
34	21066.010052/2021-32	Fabio Debastiani	20190931832	Tradicional
35	21066.009932/2021-66	Fernando Pastorio	20191496915	Mais
36	21066.010452/2021-48	Francieli Carloh	20201332487	Mais
37	21066.014116/2021-74	Geneci De Abreu	20210118895	Mais
38	21066.010206/2021-96	Genito Sperber	20190516350	Mais
39	21066.010104/2021-71	George Massato Nidaira	20200073730	Mais
40	21066.010122/2021-52	Geovani Hasse	20180690069	Mais
41	21066.009972/2021-16	Geraldo Jose Konzen	20200260380	Tradicional
42	21066.009934/2021-55	Geraldo Luis Fontana	20190742834	Mais
43	21066.010006/2021-33	Gilmar Belini	20190833956	Mais
44	21066.010056/2021-11	Gilmar Busnello	20190816370	Mais
45	21066.009938/2021-33	Giovani De Lima	20200730323	Mais
46	21066.009980/2021-54	Helia Holz Ranno	20200186902	Mais
47	21066.009982/2021-43	Helio Francisco Zuffo	20201366170	Mais
48	21066.014312/2021-49	Hilario Bussolaro	20201724279	Tradicional
49	21066.010066/2021-56	Hilberto Dorner	20200802622	Mais
50	21066.010080/2021-50	Idalina Nunes Borges	20191048003	Mais
51	21066.009508/2021-11	Iluir Pedro Tomazi	20200616510	Mais
52	21066.009776/2021-33	Iluir Pedro Tomazi	20190813586	Mais
53	21066.009998/2021-56	Inacio Feldkircher	20201596274	Mais
54	21066.009530/2021-61	Irma Fredrich	20190776640	Mais
55	21066.010142/2021-23	Itamar Cantelli	20200049963	Mais
56	21066.009740/2021-50	Ivan Cremonini	20190759245	Mais
57	21066.010204/2021-05	Ivanir Antonio Sperandio	20201464420	Tradicional
58	21066.011564/2021-16	Ivanir Dalbosco	20200950555	Mais
59	21066.012002/2021-90	Ivanir Rosane Camara	20201572554	Mais
60	21066.010292/2021-37	Ivonir José Viviani	20201223160	Mais
61	21066.009954/2021-26	Jaire Varlei De Menezes Ferreira	20200920322	Mais
62	21066.009496/2021-25	Jesus Americo Drum Camargo	20191359174	Tradicional
63	21066.009328/2021-30	Joao Aderlei Padilha Camara	20201096077	Tradicional
64	21066.009730/2021-14	Joao Antonio Nardi	20200005003	Mais
65	21066.009780/2021-00	Jose Luiz Silva Machado	20191406705	Tradicional
66	21066.010022/2021-26	Lauri Antonio Bolis	20200821019	Tradicional
67	21066.010026/2021-12	Lauri Antonio Bolis	20200878142	Tradicional
68	21066.009970/2021-19	Laurindo Parisotto	20190691166	Mais
69	21066.009968/2021-40	Leandro De Vargas Rodrigues	20191617579	Mais
70	21066.009966/2021-51	Leticia Lucheta	20201005961	Mais
71	21066.009750/2021-95	Lotario Hubner	20200915249	Mais
72	21066.009630/2021-98	Luana Schwambach	20200250705	Mais
73	21066.010180/2021-86	Lucas Silva Nunes	20191106738	Tradicional
74	21066.009732/2021-11	Lucia Lanha	20201037497	Mais
75	21066.011834/2021-99	Luis Carlos Konzen	20201395256	Tradicional
76	21066.009946/2021-80	Luiz Carlos Belique	20191458907	Tradicional
77	21066.010068/2021-45	Maicon Mazzarotto	20191359520	Mais
78	21066.009964/2021-61	Marcelino Quevedo	20201261802	Mais
79	21066.010258/2021-62	Marcio Nardino	20201125069	Mais
80	21066.010072/2021-11	Margit Beatriz Haefliger	20200842721	Mais
81	21066.009944/2021-91	Mauricio Agostini Caminero	20201386675	Tradicional
82	21066.010034/2021-51	Messias Rossi	20201096299	Mais
83	21066.010244/2021-49	Mário Girardi	20200915588	Mais
84	21066.010030/2021-72	Nelci Kuster	20200320444	Mais
85	21066.009958/2021-12	Neri Reckziegel	20190805082	Mais
86	21066.009804/2021-12	Nilson Alves Dos Santos	20190497323	Mais
87	21066.010256/2021-73	Omar Antonio Binz	20191543145	Mais
88	21066.009756/2021-62	Onorandi Richardi Lagos	20200141302	Tradicional
89	21066.010016/2021-79	Ornelio Alves De Souza	20200950651	Mais
90	21066.010184/2021-64	Osvino Antonio Gorgen	20190855916	Mais
91	21066.009820/2021-13	Paulo Cezar Pimentel Mendes	20190981418	Mais
92	21066.010178/2021-15	Paulo Notter	20200489812	Mais
93	21066.009510/2021-91	Paulo Sergio Machado	20190981316	Mais
94	21066.010084/2021-38	Paulo Teodoro Ludtke	20190971741	Mais
95	21066.010364/2021-46	Pedro Maria De Ramos	20201298124	Mais
96	21066.010366/2021-35	Reneu Weide	20201398997	Tradicional
97	21066.010078/2021-81	Ricardo Renato Habitzreuter	20191109850	Tradicional
98	21066.009540/2021-05	Roberto Paludo	20200714180	Tradicional
99	21066.012490/2021-35	Robinson Tomaz De Castro	20180909486	Tradicional
100	21066.010024/2021-15	Rodrigo Alvez Nascífico	20200979497	Tradicional
101	21066.010188/2021-42	Ruan Mariani Comarela	20190775199	Tradicional
102	21066.009840/2021-86	Samuel Postal	20190714963	Mais
103	21066.010064/2021-67	Savio Pinto Sant Ana	20191144396	Tradicional
104	21066.010014/2021-80	Sergio Mezomo	20201044692	Mais
105	21066.010050/2021-43	Serlei Kohwald	20201111624	Mais
106	21066.010040/2021-16	Silvano Alfredo Seibert	20200421839	Mais
107	21066.010074/2021-01	Taina Laurindo	20190796832	Mais
108	21066.009974/2021-05	Tarciso Romanini	20200113415	Mais
109	21066.012148/2021-35	Valdemir Neuri Witer	20200973358	Mais
110	21066.010044/2021-96	Valdir De Vlieger	202002061370	Mais
111	21066.010042/2021-05	Valdir De Vlieger	20200206137	Mais
112	21066.010278/2021-33	Valdir Zemiani	20201143358	Mais
113	21066.010086/2021-27	Valmir Gomes Ferreira	20200108891	Mais
114	21066.010166/2021-82	Valmir Immig	20200968147	Mais
115	21066.010164/2021-93	Valmir Roberto Kamin	20200928465	Mais
116	21066.010116/2021-03	Valtencir Padilha Batista	20191095564	Mais
117	21066.010128/2021-20	Vilson Simmi	20190773519	Tradicional
118	21066.010192/2021-19	Volnei Consalter	20200765154	Mais

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente Comissão

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Acatar parcialmente, por maioria na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009986/2021-21	Admar Jose Panato Menegolla	20200716347	Tradicional
2	21066.010132/2021-98	Adriana Ribeiro Fiuza	20200330484	Tradicional
3	21066.010186/2021-53	Adriano Manica	20200311440	Mais
4	21066.010176/2021-18	Elaine Iria Basso	20200772008	Mais
5	21066.009978/2021-85	Irenor Cattani	20200295357	Tradicional
6	21066.009984/2021-32	Laércio Brignoni	20200400798	Tradicional
7	21066.002551/2019-31	Marcos Rohenkohl	20181631287	Mais
8	21066.009500/2021-55	Mardonio Ferigolo	20191288147	Tradicional

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga resultado do julgamento de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Negar parcialmente, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009892/2021-52	Adaiana Oliveira Da Rosa	20200352443	Mais
2	21066.009976/2021-96	Adelino Antonio Gratieri	20201179405	Mais
3	21066.009512/2021-80	Ademar Vian	20201186446	Mais
4	21066.010048/2021-74	Alfeu Miotto	20190941302	Mais
5	21066.010158/2021-36	Altair Salla	20200345674	Mais
6	21066.010450/2021-59	Aluisio Gnoatto Da Silveira	20191140984	Mais
7	21066.010094/2021-73	Aluisio Monteiro De Monteiro	20190996280	Tradicional
8	21066.010150/2021-70	Bruno Carlos Borges Marquezan	20190823033	Tradicional
9	21066.010392/2021-63	Cassiana Hein	20201243734	Tradicional
10	21066.009948/2021-79	Cassiano De Biasi	20201006768	Mais
11	21066.009644/2021-10	Celso Domingo Saggin	20191182440	Mais
12	21066.010126/2021-31	Charles Scheimann	20210106075	Mais
13	21066.010090/2021-95	Clair Jose Markus	20190745489	Mais
14	21066.010198/2021-88	Cleber Stefanello Facco	20191340202	Tradicional
15	21066.010000/2021-66	Dalila Maria De Oliveira	20190386157	Mais
16	21066.010088/2021-16	Davi Mendes Sarafim	20180956935	Mais
17	21066.010144/2021-12	Ehrenfried Arnoldo Grotzinger	20191021896	Mais
18	21066.010038/2021-39	Elias Lunardi	20201141664	Tradicional
19	21066.010046/2021-85	Evandro Bongiovani	20200967706	Mais
20	21066.009900/2021-61	Fernando Albuquerque	20191010014	Tradicional
21	21066.010092/2021-84	Fernando Lucio Tozzi	20191325528	Mais

22	21066.010146/2021-10	Francieli Polo Hartenberg	20200287131	Mais
23	21066.010118/2021-94	Gelison Orsolin Da Silva	20200321902	Mais
24	21066.010008/2021-22	Graciela Dambros Rossi	20200713301	Mais
25	21066.010036/2021-40	Gunther Egon Hartenberg	20200401966	Tradicional
26	21066.009962/2021-72	Helierti Vieira	20200537925	Tradicional
27	21066.010254/2021-84	Helio Jose Kais	20181307448	Mais
28	21066.010124/2021-41	Igor Paulo Gaspar Da Silva	20200429673	Mais
29	21066.010418/2021-73	Ivo Hoffmann Scheimann	20200749153	Mais
30	21066.009716/2021-11	Iza Kasmirski Rapkievicz	20190591298	Mais
31	21066.010106/2021-60	Joaquim Edemar De Jesus	20190906407	Mais
32	21066.009852/2021-19	Jonas Adão May	20190696089	Mais
33	21066.009744/2021-38	Joseli Ribeiro De Barros Pez	20201323980	Mais
34	21066.009460/2021-41	José Ataliba Bertolini	2019038544602	Mais
35	21066.009400/2021-29	José Ataliba Bertolini	20190385446	Mais
36	21066.010222/2021-89	Leandro Mees	20200982174	Mais
37	21066.009990/2021-90	Ludimar Valente	20200993369	Mais
38	21066.009542/2021-96	Marlise Teresinha Haas	20190865486	Mais
39	21066.010294/2021-26	Nelson Schiochet	20201044010	Mais
40	21066.010390/2021-74	Osvaldo Wagner Da Rocha	20201037240	Tradicional
41	21066.010010/2021-00	Paulo Biazolo E Ou Antonio Biazolo	20201487839	Mais
42	21066.010062/2021-78	Raquel De Oliveira Dos Santos	20190386132	Mais
43	21066.010276/2021-44	Rauni Brun	20201367084	Mais
44	21066.009448/2021-37	Rene Leogario Bloch	20191015732	Mais
45	21066.009446/2021-48	Rene Leogario Bloch	20190980931	Mais
46	21066.009828/2021-71	Rene Leogario Bloch	20191015812	Mais
47	21066.010096/2021-62	Ricardo Schaeffer	20190773496	Mais
48	21066.010330/2021-51	Rogério Lorenzi	20200388390	Mais
49	21066.010148/2021-09	Rubia Moreschi Nardi	20200341990	Mais
50	21066.009940/2021-11	Sarah Vilela De Souza Franco E Vasconcelos	20191562194	Mais
51	21066.010382/2021-28	Sergio Rificki	20201076342	Mais
52	21066.010134/2021-87	Tiago Pedro Borges Marquezan	20191082855	Tradicional
53	21066.009916/2021-73	Vanderlei Bacchi	20200746850	Mais
54	21066.010002/2021-55	Vergilio Pagno	20200882515	Mais
55	21066.010208/2021-85	Vilson Zamboni	20200717854	Mais

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente Comissão

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga resultado do julgamen to de recursos da Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo disposto no Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2019, em julgamento remoto realizado em Brasília/DF, entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Negar parcialmente, por maioria na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	N° CER	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	21066.009484/2021-09	Roseli Da Veiga Viecili	20191148975	Tradicional

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente Comissão

ATA DA 6ª SESSÃO/2022 DO COLEGIADO CER/PROAGRO REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2022

Ao décimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte dois, o Colegiado da Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER/PROAGRO) julgou remotamente os recursos constantes da pauta. O

s julgamentos dos recursos ocorreram sob a presidência do representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Guilherme Soria Bastos Filho (Presidente - CER/PROAGRO). Participaram os representantes legais das instituições que compõem o Colegiado, como segue: Felipe de Faria Atta, do Banco Central do Brasil - BACEN; Gerlania Ribeiro de Moraes, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA, que emitiram suas manifestações e propostas de voto no período compreendido entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022. Ausentes os representantes da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia e do Ministério da Economia. Os julgamentos ocorreram de acordo com o Decreto nº 10.124, de 21 de novembro de 2019. O membro do colegiado, após receber a planilha com proposta de voto elaborada pela Coordenação de Controle e Análise de Processos, se manifestou a favor ou contra, com justificativa, e o voto final do colegiado foi definido por maioria. Houve manifestação do SICOOB, na condição de defesa prévia. Foram submetidos a julgamento 182 (cento e oitenta e dois) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 61 (sessenta e um) do Banco do Brasil; 46 (quarenta e seis) do Banrisul; 1 (um) da Cresol Sicoper; 3 (três) da Cresol Central; 8 (oito) da Cresol Baser; 30 (trinta) do SICREDI; 33 (trinta e três) do SICOOB; autuados em processos, os quais estão discriminados na Planilha de votação e pauta de julgamento, datado de 1º de agosto de 2022, sendo que 126 (cento e vinte e seis) tiveram seus recursos acolhidos e 56 (cinquenta e seis) negados. Os processos julgados são: 8 (oito) da safra 2018/2019; 85 (oitenta e cinco) da safra 2019/2020; 8 (oito) da safra 2020/2020; 80 (oitenta) da safra 2020/2021; e 1 (um) da safra 2021/2021. Dentre os quais 42 (quarenta e dois) são PROAGRO "TRADICIONAL" e 140 (cento e quarenta) PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os julgamentos dos recursos transcorreram utilizando o Sistema de Julgamento de Recursos da CER entre os dias 1º e 16 de agosto de 2022, do que para constar, eu, Gerlania Ribeiro de Moraes na condição de secretária da reunião, lavrei a presente Ata, que foi encaminhada por meio eletrônico, juntamente com os votos compilados de todos os membros, aos participantes do julgamento, e, após aprovação, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Brasília (DF), 16 de agosto de 2022.
GERLANIA RIBEIRO DE MORAES
Membro

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
Presidente Comissão Especial de Recursos

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria Nº 222 de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2017, seção 1, páginas 50 e 51, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de oliva no estado do Rio Grande do Sul, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, incluir município de Cachoeira do Sul.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.815, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Realoca Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Artigos 16 e 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º Fica realocado da Superintendência Regional do Paraná - SR(PR) (Planejamento e Controle), para a Divisão de Governança Fundiária, da Superintendência Regional do Paraná - SR(PR), uma Função Comissionada do Poder Executivo, de Assistente Técnico, código FCPE-102.1.

Art. 3º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constante da alínea "a" do Anexo II do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 808, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe os critérios de priorização para concessão do Auxílio Esporte Escolar, bem como estabelece procedimentos para sua gestão e operacionalização.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, inciso I, e no artigo 6º, § 7º Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e no artigo 53, do Decreto nº 10.852, de 08 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos, critérios e valores para a concessão do Auxílio Esporte Escolar para os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, para estudantes que tenham se destacado em competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiros, nos termos do Art. 51, §3º e art. 53, ambos do Decreto nº 10.852, de 08 de novembro de 2021.

Parágrafo único. O Auxílio Esporte Escolar consiste em pagamento de incentivo aos estudantes de famílias vinculadas ao Programa Auxílio Brasil, em caráter mensal, pelo período de 12 (doze) meses, cumulado com um incentivo por família a ser pago em parcela única.

Art. 2º Para fins de concessão deste incentivo, os estudantes devem atender aos seguintes requisitos:

I - ter a idade entre doze e dezessete anos, completados no ano de participação na competição de que trata o inciso II; e

II - ter participado de competição oficial do sistema de jogos escolares brasileiros, em âmbito nacional, regional (seletiva interestadual para fase nacional), distrital ou estadual, observado o disposto nos § 1º e § 2º.

§ 1º O Auxílio Esporte Escolar poderá ser concedido aos estudantes que, no ano letivo, em competições nacionais, distritais ou estaduais:

I - se inscreverem e participarem de competições nacionais; ou

II - obtiverem primeira, segunda ou terceira colocação em suas modalidades ou provas, em competições, regional, distrital ou estaduais.

§ 2º As competições a que se refere o inciso II do caput serão realizadas:

I - pelos Governos estaduais;

II - pelas Federações Estaduais de Desporto Escolar;

III - pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE;

IV - Comitê Olímpico do Brasil - COB; ou

V - pelo Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB.

§3º Serão consideradas competições em âmbito nacional e regional os jogos e campeonatos realizados pelo Comitê Olímpico Brasileiro, ou pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, e pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE; e em âmbito estadual, ou distrital, os jogos, os campeonatos e as seletivas escolares realizados pelos Governos Estaduais e pelas Federações Estaduais de Desporto Escolar.

§ 4º É vedada a concessão simultânea de mais de um Auxílio Esporte Escolar, no mesmo ano de referência, a um mesmo estudante.

§ 5º Na hipótese de haver, em família beneficiária do Programa Auxílio Brasil, mais de um estudante elegível ao recebimento do Auxílio Esporte Escolar:

I - será permitido o pagamento de tantos incentivos mensais quantos forem os estudantes; e

II - será vedada a acumulação do incentivo em parcela única, nos termos do disposto no § 5º do art. 6º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 6º Os pagamentos serão referentes a estudantes em posição de destaque nas competições realizadas entre janeiro e dezembro.

§ 7º O Auxílio Esporte Escolar será pago:

I - ao estudante, por doze meses contínuos, condicionado à sua permanência no CadÚnico; e

II - à família beneficiária do Programa Auxílio Brasil a que o estudante esteja vinculado no momento da concessão, em parcela única.

§ 8º Nas competições do ano 2022, os alunos-atletas elegíveis serão os nascidos entre os anos de 2005 e 2010, para o ano de 2023 entre os anos de 2006 e 2011 e assim sucessivamente para os anos subsequentes.

Art. 3º O valor do Auxílio Esporte Escolar será de:

I - R$ 100,00 (cem reais) para cada uma das 12 (doze) parcelas mensais do incentivo, condicionado à sua permanência no CadÚnico; e

II - R$ 1.000,00 (mil reais) transferidos em parcela única, à família beneficiária do Programa Auxílio Brasil a que o estudante esteja vinculado no momento da concessão.

Art. 4º O pagamento do Auxílio Esporte Escolar será realizado pelo Ministério da Cidadania, por intermédio da Secretária Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, cuja a gestão de incentivos será da Secretaria Especial do Esporte - SEESP/Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS, com base nas informações oficiais das competições escolares nacionais, regionais, estaduais e distrital do sistema de jogos escolares brasileiros considerado o ano letivo, realizadas pelas Entidades descritas no §2º, do art. 2º da presente Portaria.

Parágrafo único. O Pagamento do Auxílio Esporte Escolar será concedido conforme disponibilidade orçamentária e respeitada a seguinte ordem de prioridade:

a) inscritos e participantes fase nacional competições CBDE, COB e CPB;

b) primeiros colocados na fase regional, estadual/distrital;

c) segundos colocados na fase regional, estadual/distrital; e

d) terceiros colocados na fase regional, estadual/distrital.

Art. 5º A entidade citadas no art. 2º, §2º, incisos III e IV (CBDE, COB e CPB) deverão apresentar as informações oficiais de competições escolares em âmbito nacional e regional realizados no ano. A CBDE deverá apresentar também as informações das competições escolares estadual e distrital, sendo que as informações das competições escolares paradesportivas estadual ou distrital deverão ser apresentadas pelas secretarias estaduais ou distrital responsáveis pelos eventos, todas mediante o envio de preenchimento dos Anexos I e II dessa Portaria à SEESP/SNELIS, contendo a descrição das competições realizadas, dados do aluno-atleta participante e informações familiares, detalhadas conforme Anexos I e II.

§ 1º A SEESP/SNELIS poderá solicitar, sempre que julgar pertinente, informações complementares à CBDE, COB e CPB e secretarias estaduais e distrital relacionadas as competições escolares informadas.

§ 2º A documentação apresentada deverá ser confeccionada pelas entidades em formato eletrônico, com envio por meio do protocolo digital do Ministério da Cidadania ou ainda, por meio de sistema eletrônico que poderá ser disponibilizado pela SEESP.

§3º As Entidades elencadas nos incisos I, III e IV, do §2º, do art. 2º, apresentarão as informações oficiais de competições até o dia 01 de dezembro de cada ano, ou com prazo diverso após solicitação devidamente fundamentada e aprovada pela SEESP/SNELIS.

§4º O não preenchimento de todas as informações contidas nos Anexos I e II da presente Portaria, poderão resultar na inelegibilidade dos estudantes.

§5º As informações encaminhadas na forma do §2º deverão ser validadas pela SEESP/SNELIS.

§6º As Entidades citadas no art. 2º, §2º deverão apresentar calendário com as informações das competições que realizarão até o dia 31 de julho de todo ano.

Art. 6º A SEESP/SNELIS deverá elaborar até o último dia do mês de dezembro de cada ano a lista dos alunos participantes das competições do sistema jogos escolares brasileiros e envio à entidade competente para verificação da elegibilidade ao Auxílio Esporte Escolar e início de concessão no ano subsequente.

Parágrafo único. Beneficiários do Programa Auxílio Brasil que não tenham sido identificados na lista de estudantes elegíveis ao Auxílio Esporte Escolar, poderão pleitear sua correta classificação para a instituição responsável pela organização da competição esportiva escolar que tenha participado, cabendo a esta ratificar ou retificar as informações enviadas à SEESP/SNELIS, mediante apresentação de documentos que comprovem enquadramento nos termos definidos pelo art. 2º.

Art. 7º A lista dos elegíveis à concessão do Auxílio Esporte Escolar será disponibilizada no site do Ministério da Cidadania.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 06 de setembro de 2022.

RONALDO VIEIRA BENTO

ANEXO I

COMPETIÇÕES REALIZADAS

ENTIDADE ORGANIZADORA (1)	NOME DA COMPETIÇÃO (2)	DATA DA COMPETIÇÃO (3)	ABRANGÊNCIA DA COMPETIÇÃO (4)

1 . A ser preenchido com o nome ou sigla da entidade organizadora do evento esportivo (ex.: Governo do Distrito Federal, CBDE).*
2. A ser preenchido com o nome público da competição realizada (ex.: Jogos Escolares de Minas Gerais).*
3. A ser preenchido com o mês e o ano em que a competição ocorrer (ex.: 10/2022).*
4. A ser preenchido com a abrangência da competição realizada. (ex: competição nacional, regional ou estadual).*

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES, RESULTADOS E INFORMAÇÕES FAMILIARES

NOME ATLETA (05)	SEXO ATLETA (06)	MODALIDADE (07)	DATA NASCIMENTO ATLETA (08)	CPF ATLETA (09)	CLASSIFICAÇÃO FINAL ATLETA (10)	CÓDIGO INEP DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (11)	NOME MÃE ATLETA (12)	CPF MÃE ATLETA (13)	NOME PAI OU RESPONSÁVEL LEGAL PELO ATLETA (14)	CPF DO PAI OU RESPONSÁVEL LEGAL PELO ATLETA (15)	Nº DO CADASTRO DO PROGRAMA SOCIAL ou NIS (16)

05. A ser preenchido com o nome completo do atleta participante. *
06. A ser preenchido com o sexo do atleta participante (masculino ou feminino). *
07. A ser preenchido com o nome da modalidade competida (Ex.: Atletismo, Natação, Wrestling).*
08. A ser preenchido com a data de nascimento do atleta participantes (ex.: 01/01/2005). *
09. A ser preenchido com o número do CPF do atleta participante (ex.: 123.456.789-00)..*
10. A ser preenchido com a melhor classificação do atleta na competição realizada, obrigatório para as competições regionais e estaduais/distrital (ex.: 1º, 2º e 3º).**
11. A ser preenchido com o Código INEP relativo a instituição de ensino representada pelo atleta participante (ex.: Código INEP).] *
12. A ser preenchido com o nome da mãe do atleta.*
13. A ser preenchido com o número do CPF da mãe do atleta participante (ex.: 123.456.789-00).*
14. A ser preenchido com o nome do pai ou responsável legal pelo atleta, quando disponível.
15. A ser preenchido com o número do CPF do pai ou responsável legal do atleta participante, quando disponível (ex.: 123.456.789-00).
16. A ser preenchido com o número de cadastro correspondente ao programa social ou NIS- Número de Identificação Social.
* Campos de preenchimento obrigatório.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.254, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.017769/2021-90, de 19 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Marelli Sistemas Automotivos Indústria Comércio Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 02.990.605/0009-50, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 02.990.605/0009-50, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Módulo de gerenciamento eletrônico de sistemas de injeção e ignição para veículos automotores.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.017769/2021-90, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.261, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Alteração de razão social em Portarias Interministeriais que habilitam empresa à fruição do incentivo de que trata o art. 4º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, o contido no Processo MCTI nº 01245.013079/2021-61, de 30 de julho de 2021, e

Considerando que a empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.653.764/0001-08, é titular dos direitos e obrigações decorrentes das seguintes Portarias Interministeriais:

Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº	Data	Publicação no D.O.U.
4.118	26/11/2020	04/12/2020
4.119	26/11/2020	04/12/2020
4.120	26/11/2020	04/12/2020

Considerando que a empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli alterou sua denominação social para Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., mantido o CNPJ/ME sob o nº 05.653.764/0001-08, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade ou das suas atividades, ou qualquer alteração nos seus direitos e obrigações sociais, inclusive os decorrentes das Portarias Interministeriais MCTI/MDIC/MF acima indicadas, conforme consta da documentação juntada ao Processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolve:

Art. 1º Fica alterada a denominação social de Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli para Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., CNPJ/ME nº 05.653.764/0001-08, a partir da data em que se efetivou a alteração da denominação social da empresa, nas seguintes Portarias Interministeriais MCTI/MDIC/MF:

Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº	Data	Publicação no D.O.U.
4.118	26/11/2020	04/12/2020
4.119	26/11/2020	04/12/2020
4.120	26/11/2020	04/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., CNPJ/ME nº 05.653.764/0001-08, em decorrência da alteração da denominação social, desde a data em que esta se operou.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.264, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Alteração de razão social em Portaria MCTIC que reconhece produto como bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTIC n° 01245.013079/2021-61, de 30 de julho de 2021, e

Considerando que a empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.653.764/0001-08, é titular de Portaria MCTIC, abaixo relacionada, que reconhece que produto e modelo nela descritos por ela desenvolvidos atendem a condição de bens de informática e automação desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006;

Considerando que a empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli alterou sua denominação social para Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., mantido o CNPJ nº 05.653.764/0001-08, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade, ou quaisquer alterações nos seus direitos e obrigações sociais, conforme consta de documentação juntada ao processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolve:

Art. 1º Fica alterada na Portaria abaixo relacionada a denominação social de Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Eireli para Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., CNPJ nº 05.653.764/0001-08:

Portaria MCTIC	Data	Publicação no D.O.U.
4.186	17/12/2020	22/12/2020
4.187	17/12/2020	22/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Nice Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos e Automação Ltda., CNPJ nº 05.653.764/0001-08, em decorrência da alteração social, desde a data em que esta se operou.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.859, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014025/2022-83, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TV CABRÁLIA LTDA., CNPJ nº 13.494.265/0001-35, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	CANAVIEIRAS	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R05220
BA	UBAITABA	20 (vinte)	Primário	SEQ-R11913
BA	UBATÃ	18 (dezoito)	Primário	SEQ-R11931
BA	URUÇUCA	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R11948

PORTARIA MCOM Nº 5.860, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011805/2022-71, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV TOCANTINS LTDA, CNPJ nº 02.526.333/0001-84, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CRIXÁS/GO, o canal 16(dezesseis), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.875, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014021/2022-03, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV CABRÁLIA LTDA., CNPJ nº 13.494.265/0001-35, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAMACAN/BA, o canal 19 (dezenove), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.877, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011687/2022-00, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO PIRAPITINGA LTDA, CNPJ nº 24.993.164/0001-25, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANTA CRUZ DE GOIÁS/GO, o canal 16 (dezesseis), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.889, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011802/2022-38, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV E RÁDIO JORNAL DO COMMERCIO LTDA., CNPJ nº 09.045.758/0001-10, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de LIMOEIRO/PE, o canal 32 (trinta e dois), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.890, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011799/2022-52, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 14.572.119/0001-43, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de VITÓRIA DO JARI/AP, o canal 36 (trinta e seis), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.893, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011803/2022-82, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV MINAS SUL LTDA., CNPJ nº 25.649.179/0001-33, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALPINÓPOLIS/MG, o canal 30 (trinta), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.905, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011804/2022-27, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV ÔMEGA LTDA., CNPJ nº 02.131.538/0001-60, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de LUCAS DO RIO VERDE/MT, o canal 46 (quarenta e seis), em caráter primário, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.935, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.004975/2021-19, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TELEVISÃO LIBERAL LTDA, CNPJ nº 04.832.721/0001-19, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
PA	BRASIL NOVO	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R07432
PA	CAMETÁ	20 (vinte)	Primário	SEQ-R07434
PA	CAPITÃO POÇO	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R07435
PA	CURUÇÁ	18 (dezoito)	Primário	SEQ-R07437
PA	GARRAFÃO DO NORTE	19 (dezenove)	Primário	SEQ-R07439
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ	18 (dezoito)	Primário	SEQ-R07440
PA	RURÓPOLIS	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R04998
PA	SANTA MARIA DO PARÁ	24 (vinte e quatro)	Primário	SEQ-R07443
PA	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	24 (vinte e quatro)	Primário	SEQ-R04993
PA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R04992
PA	SOURE	24 (vinte e quatro)	Primário	SEQ-R07444
PA	TAILÂNDIA	24 (vinte e quatro)	Primário	SEQ-R07445
PA	TUCUMÃ	20 (vinte)	Primário	SEQ-R04990
PA	VIGIA	21 (vinte e um)	Primário	SEQ-R04989

PORTARIA MCOM Nº 5.951, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.017973/2018-36, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A EPC, CNPJ nº 17.659.736/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ESCADA/PE, o canal 45 (quarenta e cinco), como canal de reuso de Caruaru/PE, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.962, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014480/2022-89, resolve:

Art. 1º Consignar os canais digitais relacionados no Anexo I desta Portaria à entidade TV TIRADENTES LTDA, CNPJ nº 19.871.375/0001-55, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	Município	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
MG	BARROSO	32 (trinta e dois)	Primário	SEQ-R10881
MG	CARVALHOS	30 (trinta)	Primário	SEQ-R10885

PORTARIA MCOM Nº 5.968, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.017968/2018-23, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A EPC, CNPJ nº 17.659.736/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de FLORESTA/PE, o canal 46 (quarenta e seis), como canal de reuso de Garanhuns/PE, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.970, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014907/2022-49, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO CIDADE VERDE S/A, CNPJ nº 24.964.108/0001-62, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, o canal 41 (quarenta e um), em caráter primário, como canal de reuso de Cuiabá/MT, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.971, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014908/2022-93, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO CIDADE VERDE S/A, CNPJ nº 24.964.108/0001-62 , autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JUSCIMEIRA/MT, o canal 40 (quarenta), em caráter primário, como canal de reuso de Jaciara/MT, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.976, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014912/2022-51, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV ARATU S/A, CNPJ nº 15.199.136/0001-40, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BOM JESUS DA LAPA (Agrovila)/BA, o canal 25 (vinte e cinco), em caráter primário, como canal de reuso de Bom Jesus da Lapa/BA, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.987, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014915/2022-95, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A, CNPJ nº 82.645.029/0001-95, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BRUSQUE (Águas Claras)/SC, o canal 33 (trinta e três), em caráter primário, como canal de reuso de Brusque/SC, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.989, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014779/2022-33, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV PONTA VERDE LTDA, CNPJ nº 09.314.824/0001-00, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL, o canal 19 (dezenove), como canal de reuso de Maceió/AL, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.996, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014899/2022-31, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A EPC, CNPJ nº 17.659.736/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, o canal 20 (vinte), em caráter primário, como canal de reuso de Solidão/PE, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.999, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014916/2022-30, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA., CNPJ nº 75.387.274/0002-65, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JACAREZINHO/PR, o canal 34 (trinta e quatro), em caráter primário, como canal de reuso de Santo Antônio da Platina/PR, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.003, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014917/2022-84, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ nº 01.061.837/0001-03, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PARANAIGUARA/GO, o canal 20 (vinte), em caráter primário, como canal de reuso de São Simão/GO, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.015, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.015367/2022-11, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, CNPJ nº 05.461.142/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de NEPOMUCENO/MG, o canal 25 (vinte e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.017, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.015368/2022-65, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, CNPJ nº 05.461.142/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG, o canal 15 (quinze), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.018, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.011427/2021-45, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TUIM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.040.062/0001-15, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de LUCAS DO RIO VERDE/MT, o canal 22 (vinte e dois), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.032, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.015372/2022-23, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI BRAVO, CNPJ nº 06.052.138/0001-10, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de BURITI BRAVO/MA, o canal 30 (trinta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.033, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.015632/2022-61, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS, CNPJ nº 24.856.569/0001-11, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de BURITINÓPOLIS/GO, o canal 40 (quarenta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.034, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 01250.006163/2019-35, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TV CIDADE LTDA, CNPJ nº 35.173.368/0001-36, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de AÇAILÂNDIA/MA, o canal 36 (trinta e seis), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.043, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.015633/2022-13, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, CNPJ nº 18.125.146/0001-29 , autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de BURITIS/MG, o canal 51 (cinquenta e um), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.205, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.009716/2022-65, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ, CNPJ nº 04.780.953/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de RONDON DO PARÁ/PA, o canal 35 (trinta e cinco), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 315, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 53115.007848/2021-71 e Nota Técnica nº 12450/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, concedidos à RBS TV SANTA ROSA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 93.088.367/0001-90, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, concedidas nos respectivos municípios.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

ANEXO

Processo	Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal Analógico	Serviço - caráter	Canal Analógico	Canal Digital	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
53115.007848/2021-71	Cerro Largo	RS	50400305682	RTV-P	12	35	25 de abril de 2021
	Crissiumal	RS	03020948061	RTV-P	10	46	25 de abril de 2021
	Guarani das Missões	RS	50400306573	RTV-P	5	24	25 de abril de 2021
	Santo Ângelo	RS	50400307383	RTV-P	4	23	25 de abril de 2021
	Três Passos	RS	50400307545	RTV-P	5	35	25 de abril de 2021

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.383 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do Serviço Rádio do Cidadão titulada pela entidade LEANDRO CARDOZO COSTA, CPF nº ***.046.525-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

Nº 12.390 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do Serviço Rádio do Cidadão titulada pela entidade JOSE MARCOS CURCINO DOS SANTOS, CPF nº ***.479.055-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 12.368, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.009766/2022-69.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Nb Maquinas Ltda, CNPJ nº 46.127.635/0002-36, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.436, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005331/2022-13.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.4210/001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.441, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005302/2022-43.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.440, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008964/2022-13.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Conexao Networks Provedor de Internet Eireli, CNPJ nº 07.848.933/0001-82, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.438, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.007843/2022-46.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) A100 Row Servicos de Dados Brasil Ltda., CNPJ nº 12.147.176/0016-36, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.437, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.006386/2022-72.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Fundacao Antonio Prudente, CNPJ nº 60.961.968/0001-06, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente Regional nos Estados do Rio Janeiro e Espírito Santo

ATO Nº 12.491, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008162/2022-03.
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MUNICIPIO DE BOTUCATU, CNPJ nº 46.634.101/0001-15, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.332, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53508.005531/2022-68.
Expede autorização à Luiz Antônio Alves da Costa, CPF nº ***.443.377-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.473, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008904/2022-92.
Expede autorização à Mlam - Empreendimentos e Participações S/s Ltda, CNPJ nº 06.119.595/0001-85, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.506, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008958/2022-58.
Expede autorização à Luiz Carlos Teixeira, CPF nº ***.976.746-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.502, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008942/2022-45.
Expede autorização à Jose Tadeu Turesso, CPF nº ***.882.368-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.512, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53512.000503/2022-95.
Expede autorização à Vinicius Junio Sperandio, CPF nº ***.330.967-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.513, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53512.000505/2022-84.
Expede autorização à Imobiliaria e Incorporadora Riva Ltda, CNPJ nº 24.743.031/0003-62, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 12.213, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53512.000488/2022-85. Expede autorização à Alimentare Comercio e Distribuicao de Alimentos Ltda, CNPJ nº 28158336000104, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 12.479, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.010417/2022-90. Expede autorização à Agsul Aviacao Agricola Ltda, CNPJ nº 29.460.925/0001-05, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.666, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.010526/2022-78: Expede à JOAO CARLOS STOCCO, CPF nº ***.438.339-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 12.667 - Processo nº 53516.010324/2022-26: ARAUCO FOREST BRASIL S.A., CNPJ nº 00.198.057/0002-28.

Nº 12.668 - Processo nº 53516.010478/2022-18: PARQUE CIENTIFICO E TECNOLOGICO DE BIOCIENCIAS LTDA, CNPJ nº 21.526.709/0001-03.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.679, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.010535/2022-69: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à JOÃO INÁCIO BRIOSCHI, CPF nº ***.569.528-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 11.497, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequências a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 16.695.025/0001-97, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 12.405, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53554.001783/2022-62. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à entidade RICARDO WILLIAM BLASCO STIPP, CPF: ***.315.537-**, FISTEL nº 50417370539, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 12.439, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009824/2022-54. Outorgar autorização de uso das radiofrequências, a seguir relacionadas, à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.498 - Processo nº 53504.009145/2022-85. Expede autorização ao EDMAR GOMES DE MELO, CPF nº ***.821.058-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.495 - Processo nº 53504.009081/2022-12. Expede autorização ao RAMIRO JOSÉ ELI, CPF nº ***.497.748-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 12.406, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Expedir autorização a HELHO GOMES QUARESMA, CPF: XXX.151.904-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 12.435, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53569.001023/2022-96. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à W C Campelo Souza Eireli, CNPJ nº 22247205000109, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARAES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.494 Processo nº 53500.310129/2022-72. Expede autorização à AXIS TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 40.328.771/0001-27, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.497 Processo nº 53500.310163/2022-47. Expede autorização à RV CONNECT LTDA, CNPJ/MF nº 46.603.383/0001-93, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12. 501 Processo nº 53500.309388/2022-51. declara extinta, por renúncia, a partir de 30/08/2022, a autorização outorgada a OLIVEIRA & ANDRADE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 09.400.637/0001-40, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12. 504 Processo nº 53500.310059/2022-52. declara extinta, por renúncia, a partir de 31/08/2022, a autorização outorgada a AS FIBER SCM EIRELI, CNPJ/MF nº 26.114.380/0001-89, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12. 514 Autoriza Ensco do Brasil Petroleo e Gas Ltda, CNPJ nº 04.336.088/0001-78, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 04/09/2022 a 02/11/2022.

Nº 12. 516 Processo nº 53500.309378/2022-15. Expede autorização à CUNHA INSTALACOES TELEFONICAS LTDA, CNPJ/MF nº 82.863.291/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12. 517 Processo nº 53500.296260/2022-10. Expede autorização à OTYS TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 35.440.448/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD N° 4.646, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos técnicos para a criação e o funcionamento da equipe de coordenação setorial da Defesa para a articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60220.000182/2022-70, resolve:

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º Esta Portaria institui Grupo de Trabalho - GT com a finalidade de realizar os estudos técnicos para a criação e o funcionamento da equipe de coordenação setorial da Defesa para a articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo, observado o disposto no Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA

Art. 2º Ao GT compete:

I - propor a normatização e a estrutura da equipe de coordenação setorial da Defesa para a articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo;

II - analisar os procedimentos de outras equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos (ETIR) setoriais existentes, no país e no exterior, com a finalidade de servir de parâmetro para a possível adoção de critérios para o funcionamento da equipe de coordenação setorial da Defesa para a articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo; e

III - solicitar informações, documentos e relatórios aos órgãos da estrutura do Ministério da Defesa, por meio dos canais competentes, quando necessário para a realização dos estudos de sua competência.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO

Art. 3º O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Comando de Defesa Cibernética - ComDCiber, que o coordenará;

II - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA;

III - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa;

IV - Estado-Maior da Armada;

V - Estado-Maior do Exército;

VI - Estado-Maior da Aeronáutica;

VII - ETIR da administração central do Ministério da Defesa;

VIII - ETIR do Comando da Marinha;

IX - ETIR do Comando do Exército; e

X - ETIR do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos, ocasião exclusiva em que terá direito a voto.

§ 2º Os membros do GT e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa - CEMCFA.

§ 3º O ComDCiber prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao GT.

§ 4º O Coordenador atualizará a relação dos membros do GT, caso necessário, e proporá ao CEMCFA a edição do ato correspondente.

CAPÍTULO IV

FUNCIONAMENTO

Art. 4º O GT reunir-se-á, em caráter ordinário, de acordo com o calendário constante da proposta de plano de trabalho, a ser aprovada na primeira reunião do colegiado e, em caráter extraordinário, por iniciativa do Coordenador ou por solicitação de outros membros do colegiado.

§ 1º O horário de início e de término das reuniões e a pauta de deliberações serão especificados no ato de convocação das reuniões do GT, cuja duração não ultrapassará duas horas.

§ 2º O quórum de reunião do GT será de maioria absoluta dos integrantes e as decisões devem ser adotadas, preferencialmente, por consenso ou, se não for possível, por voto da maioria simples dos titulares ou de seus respectivos suplentes presentes, mediante registro em ata.

§ 3º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do GT terá o voto de qualidade.

§ 4º O Coordenador do GT poderá convidar técnicos e especialistas, civis ou militares, para participar das reuniões, sem direito a voto, conforme a especificidade do assunto tratado.

§ 5º É vedada a divulgação das discussões em curso no âmbito do GT sem a prévia anuência do Coordenador do GT.

Art. 5º O GT reunir-se-á presencialmente nas dependências do ComDCiber, ou por videoconferência na hipótese de seus integrantes ou participantes convidados estarem localizados em entes federativos diferentes.

Art. 6º O GT terá o prazo de cento e vinte dias para a conclusão das atividades, contado a partir da data de publicação do ato de designação dos representantes do colegiado, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. Caberá ao CEMCFA a edição do ato de prorrogação do prazo de que trata o caput, caso necessário.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O Coordenador do GT terá o prazo de dez dias, contado da conclusão das atividades do colegiado, para encaminhar ao CEMCFA o relatório final das atividades, com a indicação das recomendações necessárias à criação da equipe de coordenação setorial da Defesa para a articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo.

Art. 8º A participação no GT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 233/DPC, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Reconhece a empresa CASA DO MERGULHO COMERCIAL EIRELI como entidade especializada na realização de vistorias, emissão de Certificados e outros em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022 e de acordo com o contido no inciso X, do art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1ºReconhecer, a empresa CASA DO MERGULHO COMERCIAL EIRELI, CNPJ nº 39.807.264/0001-97, como entidade especializada na realização de vistorias, emissão de Certificados e outros em nome da Autoridade Marítima, nos termos do documento denominado "Serviços Autorizados" que segue em anexo à presente Portaria.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, na conformidade do documento anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC (1ª Revisão), e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 14 de junho de 2022 a 13 de junho de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 14 de junho de 2022.

SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ANEXO

SERVIÇOS AUTORIZADOS REFERENTES AO RECONHECIMENTO ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA E A CASA DO MERGULHO COMERCIAL EIRELI

I - TIPOS DE EMBARCAÇÕES

Serviços restritos a Sistemas de Mergulho Profissional.

II - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

1) Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho em profundidade até vinte metros (NORMAM-15/DPC - 3ª Revisão);

2) Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho em profundidade até trinta metros (NORMAM-15/DPC - 3ª Revisão); e

3) Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho em profundidade entre trinta e cinquenta metros (NORMAM-15/DPC - 3ª Revisão).

b) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso.

1) Declaração de Conformidade de Câmara Hiperbárica (NORMAM-15/DPC - 3ª Revisão); e

2) Declaração de Conformidade de Cesta de Acesso / Cesta para Mergulho / Sino Aberto (Sinete) (NORMAM-15/DPC - 3ª Revisão).

Rio de Janeiro, RJ, em 30 de agosto de 2022.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 28, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 61074.009470/2022-83
Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras
Embaixada dos EUA no Brasil

1. Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do USS "ALBANY", pertencente à Marinha dos Estados Unidos da América, ao porto do Rio de Janeiro-RJ, no período de 5 a 10 de setembro de 2022.

2. Por oportuno, no que diz respeito ao desembarque da tripulação e convívio social, esses estarão sujeitos às normas sanitárias locais vigentes em conformidade com as condições epidemiológicas na ocasião da visita.

VICE-ALMIRANTE CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

DESPACHO Nº 30, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 61074.009557/2022-51
Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras
Embaixada da França no Brasil

1. Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do navio "LA CONFIANCE", pertencente à Marinha Nacional da França (MNF), ao porto de Belém-PA, no período de 6 a 9 de setembro de 2022 e ao porto de Santarém-PA, no período de 12 a 15 de setembro de 2022.

2. Por oportuno, no que diz respeito ao desembarque da tripulação e convívio social, esses estarão sujeitos às normas sanitárias locais vigentes em conformidade com as condições epidemiológicas na ocasião da visita.

VICE-ALMIRANTE CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

Ministério do Desenvolvimento Regional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 443, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº 59004.002760/2021-05 e o contido no Despacho nº145/2022-DGFAI (SEI 0452381), e em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19 da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e à Resolução Condel/Sudam nº 93/2021, que promulgou a atualização do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam, resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à Complementação de Equipamentos, apresentado pela empresa Sococo S/A. Agroindústrias da Amazônia, CNPJ: 05.832.555/0003-85, localizada em Ananindeua, Estado do Pará, com base no Parecer de Análise nº 81/2022-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0451616), reconhecendo-lhe o direito ao incentivo fiscal referente ao ano-calendário 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 17944.104435/2019-93.
Interessado: Município de Criciúma - SC.
Assunto: Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 21/10091-8, celebrado entre o Município de Criciúma/SC e o Banco do Brasil S.A., com garantia da União, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no âmbito do Projeto de pavimentação de vias públicas no Município de Criciúma.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

DESPACHO DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Processo SEI nº 17944.000728/97-71
Interessado: Estado do Ceará.
Assunto: Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 003/97 STN/COAFI, a ser celebrado entre a União e o Estado do Ceará, destinado à conversão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal em Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal com amparo nos arts. 1º e 17 da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e nos arts. 2º a 5º do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 178, de 2021, AUTORIZO a celebração do aditivo, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

PORTARIA ME Nº 7.889, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Regulamenta a dedução do valor das parcelas dos contratos de dívida do Estado ou do Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a dedução do valor das parcelas dos contratos de dívida do Estado ou do Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022.

Art. 2º Compete à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia apurar as perdas de arrecadação dos Estados ou do Distrito Federal com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nos termos do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 2022.

§ 1º A apuração das perdas de que trata o caput:

I - será realizada a partir dos Anexos III dos relatórios resumidos de execução orçamentária - RREO referentes ao sexto bimestre de 2021 e de 2022 encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia pelos Estados e Distrito Federal por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI;

II - utilizará dados da arrecadação nominal bruta de ICMS; e

III - observará o processo administrativo estabelecido pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 2º Será devida a dedução de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 2022, se verificada, na comparação entre os exercícios de 2021 e 2022, redução de arrecadação nominal total de ICMS:

I - superior a cinco por cento, para os Estados que não tiverem o contrato de refinanciamento de dívidas com a União previsto no art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017; e

II - de qualquer valor, para os Estados que tiverem contrato de refinanciamento de dívidas com a União previsto no art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 2017.

§ 3º O valor a ser deduzido corresponderá ao somatório das diferenças negativas entre a arrecadação de ICMS observada a cada mês do segundo semestre de 2022 e a arrecadação observada no mesmo período de 2021.

§ 4º Os efeitos financeiros decorrentes do cálculo, no caso de atraso do envio das informações ou de modificação dos valores utilizados para os cálculos previstos neste artigo, serão controlados para fins de pagamento pelo Estado ou Distrito Federal ou de concessão de dedução adicional, conforme o caso.

Art. 3º As perdas apuradas em conformidade com o disposto no art. 2º serão deduzidas das parcelas exigíveis dos contratos de dívidas do Estado ou do Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia a partir do mês seguinte ao de conclusão do processo de apuração do montante a ser deduzido pela União.

§ 1º Os valores apurados nos termos do art. 2º serão deduzidos prioritariamente dos valores das parcelas vincendas das dívidas dos Estados e o Distrito Federal refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, ou

decorrentes do empréstimo de que trata a Medida Provisória nº 2.192, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º A dedução, nos casos de que trata o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 2022, ocorrerá preferencialmente em relação aos valores das parcelas vincendas do contrato de refinanciamento de dívidas com a União previsto no art. 9º-A da Lei Complementar nº 159, de 2017.

§ 3º Caberá ao Estado ou ao Distrito Federal, na hipótese de não possuir dívida refinanciada ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, ou decorrente do empréstimo de que trata a Medida Provisória nº 2.192, de 2001, indicar, com antecedência mínima de trinta dias da data do vencimento da próxima prestação, dívida administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, que tenha como credor a União, cujas parcelas vincendas serão deduzidas.

§ 4º Caberá ao Estado ou Distrito Federal, na hipótese de o valor da parcela exigível no mês, referente as dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, superar o valor a ser deduzido no mesmo período, arcar com a parte faltante até a data de vencimento da parcela.

§ 5º A ausência de complementação, nos termos do disposto no § 4º, implicará aplicação das sanções contratuais cabíveis.

Art. 4º A dedução, inexistindo parcelas vincendas de dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, conforme definido nos § 2º e § 3º do art. 3º, poderá ser feita com as prestações das operações de crédito garantidas pela União, que serão indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, pelo valor total pago pela União dessas parcelas.

§ 1º A Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia informará ao Estado ou ao Distrito Federal, com antecedência mínima de trinta dias da data do vencimento, as parcelas vincendas das operações de crédito garantidas que serão pagas pela União e cujos valores pagos serão utilizados na dedução das perdas apuradas conforme disposto no art. 2º, tendo em vista seus limites operacionais para o pagamento das referidas parcelas.

§ 2º O pagamento pela União das parcelas de operações de crédito garantidas ocorrerá após o acionamento da garantia da União pelos credores, conforme previsão nos contratos de garantia.

§ 3º A União, na hipótese de o valor das parcelas exigíveis das operações de crédito garantidas pela União indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia superar o valor a ser deduzido no período, pagará integralmente as parcelas devidas e o valor excedente será recuperado na forma dos respectivos contratos de contragarantia.

Art. 4º Caso existam parcelas das dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia ou das operações de crédito garantidas pela União vencidas depois de 22 de julho de 2022, os valores correspondentes deverão, prioritariamente, ser deduzidos das perdas apuradas nos termos do disposto no art. 2º.

Art. 5º As deduções a serem realizadas nos termos dos art. 3º e art. 4º serão encerradas quando não houver mais valores a deduzir das parcelas das dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia e das operações de crédito garantidas pela União, observado o limite estabelecido no § 3º do art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

PORTARIA ME Nº 7.988, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a publicização de atividades de produção e oferta de cursos de educação executiva a distância da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, no § 2º do art. 7º do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, e no §1º do art. 1º da Portaria nº 297, de 12 de junho de 2019, do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Autorizar, com fundamento no art. 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, a publicização de atividades de produção e oferta de cursos de educação executiva a distância, por meio da gestão da Escola Virtual de Governo - EV.G da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

Parágrafo único. A publicização de que trata o caput, em linha com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, tem por objetivo:

I - ampliar a capacidade de produção e oferta de cursos de educação executiva a distância por parte da Enap;

II - melhorar a qualidade dos cursos ofertados; e

III - aprimorar a experiência dos usuários da Escola Virtual de Governo - EV.G.

Art. 2º O chamamento público de que trata o inciso I do art. 8º do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, observará, sem prejuízo de outras diretrizes:

I - o disposto nos arts. 8º a 12 do Decreto nº 9.190, de 2017; e

II - as informações técnicas providas pela Enap ao Ministério da Economia.

Parágrafo único. O chamamento público deverá ocorrer no prazo de até seis meses, contado da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Cabe à Enap a adoção dos procedimentos para divulgação das regras para seleção e qualificação de entidade privada sem fins lucrativos como Organização Social, observado o disposto nos arts. 8º a 13 do Decreto nº 9.190, de 2017.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 10.444, de 7 de outubro de 2021, do Ministério da Economia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 20 a 22/09/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
15	10280.724404/2012-99	16
20	10680.923158/2012-43	21 a 31
64	10166.905923/2013-43	65 e 66

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

1 - Processo nº: 16561.720010/2018-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CCVL PARTICIPACOES LTDA.

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

2 - Processo nº: 16561.720216/2016-45 - Embargante: CITI PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

3 - Processo nº: 10983.721673/2012-86 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GDC ALIMENTOS S.A

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

4 - Processo nº: 16327.721507/2012-08 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

5 - Processo nº: 10768.002435/2004-11 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

6 - Processo nº: 19515.003023/2006-06 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

7 - Processo nº: 16643.000321/2010-69 - Recorrente: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

8 - Processo nº: 18470.727465/2016-14 - Embargante: LUPATECH- PERFURACAO E COMPLETACAO LTDA- EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI

9 - Processo nº: 16561.720004/2018-20 - Embargante: ATENTO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

10 - Processo nº: 10845.726184/2017-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A

11 - Processo nº: 10980.724544/2016-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RDC CONCESSOES SA

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

12 - Processo nº: 15956.720089/2017-69 - Recorrente: GBT S.A. CONCESSIONARIA DE INFRA-ESTRUTURA PREDIAL E DE SERVICOS DE TI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

13 - Processo nº: 13811.001152/2003-88 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Redator(a) AD HOC: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

14 - Processo nº: 19515.720737/2018-16 - Recorrente: BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO NORDESTE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

15 - Processo nº: 10280.724404/2012-99 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

16 - Processo nº: 10280.724403/2012-44 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 15586.720116/2017-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOT-BRAS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA

18 - Processo nº: 13851.001304/2006-19 - Embargante: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

19 - Processo nº: 10950.001747/2008-65 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ESCRITORIO ARGUS DE CONTABILIDADE LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

20 - Processo nº: 10680.923158/2012-43 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

21 - Processo nº: 10680.923160/2012-12 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10680.923161/2012-67 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10680.923163/2012-56 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10680.923164/2012-09 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10680.923167/2012-34 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10680.923168/2012-89 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10680.923169/2012-23 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10680.923170/2012-58 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10680.923171/2012-01 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10680.923172/2012-47 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.923173/2012-91 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
32 - Processo nº: 11516.721150/2011-28 - Recorrente: KOERICH ENGENHARIA E TELECOMUNICACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
33 - Processo nº: 16561.720189/2013-68 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
34 - Processo nº: 10703.720003/2018-37 - Recorrente: FEDERACAO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETRANSPOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
35 - Processo nº: 13855.722680/2014-11 - Recorrente: JOAO VICTOR DOS REIS CUCOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
36 - Processo nº: 15586.720624/2014-94 - Recorrente: YMPACTUS COMERCIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 16682.722051/2017-51 - Recorrente: SALGUEIRO CONSTRUCOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
38 - Processo nº: 11610.021769/2002-70 - Recorrente: IMOBILIARIA E ADMINISTRADORA BROOKLYN S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
39 - Processo nº: 11516.002456/2006-14 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11516.002457/2006-69 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TRACTEBEL ENERGIA S. A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
41 - Processo nº: 16327.720677/2012-67 - Embargante: CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
42 - Processo nº: 16682.722247/2017-45 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
43 - Processo nº: 11610.003882/2003-54 - Recorrente: METRO-DADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
44 - Processo nº: 16561.720082/2017-43 - Embargante: CAMIL ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
45 - Processo nº: 16327.721303/2012-69 - Recorrente: UBS BRASIL CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
46 - Processo nº: 12448.720872/2018-55 - Recorrente: DOLPHIN DRILLING PERFURACAO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
48 - Processo nº: 10183.727653/2017-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INFRAMAX CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
49 - Processo nº: 19515.720521/2015-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI
50 - Processo nº: 16327.000545/2009-10 - Embargante: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16327.720527/2012-53 - Embargante: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
52 - Processo nº: 15504.721723/2019-61 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA
Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE
53 - Processo nº: 13896.000235/99-74 - Recorrente: ITAUBANK COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
54 - Processo nº: 10600.720016/2014-31 - Recorrente: TEMPO SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
55 - Processo nº: 10830.727459/2018-72 - Recorrente: FUNDACAO CARLOS CHAGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO MAGALHAES LIMA
56 - Processo nº: 11080.010713/2008-11 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.010881/2008-14 - Recorrente: MERTEN ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
58 - Processo nº: 11080.728421/2018-18 - Recorrente: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
59 - Processo nº: 16561.720117/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BARCELONA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA S/A
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
60 - Processo nº: 16682.905029/2017-44 - Embargante: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
61 - Processo nº: 10980.724561/2017-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
62 - Processo nº: 10166.900063/2011-90 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10166.903574/2012-44 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10166.905923/2013-43 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
65 - Processo nº: 10166.904712/2012-11 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10166.913576/2012-41 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANI APARECIDA BACCHMI
67 - Processo nº: 10166.910402/2011-46 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10166.905924/2013-98 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10166.903968/2013-83 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10166.906524/2011-38 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
Presidente da Turma

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 20 a 22/09/2022.
Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF; e
3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
18	10980.008093/2003-39	19 a 27
50	10680.900378/2017-11	51 a 59
60	10680.906031/2017-74	61 a 65
66	10680.912896/2015-16	67 a 71
75	10880.953145/2013-23	76 e 77

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CSLL E IRRF
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
1 - Processo nº: 10803.720021/2014-67 - Embargante: COMARK COBRANCAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10665.001342/2009-23 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10665.722738/2012-11 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
4 - Processo nº: 10245.000740/2009-73 - Recorrente: URBAN DO BRAS EMP IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
5 - Processo nº: 12448.726276/2013-74 - Recorrente: COLORTEL S A SISTEMAS ELETRONICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
6 - Processo nº: 13896.004600/2008-17 - Recorrente: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 19515.000389/2008-87 - Recorrente: COOPSERV SOC COOP PROF NA AREA DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
8 - Processo nº: 10510.720642/2018-60 - Recorrente: FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IRPJ: CONHECIMENTO E PRELIMINARES
9 - Processo nº: 10805.002836/2002-15 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

10 - Processo nº: 10880.013076/89-22 - Recorrente: CARBEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
11 - Processo nº: 19647.720030/2018-04 - Recorrente: C.R.M. MATERIAL DE CONSTRUCAO & CONSTRUTORA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPJ: IMUNIDADE E BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
12 - Processo nº: 10168.003936/2007-18 - Recorrente: DEMOCRATAS DEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: IRPJ/OUTROS
13 - Processo nº: 11020.722680/2016-70 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
14 - Processo nº: 10480.726354/2015-71 - Recorrente: ES ATACADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
15 - Processo nº: 16327.000664/2005-49 - Recorrente: TCR EAGLE PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: PENALIDADES
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
16 - Processo nº: 15504.011547/2010-17 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
17 - Processo nº: 10166.724856/2011-04 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
18 - Processo nº: 10980.008093/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
19 - Processo nº: 10380.016238/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIBRA LIGAS DO BRASIL S/A
20 - Processo nº: 10830.008003/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: IRMANDADE DE MISERICORDIA DE CAMPINAS
21 - Processo nº: 10980.004539/2002-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MEDICOS
22 - Processo nº: 12897.000874/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GE RIO REVISAO DE MOTORES AERONAUTICOS LTDA
23 - Processo nº: 15504.725962/2018-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL
24 - Processo nº: 15586.720122/2015-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECNOCON - TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA
25 - Processo nº: 19515.000681/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROCKWELL AUTOMATION DO BRASIL LTDA
26 - Processo nº: 19515.004295/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIVERMATIC EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
27 - Processo nº: 19647.004724/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PRESERVE SEGURANCA T DE VALORES LTDA
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
28 - Processo nº: 10980.723627/2010-80 - Recorrente: BONYPLUS INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
29 - Processo nº: 11080.902631/2013-61 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
30 - Processo nº: 11831.001444/2003-57 - Recorrente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
31 - Processo nº: 13982.000573/2005-91 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CAMPUS DE CONCORDIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
32 - Processo nº: 16682.721073/2014-51 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 6: IRPJ: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS (1)
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
33 - Processo nº: 11020.721280/2013-02 - Embargante: RIO GRANDE ENERGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: IRPJ: CUSTOS, DESPESAS E DEDUÇÕES
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
34 - Processo nº: 16327.001367/2010-88 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16327.001801/2007-24 - Recorrente: OMNI S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 16327.720395/2014-21 - Recorrente: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
37 - Processo nº: 12448.724528/2017-54 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PRIO BRAVO LTDA.
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
38 - Processo nº: 19515.721343/2017-96 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA
39 - Processo nº: 10880.722194/2008-59 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.900308/2006-46 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.941734/2012-88 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
42 - Processo nº: 16327.914695/2009-11 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: IRPJ: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
43 - Processo nº: 19515.002590/2006-37 - Recorrente: NEVES VIANNA ESCRITORIO ADMINISTRATIVO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
44 - Processo nº: 13312.002632/2008-00 - Recorrente: MANOEL DOURADO DE FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
45 - Processo nº: 19311.720082/2016-01 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DAIKIN AR CONDICIONADO BRASIL LTDA.
TEMA 9: PER/DCOMP
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
46 - Processo nº: 10580.900033/2010-10 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10580.900034/2010-56 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10580.900038/2010-34 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10580.900040/2010-11 - Recorrente: SETEL CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
50 - Processo nº: 10680.900378/2017-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10680.900203/2017-04 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10680.900370/2017-47 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10680.900457/2017-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10680.900562/2017-53 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10680.900693/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10680.900861/2017-98 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10680.900968/2017-36 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10680.901036/2017-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10680.901046/2017-46 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10680.906031/2017-74 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10680.915534/2017-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10680.915554/2017-10 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10680.915562/2017-58 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10680.915595/2017-06 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10680.915668/2017-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.912896/2015-16 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10680.901024/2018-67 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.909274/2015-01 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10680.909351/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10680.912870/2015-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.912889/2015-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 10: IRPJ: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS (2)
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
72 - Processo nº: 16561.720169/2017-11 - Recorrente: ELEKTRO REDES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PER/DCOMP (1)
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
73 - Processo nº: 10840.904159/2010-47 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA SANTA ELISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
74 - Processo nº: 10880.918026/2015-96 - Recorrente: HYPERA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
75 - Processo nº: 10880.953145/2013-23 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
76 - Processo nº: 10880.918862/2014-90 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.953144/2013-89 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10980.900128/2011-01 - Recorrente: TIM SUL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
79 - Processo nº: 11080.732438/2018-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
80 - Processo nº: 11516.000711/2007-75 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
81 - Processo nº: 13005.901010/2012-16 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13005.904413/2009-11 - Recorrente: BALDO SA COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: IRPJ: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
83 - Processo nº: 15868.720211/2012-81 - Recorrente: NEW YORK PLAZA SHOPPING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13312.000047/2011-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIMUNDO NONATO AGUIAR ELIAS ME
TEMA 13: PER/DCOMP (2)
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
85 - Processo nº: 13839.900487/2008-87 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13839.904092/2010-78 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
87 - Processo nº: 16682.905023/2017-77 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
88 - Processo nº: 16682.905220/2017-96 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: ÔNUS DA PROVA E SIMPLES/EXCLUSÃO
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
89 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
90 - Processo nº: 10680.905925/2012-32 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
91 - Processo nº: 16327.000016/2005-92 - Recorrente: IGA PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
92 - Processo nº: 19679.000954/2006-71 - Recorrente: VETOR DESIGN IMPRESSAO E PRODUCAO DIGITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
Presidente da Turma

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 20 a 22/09/2022.
Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
34	10880.911359/2017-56	35 a 64
65	10880.958224/2019-16	66 a 76
106	10783.908553/2012-48	107 a 112

DIA 20 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
1 - Processo nº: 16561.720076/2017-96 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A.
2 - Processo nº: 10872.720596/2016-28 - Recorrente: ANADARKO EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
3 - Processo nº: 16643.000116/2010-01 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
4 - Processo nº: 10880.933289/2008-04 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.933290/2008-21 - Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
6 - Processo nº: 19515.002540/2006-50 - Recorrente: MUNDO NOVO SPE - 1 S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
7 - Processo nº: 10920.001161/2008-58 - Recorrente: CERAMARTE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
8 - Processo nº: 13850.000225/2008-62 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: MARCELO CUBA NETTO
9 - Processo nº: 10280.720977/2016-77 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: RICARDO MAROZZI GREGORIO
10 - Processo nº: 11065.004189/2007-56 - Recorrente: FLAMINGO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
11 - Processo nº: 10880.939995/2009-32 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.955498/2010-15 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10880.668876/2011-12 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10880.967571/2012-63 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10880.922909/2013-39 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10880.956276/2012-81 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10880.939994/2009-98 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10880.955499/2010-60 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10880.967570/2012-19 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.939956/2013-11 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10880.949869/2013-72 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10880.907931/2014-30 - Recorrente: ESTAMPARIA INDUSTRIAL ARATELL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: RICARDO MAROZZI GREGORIO
23 - Processo nº: 10680.008759/2004-14 - Recorrente: CONSTRUTORA SAGENDRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16306.720516/2011-31 - Recorrente: UNIMED DO ESTADO DE SAO PAULO - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
25 - Processo nº: 11543.005395/2002-96 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
26 - Processo nº: 15940.000052/2006-37 - Recorrente: AGROPECUARIA SANTA INES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
27 - Processo nº: 16327.721220/2012-70 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
28 - Processo nº: 16327.720551/2018-88 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
29 - Processo nº: 13888.903252/2008-61 - Recorrente: THE LYCRA COMPANY INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
30 - Processo nº: 10983.720188/2015-38 - Recorrente: BESC SA CREDITO IMOBILIARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
31 - Processo nº: 13819.002213/96-91 - Recorrentes: PROQUIGEL IND E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Redator(a) AD HOC: PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
32 - Processo nº: 10768.025138/97-72 - Recorrente: WILSON SONS ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
33 - Processo nº: 19515.003956/2010-71 - Recorrente: MAIO SERVICOS DE CONTABILIDADE LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
34 - Processo nº: 10880.911359/2017-56 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
35 - Processo nº: 10880.653683/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.900197/2014-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.903300/2014-41 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10880.903793/2016-81 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.906666/2014-72 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.906667/2014-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.915475/2016-63 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10880.925930/2014-77 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.925931/2014-11 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.925932/2014-66 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10880.925933/2014-19 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.926413/2013-34 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.926414/2013-89 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.927625/2018-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.930458/2015-75 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.931491/2018-65 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.945896/2015-38 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.945897/2015-82 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10880.952441/2016-50 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.953351/2013-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10880.953353/2013-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10880.953744/2015-17 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10880.954581/2017-43 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10880.954582/2017-98 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10880.964425/2017-91 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10880.966899/2019-39 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10880.971090/2016-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10880.983593/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10880.991536/2019-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10880.991537/2019-86 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
65 - Processo nº: 10880.958224/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
66 - Processo nº: 10880.925630/2017-31 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.925631/2017-85 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10880.931228/2017-95 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10880.950218/2018-30 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.954300/2018-33 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.954301/2018-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.954302/2018-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.958225/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.966900/2019-25 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.979221/2019-16 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.979222/2019-61 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
77 - Processo nº: 10880.900198/2014-22 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10880.919073/2014-76 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.953352/2013-88 - Recorrente: TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
80 - Processo nº: 10680.913609/2011-53 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10680.913610/2011-88 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.913611/2011-22 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10680.913612/2011-77 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10680.903887/2010-11 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10680.907343/2011-18 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10680.902793/2010-25 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10680.909864/2010-11 - Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
88 - Processo nº: 19515.720495/2013-48 - Recorrente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16004.001087/2006-36 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA COLOMBO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
90 - Processo nº: 16561.720234/2016-27 - Recorrentes: INTERCEMENT BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 16327.720663/2014-13 - Recorrente: ALVORADA CARTOES, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO CUBA NETTO
92 - Processo nº: 10880.972726/2010-11 - Recorrente: VIVO PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
93 - Processo nº: 12448.722159/2018-46 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e RECICLYN COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS LTDA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
94 - Processo nº: 11610.006819/2003-70 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 18470.725743/2012-67 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
96 - Processo nº: 16682.720642/2012-89 - Recorrente: TERMOPERNAMBUCO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
97 - Processo nº: 19679.005787/2003-11 - Recorrente: MICRONAL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16045.000136/2009-80 - Recorrente: SIM-SERVICE INSTALACOES E MONTAGENS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11522.002296/2007-13 - Recorrente: CEPEL CONSTRUCOES ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA/RETORNO DE PAUTA
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
100 - Processo nº: 14033.003335/2008-72 - Recorrente: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10950.001759/2008-90 - Recorrente: TRANSBALAN TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
102 - Processo nº: 16327.720611/2016-09 - Embargante: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - FALIDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
103 - Processo nº: 11065.722968/2012-02 - Embargante: AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10580.901287/2009-11 - Recorrente: CABOTO AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 16004.000605/2009-47 - Recorrente: GLOBORR INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE BORRACHAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10783.908553/2012-48 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
107 - Processo nº: 10783.908554/2012-92 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10783.908555/2012-37 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10783.908556/2012-81 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10783.908559/2012-15 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10783.908563/2012-83 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10783.909388/2012-41 - Recorrente: SERTRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
Presidente da Turma

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 20 a 22/09/2022.
Pauta extraordinária de julgamento do recurso da sessão presencial reservada a ser realizada na data a seguir mencionada no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do Dia da sessão em que o processo tenha sido agendado; e
2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do Dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF.

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 17:00 HORAS

TEMA: REPRESENTAÇÃO DE NULIDADE
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
1 - Processo nº: 11080.741707/2019-61 (PAF: 16327.001747/2010-12) - Representante: SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - Representado: Ex-Conselheiro João Carlos de Figueiredo Neto e Interessada: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA, ATUAL DENOMINAÇÃO DE PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA - Objeto da Representação: Acórdão nº: 1102-001.013.

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
Presidente da Turma

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 20 a 22/09/2022.
Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF; e
3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
2	10830.724568/2011-61	3 a 7

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA/ISOLADA
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
1 - Processo nº: 13005.720019/2017-24 - Recorrente: SVB PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
2 - Processo nº: 10830.724568/2011-61 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
3 - Processo nº: 10830.724578/2011-05 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10830.724599/2011-12 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10830.724604/2011-97 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10830.724693/2011-71 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10830.724698/2011-02 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 20 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA/ISOLADA
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
8 - Processo nº: 16327.720922/2011-55 - Recorrente: MULTIPPLA PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO DE ATIVOS PROPRIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
9 - Processo nº: 13896.721317/2018-25 - Recorrente: WARNER BROS SOUTH INC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
10 - Processo nº: 16682.722458/2017-88 - Embargante: SOUTH32 MINERALS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
11 - Processo nº: 15868.720084/2016-44 - Embargante: ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
12 - Processo nº: 15983.720259/2017-88 - Embargante: U T C ENGENHARIA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA/ISOLADA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
13 - Processo nº: 19515.721099/2017-61 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
14 - Processo nº: 16327.720441/2015-73 - Recorrente: BANCO BMG S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
15 - Processo nº: 10600.720019/2017-17 - Embargante: BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: CONHECIMENTO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
16 - Processo nº: 16682.720205/2017-70 - Recorrente: TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. - TAG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
17 - Processo nº: 10880.927770/2010-77 - Recorrente: VR VALES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13804.002630/2003-66 - Recorrente: VR VALES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 21 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: CONHECIMENTO
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
19 - Processo nº: 16327.721168/2014-13 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
20 - Processo nº: 10980.721948/2015-54 - Embargante: ASSOC BRASILEIRA DE PROMOTORES DE VENDA DE COSMETICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
21 - Processo nº: 10880.902947/2011-11 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10880.903657/2009-62 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10880.907807/2011-21 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: ACRÉSCIMOS LEGAIS/JUROS DE MORA
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
24 - Processo nº: 11516.723498/2013-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e TOMBENSE FUTEBOL CLUBE
TEMA 6: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
25 - Processo nº: 16095.720176/2014-13 - Recorrente: PANDURATA ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
26 - Processo nº: 16327.902045/2019-96 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
27 - Processo nº: 16327.720849/2018-98 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ITAU UNIBANCO S.A.
TEMA 8: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
28 - Processo nº: 11080.007731/2003-19 - Recorrente: CEEE RS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11080.005618/2007-14 - Recorrente: COMPANHIA ESTADUAL DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-GT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA
30 - Processo nº: 16561.720173/2017-89 - Embargante: DU PONT DO BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: PRELIMINAR/NULIDADE
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
31 - Processo nº: 11080.000117/2006-61 - Recorrente: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 16004.720578/2011-47 - Recorrente: TEREOS DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
33 - Processo nº: 10830.007255/2007-69 - Recorrente: PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 22 de Setembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
34 - Processo nº: 15374.969992/2009-67 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15374.969993/2009-10 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15374.969995/2009-09 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15374.969996/2009-45 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
38 - Processo nº: 16682.900015/2019-04 - Recorrente: REPSOL SINOPEC BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
39 - Processo nº: 10855.907012/2012-10 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10855.905309/2013-13 - Recorrente: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.729519/2017-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIX LOGISTICA S/A
42 - Processo nº: 10980.911274/2009-30 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.683947/2009-84 - Recorrente: AVAYA BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: SIMPLES - EXCLUSÃO/OPÇÃO
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
44 - Processo nº: 10580.725848/2018-52 - Recorrente: GUSTAVO SOTERO DE MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10580.721043/2017-59 - Recorrente: HANS OTTO BONISCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10845.721512/2018-62 - Recorrente: ELO ADMINISTRACAO, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10508.720314/2019-93 - Recorrente: GABRIELA EMPREENDIMENTOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da Turma

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SEDGG/ME Nº 7.888, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece orientações aos órgãos e entidades da administração pública federal quanto aos procedimentos a serem observados para o dimensionamento da força de trabalho.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 126, I e 180 Anexo I do Decreto nº 9.745/2019, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece orientações aos órgãos e entidades da administração pública federal quanto aos procedimentos a serem observados para transferência, institucionalização e replicação do modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).

Conceitos e definições

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - Planejamento da Força de Trabalho (PFT): conjunto de processos, práticas e tecnologias de gestão de pessoas indispensáveis para as organizações que buscam compor equipes de trabalho eficientes, a fim de assegurar a alocação assertiva de pessoas com vistas à efetivação de planos e de objetivos institucionais;

II - Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT): instrumento de gestão de pessoas que visa a estimar o quantitativo ideal de pessoas para realizar um conjunto de entregas com foco em resultado, considerando o contexto e as características da força de trabalho;

III - modelo referencial: modelo definido pelo órgão central do Sipec para o dimensionamento da força de trabalho e o Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip);

IV - entrega: representante quantificável da atividade executada;

V - Sisdip: sistema informatizado do órgão central do Sipec para apoiar na gestão, registrar, armazenar e executar o cálculo do dimensionamento de pessoas por meio de entregas, bem como agregar indicadores qualitativos e quantitativos acerca da força de trabalho nos órgãos ou entidades;

VI - replicação do modelo referencial: execução interna do DFT nas unidades do órgão ou entidade que concluiu a transferência de que trata o art. 3º; e

VII - institucionalização do DFT: disseminação da prática contínua do dimensionamento após a transferência do modelo referencial, no âmbito de cada órgão ou entidade.

CAPÍTULO II

TRANSFERÊNCIA DO MODELO REFERENCIAL

Art. 3º A transferência do modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho decorrerá da capacitação de pessoal e da concessão de acesso ao Sisdip pelo órgão central do Sipec ao órgão ou entidade solicitante.

§ 1º A capacitação de que trata o caput será de responsabilidade do órgão central do Sipec em parceria com escolas de governo, sem prejuízo de adoção de outros meios disponíveis.

§ 2º A concessão de acesso de que trata o caput será realizada exclusivamente pelo órgão central do Sipec, mediante solicitação do Secretário Executivo ou autoridade equivalente do órgão ou entidade, vedada a subdelegação.

Art. 4º A solicitação de que trata o § 2º do art. 3º conterá as seguintes informações:

I - descrição da missão institucional e dos principais programas relacionados ao Plano Plurianual geridos pelo órgão ou entidade;

II - certificação de capacitação dos multiplicadores e do dirigente que possuir o perfil de gestor do órgão/entidade no Sisdip, definidos no Termo de Compromisso, por meio da participação na capacitação prevista no § 1º do art. 3º;

III - termo de compromisso

IV - quantidade de servidores ativos em exercício no órgão ou entidade e os que se encontram movimentados para outros órgãos ou entidades; e

V - informação a respeito da existência de recomendação de órgão de controle ou decisão judicial para a realização de DFT no órgão ou entidade.

§ 1º O órgão central do Sipec poderá pedir, ao órgão ou entidade solicitante, documentos ou informações complementares que entender necessários.

§ 2º Os pedidos de concessão de acesso ao Sisdip serão atendidos conforme a ordem de chegada ao órgão central do Sipec, considerada a data e o horário de registro do peticionamento eletrônico, desde que devidamente instruídos.

CAPÍTULO III

INSTITUCIONALIZAÇÃO E REPLICAÇÃO

Institucionalização do modelo referencial de DFT

Art. 5º A institucionalização do DFT será realizada após a transferência do modelo referencial, conforme previsto no termo de compromisso com o órgão central do Sipec, nos termos do inciso III do art. 4º, e terá como objetivos:

I - aprimorar o planejamento e a gestão da força de trabalho por meio de dados, informações, indicadores e entregas com seus respectivos esforços;

II - contribuir para o caráter uniformizador das políticas de gestão de pessoas do Sipec;

III - contribuir para o desenvolvimento do programa de gestão e desempenho;

IV - fornecer informação qualificada para a tomada de decisão relativa à alocação de pessoal;

V - replicar o modelo referencial, de acordo com o inciso VI do art. 2º;

VI - aprimorar os pedidos de concursos públicos, contratações temporárias e movimentação de pessoal;

VII - contribuir para o diagnóstico organizacional e a melhoria de processos; e

VIII - contribuir para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Replicação do modelo referencial de DFT

Art. 6º A replicação do DFT deverá ser realizada quando ocorrer:

I - a transferência do modelo referencial e sua institucionalização no órgão ou entidade solicitante, nos termos do art. 5º;

II - a alteração de estruturas organizacionais;

III - ampliação, redução e/ou revisão das competências regimentais das áreas; e

IV - modernização e/ou automação de processos de trabalho que impactem nas entregas da unidade e, consequentemente, no quantitativo da força de trabalho.

§ 1º Os resultados obtidos na replicação do modelo referencial deverão ser validados pelo dirigente que possuir o perfil de gestor do órgão no Sisdip e definido no termo de compromisso.

§ 2º Os ajustes ou correções dos resultados validados pelo dirigente que possuir o perfil de gestor do órgão ou entidade somente serão possíveis mediante motivação expressa.

Art. 7º A replicação de que trata o art. 6º será realizada pela área responsável pelo DFT e indicada no termo de compromisso.

Parágrafo único. As demais áreas dos órgãos e entidades deverão realizar o DFT, observadas as diretrizes e a supervisão da área responsável.

Art. 8º A periodicidade da replicação será de, no máximo, vinte e quatro meses, a contar do último dia do período dimensionado no órgão ou entidade.

§ 1º O período dimensionado corresponde ao intervalo de tempo considerado para levantamento dos dados usados no DFT de cada unidade dimensionada, o qual deverá ser de, no mínimo, três e, no máximo, doze meses.

§ 2º O DFT deverá considerar, preferencialmente, o mesmo período para todas as unidades dimensionadas, a fim de se permitir a comparação e a consolidação dos resultados.

Art. 9º O órgão central do Sipec terá acesso às operações realizadas no Sisdip, bem como aos dados armazenados e resultados dos órgãos ou entidades que dimensionarem sua força de trabalho e poderá usá-los no âmbito de sua atuação.

Parágrafo único. O órgão central do Sipec poderá pedir, ao órgão ou entidade solicitante, informações complementares e comprobatórias quanto aos dados e resultados disponíveis no Sisdip.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os critérios, o sistema, o modelo referencial e os demais procedimentos do DFT, bem como o estabelecimento de suas diretrizes gerais são de responsabilidade do órgão central do Sipec.

Parágrafo único. Para fins de racionalização de recursos financeiros e uniformização da utilização do DFT será adotado unicamente o Sisdip, sistema a ser disponibilizado pelo órgão central.

Art. 11. Os órgãos e entidades que já adotaram o modelo referencial do Sipec ficam dispensados do estabelecido nos artigos. 3º e 4º.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades que se enquadram no caput deverão se adequar aos termos desta Portaria, a partir da data da sua publicação.

Art. 12. O órgão central do Sipec apoiará a transferência do modelo referencial de DFT para os órgãos e entidades e prestará apoio técnico institucional durante o processo de institucionalização e replicação do modelo referencial de DFT.

Art. 13 O órgão central do Sipec poderá emitir revisões e atualizações do modelo referencial de DFT, cabendo aos órgãos e entidades aderentes a sua observância.

Art. 14. Fica vedada a realização de despesas com a contratação de critérios, sistema, modelo referencial e demais procedimentos do DFT, os quais serão disponibilizados pelo órgão central do Sipec.

Art. 15. Fica revogada a Portaria MP nº 477, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor trinta dias após sua publicação.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO Nº XX/20XX

1. OBJETO:

1.1 Transferência do modelo referencial de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT do órgão central do Sipec para o(a) (nome do órgão/entidade), bem como pactuação da institucionalização do DFT no órgão ou entidade aderente, estabelecendo o compromisso entre as partes.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Órgão Central do Sipec	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal - SGP
Órgão ou entidade aderente ao modelo referencial	Nome do órgão/entidade
Secretário Executivo ou autoridade equivalente do órgão ou entidade	Nome: Cargo: Telefone: E-mail:
Dirigente de Gestão de Pessoas do órgão ou entidade	Nome: Cargo: Telefone: E-mail:

3. ESCOPO:

3.1 Solicitar a concessão de acesso de que trata o §2 do Art.4º desta Portaria, após a capacitação do gestor de órgão e dos multiplicadores no modelo referencial;

3.2 Após a conclusão da transferência do modelo referencial de DFT, por meio da capacitação do dirigente que possuir o perfil de gestor no Sisema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip) e dos agentes públicos designados como multiplicadores pelo órgão/entidade, para replicação da metodologia e acesso ao Sisdip, o (nome do órgão ou entidade) se comprometerá a replicar e institucionalizar o processo de DFT na totalidade do órgão ou entidade.

4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DFT NO ÓRGÃO OU ENTIDADE:

4.1 O DFT, como instrumento de gestão de pessoas, deve ocorrer de forma contínua, a fim de manter os dados atualizados e condizentes com a realidade recente do órgão ou entidade.

4.2 Os prazos referidos devem ser definidos pelo órgão ou entidade, mediante análise de seu contexto, desde que respeitados os seguintes intervalos:

a) a periodicidade da replicação será de, no máximo, vinte e quatro meses, a contar do último dia do período dimensionado no órgão ou entidade.

b) Período a ser dimensionado: mínimo de três e máximo de doze meses.

4.3 A área responsável pela replicação do modelo referencial deve ser definida, assim como o gestor de órgão ou entidade e os multiplicadores responsáveis pela replicação.

4.4 Para a transferência do modelo referencial de que trata este Termo de Compromisso, serão:

Área responsável pelo DFT no órgão/entidade:	Nome/Sigla: Superior hierárquico:
Dirigente que vai possuir o perfil gestor de órgão ou entidade no Sisdip:	Nome: Cargo: Unidade: E-mail:
Multiplicadores:	Nome: Cargo: Unidade: E-mail:

	Nome: Cargo: Unidade: E-mail:
	Nome: Cargo: Unidade: E-mail:

5. O (nome do órgão ou entidade) se compromete a:
I - institucionalizar e replicar o DFT no órgão ou entidade como política contínua de gestão de pessoas;
II - disponibilizar pessoal com o tempo e os recursos materiais/tecnológicos necessários para atuar no DFT;
III - disponibilizar as informações necessárias para o levantamento dos dados a serem utilizados no DFT;
IV - atuar de forma contínua nos registros, controles e informações do DFT;
V - divulgar este Termo de Compromisso entre as equipes envolvidas;
VI - acompanhar as revisões e atualizações emitidas pelo órgão central do Sipec;
VII - prestar informações complementares e comprobatórias quanto aos dados e resultados disponíveis, caso seja solicitado pelo órgão central;
VIII - observar os preceitos legais quanto à responsabilidade no tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados e informações pessoais.
6. CRONOGRAMA
6.1 Cronograma executivo da institucionalização do modelo referencial do DFT no órgão ou entidade.

CRONOGRAMA EXECUTIVO - DFT					
Meses					
Unidades/Etapas					
Obs.:					

Assinaturas
_____
Secretário Executivo ou autoridade equivalente do órgão/entidade
_____
Dirigente de Gestão de Pessoas do órgão/entidade

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA SEGES/ME Nº 7.880, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o afastamento de servidores das carreiras de Analista de Comércio Exterior, Analista de Infraestrutura e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior para participar de programas de pós-graduação, no país ou no exterior.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições previstas no art. 127, VI, "a", "b" e "c" do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto nos artigos 95 e 96-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 4º, VI, da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, no art. 13 do Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, no art. 1º, § 3º, da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no art. 6º, inciso VI, da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, resolve:

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Portaria estabelece as regras do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) da Secretaria de Gestão, o qual permite o afastamento, com a respectiva remuneração, de servidores das carreiras de Analista de Comércio Exterior - ACE, Analista de Infraestrutura - AIE e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS para participar de programas de pós-graduação stricto sensu no país (mestrado ou doutorado), pós-doutorado, ou equivalentes no exterior, com duração superior a três meses e inferior ou igual a quarenta e oito meses, que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Os afastamentos para participar de programas de pós-graduação previstos no art. 1º serão precedidos de aprovação em processo seletivo, conduzido e regulado pela Secretaria de Gestão, órgão supervisor das carreiras e cargos de que trata esta Portaria.

§ 1º O programa de pós-graduação poderá conter atividades acadêmicas como cursos, disciplinas, pesquisas (coleta e análise de dados), intercâmbios, estágio de estudo e pesquisa, redação e defesa de trabalho de conclusão de curso (dissertação, tese ou equivalente), que sejam alinhadas a temas de interesse da administração e ao desenvolvimento das competências relativas:

I - ao órgão de exercício ou de lotação do servidor;

II - à carreira ou cargo efetivo a que pertence; ou

III - ao cargo em comissão ou à função de confiança ocupada antes do início do afastamento.

§ 2º As atividades acadêmicas relacionadas no § 1º deverão:

I - estar previstas no projeto pedagógico do programa como requisito para obtenção da respectiva certificação ou titulação; e

II - ser realizadas dentro do período total previsto para o afastamento requerido no ato de sua solicitação.

Art. 3º O afastamento somente será concedido:

I - para a participação em programas de pós-graduação no exterior cuja qualidade da instituição de ensino seja atestada por meio de classificações ou acreditações internacionais;

II - para participação em programas de pós-graduação stricto sensu no País que tenham obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito quatro na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; ou

III - para pós-doutorado, desde que esteja vinculado à instituição de ensino ou programa cuja qualidade atenda aos critérios dispostos nos incisos I ou II do caput.

Parágrafo único. Para o ateste de qualidade disposto no inciso I do caput, somente serão aceitas as classificações internacionais definidas na Portaria a que se refere o art. 9º ou, no caso do ateste por meio de acreditação, a acreditação por organização internacional com atuação comprovada em, no mínimo, três países.

Art. 4º O afastamento dar-se-á pelos seguintes prazos, vedada a prorrogação:

I - até vinte e quatro meses, no caso de programa de mestrado ou equivalente;

II - até quarenta e oito meses, no caso de programa de doutorado ou equivalente; e

III - até doze meses, no caso de pós-doutorado ou equivalente.

§ 1º Poderá ser autorizada a prorrogação do afastamento cujo prazo concedido seja inferior aos estabelecidos neste artigo.

§ 2º A prorrogação de que trata o parágrafo anterior deve ser solicitada à Secretaria de Gestão, no prazo de até trinta dias antes do término do prazo inicial de afastamento concedido, devendo conter justificativa para a sua prorrogação e documento fornecido pela instituição de ensino onde se realizam as atividades acadêmicas do programa, comprovando a necessidade do pleito.

Art. 5º Poderá pleitear afastamento para participar de programas de pós-graduação o servidor que:

I - no caso de afastamento para mestrado ou doutorado ou equivalentes, tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira, de três anos para mestrado e quatro anos para doutorado, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares, para gozo de licença capacitação ou para participar de programas de mestrado, doutorado ou pós-doutorado com remuneração nos dois anos anteriores, tendo como referência a data da solicitação do afastamento;

II - no caso de afastamento para pós-doutorado ou equivalente, tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira de quatro anos, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares ou para participar de programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado com remuneração, nos quatro anos anteriores, tendo como referência a data da solicitação do afastamento;

III - não estiver suspenso de suas funções por força de medida disciplinar;

IV - não esteja impedido devido às penalidades previstas nos arts. 7º ou 19 desta Portaria; e

V - tenha obtido nota igual ou superior a setenta por cento da pontuação máxima possível no último ciclo de avaliação de desempenho individual; e

VI - sua participação no programa de pós-graduação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

Art. 6º São deveres do servidor autorizado a se afastar:

I - apresentar à Secretaria de Gestão, no prazo de até trinta dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos:

a) certificado, diploma ou documento equivalente;

b) histórico escolar ou documento equivalente;

c) relatório de atividades desenvolvidas; e

d) arquivo eletrônico da dissertação, tese ou equivalente, nos casos de pós-graduação stricto sensu ou equivalentes, ou do trabalho final, no caso de pós-doutorado ou equivalente, com assinatura do orientador quando for o caso, e o respectivo link para seu repositório na instituição de ensino, se disponível.

II - apresentar à Secretaria de Gestão, no prazo de até cento e vinte dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos e informações:

a) Sumário Executivo da dissertação, tese ou equivalente, nos casos de pós-graduação stricto sensu ou equivalentes, ou do trabalho final, no caso de pós-doutorado ou equivalente;

b) vídeo(s) com aula(s), palestra(s) ou apresentação(ões) sobre a dissertação, tese, trabalho final ou equivalentes;

III - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos no programa promovidas pela Secretaria de Gestão, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP ou pelo órgão ou entidade de exercício;

IV - cumprir outras obrigações estabelecidas pela Secretaria de Gestão, relativas ao acompanhamento durante o afastamento e à disseminação de conhecimentos adquiridos no curso; e

V - após o retorno permanecer em exercício, preferencialmente, em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

§ 1º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência obrigatório após a conclusão do programa, previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo que reste para completar o referido período, conforme definido nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 2º É obrigatória a apresentação dos documentos elencados na alínea "d" do inciso I do caput, mesmo nos casos em que a instituição de ensino não faça essa exigência.

§ 3º Os documentos mencionados na alínea "d" do inciso I e no inciso II do caput serão disponibilizados no sítio eletrônico da respectiva carreira pela Secretaria de Gestão.

Art. 7º O servidor perderá o direito de inscrever-se em novo processo seletivo pelo prazo de trinta e seis meses, e terá que ressarcir ao erário, conforme arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990, os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor equivalente à remuneração percebida durante o período em que esteve afastado nos seguintes casos:

I - desistência injustificada após o início do programa;

II - não obtenção do certificado, título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de caso fortuito ou de força maior; ou

III - não apresentação da documentação de que trata o art. 6º desta Portaria.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o caput contará a partir da data de encerramento do afastamento.

Art. 8º O quantitativo máximo de servidores afastados concomitantemente observará o percentual de até quatro por cento do total de servidores em efetivo exercício na carreira.

Parágrafo único. Para cálculo do limite de vagas disponíveis, subtrair-se-á o quantitativo de servidores afastados do quantitativo máximo mencionado no caput, e será considerada a estimativa de retornos de servidores ao longo do período.

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 9º A Secretaria de Gestão conduzirá processos seletivos semestrais e estabelecerá, anualmente por meio de portaria, os prazos para inscrição, os quantitativos de vagas autorizadas, os temas de interesse da administração e os critérios de seleção e classificação a serem observados para análise dos pleitos.

§ 1º No âmbito dos processos seletivos a que se refere o caput, poderá ocorrer o remanejamento de vagas remanescentes do primeiro processo seletivo semestral para o semestre seguinte, a critério da Secretaria de Gestão, após análise de proposta apresentada pelo Comitê Consultivo da respectiva carreira, observado o limite de vagas disponíveis.

§ 2º A Secretaria de Gestão estabelecerá e divulgará, a cada semestre e em até dez dias úteis antes do encerramento dos prazos para inscrição a que se refere o caput, cronograma do processo seletivo contendo, no mínimo, os prazos das seguintes atividades:

I - divulgação das listas preliminar e definitiva dos candidatos habilitados;

II - divulgação das listas preliminar e definitiva dos candidatos classificados;

III - análise das exposições de motivos, dos projetos de pesquisa e dos recursos pelo Comitê Consultivo da Carreira;

IV - interposição de recursos pelos candidatos nas etapas de habilitação e classificação.

Art. 10. O processo seletivo será organizado em duas fases:

I - habilitação: de caráter eliminatório, terá por finalidade verificar o cumprimento dos requisitos para participação no certame;

II - classificação: de caráter eliminatório e classificatório, terá por finalidade avaliar e classificar os projetos de pesquisa e as exposições de motivos.

Art. 11. A inscrição no processo seletivo deverá conter os seguintes documentos:

I - requerimento específico, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Gestão, contendo:

a) informações funcionais; e

b) dados do programa para o qual solicita o afastamento.

II - exposição de motivos, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Gestão, com até três páginas, demonstrando:

a) alinhamento do projeto de pesquisa com os temas de interesse da Administração do respectivo processo seletivo;

b) relevância e aplicabilidade dos resultados da pesquisa proposta para a Administração Pública Federal;

c) importância das competências a serem desenvolvidas considerando as atribuições do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor e/ou da área de competências da unidade de exercício; e

d) razão pela qual a participação no programa de pós-graduação não pode ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo efetivo ou mediante compensação de horário.

III - cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, do órgão ou entidade de exercício ou de lotação, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento da(s) competência(s) relacionada(s) ao programa de pós-graduação;

IV - anuência prévia da chefia imediata e do Secretário-Executivo do órgão ou do dirigente máximo da entidade de atual exercício do servidor, ou daquele a quem for delegada a competência;

V - projeto de pesquisa a ser desenvolvido, com até quinze páginas (considerando apenas os elementos textuais), de acordo com o documento "Orientações básicas para elaboração de Projeto de Pesquisa", disponível no sítio eletrônico da carreira;

VI - no caso de programa de pós-graduação no país, comprovante do conceito do programa pretendido de acordo com CAPES e, se classificada, da posição da instituição de ensino em ao menos uma das classificações internacionais previstas na Portaria a que se refere o art. 9º;

VII - no caso de programa no exterior, comprovantes da acreditação e da atuação da organização acreditadora em, no mínimo, três países, nos termos do art. 3º, ou, posição da instituição de ensino em uma das classificações internacionais previstas na Portaria a que se refere o art. 9º;

VIII - termo de compromisso e responsabilidade, conforme modelo definido pela Secretaria de Gestão, devidamente preenchido e assinado;

IX - currículo atualizado do Banco de Talentos disponível no SouGov (versão pdf);

X - extratos do SIAPE/SIGEPE, contendo informações sobre afastamentos e licenças usufruídas em cada órgão ou entidade onde o servidor já esteve alocado desde o ingresso na carreira;

XI - comprovantes de nomeação e exoneração referentes ao exercício, como titular, de cargo de Natureza Especial - NES, cargos em comissão do grupo de Direção e Assessoramento - DAS ou Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE, ou equivalentes, desde o ingresso na carreira, obrigatórios para pleitear a pontuação pela ocupação de cargos e funções comissionadas; e

XII - relatório individual de avaliação dos resultados e entregas do servidor no órgão ou entidade de exercício atual, conforme modelo disponibilizado pelo Órgão Supervisor.

§ 1º Os documentos exigidos nos incisos II e V do caput não devem ser identificados com o nome do candidato, visando a garantir o anonimato nas fases de análise pelo Comitê Consultivo da Carreira.

§ 2º No caso de exercício no Ministério da Economia, fica dispensada a anuência prévia do Secretário-Executivo prevista no inciso IV do caput, cabendo esta anuência ao Secretário titular da unidade de exercício do servidor.

§ 3º É obrigatória a apresentação do projeto de pesquisa mesmo nos casos em que a instituição de ensino não faça essa exigência.

§ 4º O candidato poderá realizar somente uma inscrição a cada processo seletivo, facultada a indicação de até três instituições de ensino.

Art. 12. A Secretaria de Gestão verificará o cumprimento dos requisitos para participação no certame nos termos desta Portaria e divulgará, de forma não identificada nominalmente, a lista preliminar de candidatos habilitados e inabilitados.

§ 1º O candidato será considerado inabilitado do processo seletivo em curso nos seguintes casos:

I - não cumprimento das regras de formatação dos documentos, de que trata o documento citado no inciso V do art. 11;

II - não utilização dos modelos de documentos disponibilizados pela Secretaria de Gestão;

III - ausência de pelo menos um dos documentos obrigatórios previstos no art. 11;

IV - não atendimento às disposições do art. 5º desta Portaria; ou

V - envio da inscrição fora do prazo e horário estabelecido na portaria a que se refere o art. 9º.

§ 2º Para fins do processo de habilitação considerar-se-á data da solicitação de afastamento, a que se referem os incisos I e II do art. 5º, a data prevista para divulgação da lista definitiva dos candidatos classificados no processo seletivo.

Art. 13. Caberá recurso da etapa de habilitação no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de publicação da lista preliminar.

Parágrafo único. Somente serão consideradas as informações e os documentos apresentados no ato de inscrição, não sendo aceita documentação complementar nem retificação da documentação já apresentada.

Art. 14. A Secretaria de Gestão divulgará, de forma não identificada nominalmente, a lista definitiva de candidatos habilitados, e encaminhará as exposições de motivos, os projetos de pesquisa e os documentos a que se referem os incisos VI e VII do art. 11, também de forma não identificada nominalmente, para análise pelo Comitê Consultivo da Carreira.

Parágrafo único. A critério da Secretaria de Gestão, e com vistas a agilizar o processo seletivo, os documentos mencionados no caput poderão ser encaminhados para análise do Comitê Consultivo da Carreira antes de encerrada a fase de habilitação.

Art. 15. O Comitê Consultivo da Carreira apresentará à Secretaria de Gestão, as fichas de análise da proposta de cada candidato preenchida por cada membro do Comitê, a síntese dos argumentos e debates que embasaram suas decisões, e a proposta de classificação dos candidatos.

Parágrafo único. A consolidação da análise pelo Comitê Consultivo da Carreira será realizada em reunião, sendo obrigatória a formalização dos encaminhamentos propostos pelo colegiado em ata ou documento similar em que haja o registro das manifestações dos seus membros, inclusive com a informação constante de documentos ou mensagens eventualmente enviadas por meio digital.

Art. 16. A Secretaria de Gestão divulgará a classificação preliminar no processo seletivo por meio do sítio eletrônico da carreira, de forma não identificada nominalmente, e enviará o espelho de desempenho individual de cada candidato por correio eletrônico.

Art. 17. Os candidatos terão o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, a contar da data de divulgação da classificação preliminar no processo seletivo.

§ 1º Os recursos deverão ser interpostos até as 23 horas e 59 minutos do prazo especificado.

§ 2º O recurso deverá ser decidido pela Secretaria de Gestão, ouvido o Comitê Consultivo da Carreira.

Art. 18. Caberá à Secretaria de Gestão autorizar, homologar e divulgar o resultado final do processo seletivo.

Parágrafo único. A classificação final dos candidatos será divulgada aos interessados por meio de publicação no sítio eletrônico da carreira, contendo a pontuação final de cada candidato e a indicação, de forma identificada nominalmente, daqueles selecionados no quantitativo de vagas, e por meio do envio do espelho de desempenho individual por correio eletrônico.

Art. 19. A desistência de participação após 5 (cinco) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado a que se refere o art. 18, e antes do início do afastamento ensejará a perda do direito de participar do próximo processo seletivo para programas de pós-graduação, excetuando-se a hipótese comprovada de caso fortuito ou de força maior, a critério da Secretaria de Gestão, bem como em virtude de licença por doença própria, do cônjuge ou de parente de primeiro grau, devidamente comprovada por laudo pericial médico e homologada pela unidade setorial de gestão de pessoas do órgão de exercício ou de lotação.

Parágrafo único. A desistência de que trata o caput resultará em desclassificação do servidor no processo seletivo, devendo a Secretaria de Gestão convocar os próximos candidatos classificados até o limite de vagas, seguindo a ordem de classificação, ou, em sendo inviável a convocação, remanejar a vaga nos termos do § 3º do art. 9º desta Portaria.

DO AFASTAMENTO

Art. 20. O candidato selecionado deverá requerer formalmente o afastamento para participação em programa de pós-graduação, cuja data de início deverá ser entre 1º de julho e 31 de dezembro, para processo seletivo realizado no primeiro semestre, e entre 1º de janeiro e 30 de junho, para processo seletivo realizado no segundo semestre.

Parágrafo único. Para elaboração da portaria de afastamento do servidor, a Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia poderá exigir apresentação de documentação complementar, nos termos do Decreto nº 9.991, de 2019, e respectivas normas regulamentadoras.

Art. 21. A autorização de afastamento no âmbito do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) será concedida pelo Ministério da Economia.

§ 1º O afastamento a que se refere o caput implicará na alteração de exercício do servidor para a Secretaria de Gestão na data autorizada para início do afastamento.

§ 2º Os servidores que se encontrarem cedidos ou em exercício descentralizado deverão ser apresentados ao Ministério da Economia na data de início do afastamento.

§ 3º Nos casos em que o servidor se encontrar ocupando cargo em comissão ou função de confiança, é obrigatória a apresentação do requerimento de exoneração ou de dispensa, conforme estabelecido no §1º do art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019.

§ 4º O servidor deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo de afastamento, apresentando-se à Secretaria de Gestão para redefinição do exercício que ocorrerá, preferencialmente, no órgão ou na entidade em que se encontrava à época do afastamento, exceto em caso de manifestação formal da instituição quanto à liberação do servidor.

§ 5º O disposto no § 4º do caput poderá ser excepcionado caso a Secretaria de Gestão considere que os conhecimentos adquiridos durante o curso terão melhor aplicação em órgão ou entidade distinto do que o servidor se encontrava em exercício à época do afastamento.

Art. 22. Os afastamentos poderão ser interrompidos, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração, condicionado à edição de ato da autoridade que concedeu o afastamento.

§ 1º A interrupção do afastamento, a pedido do servidor, motivada por caso fortuito ou força maior não implicará ressarcimento ao erário, desde que comprovada a efetiva participação ou aproveitamento da ação de desenvolvimento no período transcorrido da data de início do afastamento até a data do pedido de interrupção.

§ 2º As justificativas e a comprovação da participação ou do aproveitamento dos dias de licença na hipótese prevista no § 1º do caput serão avaliadas pelo órgão que concedeu o afastamento.

§ 3º O servidor que abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento ressarcirá o gasto com seu afastamento ao órgão de lotação, na forma da legislação vigente, ressalvado o disposto nos §1º e 2º do caput.

Art. 23. Em situação excepcional, caso o servidor, durante o período de afastamento necessite alterar a instituição de ensino e/ou o tema de estudo previsto no projeto de pesquisa, desde que obedecidos os critérios estabelecidos para o processo seletivo do qual participou, deverá justificar a necessidade e informar as mudanças à Secretaria de Gestão, devendo o novo tema estar alinhado ao desenvolvimento das competências mencionadas no § 2º do art. 2º e aos temas de interesse da administração.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no caput sujeitará o servidor ao ressarcimento dos gastos com seu afastamento ao órgão de lotação, na forma da legislação vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A Secretaria de Gestão divulgará no sítio eletrônico da carreira a relação dos servidores afastados e que retornaram de afastamento no âmbito do PCLD, incluindo as datas de início e fim do afastamento, a instituição de ensino, o Sumário Executivo, a videoaula, palestra ou apresentação, o título do relatório final, dissertação, tese ou equivalente, além do(s) link(s) para o seu repositório.

Art. 25. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Gestão.

Art. 26. Fica revogada a Portaria SEGES nº 11.799, de 1º de outubro de 2021.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RENATO RIBEIRO FENILI

PORTARIA SEGES/ME Nº 7.882, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o número de vagas, os temas de interesse da Administração e os critérios de análise e classificação aplicados no processo seletivo, dos servidores da Carreira de Analista de Comércio Exterior - ACE, para participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD), de que trata a Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, com início de afastamento previsto para 2023.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições previstas no art. 127, incisos V e VI, "a" do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de doze vagas destinadas ao processo seletivo para a participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da Carreira de Analista de Comércio Exterior - ACE com início de afastamento previsto para 2023, sendo seis vagas para cada semestre.

§ 1º As vagas serão de ampla concorrência independentemente do tipo de curso - mestrado, doutorado, pós-doutorado e equivalentes no exterior, e da duração do afastamento.

§ 2º As vagas não preenchidas no primeiro processo seletivo semestral poderão ser remanejadas para o semestre seguinte, nos termos do §1º art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022.

Art. 2º Os projetos de pesquisa deverão estar alinhados a um ou mais de um dos seguintes temas de interesse da administração:

I - formulação, implementação, controle, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas à ampliação da inserção internacional da economia brasileira e maximização dos resultados do comércio exterior, inclusive pela superação de barreiras comerciais e desenvolvimento de políticas de fomento à exportação;

II - elevação do empreendedorismo, da produtividade, da competitividade, do emprego e da inovação dos setores produtivos e de serviços nacionais, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas a ampliar a inserção internacional da economia brasileira;

III - estímulo à inovação, à propriedade intelectual, à aplicação e à transferência de tecnologias, bem como a atração de investimentos estrangeiros, para melhoria da inserção do Brasil na economia internacional;

IV - medidas econômicas, aduaneiras e tributárias que impactem a ampliação da inserção internacional da economia brasileira e a elevação da produtividade, da competitividade, do emprego e da inovação dos setores produtivos e de serviços nacionais;

V - desenvolvimento sustentável, meio ambiente, mudanças climáticas e seus impactos na inserção econômica internacional da economia brasileira;

VI - cooperação e governança econômica internacional.

Art. 3º A classificação no processo seletivo será definida de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I a esta Portaria, que considerarão a Trajetória Profissional, o Projeto de Pesquisa, a Qualidade da Instituição de Ensino e a Exposição de Motivos.

§ 1º Os candidatos cujo Projeto de Pesquisa não esteja alinhado com os temas de interesse da Administração ou que obtenham pontuação inferior a 80% (oitenta) dos pontos possíveis no bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos serão desclassificados.

§ 2º Cabe ao Comitê Consultivo da Carreira a avaliação do alinhamento dos projetos aos temas de interesse da Administração e do grau de atendimento aos critérios de análise.

§ 3º Somente serão aceitas, para o ateste de qualidade da Instituição de Ensino a que se refere o parágrafo único do Art. 3º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, e para pontuação da sua qualidade, conforme Anexo I, as classificações internacionais Times Higher Education World University Rankings - THE Rankings e QS World University Rankings.

Art. 4º Em caso de empate na classificação serão adotados, sucessivamente até o desempate, os seguintes critérios:

I - primeiro critério: não ter se afastado anteriormente, com remuneração, para mestrado, doutorado, pós-doutorado ou equivalente no exterior;

II - segundo critério: pontuação na avaliação do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos; e

III - terceiro critério: pontuação no critério C da Ficha de Análise do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos.

Art. 5º O interessado deve solicitar a inscrição no processo seletivo à Secretaria de Gestão a partir da data da publicação desta Portaria até às 18 horas de 5 de outubro de 2022, para curso com início no primeiro semestre de 2023, e a partir de 1º de março de 2023 até às 18 horas de 31 de março de 2023, para curso com início no segundo semestre de 2023.

§ 1º A documentação de que trata o art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, assim como eventuais recursos, deverão ser encaminhados à Secretaria de Gestão utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou substituto, mediante requerimento específico.

§ 2º O servidor deverá anexar os documentos previstos no art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEGES/ME nº 11.802, de 1º de outubro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RENATO RIBEIRO FENILI

ANEXO I

Critérios de classificação aplicados ao processo seletivo para participação de ACE no PCLD

Os candidatos habilitados na primeira fase do processo seletivo e não desclassificados em função do não alinhamento do projeto de pesquisa aos temas de interesse da Administração definidos nesta Portaria serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos: Trajetória Profissional (TP) e Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP), de acordo com a equação abaixo:

PF = TP + 0,85 * PP

Sendo:

- PF = Pontuação Final
- TP = Trajetória Profissional, com máximo de 15 pontos
- PP = Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos, com máximo de 100 pontos e peso de 85%

1. Trajetória Profissional (TP)

O bloco TP (Trajetória Profissional) será calculado de acordo com a equação abaixo:

TP = CL / (1 + TA) + TAC + CFC, sendo:

- CL = pontuação correspondente à classe em que o servidor se encontra na carreira, com máximo de 10 pontos, conforme tabela abaixo:

Classe	Pontos
A - I	0
A - II	0
A - III	0
B - I	1
B - II	2
B - III	3
C - I	4
C - II	5
C - III	6
S - I	7
S - II	8
S - III	9
S - IV	10

- TA = tempo em anos de afastamentos anteriores para pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado na carreira com remuneração, considerando anos, meses e dias.
- TAC = o tempo para aposentadoria compulsória será calculado como o tempo disponível na ativa, a contar da data prevista de retorno do afastamento até a aposentadoria compulsória, e será pontuado da seguinte forma:
- maior ou igual a 10 anos: 1 ponto
- menor que 10 anos: 0 ponto

* A data prevista de retorno do afastamento será aquela informada no requerimento de inscrição no processo seletivo.

- CFC = Tempo de ocupação de cargos ou funções comissionadas desde o ingresso na carreira, com máximo de 4 pontos.

A variável CFC (Cargo ou Função Comissionada) será calculada da seguinte forma*:

Ocupação de cargo ou função comissionada NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalentes desde o ingresso na carreira	0,4 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-4, CCE 14, CCE 13 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,3 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-3, CCE 12, CCE 11, CCE 10 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,2 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-2, CCE 9, CCE 8, CCE 7 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,1 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-1, CCE 6, CCE 5 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,05 ponto por ano completo**

* Serão considerados para a pontuação até 10 anos completos de ocupação de cargos ou funções comissionadas. Caso o candidato apresente comprovantes que totalizem mais de 10 anos completos, serão considerados aqueles com ocupação de cargos e funções mais altas, ou seja, os de maior pontuação.

** Para cômputo dos anos completos pode-se somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes. No caso de ocupação de NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalente pode-se, para o cômputo dos anos completos, somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes em cargos ou funções comissionadas de qualquer destes níveis.

2. Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP)

O bloco PP (Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos) será apurado conforme a equação abaixo:

PP = 2,5*A + 2,0*B + 3,0*C + 2,0*D + 0,5*QIE, sendo:

- A, B, C e D cada um dos critérios constantes da ficha de análise abaixo:

Ficha de Análise do Bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos

Membro do Comitê Consultivo:	
Candidato nº:	Avaliado em: / /
Tema de interesse da Administração (informado pelo candidato):	
Cargo efetivo:	Cargo em comissão ou função de confiança atual:
Área de competências da unidade de exercício:	
Título do trabalho:	

Instituição de ensino:		
Programa:		
( ) Mestrado	( ) Doutorado	( ) Pós-doutorado

Alinhamento aos temas de interesse da administração

Atenção: o candidato cujo Projeto de Pesquisa, segundo decisão majoritária ou consensual do Comitê Consultivo, não estiver alinhado a ao menos um dos temas de interesse da administração será desclassificado.
( ) formulação, implementação, controle, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas à ampliação da inserção internacional da economia brasileira e maximização dos resultados do comércio exterior, inclusive pela superação de barreiras comerciais e desenvolvimento de políticas de fomento à exportação

( ) elevação do empreendedorismo, da produtividade, da competitividade, do emprego e da inovação dos setores produtivos e de serviços nacionais, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas a ampliar a inserção internacional da economia brasileira
( ) estímulo à inovação, à propriedade intelectual, à aplicação e à transferência de tecnologias, bem como a atração de investimentos estrangeiros, para melhoria da inserção do Brasil na economia internacional

( ) medidas econômicas, aduaneiras e tributárias que impactem a ampliação da inserção internacional da economia brasileira e a elevação da produtividade, da competitividade, do emprego e da inovação dos setores produtivos e de serviços nacionais
( ) desenvolvimento sustentável, meio ambiente, mudanças climáticas e seus impactos na inserção econômica internacional da economia brasileira
( ) cooperação e governança econômica internacional

Caso avalie que o Projeto de Pesquisa não esteja alinhado a nenhum dos temas de interesse, justifique aqui sua avaliação:

Avaliação dos critérios

Pontue de 0 a 10, ao lado de cada critério, a fim de indicar a nota que melhor representa o seu julgamento sobre a motivação apresentada e sobre a qualidade do projeto de pesquisa, considerando: 0 - Não atende minimamente / 10 - Atende plenamente
Em caso de nota menor ou igual a 5 em qualquer critério de seleção, preencha a última coluna da direita com a justificativa para a nota atribuída.
Atenção: O candidato que, na média da pontuação dos membros do Comitê Consultivo, obtiver pontuação inferior a 80% dos pontos possíveis na avaliação do bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos será desclassificado.

Critério	Pontuação	Justificativa se pontuação <= 5:
Relevância do problema de pesquisa		
Correção metodológica, coerência e adequação da pesquisa ao problema de pesquisa		
Relevância e aplicabilidade dos resultados esperados para a Administração Pública Federal		
Importância das competências a serem desenvolvidas, considerando as atribuições do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor e/ou da área de competências da sua unidade de exercício		
TOTAL		

- QIE, a Qualidade da Instituição de Ensino será pontuada conforme a posição global da instituição de ensino na última edição do ranking de uma das classificações internacionais de que trata o §3º do Art. 3º desta Portaria:

Posição no ranking	**Pontos**
1-100	10
101-200	8
201-400	6
401-600	4
601-800	3
801-1000	2
1001-1200	1
> 1200	0

Observação 1: Considera-se última edição do ranking a edição mais recente publicamente disponível na data da inscrição no processo seletivo.
Observação 2: Candidaturas com instituições de ensino não classificadas nas classificações referidas, mas habilitadas no processo seletivo, receberão a nota 0 (zero) no quesito Qualidade da Instituição de Ensino.
Observação 3: Caso haja a indicação de mais de uma instituição de ensino na inscrição do processo seletivo, para fins de avaliação será considerada aquela com pior posição no ranking da classificação internacional.

PORTARIA SEGES/ME Nº 7.890, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o número de vagas, os temas de interesse da Administração e os critérios de análise e classificação aplicados no processo seletivo, dos servidores da Carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS, para participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD), de que trata a Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, com início de afastamento previsto para 2023.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições previstas no art. 127, incisos V e VI, "a" do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de doze vagas destinadas ao processo seletivo para a participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da Carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS com início de afastamento previsto para 2023, sendo seis vagas para cada semestre.

§ 1º As vagas serão de ampla concorrência independentemente do tipo de curso - mestrado, doutorado, pós-doutorado e equivalentes no exterior, e da duração do afastamento.

§ 2º As vagas não preenchidas no primeiro processo seletivo semestral poderão ser remanejadas para o semestre seguinte, nos termos do §1º art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022.

Art. 2º Os projetos de pesquisa deverão estar alinhados a um ou mais de um dos seguintes temas de interesse da administração:

I - gestão governamental de programas de infraestrutura;

II - desenvolvimento da infraestrutura e sua relação com o desenvolvimento econômico, urbano e social e com a sustentabilidade ambiental;

III - sustentabilidade econômica dos empreendimentos de infraestrutura;

IV - inovação no modelo de contratação da administração pública;

V - governança e gestão de riscos;

VI - atração de investimentos e modelos alternativos para o desenvolvimento da infraestrutura.

Art. 3º A classificação no processo seletivo será definida de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo I a esta Portaria, que considerarão a Trajetória Profissional, o Projeto de Pesquisa, a Qualidade da Instituição de Ensino e a Exposição de Motivos.

§ 1º Os candidatos cujo Projeto de Pesquisa não esteja alinhado com os temas de interesse da Administração ou que obtenham pontuação inferior a 80% (oitenta) dos pontos possíveis no bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos serão desclassificados.

§ 2º Cabe ao Comitê Consultivo da Carreira, a avaliação do alinhamento dos projetos aos temas de interesse da Administração e do grau de atendimento aos critérios de análise.

§ 3º Somente serão aceitas, para o ateste de qualidade da Instituição de Ensino a que se refere o parágrafo único do Art. 3º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, e para pontuação da sua qualidade, conforme Anexo I, as classificações internacionais Times Higher Education World University Rankings - THE Rankings e QS World University Rankings.

Art. 4º Em caso de empate na classificação serão adotados, sucessivamente até o desempate, os seguintes critérios:

I - primeiro critério: não ter se afastado anteriormente, com remuneração, para mestrado, doutorado, pós-doutorado ou equivalente no exterior;

II - segundo critério: pontuação na avaliação do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos; e

III - terceiro critério: pontuação no critério C da Ficha de Análise do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos.

Art. 5º O interessado deve solicitar a inscrição no processo seletivo à Secretaria de Gestão a partir da data da publicação desta Portaria até às 18 horas de 5 de outubro de 2022, para curso com início no primeiro semestre de 2023, e a partir de 1º de março de 2023 até às 18 horas de 31 de março de 20233, para curso com início no segundo semestre de 2023.

§ 1º A documentação de que trata o art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, assim como eventuais recursos, deverão ser encaminhados à Secretaria de Gestão utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou substituto, mediante requerimento específico.

§ 2º O servidor deverá anexar os documentos previstos no art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEGES/ME nº 11.801, de 1º de outubro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RENATO RIBEIRO FENILI

ANEXO I

Critérios de classificação aplicados ao processo seletivo para participação de AIE/EIS no PCLD

Os candidatos habilitados na primeira fase do processo seletivo e não desclassificados em função do não alinhamento do projeto de pesquisa aos temas de interesse da Administração definidos nesta Portaria serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos: Trajetória Profissional (TP) e Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP), de acordo com a equação abaixo:

PF = TP + 0,85 * PP

Sendo:

PF = Pontuação Final

TP = Trajetória Profissional, com máximo de 15 pontos

PP = Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos, com máximo de 100 pontos e peso de 85%

1. Trajetória Profissional (TP)

O bloco TP (Trajetória Profissional) será calculado de acordo com a equação abaixo:

TP = CL / (1 + TA) + TAC + CFC, sendo:

CL = pontuação correspondente à classe em que o servidor se encontra na carreira, com máximo de 10 pontos, conforme tabela abaixo:

Classe	Pontos
A - I	0
A - II	0
A - III	0
A - IV	1
A - V	2
B - I	3
B - II	4
B - III	5
B - IV	6
B - V	7
S - I	8
S - II	9
S - III ou Classe única EIS	10

TA = tempo em anos de afastamentos anteriores para pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado na carreira com remuneração, considerando anos, meses e dias.

TAC = o tempo para aposentadoria compulsória será calculado como o tempo disponível na ativa, a contar da data prevista de retorno do afastamento até a aposentadoria compulsória, e será pontuado da seguinte forma:

- maior ou igual a 10 anos: 1 ponto
- menor que 10 anos: 0 ponto

* A data prevista de retorno do afastamento será aquela informada no requerimento de inscrição no processo seletivo.

CFC = Tempo de ocupação de cargos ou funções comissionadas desde o ingresso na carreira, com máximo de 4 pontos.

A variável CFC (Cargo ou Função Comissionada) será calculada da seguinte forma*:

Ocupação de cargo ou função comissionada NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalentes desde o ingresso na carreira	0,4 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-4, CCE 14, CCE 13 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,3 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-3, CCE 12, CCE 11, CCE 10 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,2 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-2, CCE 9, CCE 8, CCE 7 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,1 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-1, CCE 6, CCE 5 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,05 ponto por ano completo**

* Serão considerados para a pontuação até 10 anos completos de ocupação de cargos ou funções comissionadas. Caso o candidato apresente comprovantes que totalizem mais de 10 anos completos, serão considerados aqueles com ocupação de cargos e funções mais altas, ou seja, os de maior pontuação.

** Para cômputo dos anos completos pode-se somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes. No caso de ocupação de NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalente pode-se, para o cômputo dos anos completos, somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes em cargos ou funções comissionadas de qualquer destes níveis.

2. Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP)

O bloco PP (Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos) será apurado conforme a equação abaixo:

PP = 2,5*A + 2,0*B + 3,0*C + 2,0*D + 0,5*QIE, sendo:

A, B, C e D cada um dos critérios constantes da ficha de análise abaixo:

Ficha de Análise do Bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos

Membro do Comitê Consultivo:		
Candidato nº:	Avaliado em: / /	
Tema de interesse da Administração (informado pelo candidato):		
Cargo efetivo:	Cargo em comissão ou função de confiança atual:	
Área de competências da unidade de exercício:		
Título do trabalho:		
Instituição de ensino:		
Programa:		
( ) Mestrado	( ) Doutorado	( ) Pós-doutorado
Alinhamento aos temas de interesse da administração		
Atenção: o candidato cujo Projeto de Pesquisa, segundo decisão majoritária ou consensual do Comitê Consultivo, não estiver alinhado a ao menos um dos temas de interesse da administração será desclassificado. ( ) gestão governamental de programas de infraestrutura ( ) desenvolvimento da infraestrutura e sua relação com o desenvolvimento econômico, urbano e social e com a sustentabilidade ambiental		
( ) sustentabilidade econômica dos empreendimentos de infraestrutura ( ) inovação no modelo de contratação da administração pública ( ) governança e gestão de riscos ( ) atração de investimentos e modelos alternativos para o desenvolvimento da infraestrutura		
Caso avalie que o Projeto de Pesquisa não esteja alinhado a nenhum dos temas de interesse, justifique aqui sua avaliação:		
Avaliação dos critérios		
Pontue de 0 a 10, ao lado de cada critério, a fim de indicar a nota que melhor representa o seu julgamento sobre a motivação apresentada e sobre a qualidade do projeto de pesquisa, considerando: 0 - Não atende minimamente / 10 - Atende plenamente Em caso de nota menor ou igual a 5 em qualquer critério de seleção, preencha a última coluna da direita com a justificativa para a nota atribuída. Atenção: O candidato que, na média da pontuação dos membros do Comitê Consultivo, obtiver pontuação inferior a 80% dos pontos possíveis na avaliação do bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos será desclassificado.		

Critério	Pontuação	Justificativa se pontuação <= 5:
Relevância do problema de pesquisa		
Correção metodológica, coerência e adequação da pesquisa ao problema de pesquisa		
Relevância e aplicabilidade dos resultados esperados para a Administração Pública Federal		
Importância das competências a serem desenvolvidas, considerando as atribuições do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor e/ou da área de competências da sua unidade de exercício		
TOTAL		

QIE, a Qualidade da Instituição de Ensino será pontuada conforme a posição global da instituição de ensino na última edição do ranking de uma das classificações internacionais de que trata o §3º do Art. 3º desta Portaria:

Posição no ranking	Pontos
1-100	10
101-200	8
201-400	6
401-600	4
601-800	3
801-1000	2
1001-1200	1
> 1200	0

Observação 1: Considera-se última edição do ranking a edição mais recente publicamente disponível na data da inscrição no processo seletivo.

Observação 2: Candidaturas com instituições de ensino não classificadas nas classificações referidas, mas habilitadas no processo seletivo, receberão a nota 0 (zero) no quesito Qualidade da Instituição de Ensino.

Observação 3: Caso haja a indicação de mais de uma instituição de ensino na inscrição do processo seletivo, para fins de avaliação será considerada aquela com pior posição no ranking da classificação internacional.

PORTARIA SEGES/ME Nº 7.891, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o número de vagas, os temas de interesse da Administração e os critérios de análise e classificação aplicados no processo seletivo, dos servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, para participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD), de que trata a Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, com início de afastamento previsto para 2023.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições previstas no art. 127, incisos V e VI, "a" do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 1º de setembro 2022, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de doze vagas destinadas ao processo seletivo para a participação no Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG com início de afastamento previsto para 2023, sendo seis vagas para cada semestre.

§ 1º As vagas serão de ampla concorrência independentemente do tipo de curso - mestrado, doutorado, pós-doutorado e equivalentes no exterior, e da duração do afastamento.

§ 2º As vagas não preenchidas no primeiro processo seletivo semestral poderão ser remanejadas para o semestre seguinte, nos termos do §1º art. 9º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022.

Art. 2º Os projetos de pesquisa deverão estar alinhados a um ou mais de um dos seguintes temas de interesse da administração:

I - governança e coordenação de políticas públicas;

II - desburocratização, inovação e transformação digital na gestão pública;

III - formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

IV - liderança e novas estratégias de gestão de pessoas para uma administração pública de alto desempenho;

V - inovação nos modelos de contratação e de prestação de serviços da administração pública; e

VI - capacidades estatais dos entes federados e seu impacto na implementação de políticas públicas federais.

Art. 3º A classificação no processo seletivo será definida de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo a esta Portaria, que considerarão a Trajetória Profissional, o Projeto de Pesquisa, a Qualidade da Instituição de Ensino e a Exposição de Motivos.

§ 1º Os candidatos cujo Projeto de Pesquisa não esteja alinhado com os temas de interesse da Administração ou que obtenham pontuação inferior a 80% (oitenta) dos pontos possíveis no bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos serão desclassificados.

§ 2º Cabe ao Comitê Consultivo da Carreira, a avaliação do alinhamento dos projetos aos temas de interesse da Administração e do grau de atendimento aos critérios de análise.

§ 3º Somente serão aceitas, para o ateste de qualidade da Instituição de Ensino a que se refere o parágrafo único do Art. 3º da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, e para pontuação da sua qualidade, conforme Anexo I, as classificações internacionais Times Higher Education World University Rankings - THE Rankings e QS World University Rankings.

Art. 4º Em caso de empate na classificação serão adotados, sucessivamente até o desempate, os seguintes critérios:

I - primeiro critério: não ter se afastado anteriormente, com remuneração, para mestrado, doutorado, pós-doutorado ou equivalente no exterior;

II - segundo critério: pontuação na avaliação do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos; e

III - terceiro critério: pontuação no critério C da Ficha de Análise do bloco referente ao Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos.

Art. 5º O interessado deve solicitar a inscrição no processo seletivo à Secretaria de Gestão a partir da data da publicação desta Portaria até às 18 horas de 5 de outubro de 2022, para curso com início no primeiro semestre de 2023, e a partir de 1º de março de 2023 até às 18 horas de 31 de março de 2023, para curso com início no segundo semestre de 2023.

§ 1º A documentação de que trata o art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, assim como eventuais recursos, deverão ser encaminhados à Secretaria de Gestão utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou substituto, mediante requerimento específico.

§ 2º O servidor deverá anexar os documentos previstos no art. 11 da Portaria SEGES/ME nº 7880, de 2022, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEGES/ME nº 11.800, de 1º de outubro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RENATO RIBEIRO FENILI

ANEXO I

Critérios de classificação aplicados ao processo seletivo para participação de EPPGG no PCLD

Os candidatos habilitados na primeira fase do processo seletivo e não desclassificados em função do não alinhamento do projeto de pesquisa aos temas de interesse da Administração definidos nesta Portaria serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos: Trajetória Profissional (TP) e Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP), de acordo com a equação abaixo:

PF = TP + 0,85 * PP

Sendo:

¸ PF = Pontuação Final

¸ TP = Trajetória Profissional, com máximo de 15 pontos

¸ PP = Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos, com máximo de 100 pontos e peso de 85%

1. Trajetória Profissional (TP)

O bloco TP (Trajetória Profissional) será calculado de acordo com a equação abaixo:

TP = CL / (1 + TA) + TAC + CFC, sendo:

¸ CL = pontuação correspondente à classe em que o servidor se encontra na carreira, com máximo de 10 pontos, conforme tabela abaixo:

Classe	Pontos
A - I	0
A - II	0
A - III	0
B - I	1
B - II	2
B - III	3
C - I	4
C - II	5
C - III	6
S - I	7
S - II	8
S - III	9
S - IV	10

¸ TA = tempo em anos de afastamentos anteriores para pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado na carreira com remuneração, considerando anos, meses e dias.

¸ TAC = o tempo para aposentadoria compulsória será calculado como o tempo disponível na ativa, a contar da data prevista de retorno do afastamento até a aposentadoria compulsória, e será pontuado da seguinte forma:

- maior ou igual a 10 anos: 1 ponto
- menor que 10 anos: 0 ponto

* A data prevista de retorno do afastamento será aquela informada no requerimento de inscrição no processo seletivo.

¸ CFC = Tempo de ocupação de cargos ou funções comissionadas desde o ingresso na carreira, com máximo de 4 pontos.

A variável CFC (Cargo ou Função Comissionada) será calculada da seguinte forma*:

Ocupação de cargo ou função comissionada NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalentes desde o ingresso na carreira	0,4 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-4, CCE 14, CCE 13 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,3 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-3, CCE 12, CCE 11, CCE 10 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,2 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-2, CCE 9, CCE 8, CCE 7 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,1 ponto por ano completo**
Ocupação de cargo ou função comissionada DAS-1, CCE 6, CCE 5 ou equivalente desde o ingresso na carreira	0,05 ponto por ano completo**

* Serão considerados para a pontuação até 10 anos completos de ocupação de cargos ou funções comissionadas. Caso o candidato apresente comprovantes que totalizem mais de 10 anos completos, serão considerados aqueles com ocupação de cargos e funções mais altas, ou seja, os de maior pontuação.

** Para cômputo dos anos completos pode-se somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes. No caso de ocupação de NES, DAS-6, DAS-5, CCE 18, CCE 17, CCE 16, CCE 15 ou equivalente pode-se, para o cômputo dos anos completos, somar frações de anos ocupados em unidades e/ou momentos diferentes em cargos ou funções comissionadas de qualquer destes níveis.

2. Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos (PP)

O bloco PP (Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos) será apurado conforme a equação abaixo:

PP = 2,5*A + 2,0*B + 3,0*C + 2,0*D + 0,5*QIE, sendo:

¸ A, B, C e D cada um dos critérios constantes da ficha de análise abaixo:

Ficha de Análise do Bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos

Membro do Comitê Consultivo:	
Candidato nº:	Avaliado em: / /
Tema de interesse da Administração (informado pelo candidato):	
Cargo efetivo:	Cargo em comissão ou função de confiança atual:
Área de competências da unidade de exercício:	
Título do trabalho:	

Instituição de ensino:		
Programa:		
( ) Mestrado	( ) Doutorado	( ) Pós-doutorado

Alinhamento aos temas de interesse da administração

Atenção: o candidato cujo Projeto de Pesquisa, segundo decisão majoritária ou consensual do Comitê Consultivo, não estiver alinhado a ao menos um dos temas de interesse da administração será desclassificado.

( ) governança e coordenação de políticas públicas

( ) desburocratização, inovação e transformação digital na gestão pública

( ) formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas

( ) liderança e novas estratégias de gestão de pessoas para uma administração pública de alto desempenho

( ) inovação nos modelos de contratação e de prestação de serviços da administração pública

( ) capacidades estatais dos entes federados e seu impacto na implementação de políticas públicas federais

( ) não está alinhado a nenhum dos temas acima

Caso avalie que o Projeto de Pesquisa não esteja alinhado a nenhum dos temas de interesse, justifique aqui sua avaliação:

Avaliação dos critérios

Pontue de 0 a 10, ao lado de cada critério, a fim de indicar a nota que melhor representa o seu julgamento sobre a motivação apresentada e sobre a qualidade do projeto de pesquisa, considerando: 0 - Não atende minimamente / 10 - Atende plenamente

Em caso de nota menor ou igual a 5 em qualquer critério de seleção, preencha a última coluna da direita com a justificativa para a nota atribuída.

Atenção: O candidato que, na média da pontuação dos membros do Comitê Consultivo, obtiver pontuação inferior a 80% dos pontos possíveis na avaliação do bloco Projeto de Pesquisa, Qualidade da Instituição de Ensino e Exposição de Motivos será desclassificado.

Critério	Pontuação	Justificativa se pontuação <= 5:
Relevância do problema de pesquisa		
Correção metodológica, coerência e adequação da pesquisa ao problema de pesquisa		
Relevância e aplicabilidade dos resultados esperados para a Administração Pública Federal		
Importância das competências a serem desenvolvidas, considerando as atribuições do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor e/ou da área de competências da sua unidade de exercício		
TOTAL		

¸QIE, a Qualidade da Instituição de Ensino será pontuada conforme a posição global da instituição de ensino na última edição do ranking de uma das classificações internacionais de que trata o §3º do Art. 3º desta Portaria:

Posição no ranking	**Pontos**
1-100	10
101-200	8
201-400	6
401-600	4
601-800	3
801-1000	2
1001-1200	1
> 1200	0

Observação 1: Considera-se última edição do ranking a edição mais recente publicamente disponível na data da inscrição no processo seletivo.

Observação 2: Candidaturas com instituições de ensino não classificadas nas classificações referidas, mas habilitadas no processo seletivo, receberão a nota 0 (zero) no quesito Qualidade da Instituição de Ensino.

Observação 3: Caso haja a indicação de mais de uma instituição de ensino na inscrição do processo seletivo, para fins de avaliação será considerada aquela com pior posição no ranking da classificação internacional.

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 64, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso regulamentada pelo Decreto nº 11.069, 10 de maio de 2022.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 138 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022:, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 11.069, 10 de maio de 2022.

Art. 2º Para fins de aplicação do disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 11.069, de 2022, considera-se instrutoria o exercício das seguintes atividades, na modalidade presencial ou à distância:

I - ministração de aulas: mediação de atividades de ensino e aprendizagem estruturadas, presenciais, remotas ou híbridas, dentre as quais estão inseridas a realização de conferências, palestras e facilitação de oficinas;

II - desenho instrucional: ação intencional e sistemática de engenharia didático-pedagógica, podendo envolver diagnóstico, formulação, desenvolvimento, elaboração e revisão de material didático e de material multimídia, implementação ou avaliação de ações de desenvolvimento;

III - orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação: atividades de orientação e de revisão de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral;

IV - tutoria: suporte pedagógico em ambiente virtual de ensino a distância, visando desenvolver o potencial dos alunos durante as ações de desenvolvimento;

V - monitoria: atividade complementar à de instrutoria, visando desenvolver, por meio de suporte pedagógico, o potencial dos alunos durante as ações de desenvolvimento;

VI - orientação para liderança: atividade para o desenvolvimento de competências de liderança, conduzida por meio de encontros ou sessões, individuais ou coletivas; e

VII - mentoria: atividade desenvolvida por profissional que, por meio de conhecimento acumulado e experiência diferenciada em alguma temática, atua potencializando o aprendizado e a construção de novos saberes, impulsionando a inovação e a criatividade.

§ 1º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se ação de desenvolvimento a atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências.

§ 2º A ministração de aula de que trata o inciso I do caput pode se dar em diversas modalidades de ações de desenvolvimento, entre elas:

I - formação inicial de carreiras: toda ação de desenvolvimento ofertada como condição para o ingresso de agentes públicos na administração pública;

II - programas e cursos de aperfeiçoamento: toda ação de desenvolvimento cuja participação constitua requisito para aprovação em estágio probatório, remoção, progressão ou promoção no serviço público federal;

III - curso de desenvolvimento: qualquer ação de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo voltada para o aprendizado continuado de agentes públicos, que atendam às necessidades e desafios do setor público ou que habilitem os agentes públicos a atuar na modernização e transformação do Estado;

IV - treinamento: qualquer ação de desenvolvimento de curto prazo e que tem objetivo pontual visando o atendimento de tarefa específica imediata;

V - curso gerencial: qualquer ação de desenvolvimento voltada para o desenvolvimento de capacidades gerenciais e lideranças no setor público;

VI - pós-graduação lato sensu: cursos de especialização, incluindo os cursos designados como Master Business Administration - MBA;

VII - pós-graduação stricto sensu: programas de mestrado e doutorado devidamente autorizados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

VIII - educação de jovens e adultos - EJA: oferta de educação escolar regular para servidores jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.

§ 3º As atividades de desenho instrucional de que trata o inciso II do caput incluem a coordenação técnica e pedagógica.

Art. 3º Não é devido o pagamento da GECC em atividades de implementação e divulgação de políticas de competência da unidade de exercício do servidor, de que trata o inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.069, de 2022, inclusive palestras.

Parágrafo único. A instrutoria em ações de desenvolvimento, realizada fora de sua unidade de exercício, em temáticas correlacionadas àquelas tratadas na unidade de exercício do servidor, devido à exigência de preparação de material didático e exercício como facilitador, não se confunde com o previsto no caput deste artigo e pode ser remunerada por GECC.

Art. 4º O servidor que optar pela realização de atividade durante a jornada de trabalho sem compensação de carga horária, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 11.069, de 2022, deverá firmar termo com autorização de sua chefia imediata, conforme o Anexo I.

Parágrafo único. A opção a que se refere o caput não se aplica quando a atividade for realizada para órgão ou entidade de outro Poder ou ente da federação.

Art. 5º Para fins de controle de horas de trabalho por servidor, de que trata o art. 5º do Decreto nº 11.069, de 2022, previamente à aceitação para exercer as atividades passíveis de GECC, o servidor deverá assinar declaração, conforme o Anexo II.

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o caput será dispensada quando houver sistema informatizado unificado, no âmbito da administração pública federal, que permita o referido controle.

§ 2º A autorização para a liberação do servidor para realizar a atividade passível de GECC acima de cento e vinte horas anuais de que trata o art. 5º do Decreto nº 11.069, de 2022, poderá ser delegada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, preferencialmente para o dirigente da unidade de gestão de pessoas.

Art. 6º A solicitação para liberação do servidor durante o horário de trabalho de que trata o inciso III do art. 6º do Decreto nº 11.069, de 2022, deverá ser encaminhada pelo órgão ou entidade executora à chefia imediata para anuência e posterior remessa ao dirigente máximo do órgão ou entidade de exercício, ou a quem ele delegar.

§1º A resposta à solicitação de que trata o caput deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis.

§2º Na hipótese da não anuência pela chefia imediata, a solicitação deverá retornar ao órgão ou entidade executora para as providências que se fizerem necessárias.

§3º A delegação de competência para a liberação do servidor de que trata o caput deverá ser preferencialmente para a unidade de gestão de pessoas.

Art. 7º Para fins de compensação das horas desempenhadas durante a jornada de trabalho de que trata o art. 7º do Decreto nº 11.069, de 2022, o servidor deverá firmar Termo de Compromisso, na forma do Anexo III.

Parágrafo único. O órgão ou entidade de exercício do servidor poderá estabelecer plano de compensação de carga horária entre o servidor e a chefia imediata.

Art. 8º Ao servidor participante de Programa de Gestão e Desempenho - PGD não se aplica a compensação das horas trabalhadas em atividades passíveis de pagamento de GECC durante a jornada de trabalho, desde que tenham sido cumpridas as entregas pactuadas com o órgão ou a entidade, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 11.069, de 2022.

§ 1º Na hipótese do caput, o servidor deverá firmar Termo de Compromisso na forma do Anexo IV.

§ 2º No caso de não atendimento do disposto no caput, o plano de trabalho do PGD do servidor deverá prever entregas equivalentes às horas a serem compensadas, no prazo previsto no caput do art. 7º do Decreto nº 11.069, de 2022.

Art. 9º O pagamento da GECC será efetuado por meio do sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal no âmbito da administração pública federal.

§ 1º O valor da GECC será obrigatoriamente apurado pelo órgão ou entidade executora da atividade passível de GECC até o mês subsequente ao término da realização da atividade.

§ 2º O fato gerador do pagamento da GECC se dará com o reconhecimento da execução da atividade pelo órgão ou entidade executora.

§ 3º Quando o servidor que realizou a atividade passível de concessão de GECC estiver em exercício no órgão ou entidade executora, o pagamento da gratificação deverá ser incluído por esse órgão ou entidade executora no sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal até o fechamento da folha subsequente à ocorrência do fato gerador.

§ 4º Quando o servidor que realizou a atividade passível de concessão de GECC não estiver em exercício no órgão ou entidade executora:

I - o órgão ou entidade executora deverá providenciar a descentralização orçamentária e financeira do crédito para o órgão ou entidade de exercício do servidor;

II - o órgão ou entidade de exercício do servidor deverá incluir o pagamento da gratificação no sistema utilizado para processamento da folha de pagamento, até o segundo mês subsequente à descentralização orçamentária e financeira.

§ 5º Quando o órgão ou entidade de exercício do servidor não pertencer ao SIPEC, o pagamento da GECC poderá ser feito pelo órgão ou entidade executora por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

§ 6º No caso previsto no § 4º, o pagamento de GECC cujos fatos geradores tenham sido apurados entre o dia 15 de novembro e 31 de dezembro poderá ser realizado por meio de ordem bancária pelo SIAFI pelo órgão ou entidade executora.

Art. 10. Não se aplica a compensação de que trata o art. 7º do Decreto 11.069, de 2022, na hipótese de servidor que estivesse em PGD no momento da execução da atividade passível de pagamento de GECC realizada no período anterior a 13 de junho de 2022, desde que tenham sido cumpridas as entregas pactuadas com o órgão ou entidade.

Parágrafo único. Caso o servidor não tenha realizado as entregas pactuadas de que trata o caput , ele deverá repactuar o plano de trabalho do PGD prevendo entregas equivalentes às horas a serem compensadas, no prazo limite de 1 (um) ano a partir da vigência desta Instrução Normativa.

Art. 11. O servidor que tenha recebido GECC e não tenha compensado a respectiva carga horária no prazo de um ano a contar do término da atividade em virtude de trabalho remoto amparado na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021, deverá realizar a respectiva compensação no prazo de um ano a partir da vigência da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36, de 05 de maio de 2022.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, caso o servidor tenha retornado do trabalho remoto e tenha ingressado diretamente como participante de PGD, ele deverá pactuar o plano de trabalho do PGD prevendo entregas equivalentes às horas a serem compensadas, no prazo limite de 1 (um) ano a partir da vigência desta Instrução Normativa.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BERGAMASCHI FELIZOLA

ANEXO I

TERMO DE OPÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE GECC COM DISPENSA DE PAGAMENTO E SEM COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Eu,_____(nome completo), CPF _____, matrícula SIAPE nº _____, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 11.069 ,de 2022, opto pela realização da(s) atividade(s) descrita(s) no quadro abaixo, ficando dispensado de compensar a carga horária de trabalho, bem como do recebimento da Gratificação de Encargo por Curso ou Concurso - GECC.

Atividade	Descrição da atividade	Instituição patrocinadora da atividade	Local de realização da atividade	Data de realização da atividade	Carga horária realizada

Local, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura do Servidor

De acordo.

_____

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____, (nome completo) matrícula SIAPE no _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc.) do Quadro de Pessoal do _____, em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto no 11.069, de 10 de maio de 2022:

Atividades	Instituição	Horas trabalhadas
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo, eu, _____(nome completo), CPF _____, matrícula no SIAPE nº_____, lotado no(a)_____ do(a) _____ (órgão ou entidade), comprometo-me, nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, a compensar _____ horas de minha carga horária de trabalho, que será utilizada para exercer atividade passível de percepção da Gratificação de Encargo por Curso ou Concurso - GECC:

Nome da Atividade:_____

Instituição patrocinadora da atividade:_____

Local e data da atividade:_____

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO - SERVIDOR PARTICIPANTE DE PROGRAMA DE GESTÃO

Pelo presente Termo, eu, _____(nome completo), CPF _____, matrícula no SIAPE nº_____, lotado no(a)_____ do(a) _____ (órgão ou entidade), informo que, como participante do Programa de Gestão e Desempenho - PDG, comprometo-me, nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, a realizar as entregas pactuadas no meu Plano de Trabalho do PDG.

Nome da atividade:_____

Instituição patrocinadora da atividade:_____

Local e data da atividade:_____

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

_____

Assinatura da Chefia Imediata

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PORTARIA SEPEC/ME Nº 7.968, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece Comitê de Governança no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 106, inciso I, e o art. 180, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o art. 15-A do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir Comitê de Governança no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, a ser composto pelos seguintes integrantes:

I - Secretário Especial de Produtividade e Competitividade;

II - Secretário Especial de Produtividade e Competitividade Adjunto;

III - Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura;

IV - Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços;

V - Secretário de Inovação e Micro e Pequenas Empresas;

VI - Secretário de Acompanhamento Econômico.

Art. 2º Os membros do comitê serão substituídos, nas ausências ou impedimentos, por seus substitutos legais ou por suplentes por estes indicados e designados em ato próprio do Secretário Especial de Produtividade e Competividade.

Art. 3º O Comitê de Governança será presidido pelo Secretário Especial de Produtividade e Competividade, a quem competirá:

I - a designação dos membros do comitê;

II - convocar as reuniões com a devida publicidade;

III - solicitar informações, reuniões ou consultas e envolver outras áreas, comitês e comissões, de acordo com as respectivas atividades, para a implementação e execução da política de governança na Secretaria.

Art. 4º O Comitê de Governança reunir-se-á, preferencialmente, a cada dois meses.

Art. 5º Ao Comitê de Governança Compete:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança institucional;

II - implementar no âmbito da Secretaria:

a) o acompanhamento de resultados;

b) soluções para melhoria do desempenho institucional; e

c) instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais de governança institucional definidos pelo Comitê Interministerial de Governança; e

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Art. 6º As decisões do Comitê de Governança serão proferidas em colegiado, observado o quórum de maioria simples, e serão materializadas em resoluções.

Art. 7º Cabe à Diretoria de Gestão secretariar as reuniões, elaborar os respectivos registros e proceder à divulgação das deliberações proferidas.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 214, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Disciplina as atividades relativas à Cidadania Fiscal desenvolvidas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria RFB nº 164, de 7 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina as atividades relativas à Cidadania Fiscal no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º Considera-se Cidadania Fiscal o fundamento transversal que deve balizar, de forma direta e indireta, todos os processos de trabalho da RFB, que compreende todas as iniciativas que favoreçam e ampliem a conscientização dos

contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos e do papel do órgão como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

Parágrafo único. As atividades relativas à Cidadania Fiscal buscam promover a compreensão da sociedade quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e à importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Art. 3º São diretrizes da Cidadania Fiscal:

I - estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;

II - promover a missão, os valores, a visão e os princípios de gestão da RFB;

III - desenvolver a moral tributária;

IV - incentivar a inclusão de elementos de cidadania fiscal nas orientações tributárias e aduaneiras;

V - ampliar a proximidade e o conhecimento das funções da RFB perante a sociedade e os parceiros institucionais nacionais e internacionais; e

VI - colaborar com o fortalecimento da imagem institucional da RFB.

Art. 4º As atividades relativas à Cidadania Fiscal serão desenvolvidas por meio de programas e projetos, desenvolvidos no âmbito das Unidades Centrais e Descentralizadas da RFB, com observância das diretrizes a que se refere o art. 3º.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, deverá ser promovida a colaboração, sempre que possível e de forma conexa, entre as unidades da RFB.

Art. 5º São objetivos da Cidadania Fiscal:

I - difundir conhecimentos sobre a função socioeconômica e as destinações legais dos tributos;

II - promover o exercício da cidadania fiscal;

III - colaborar na formação de disseminadores das atividades relativas à cidadania fiscal, internos e externos à RFB;

IV - promover programas e projetos que estimulem o aumento da conformidade tributária, por meio da ampliação da compreensão a respeito da função socioeconômica dos tributos, da importância do cumprimento das obrigações fiscais e da arrecadação tributária para o provimento de recursos ao Estado;

V - fomentar ações relativas à divulgação da atuação da RFB na proteção da economia nacional e no combate aos crimes de sonegação, de contrabando, de descaminho e de lavagem de dinheiro; e

VI - ampliar as possibilidades de realização de atividades relativas à cidadania fiscal por meio da realização de parcerias formais.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso VI do caput , deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - revisar as parcerias existentes relativas à cidadania fiscal para enquadrá-las nas disposições desta Portaria, respeitados os compromissos acordados;

II - cumprir com as responsabilidades assumidas nos acordos de cooperação formalizados com instituições de ensino para fins de instalação e funcionamento de Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), cujo objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas com menor poder aquisitivo; e

III - incentivar a inserção, como atividades acadêmicas de extensão ou disciplinas curriculares regulares nos cursos de nível superior, inclusive no âmbito das parcerias NAF, de conteúdos que contemplem, no todo ou em parte, os seguintes assuntos:

a) a cidadania fiscal;

b) o programa NAF, cujas atividades estão regulamentadas por meio do Referencial NAF;

c) a destinação, de forma sustentável, de mercadorias apreendidas e o aproveitamento de resíduos de mercadorias apreendidas destinados à destruição; e

d) a regularização contábil e fiscal das organizações da sociedade civil (OSC).

Art. 6º São objetivos específicos dos programas e projetos da Cidadania Fiscal:

I - conscientizar o contribuinte quanto à destinação de tributos para fundos e programas legalmente instituídos, a exemplo dos fundos de direitos da criança e do adolescente e dos fundos de direitos das pessoas idosas;

II - apoiar propostas relacionadas à divulgação de orientações a respeito de temas sensíveis e de grande repercussão social, a exemplo de benefícios fiscais para pessoas com patologias ou deficiências, pessoas com transtorno do espectro autista, motoristas profissionais que exploram serviço de transporte individual de passageiro (táxi), pequenos produtores rurais, OSC e Microempreendedores Individuais (MEI) ou pessoa jurídica de natureza semelhante;

III - apoiar iniciativas que, por meio da destinação de mercadorias apreendidas, favoreçam a compreensão da função socioeconômica dos tributos e da RFB, a exemplo das destinações sustentáveis e daquelas que favoreçam projetos sociais promotores da redução de desigualdades sociais; e

IV - emitir e conceder certificação no formato de Selo Digital, a ser definida e disciplinada por meio de ato específico do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, a órgãos e entidades que, mediante utilização de recursos tributários, realizem serviços, obras ou investimentos públicos em benefício da população.

Art. 7º A divulgação de materiais relacionados à Cidadania Fiscal, que contenham ou não orientação tributária e sejam destinados ao uso público externo, fica condicionada:

I - à aprovação da respectiva Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF); e

II - à avaliação e à aprovação das áreas técnicas responsáveis pelos processos de trabalho vinculados aos assuntos objeto das propostas de divulgação, sempre que o Superintendente da respectiva Região Fiscal entender necessário.

Art. 8º Compete à Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil (SGRFB) gerenciar as atividades relativas à Cidadania Fiscal e definir, por meio de ato próprio, a estratégia nacional de atuação da RFB na respectiva área.

§ 1º O Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil definirá:

I - o plano de trabalho da Cidadania Fiscal e os critérios de mensuração de suas atividades, mediante a edição de ato de vigência anual, publicado até 31 de dezembro do ano anterior;

II - o logotipo específico para a Cidadania Fiscal, respeitadas as especificações vigentes para a identidade visual no âmbito da RFB; e

III - aprovar o planejamento dos programas e projetos da Cidadania Fiscal, a ser elaborado pelo responsável pela Cidadania Fiscal.

§ 2º O plano de trabalho e os critérios de mensuração a que se refere o inciso I do § 1º são elementos necessários aos indicadores dos resultados institucionais da RFB e de observância obrigatória por todas as regiões fiscais.

§ 3º O planejamento a que se refere o inciso III do § 1º será de observância nacional, de caráter periódico e de realização prioritária, de modo a favorecer a harmonização dos trabalhos e o desenvolvimento dos planejamentos regionais e locais das atividades da Cidadania Fiscal.

Art. 9º A gestão e a execução das atividades da Cidadania Fiscal competem às seguintes unidades da RFB, no âmbito de suas jurisdições:

I - SRRF;

II - Delegacias, inclusive as especializadas;

III - Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ); e

IV - Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF).

§ 1º Compete aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil designar, por meio de Portaria, servidor responsável por coordenar as atividades relativas à Cidadania Fiscal no âmbito da respectiva região fiscal, o qual deverá ter dedicação exclusiva, lotação conforme a conveniência da Região Fiscal e exercício vinculado ao gabinete da superintendência.

§ 2º Compete aos titulares das unidades a que se refere os incisos II a IV do caput designarem servidores responsáveis pela coordenação e execução das atividades relativas à Cidadania Fiscal, por meio de Portaria única editada pela respectiva SRRF, os quais deverão ter dedicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) de seu tempo às referidas atividades na jurisdição.

Art. 10. A promoção de ações da Cidadania Fiscal compete às seguintes unidades da RFB, no âmbito de suas jurisdições:

I - Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF); e

II - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF).

Art. 11. Deverá ser incluído algum elemento que reforce a importância socioeconômica dos tributos e da RFB para a sociedade nos eventos, nas palestras, nos comunicados de imprensa e nas publicações da RFB, independentemente da área.

Art. 12. Fica revogada a Portaria RFB nº 896, de 5 de abril de 2012.

Art. 13. Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

PORTARIA RFB Nº 215, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021, que estabelece os procedimentos gerais do programa de gestão no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 180 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, na Portaria ME nº 334, de 2 de outubro de 2020, na Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022 e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º-A. O teletrabalho com o servidor participante residindo no exterior somente será admitido:

I - para servidores efetivos que tenham concluído o estágio probatório;

II - em regime de execução integral;

III - no interesse da administração;

IV - com autorização do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, vedada a subdelegação;

V - por prazo determinado;

VI - com manutenção das regras referentes ao pagamento de vantagens, remuneratórias ou indenizatórias, como se estivesse em exercício no território nacional; e

VII - em substituição a:

a) afastamento para estudo no exterior previsto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, quando a participação no curso puder ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo;

b) exercício provisório de que trata o § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990;

c) acompanhamento de cônjuge afastado nos termos do disposto nos art. 95 e art. 96 da Lei nº 8.112, de 1990;

d) remoção de que trata a alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, quando o tratamento médico necessite ser realizado no exterior; ou

e) licença para acompanhamento de cônjuge que não seja servidor público deslocado para trabalho no exterior, nos termos do disposto no caput do art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º A autorização para teletrabalho no exterior poderá ser revogada por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, por meio de decisão fundamentada do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, será concedido prazo de dois meses para o servidor público retornar às atividades presenciais ou ao teletrabalho a partir do território nacional, conforme os termos da revogação da autorização de teletrabalho.

§ 3º O prazo estabelecido no § 2º poderá ser reduzido mediante justificativa do Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 4º O participante do Programa de Gestão manterá a execução das atividades estabelecidas por sua chefia imediata até o retorno efetivo à atividade presencial.

§ 5º É de responsabilidade do participante observar as diferenças de fuso horário do país em que pretende residir para fins de funcionamento da unidade de exercício.

§ 6º O prazo de teletrabalho no exterior será o tempo de duração do fato que o justifica.

§ 7º Na hipótese prevista na alínea "e" do inciso VI do caput, caberá ao servidor requerente comprovar o vínculo empregatício do cônjuge no exterior.

§ 8º O servidor somente poderá se afastar do País após a publicação de portaria de autorização para realizar teletrabalho no exterior, observados os procedimentos estabelecidos pela legislação de regência e o disposto nesta Portaria.

§ 9º O teletrabalho no exterior a que se refere o § 8º ocorrerá mediante manutenção das regras referentes ao pagamento de vantagens, remuneratórias ou indenizatórias, como se estivesse em exercício no território nacional, não havendo responsabilidade da RFB quanto ao ônus de deslocamentos de servidor e eventuais familiares para ou do exterior;

§ 10. Será facultado, quando possível, o atendimento ao disposto no inciso IV do art. 11 por meio de videoconferência ou outro meio eletrônico aplicável.

§ 11. Eventuais deslocamentos do servidor em teletrabalho no exterior para a sua unidade de localização física para atendimento ao disposto no inciso IV e no parágrafo único do art. 11, na impossibilidade de realização de forma remota, correrão exclusivamente às expensas do servidor.

§ 12. A unidade de localização física do servidor em teletrabalho no exterior será considerada sua unidade de origem para fins de deslocamento, a serviço, no interesse da Administração.

§ 13. O disposto no item 4 da alínea "e" do inciso IX do caput do art. 8º não se aplicará ao servidor para o qual tenha sido concedido o teletrabalho no exterior." (NR)

"Art. 8º .....

.....

§ 6º O início da realização das atividades em programa de gestão pelo participante poderá ocorrer em qualquer dia do mês, caso haja compatibilidade com a periodicidade das metas estabelecidas.

§ 7º Caso não haja a compatibilidade com a periodicidade das metas prevista no § 6º, o início da realização das atividades em programa de gestão pelo participante dar-se-á no primeiro dia de cada trimestre civil ou de cada mês, conforme o caso." (NR)

"Art. 9º .....

....

VIII - as licenças e os afastamentos previstos em lei e ausências previstas em legislação de pessoal;

....

X - a atuação, como agente promotor ou organizador, em atividades relacionadas à Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho, desde que não inerentes às atividades executadas em programa de gestão;

.....

XIV - a atuação, como agente promotor ou organizador, em ações de cidadania fiscal, de conformidade tributária e aduaneira e de comunicação institucional, previamente autorizadas, desde que não inerentes às atividades executadas em programa de gestão; e

XV - convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade em conformidade com a alínea "b" do inciso IX do art. 8º.

XVI - o período de efetiva dedicação do servidor, comprovado mediante relatório mensal de regularidade de atuação elaborado, tempestivamente, pela Unidade Gestora da Atividade (UGA), em conformidade com o art. 18-A da Portaria RFB nº 2.383, de 2017, limitado ao percentual máximo definido como parcela de contribuição no ato de designação do servidor para atuação na modalidade de Alocação Direta (AD) do Modelo de Dedicação Funcional.

.....

§ 4º O inciso II não se aplica às reuniões destinadas para execução de atividades previstas e inerentes ao processo de trabalho.

§ 5º A inclusão da dedução prevista no inciso XV do caput condiciona-se ao preenchimento, no Plano de trabalho, das atividades realizadas no período." (NR)

"Art. 15. .....

.....

II - .....

a) pelo descumprimento de quaisquer dos deveres previstos nesta Portaria e no Projeto de Gestão, inclusive das atribuições e responsabilidades previstas no art. 11;

....

III - em virtude de alteração de exercício, de remoção que implique alteração de exercício, ou de alteração de dedicação de que trata o art. 12;

....." (NR)

"Art. 18. .....

I - divulgar o projeto de gestão no quadro de pessoal de sua unidade, mediante disponibilização da lista dos candidatos interessados em participar do programa de gestão e dos candidatos efetivamente selecionados;

....."(NR)

"Art. 21. Ao final de cada trimestre civil, serão divulgados os resultados alcançados pelos participantes em programa de gestão consolidados por unidade da RFB.

§ 1º Os resultados a que se refere o caput serão publicados, até o último dia do mês subsequente ao término do trimestre civil, no sítio eletrônico da RFB, contendo a consolidação dos resultados por unidade.

§ 2º Os resultados individualizados por participante serão disponibilizados no SA3."

§ 3º Na hipótese de o indicador de produtividade ser mensurado em periodicidade inferior à trimestral, será considerado, para a avaliação de que trata o caput, o cálculo ajustado da produtividade considerando-se a totalidade de horas potenciais, de horas em atividades e de horas em deduções no período coberto por planos de trabalho dentro do trimestre civil." (NR)

"Art. 21-A. Na hipótese das atividades autorizadas pela Portaria RFB nº 2.383, de 2017, os resultados deverão ser publicados, até o último dia do mês subsequente ao término do trimestre civil, pelo:

I - gestor da atividade em teletrabalho, no sítio eletrônico da RFB, contendo a consolidação dos resultados por atividade desenvolvida; e

II - titular da unidade, no Boletim de Serviço da RFB, mediante portaria contendo o resultado, por atividade desenvolvida, individualizado por participante.

Parágrafo único. Na hipótese de o indicador de produtividade ser mensurado em periodicidade inferior à trimestral, será considerada, para a avaliação de que trata o caput, a média aritmética simples das apurações realizadas no trimestre." (NR)

"Art.....

.....

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 3º, 6º, 6º-A, 9º, 11, 15, 16 e 21-A aos participantes do Programa de Gestão da RFB regulamentado pela Portaria RFB nº 2.383, de 2017.

§ 4º Aplica-se subsidiariamente a Portaria RFB nº 68, de 2021, à Portaria RFB nº 2.383, de 2017." (NR)

Art. 2º O gestor da atividade ou do processo de trabalho que execute o programa de gestão instituído pela Portaria RFB nº 2.383, de 2017, deverá providenciar a adequação ao disposto na Portaria RFB nº 68, de 2021, em virtude da determinação constante da alínea "a" do inciso II do art. 4º desta Portaria.

Art. 3º Ficam convalidados os registros de indisponibilidades eventualmente realizados entre a vigência da Portaria RFB nº 118, de 4 de fevereiro de 2022, e a publicação da presente Portaria, exclusivamente, quanto ao período de efetiva dedicação do servidor, comprovado mediante relatório mensal de regularidade de atuação elaborado, tempestivamente, pela Unidade Gestora da Atividade (UGA), em conformidade com o art. 18-A da Portaria RFB nº 2.383, de 2017, limitado ao percentual máximo definido como parcela de contribuição no ato de designação do servidor para atuação na modalidade de Alocação Direta do Modelo de Dedicação Funcional.

Art. 4º Ficam revogados:

I - na data de publicação dessa Portaria:

a) o art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017;

b) da Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021:

1. os incisos I a VI do § 4º e o caput do § 4º do art. 6º;

2. o inciso V do caput do art. 18; e

3. o inciso III do caput do art. 20.

II - em 1º de janeiro de 2023:

a) a Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017;

b) da Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021:

1. o § 3º do art. 4º;

2. o art. 21-A.; e

3. o art. 23.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO

RETIFICAÇÃO

No Anexo Único da Portaria Cogea nº 27, de 10 de agosto de 2022, publicada no DOU de 16/08/2022, Seção 1, página 22

Onde se lê: "Minuta Acordo de Cooperação Técnica (com Prefeituras)"

Leia-se: "Minuta Acordo de Cooperação Técnica"

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 80, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ 04.041.933/0013-11.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101186/2022-16, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrito no CNPJ nº 04.041.933/0013-11, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	Philip Morris Products S.A., sediada na Quai Jeanrenaud 3, 2000, Neuchatel, Suíça
2) País de destino dos produtos	Bolívia
2.1) Empresa de destino dos produtos	Compañia Industrial de Tabacos S.A., sediada na Avenida Chacaltaya nº 2.141, Achachicala, La Paz, Bolívia
3) Características dos produtos	Cigarros King Size em embalagem Rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
MARLBORO VISTA FOREST FUSION KS E BOL	77769589
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 81, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101196/2022-43, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	British American Tobacco Colômbia S.A.S., situada em Avenida Carrera 72, nº 80-94, Piso 9, Of 9001, Bogotá - Colômbia
2) País de destino dos produtos	Colômbia
2.1) Empresa de destino dos produtos	British American Tobacco Colômbia S.A.S., situada em Zona Franca CRA 106 N 15-25 BOD 1 Y 2, Bogotá - Colômbia
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
ROTHMANS SILVER	7702303055116
ROTHMANS BLUE	7702303607223
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 82, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101204/2022-51 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL YELLOW SFP	R$ 5,00 / vintena	80.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 83, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101205/2022-04 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON ONE	R$ 5,00 / vintena	627.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 84, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101206/2022-41 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL COMPACT PREMIUM	R$ 5,00 / vintena	490.000
5) Cigarro	King Size Slims 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 85, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101207/2022-95 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON RED	R$ 5,00 / vintena	1.105.000
5) Cigarro	Slims 98mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 86, DE DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101208/2022-30 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON SLIMS BLUE	R$ 5,00 / vintena	505.000
5) Cigarro	Slims 98mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 87, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101209/2022-84 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL BLUE SFP	R$ 5,00 / vintena	128.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 88, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101210/2022-17 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL COMPACT	R$ 5,00 / vintena	905.000
5) Cigarro	King Size Slims 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 89, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101211/2022-53 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL KRETEK	R$ 5,00 / vintena	900.000
5) Cigarro	King Size Slims 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 90, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101212/2022-06 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM BLACK	R$ 5,50 / vintena	455.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 91, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101213/2022-42 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM BLACK MENTHOL	R$ 5,50 / vintena	1.460.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 92, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101214/2022-97 declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM LA MENTHOL	R$ 5,00 / vintena	605.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PVO/RO Nº 21, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a entrada de aeronave militar estrangeira, no território nacional, e a sua saída para o exterior, por Base Aérea não alfandegada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no § 2o do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), e considerando o que consta do processo administrativo n.º 13042.095859/2022-68, declara:

Art. 1º Ficam autorizadas a entrada, no território nacional, pela Base Aérea de Porto Velho (BAPV), no dia 6/9/2022, a partir das 10h45min, da aeronave da Força Aérea Equatoriana, King Air 200, prefixo AN-236, procedente do Aeroporto Internacional Alfredo Vásquez Cobo, em Letícia, em um voo de translado para participação da Operação UNITAS, ficando o controle aduaneiro, na entrada, a cargo da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim, no Rio de Janeiro, destino final da aeronave, nos termos do art. 26 da Instrução Normativa RFB n.º 1.059/2010, e a sua saída, para o exterior, no dia 24/9/2022, a partir das 10h30min, pela Base Aérea de Porto Velho, com destino à cidade de origem, observadas as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MURILO CERQUEIRA XAVIER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360, e o inciso VI do art.364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759 de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e no art. 12, parágrafo único da IN-RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
LEANDRO DE OLIVEIRA DIAS	051.554.174-57	19378.720188/2022-70

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, cujo número de registro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), na Receita Federal do Brasil, de acordo com o parágrafo 2º do art. 9º da IN-RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIELA ARAÚJO VIEIRA CAVALCANTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Declara excluído do Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA-PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU da mesma data, tendo em vista o disposto no art. 29, § 5º c/c o art. 33, ambos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e considerando o teor da referida lei na parte que embasa este ato, além do que consta no processo administrativo nº 11274.721093/2021-49, declara:

Art. 1º Fica EXCLUÍDO do Simples Nacional a pessoa jurídica PALLADIUM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 15.184.327/0001-38, em face da constatação de ter a mesma incorrido em vedação à opção pelo regime simplificado prevista no art. 3º, § 4º, inciso IV, da LC 123/2006 e no art. 15, inciso V, da Resolução CGSN 140, de 22 de maio de 2018, tendo em vista que foi verificado, por meio de procedimento fiscal, que em 15/05/2018 foi admitido na empresa sócio/titular que participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outras empresas não beneficiadas pela LC 123/2006 com recita bruta global superior ao limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da citada LC.

Art. 2º A exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir de 01/06/2018, consoante disposto no art. 84, I c/c art. 15, IV, ambos da Resolução CGSN 140/2018.

Art. 3º A exclusão sujeitará o contribuinte, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 4º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto n° 70.235, de 07 de março de 1972 c/c art.39 da LC 123/2006, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, apresentando-a em uma das unidades da Receita Federal do Brasil ou solicitando juntada, por meio do e-CAC, ao PAF 11274.721093/2021-49, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples tornar-se-á definitiva.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA N° 4, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.041143/2022-59, declara:

Art. 1° Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa SOLAR IRECE 3 SIR3 LTDA CNPJ 25.215798/0001-10, com relação ao projeto UFV Solar Irecê 3, na área de Energia, nos termos da Portaria n° 1.175, de 4 de fevereiro de 2022, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 7 de fevereiro de 2022.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°.

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCIO PINTO MARINHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA N° 5, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de Cohabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b, da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 , art. 1º, no Decreto n°6.144/2007, arts. 3º e 10º, e na IN RFB n° 1.911/2019, arts. 588 e 590, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.725032/2020-43 e no Despacho Decisório 1.244/2022/EBEN/DRF/FSA, declara:

Art. 1° - Cancelada, de ofício, a cohabilitação da pessoa jurídica PAMPULHA ENGENHARIA LTDA, CNPJ 00.078.296/0001-63, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a que se refere o Ato Declaratório Executivo DRF/FSA n° 65, de 17 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2020, vinculado ao projeto de implantação da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Esperança 26, no Município de Riacho de Santana, Bahia, aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 10, de 07 de janeiro de 2020, com habilitação para o REIDI aprovada pelo Ato Declaratório Executivo DRF/NIT nº 21, de 16 de abril de 2020, não podendo ela efetuar aquisições ao amparo do REIDI e ficando impedida de solicitar nova habilitação por 2 (dois) anos, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2021.

SILVANO ALVES ROLEMBERG MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR Nº 86, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta do processo nº 13031.178961/2022-27, concede:

Art. 1º A inscrição no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 2009, na atividade de Gráfica, sob o número GP-06109/00101, pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação deste ADE no Diário Oficial da União (DOU), ao seguinte estabelecimento:

CNPJ: 06.292.421/0001-10

Razão Social: EDITORA ATMAN S.A.

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, sob pena de cancelamento de seu registro e aplicação de demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANNA CHRISTINA SILVEIRA MOURÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de exportação de petróleo.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, com fundamento no disposto no caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinado com os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da IN RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13113.196350/2022-51, declara:

Art. 1º Habilitada, em caráter precário, a empresa TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sito à Avenida República do Chile, nº 500, 19o e 20o andares - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.461.767/0001-43, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo, conforme a IN RFB n.º 1.381, 31 de julho de 2013.

§ 1º O estabelecimento autorizado a utilizar os referidos procedimentos é o inscrito no CNPJ n.º 02.461.767/0006-58, sito à Rua Fidêncio Ramos n° 302, Conjunto 31 Torre B Parte A, Vila Olímpia - São Paulo, SP, CEP 04551-010;

§ 2º As áreas marítimas autorizadas para a realização das operações são os berços 1 e 2 do Porto Sudeste do Brasil S/A, mediante operações de transbordo a contrabordo entre navios atracados nestes locais, áreas circunscritas às seguintes coordenadas:

a) Latitude 22° 55' 45" S, Longitude 43° 51' 28" W; e

b) Latitude 22° 55' 56" S, Longitude 43° 51' 31" W.

Art. 2º Está autorizada por este Ato, como unidade de produção ou estocagem de petróleo, a unidade de produção FPSO-Cidade de Caraguatatuba/Bloco BM-S-09A/Campo Lapa - CNPJ 02.461.767/0006-58, cuja localização apresenta as coordenadas geográficas: latitude 25° 31´ 7.4" S e longitude 43° 27´ 59.56" W.

Art. 3º A condição de precariedade deste Ato se fundamenta no atendimento às condições exigidas e prazos estipulados pelas autoridades citadas na Instrução Normativa RFB 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÉLCIO FERRETTO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de exportação de petróleo.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, com fundamento no disposto no caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinado com os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da IN RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13113.194570/2022-40, declara:

Art. 1º Habilitada, em caráter precário, a empresa TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sito à Avenida República do Chile, nº 500, 19o e 20o andares - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.461.767/0001-43, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo, conforme a IN RFB n.º 1.381, 31 de julho de 2013.

§ 1º Os estabelecimentos autorizados a utilizar os referidos procedimentos são:

a) CNPJ n.º 02.461.767/0005-77, sito à Av República do Chile n° 500, sala 2002, Centro - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-170;

b) CNPJ n.º 02.461.767/0009-09, sito à Av República do Chile n° 500, sala 2003, Centro - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-170;

c) CNPJ n.º 02.461.767/0013-87, sito à Av República do Chile n° 500, sala 2004, Centro - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-170;

d) CNPJ n.º 02.461.767/0014-68, sito à Av República do Chile n° 500, sala 2003, Centro - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-170; e

e) CNPJ n.º 02.461.767/0004-96, sito à Av República do Chile n° 500, andar 20, sala 2001, Centro - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-170;

§ 2º As áreas marítimas autorizadas para a realização das operações são os berços 1 e 2 do Porto Sudeste do Brasil S/A, mediante operações de transbordo a contrabordo entre navios atracados nestes locais, áreas circunscritas às seguintes coordenadas:

a) Latitude 22° 55' 45" S, Longitude 43° 51' 28" W; e

b) Latitude 22° 55' 56" S, Longitude 43° 51' 31" W.

Art. 2º Estão autorizadas por este Ato, como unidades de produção ou estocagem de petróleo, as seguintes unidades e suas respectivas coordenadas geográficas:

a) FPSO-P68 - CNPJ 02.461.767/0005-77, latitude 25° 01´ 22.630" S e longitude 42° 40´ 04.040" W;

b) FPSO-P70 - CNPJ 02.461.767/0009-09, latitude 25° 57´ 07.45421" S e longitude 42° 28´ 06.16793" W;

c) FPSO-Pioneira de Libra - CNPJ 02.461.767/0004-96, latitude 24° 32´ 24.179" S e longitude 42° 7´ 54.637" W;

d) FPSO-Guanabara - CNPJ 02.461.767/0013-87, latitude 24° 35´ 1.158" S e longitude 42° 15´ 22.558" W; e

e) FPSO-Carioca - CNPJ 02.461.767/0014-68, latitude 25° 13´ 37.34675" S e longitude 42° 34´ 12.93321" W;

Art. 3º A condição de precariedade deste Ato se fundamenta no atendimento às condições exigidas e prazos estipulados pelas autoridades citadas na Instrução Normativa RFB 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÉLCIO FERRETTO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 92, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro, na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.268996/2022-47, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a prestação de serviços SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS, CNPJ (matriz) nº 04.954.351/0001-92 e as filiais de CNPJ nº 04.954.351/0003-54, 04.954.351/0006-05, 04.954.351/0008-69 e 04.954.351/0009-40 até 30/12/2024, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A pessoa jurídica contratante é Ocyan Drilling S.A, CNPJ nº 37.964.448/0001-35 e a operadora é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 93, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.249362/2022-95 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços YINSON BORONIA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO LTDA, CNPJ 33.633.471/0001-96 e a filial 0002-77 , até 31/12/2040, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Revogue-se o Ato Declaratório Executivo Decex nº 33, de 04 de abril de 2022.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 94, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.279211/2022-61, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA GÁS SULFÍDRICO LTDA, CNPJ (matriz) nº 11.780.205/0001-53, até 02/01/2023, devendo ainda ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 13 de 07/02/2020, publicado no Diário Oficial da União de 11/02/2020.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 95, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.240548/2022-89 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ 32.319.931/0001-43 e as filiais 0002-24, 0005-77, 0008-10, 0009-09, 0010-34, 0013-87, 0014-68, 0016-20, 0024-30, 0028-63, 0030-88, 0038-35, 0039-16, 0040-50, 0042-11, 0043-00, 0044-83 e 0045-64, até 31/12/2040, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Equinor Brasil Energia Ltda , CNPJ 04.028.583/0001-10.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO IRF/CGZ Nº 6, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo direto de unidade de produção na modalidade de transbordo.

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria de Delegação de Competência DRF/NIT nº 89/2020, de 30/11/2020 do Delegado da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ, levando em consideração os documentos e esclarecimentos constantes do Processo Digital nº 13113.276181/2022-31, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º. - Fica a empresa EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica devidamente constituída sob as leis brasileiras, com estabelecimento sede na Rua do Russel, nº 804, 8º andar, salas 801 e 802, Glória, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, habilitada a utilizar, em caráter precário, os procedimentos simplificados relacionados ao embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo, em área alfandegada localizada no Terminal de Petróleo T-Oil do Porto do Açu, localizado nas coordenadas geográficas latitude 21,810323º (S) e longitude 40,983090º (W), na modalidade de transbordo, prevista no inciso II do art. 7o da Instrução Normativa RFB nº 1381, de 31 de julho de 2013.

Art. 2º - O petróleo destinado à exportação será extraído da seguinte unidade de produção:

a) FPSO-Carioca, Campo de Sépia, Latitude: 25º13'37,355" (S), Longitude 42º34'12,909'' (W).

Art. 3º. - Está autorizada por este Ato como estabelecimento comercial que realizará as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013:

a) EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA - CNPJ 04.580.657/0008-00, Rua Faz Saco Dantas, S/N, Lote A12, Projetada 5, B02109, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;

b) EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.580.657/0001-26, Rua do Russel, 804, 8º andar, salas 801 e 802, Glória, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados têm caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO FERNANDES PIMENTEL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

PORTARIA DRF/ SOR Nº 6, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da competência que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e tendo em vista a previsão do art. 3º da Portaria SRRF08 nº 158, de 27 de dezembro de 2021, publicada no BS/RFB de 28 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Delegar ao Auditor-Fiscal chefe do GRUMAV08 a competência para aplicação da pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas, prevista no inciso I do art. 360 da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, nos processos administrativos de mercadorias e veículos apreendidos encaminhados ao GRUMAV08 dentro do escopo da regionalização da Portaria SRRF08 nº 158, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI JOSÉ BRANDÃO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 126, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.237542/2022-18, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.222.465/0001-85, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UHE Juruena, matriculado no CNO sob nº 90.008.96442/75, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria GM nº 600, de 10 de janeiro de 2022, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 12/01/2022, Seção 1, Pág. 49, com prazo estimado de 30/03/2022 a 30/11/2024, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre a beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica UHE JURUENA LTDA, CNPJ 39.916.142/0001-39, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 14, de 3 de maio de 2022, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá/MT, publicado no DOU de 06/05/2022, Seção 1, Pág. 15.

Art. 3º A presente concessão se restringe à pessoa jurídica mencionada, devendo a outra contratada requerer coabilitação, caso pretenda faturar à contratante com uso do benefício, em consonância com o disposto no § 3º do art. 5º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º Concluída a participação no projeto, deve ser requerido o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102390/2022-18
Interessado: Município de Paraty-RJ
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Paraty-RJ e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com recursos destinados a aplicação em despesas de capital para obras, infraestrutura e saneamento, no âmbito do Programa FINISA.

Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº PARECER SEI Nº 11060/2022/ME, de 29 de julho de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102176/2022-61
Interessado: Município de Balneário Camboriú - SC.
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Balneário Camboriú - SC e a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R$67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais) para desapropriação judicial decorrente do Decreto Municipal nº 2.023, de 06/12/1989, que declarou de utilidade pública, uma área de terra com 410.829,63 m², localizado no Município de Balneário Camboriú - SC.

Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 12225/2022/ME, de 31/08/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102391/2022-62
Interessado: Município de Maracanaú - CE
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Maracanaú - CE e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com recursos destinados à realização de investimentos no município de Maracanaú.

Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 11982/2022/ME, de 19 de agosto de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

PORTARIA SETO/ME Nº 7.999, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera, mediante remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III, V, X e XIV do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no inciso III, alínea "a", e no inciso VI do art. 10 do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III, V, X e XIV do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos I a VI desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

Acréscimo ao Anexo II do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	13.602	13.602	13.602	13.602
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19.141	19.141	19.141	19.141
25000 Ministério da Economia	221	221	221	221
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	111.832	111.832	111.832	111.832
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica *	980	980	980	980
32000 Ministério de Minas e Energia	26.241	26.241	26.241	26.241
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis **	4.590	4.590	4.590	4.590
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica**	4.146	4.146	4.146	4.146
32396 Agência Nacional de Mineração**	3.295	3.295	3.295	3.295
35000 Ministério das Relações Exteriores	80.753	80.753	80.753	80.753
36000 Ministério da Saúde	185.000	185.000	185.000	185.000
37000 Controladoria-Geral da União	1.571	1.571	1.571	1.571
39251 Agência Nacional de Transportes Aquaviários**	1.179	1.179	1.179	1.179
39254 Agência Nacional de Aviação Civil**	3.605	3.605	3.605	3.605
40000 Ministério do Trabalho e Previdência	3.366	3.366	3.366	3.366
41000 Ministério das Comunicações	48.554	48.554	48.554	48.554
41231 Agência Nacional de Telecomunicações**	7.214	7.214	7.214	7.214
44000 Ministério do Meio Ambiente	4.089	4.089	4.089	4.089
52000 Ministério da Defesa	283.918	283.918	283.918	283.918
53210 Agência Nacional de Águas**	8.259	8.259	8.259	8.259
54000 Ministério do Turismo	52.105	52.105	52.105	52.105
54207 Agência Nacional do Cinema**	1.611	1.611	1.611	1.611
55000 Ministério da Cidadania	353.018	353.018	353.018	353.018
63000 Advocacia-Geral da União	6.871	6.871	6.871	6.871
81000 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	14.599	14.599	14.599	14.599
83000 Banco Central do Brasil	17.672	17.672	17.672	17.672
Total	1.257.432	1.257.432	1.257.432	1.257.432

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

ANEXO II

Redução no Anexo III do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	1.592.605	1.592.605	1.592.605	1.592.605

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO III

Acréscimo ao Anexo III do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	88.168	88.168	88.168	88.168

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO IV

Redução no Anexo V do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	157.395	157.395	157.395	157.395

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

G2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO V

Acréscimo ao Anexo X do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 9) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
53000 Ministério do Desenvolvimento Regional	400.000	400.000	400.000	400.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO VI

Acréscimo ao Anexo XIV do Decreto Nº 10.961, de 11 de Fevereiro de 2022 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS SUJEITAS A CONTROLE DE FLUXO, DE QUE TRATA O ANEXO XVIII, DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
53000 Ministério do Desenvolvimento Regional	4.400	4.400	4.400	4.400

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/ICMS Nº 77, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS nº 3/18.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia no dia 30 de agosto de 2022, na forma do inciso I do § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3/18, registrada no Processo SEI nº 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1º O item 7 fica acrescido ao campo referente ao Estado da Bahia do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 5, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

"

Unidade Federada: BAHIA				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
7	BA	23.018.639/0004-42	182.717.220	3R CANDEIAS S/A.

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 78, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS nº 75, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 12/CDI-SE/309, de 11 de fevereiro de 2022; e

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, no dia 1º de setembro de 2022, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º O item 626 fica incluído ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 67, de 3 de dezembro de 2019, no campo referente ao Estado de São Paulo, com a seguinte redação:

"

SÃO PAULO	
626.	D.A AVIAÇÃO LTDA CNPJ: 01.747.148/0001-57 IE: 214.071.050.119

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 79, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 13/13, que dispõe sobre os requisitos de inclusão e permanência e divulga as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS 17/2013.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 189ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS nº 17, de 5 de abril de 2013, resolveu:

Art. 1º Os itens 10, 11, 22, 69, 97 e 143 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 13, de 13 de março de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

Item	Razão Social	CNPJ Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
10	BRASILFONE COMUNICAÇÃO LTDA	08.228.429/0001-42	São Paulo - SP	AM, AP, MS, MT, PB, RO, RR, SC e SP
11	BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	73.972.002/0001-16	Porto Alegre - RS	AM, AP, BA, CE, DF, GO, MS, MT, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE
22	DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	39.495.486/0001-11	Rio de Janeiro - RJ	AM, AP, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC e SP
69	OTS - OPTION TELECOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	07.831.569/0001-48	São Paulo - SP	AM, AP, MS, PB, RJ, RO e RR
97	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A	02.255.187/0001-08	Timbó - SC	AM, AP, MS, MT, PB, RO, RR, RS, SC e SP
143	EAÍ TELECOMUNICAÇÕES LTDA	08.316.162/0001-45	Planalto - PR	MG, PR, SC e SP

.".

Art. 2º Os itens a seguir indicados ficam acrescidos ao Ato COTEPE/ICMS nº 13/13 com as seguintes redações:

I - o § 9º ao art. 1º:

"§ 9º Poderá ser proposta a exclusão da empresa da lista anexa a este Ato COTEPE/ICMS, especificamente em relação à área de atuação correspondente à Unidade Federada proponente, quando constatadas irregularidades quanto a débitos tributários ou na inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS, aplicando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos 3º a 5º.";

II - os itens 158 e 159 ao Anexo Único:

"

Item	Razão Social	CNPJ Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
158	BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA S/A	02.041.460/0001-93	São Paulo - SP	CE, RJ e SP
159	BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.	04.601.397/0001-28	Pereiro - CE	CE

.".

Art. 3º Ficam revogados os itens 132 e 148 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 13/13.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Leonardo Sá dos Santos, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luís Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - José Estevam Fernandes de Oliveira, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luís Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 80, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 44/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 189ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022, em Brasília, DF, resolveu:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS nº 44, de 7 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Deverão ser observadas as regras de escrituração e de validação do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS/IPI, versão 3.1.1, publicado no Portal Nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que terá como chave de codificação digital a sequência "27A76C12D77BB4348B0BF8FC6DB16DA9", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5".".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Leonardo Sá dos Santos, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luís Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires

Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - José Estevam Fernandes de Oliveira, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luís Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 81, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE ICMS nº 65/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos referentes às informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (private label), transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, bem como sobre o fornecimento de informações prestadas por intermediadores de serviços e de negócios referentes às transações comerciais ou de prestação de serviços intermediadas, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 134/16.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 189ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022, em Brasília, DF, considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS nº 134, de 9 de dezembro de 2016, resolveu:

Art. 1º O "caput" do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS nº 65, de 19 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Versão 09 da Declaração de Informações de Meios de Pagamentos - DIMP - e o Histórico de Alterações DIMP, que terão como chave de codificação digital as sequências d40fbcb748d22322f769c290984a8e58e 727c18b6b5d12a72e8ddb469895f8113, respectivamente, obtidas com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5" nos arquivos em formato "PDF", e disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ (Erro! A referência de hiperlink não é válida., ficam instituídos.".

Art. 2º Fica revogado o Ato COTEPE/ICMS nº 69, de 19 de outubro de 2021.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2023.

Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Leonardo Sá dos Santos, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luís Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - José Estevam Fernandes de Oliveira, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luís Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ATO COTEPE/ICMS Nº 82, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1º da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 189ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007, resolveu:

Art. 1º Os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007, a serem observados a partir de 1º de janeiro de 2023, ficam divulgados na forma do Anexo Único.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Leonardo Sá dos Santos, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luís Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patrícia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - José Estevam Fernandes de Oliveira, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luís Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ

ANEXO

CALENDÁRIO 2023						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
I	2	1	1	3	2	1
II	3 e 4	2	2	4	3	2
III	5	3	3	5	4	5
IV	2,3,4,5	1,2,3	1,2,3	3,4,5	2,3,4	1,2,5
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

CALENDÁRIO 2023						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I	3	1	1	2	1	1
II	4	2 e 3	4	3 e 4	3	4
III	5	4	5	5	6	5
IV	3,4,5	1,2,3,4	1,4,5	2,3,4,5	1,3,6	1,4,5
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

DESPACHO Nº 54, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Renovação de credenciamento da empresa J. ANDRADE'S INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICO LTDA, CNPJ 62.115.217/0001-02, para fabricar formulários de segurança: FS-DA, modelo com talho doce.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna pública, que a Comissão, na sua 189ª Reunião Ordinária realizada nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2022, em Brasília, DF, na forma do § 3º da cláusula sexta do Convênio ICMS nº 96, de 11 de dezembro de 2009, em decorrência da Pandemia provocada pela COVID-19 e com respaldo no Parecer nº 5/18, emitido por Grupo de Trabalho específico, aprovou a renovação do credenciamento da empresa J. ANDRADE'S INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICO LTDA, CNPJ 62.115.217/0001-02, Inscrição Estadual nº 286.155.765.110, com sede na Rua Bandeirantes, 155/167, Vila Conceição, Diadema - SP, CEP 09912-230, para fabricar os formulários de segurança modelo FS-DA, modelo com talho doce, instituído pelo Convênio ICMS nº 96/09, observadas as especificações técnicas constantes do Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 11 de março de 2010. ESTA RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO TEM VALIDADE DE 2 (DOIS) ANOS, a partir de 23 de novembro de 2022, na forma do § 3º da cláusula sexta do Convênio ICMS nº 96/09.

"PARECER Nº 05/18 DO GT 06 - SINIEF / DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS.

CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA FABRICAR FORMULÁRIOS DE SEGURANÇA: FS-DA

Empresa: J. ANDRADE'S INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICO LTDA
CNPJ: 62.115.217/0001-02
Inscrição Estadual nº: 286.155.765.110
End.: Rua Bandeirantes, 155/167 - Vila Conceição
CEP: 09912230 - Diadema (SP)

A Empresa J. ANDRADE'S INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICO LTDA, encaminhou à Secretaria-Executiva do CONFAZ pedido de credenciamento para fabricar os formulários de segurança: FS-DA. Os integrantes do GT 06 - SINIEF / Documentos Fiscais Eletrônicos, em reunião realizada entre os dias 22 a 26 de outubro de 2018, após análise do pedido e da documentação entregue pela empresa, concluíram que foram atendidas todas as condições prescritas no Convênio ICMS 96/09, de 11 de dezembro de 2009, e no Ato COTEPE/ICMS 06/10, de 11 de março de 2010, para o referido credenciamento condicionado:

a) à observância das especificações técnicas constantes Ato COTEPE/ICMS 06/10;

b) à manutenção, por um prazo de 05 (cinco) anos, de arquivo dos controles preenchidos durante toda a fabricação do formulário de segurança, desde a entrada dos insumos até a saída do produto acabado, incluindo os descartes;

c) ao atendimento, além da seriação "GA", com numeração tipográfica sequencial de 000.000.001 a 999.999.999 para cada série, dos requisitos do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 06/10.

Brasília, 25 de outubro de 2018.
Coordenador: LUIS FERNANDO MARTINELLI - SEFAZ/SP
Relator: ELDER SOLTO SILVA PINTO - SEFAZ/GO.".

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DA SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 30 DE AGOSTO DE 2022

Aos 30 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14 horas e 58 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia. Registra-se a presença da Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, representante do Ministério da Economia, do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, representante do Tribunal de Contas da União, da Conselheira Daniela de Melo Faria, Representante do Estado do Rio de Janeiro, e da equipe de assessoria técnica Cecília Góia, Luciana Vicky Mazloum, Brenda Borges, Luíza Basílio Lage, Daniella Corrêa Eschiletti, Eduardo Cominato, Guilherme Laux, Carini Oliveira, Sheila Lelia Medeiros e Diogo Pires Geraldini.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 12105.100709/2021-58 e 19953.100907/2021-70; conforme pauta (27387208) disponível no processo SEI nº 19953.100293/2022-15.

1) PROCESSO 12105.100709/2021-58

Trata-se de processo administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso III do artigo 8° da Lei Complementar N° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação, no dia 09 de junho de 2021, da Lei Estadual N° 9.299, de 08 de junho de 2021, que altera os anexos VI, VII e VIII da Lei Estadual n° 7.946, de 27 de abril de 2018, a qual, em seu turno, versa sobre "a reestruturação do Plano de Cargos e Remuneração da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências".

Conclusão: Por maioria simples, este Conselho de Supervisão mantém a conclusão pela irregularidade do processo, determinando o envio do impacto entre julho e dezembro de 2022 para efeitos da avaliação prevista no art. 32, § 2º, II, do Decreto nº 10.681/2021.

2) PROCESSO 19953.100907/2021-70

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso I do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação da Lei Estadual n° 9.436, de 14 de outubro de 2021, a qual dispõe sobre a recomposição salarial dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro.

Conclusão: Por maioria simples, este Conselho de Supervisão entende pelo afastamento da violação por constar como ressalva no Anexo IV do Plano do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, determinando que o referido anexo seja sensibilizado.

A Reunião Ordinária foi encerrada às 15 horas e 15 minutos, pela presidente do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DA SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 31 DE AGOSTO DE 2022

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14 horas e 45 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi representante do Ministério da Economia, registrando-se a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, representante do Tribunal de Contas da União, do Conselheiro Paolo Mazzoncini Martinez, representante do Estado do Rio Grande do Sul, e da equipe de assessoria técnica: Guilherme Laux, Daniella Correa Eschiletti, Eduardo Voltan Cominato, Sheila Lelia Medeiros, Carini de Oliveira, Diogo Pires Geraldini e Taís Vieira Bonatto.

O Conselho deliberou acerca dos assuntos previstos na pauta constante no documento SEI número 27616153, processo 19953.100553/2022-44: Situação do Estado no SISRRF, Situação da Equipe de Assessoramento do Estado do Rio Grande do Sul.

1) SITUAÇÃO DO ESTADO NO SISRRF

Na oportunidade Taís Vieira, registrou elogio a equipe de assessoria do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, manifestando seu agradecimento pelo suporte recebido no que tange os procedimentos de iniciação do estado do Rio Grande do Sul no regime, momento em que a Presidente do Conselho Sarah, registrou também agradecimento e satisfação no reconhecimento manifestado pela assessoria do estado.

Na sequência, Taís e Paolo, realizaram exposição geral acerca da situação do estado no SiSRRF, que de modo geral se apresenta de forma regular, com mínimos pontos que se encontram em adaptação, especialmente no repasse das orientações aos órgãos responsáveis pelo preenchimento dos questionários.

Sobre o Procedimento Operacional Padrão, Sarah levantou a questão sobre a ciência do POP por parte do estado do Rio Grande do Sul, especialmente com relação ao atendimento dos prazos que podem definir o estado como adimplente ou inadimplente quanto ao envio das informações. A concessão de prazos para adaptação do estado ao regime tem a finalidade de se evitar equívocos na classificação da regularidade do estado, quanto a recepção e apuração das respostas enviadas via SisRRF pelos órgãos do estado.

A Conselheira Sarah sugeriu considerar um mês como tolerância para adaptação do estado quanto aos prazos, bem como incluir este quesito no POP a ser apreciado pelos conselheiros, para aprovação em reunião eletrônica,

2) SITUAÇÃO DA EQUIPE DE ASSESSORAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Conselheira Sarah, informou que o CSRRF/ME está providenciando acessos para as equipes de assessoria dos estados ao sistema SEI/ME, disponibilizando os links necessários que possibilitem a execução das atividades de suporte técnico, a exemplo da elaboração das atas das reuniões e documentos pertinentes que o conselho julgar necessário para o desenvolvimento das funções de apoio ao conselho do estado.

O Conselheiro Paolo expôs a situação da equipe do estado que dará suporte administrativo ao CSRRF-RS, relatou os motivos que ainda não foi possível a nomeação de pessoal e que ainda está em processo de formação. Sarah pontuou que a equipe técnica do ME estará a disposição para dar treinamento e suporte necessário para a equipe do estado, assim que concluídas as contratações.

Extrapauta

A presidente do Conselho Sarah, propôs votação pelos conselheiros acerca do sobrestamento automático dos processos relacionados a ADI6930. A proposta foi aceita e considerada para deliberação na presente reunião.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul decidiu pelo sobrestamento dos processos, até o trânsito em julgado do mérito da ADI 6.930 ou modificação da cautelar antes do termo final da ação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 15 horas e 04 minutos.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.014, DE 29 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 30/05/2022, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA.
CNPJ: 03.061.922/0001-05
Anterior Denominação Social
CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S EPP
CNPJ: 03.061.922/0001-05

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 148, de 28 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2022, páginas 119 a 131, seção 1:

No art. 11,

Onde se lê:

1)Art. 11. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro n° 371, de 29 de dezembro de 2009, devem ter sua validade ajustada, nos termos do subitem 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo I desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

Leia-se:

Art. 11. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro n° 371, de 29 de dezembro de 2009, devem ter sua validade ajustada, nos termos do subitem 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo I desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

Parágrafo Único. Os certificados modelo 5 emitidos com base na excepcionalidade estabelecida no art. 14 da Portaria Inmetro n° 328, de 08 de agosto de 2011, devem ser ajustados às disposições do Anexo I desta Portaria, até 31 de dezembro de 2025.

2)No Anexo I, no subitem 3.1,

Onde se lê:

IEC 60335-2-11:2018 (Ed. 8.0)	Household and similar electrical appliances - Safety - Part 2-11: Particular requirements for tumble dryers a

Leia-se:

IEC 60335-2-11:2019 (Ed. 8.0)	Household and similar electrical appliances - Safety - Part 2-11: Particular requirements for tumble dryers a

3) No Anexo I, no subitem 3.2,

Onde se lê:

"3.2 Até 31 de dezembro de 2024, este RAC considera a possibilidade de utilizar como base normativa as normas a seguir:

.....";

Leia-se:

"3.2 Até 31 de dezembro de 2025, este RAC considera a possibilidade de utilizar como base normativa as normas a seguir:

.....".

4) No Anexo I, no item 6,

Onde se lê:

"Este RAC estabelece as seguintes opções de modelos de certificação:

Modelo 5 de Certificação: Avaliação Inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo Auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de Avaliação de Manutenção periódica através de coleta de amostra do produto na fábrica e no comércio, alternadamente, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ; ou..."

Leia-se:

"Este RAC estabelece as seguintes opções de modelos de certificação:

Modelo 5 de Certificação: Avaliação Inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo Auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de Avaliação de Manutenção periódica através de coleta de amostra do produto na fábrica ou no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ; ou..."

5) No Anexo I, no item 6.1.1.3.4,

Onde se lê:

"6.1.1.3.4 A auditoria deve contemplar o acompanhamento da fabricação dos modelos de produtos que integram o escopo de certificação."

Leia-se:

"6.1.1.3.4. A auditoria deve contemplar o acompanhamento da fabricação de, ao menos, um dos modelos de produtos que integram o escopo de certificação. Quando esses produtos comprovadamente não estiverem sendo fabricados, a auditoria deve contemplar o acompanhamento da fabricação de, ao menos, um dos modelos de produtos da mesma classe de isolação na linha de produção dos modelos de produtos que integram o escopo de certificação."

6) No Anexo I, no item 6.1.1.4.1.2,

Onde se lê:

"6.1.1.4.1.2 O ensaio de tipo completo, de acordo com a norma geral e a respectiva norma particular, estabelecidas no item 3 deste RAC, deve ser realizado, por família."

Leia-se:

"6.1.1.4.1.2 O ensaio de tipo completo, de acordo com a norma geral e a respectiva norma particular, estabelecidas no item 3 deste RAC, deve ser realizado, por família.

6.1.1.4.1.2.1 São aceitos, na avaliação inicial, relatórios de ensaios emitidos antes do início do processo de certificação por laboratórios estrangeiros acreditados pelo Inmetro/Cgcre ou signatários dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, desde que sejam observadas a equivalência do método de ensaio e a metodologia de amostragem estabelecida, até o prazo máximo de 2 (dois) anos entre a emissão do relatório de ensaio e a apresentação ao OCP."

7) No Anexo I, no subitem 6.1.1.4.1.5,

Onde se lê:

"6.1.1.4.1.5 Ensaios complementares devem ser aplicados quando houver diferença no componente em relação ao modelo base, de acordo com a Tabela 2."

Leia-se:

"6.1.1.4.1.5 Quando houver diferença no componente em relação ao modelo base, ensaios complementares devem ser aplicados em amostras representativas desses modelos de acordo com a Tabela 2, não sendo necessário ensaiar mais de uma vez o componente diferente em relação ao modelo base."

8) No Anexo I, no subitem 6.1.1.4.2.2,

Onde se lê:

"6.1.1.4.2.2 Devem ser coletadas amostras (prova, contraprova e testemunha) para realização dos ensaios previstos no subitem 6.1.1.4.1 de 1 (um) modelo por família, devendo ser selecionado aquele que represente a configuração mais completa e mais desfavorável da família."

Leia-se:

"6.1.1.4.2.2 Devem ser coletadas amostras (prova, contraprova e testemunha) para realização dos ensaios previstos no subitem 6.1.1.4.1 de 1 (um) modelo por família, devendo ser selecionado aquele que represente a configuração mais crítica da família."

9) No Anexo I, no subitem 6.1.2.2.2.2,

Onde se lê:

"6.1.2.2.2.2 A amostra deve ser coletada, aleatoriamente, de cada família de produto certificado, na produção, centro de distribuição e no comércio, alternadamente, considerando que deve ser possível realizar no produto selecionado todos os ensaios previstos no subitem 6.1.2.2.1."

Leia-se:

"6.1.2.2.2.2 A amostra deve ser coletada, aleatoriamente, de cada família de produto certificado, na produção, centro de distribuição ou no comércio, considerando que deve ser possível realizar no produto selecionado todos os ensaios previstos no subitem 6.1.2.2.1."

10) No Anexo I, no subitem 6.1.3.1,

Onde se lê:

"6.1.3.1 Os critérios para avaliação de recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP."

Leia-se:

"6.1.3.1 Os critérios para avaliação de recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.3.1.1 São aceitos, na avaliação de recertificação, relatórios de ensaios emitidos antes do início do processo de recertificação por laboratórios estrangeiros acreditados pelo Inmetro/Cgcre ou signatários dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, desde que sejam observadas a equivalência do método de ensaio e a metodologia de amostragem estabelecida, até o prazo máximo de 1 (um) ano entre a emissão do relatório de ensaio e a apresentação ao OCP na etapa de recertificação."

11) No Anexo A, no subitem 2.1,

Onde se lê:

"2.1 A queda de tensão é medida e a resistência é calculada não devendo exceder:

0,2 Ω para aparelhos com um cordão de alimentação, ou 0,1 Ω mais a resistência do cordão de alimentação; e

0,1 Ω para outros aparelhos.

Nota 1: O ensaio é somente realizado por uma duração necessária para permitir que a queda de tensão seja medida.

Nota 2: Cuidados devem ser tomados para assegurar que a resistência de contato entre a ponta do dispositivo de medição e a parte metálica sob ensaio não influencie os resultados de ensaio."

Leia-se:

"2.1 O ensaio de continuidade de aterramento deve ser realizado da seguinte maneira:

Uma corrente de ao menos 10 A, proveniente de uma fonte com uma tensão sem carga (em vazio) não excedendo 12 V (c.a. ou c.c.), é circulada entre cada uma das partes metálicas acessíveis aterradas e:

- para aparelhos classe I previstos a serem ligados permanentemente a fiação fixa:

I - o terminal de aterramento

- para outros aparelhos classe I:

I - o pino de aterramento ou contato de aterramento do plugue;

II - o pino de aterramento do dispositivo de entrada.

A queda de tensão é medida e a resistência é calculada não devendo exceder:

0,2 Ω para aparelhos com um cordão de alimentação, ou 0,1 Ω mais a resistência do cordão de alimentação; e

0,1 Ω para outros aparelhos.

Nota 1: O ensaio é somente realizado por uma duração necessária para permitir que a queda de tensão seja medida.

Nota 2: Cuidados devem ser tomados para assegurar que a resistência de contato entre a ponta do dispositivo de medição e a parte metálica sob ensaio não influencie os resultados de ensaio."

12) No Anexo III, na Tabela 1,

Onde se lê:

Tabela 1 - Escopo e Aparelhos Pertencentes ao Escopo.

Item	Escopo	Aparelhos Pertencentes ao Escopo
1	Aspiradores elétricos e aparelhos de limpeza com sucção de água para uso doméstico e semelhantes, incluindo aspiradores para higiene animal, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aspirador de pó e água Aspirador de pó robô Aspirador de pó central Aspirador de pó elétrico Aspiradores para higiene animal Cabeças de limpeza motorizadas Limpadores movidos a bateria Mangueiras condutoras de corrente elétrica associadas a um aspirador específico Vassoura elétrica
2	Ferros elétricos a seco e ferros elétricos a vapor, incluindo aqueles com reservatório de água separado ou caldeira com capacidade não superior a 5 L, para uso doméstico e similar, com tensão nominal não superior a 250 V.	Ferro elétrico de passar roupa a seco Ferro elétrico de passar roupa a vapor
3	Máquinas de lavar louça elétricas para utilização doméstica e similar que são destinadas para lavar e enxaguar pratos, talheres e outros utensílios, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásico e 480 V para outros aparelhos Se o aparelho se destina a ser utilizado profissionalmente para lavar e enxaguar pratos e talheres e outros utensílios de uso comercial, o aparelho não é considerado como sendo somente para uso domésticos e similar.	Lavadora de louça de uso doméstico com capacidade inferior 1.500 pratos/hora e capacidade menor 100 cestos (0,5 m x 0,5 m) a
4	Fogões elétricos, fogões de mesa, fornos e aparelhos similares estacionários para uso doméstico, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Fogão de mesa Fogões elétricos Forno a vapor Forno autolimpante pirolítico Fornos elétrico Grelhadeiras por contato Grelhadeiras por irradiação Mesa por indução tipo wok Mesa por indução;
5	Máquinas elétricas de lavar roupa para utilização doméstica e similar, com a finalidade de lavar roupa e materiais têxteis, utilizando detergente ou eletrólito, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Lavadora de roupa de uso comercial com capacidade de até 25 kg de roupa a
6	Barbeadores elétricos, máquinas de cortar cabelo e aparelhos semelhantes para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Exemplos de aparelhos semelhantes são aqueles usados para manicure e pedicure.	Barbeador elétrico Depilador elétrico Lixadeira elétrica de unha e pé Máquina elétrica de corte de cabelo Máquina elétrica de corte de pelos de animais Tosquiadera elétrica de animais Aparelhos para cabelereiros
7	Aparelhos elétricos portáteis para uso doméstico e similares que têm a função de cozinhar, como assar e grelhar, com tensão nominal não superior a 250 V. Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e similar.	Assadores Churrasqueira elétrica giratória Churrasqueira elétrica para uso interno Crepeira elétrica de uso doméstico Desidratador elétrico doméstico de alimentos Fogão elétrico de indução portátil (com massa menor que 18 kg) a Fogão elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Fogareiro elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Forno elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Fritadeira elétrica a ar/ sem óleo Grelha elétrica de contato Grelha elétrica radiante Grill elétrico Máquina de algodão doce de uso doméstico Máquina de pretzel elétrica de uso doméstico Máquina de waffler elétrica de uso doméstico Máquina elétrica doméstica de pão Omeleteira elétrica de uso doméstico Panquequeira elétrica de uso doméstico Pipoqueira elétrica de uso doméstico Racleteira elétrica de uso doméstico Sanduicheira elétrica Torradeira elétrica Torrador elétrico de grãos Tostadeira elétrica
8	Máquinas para tratamento elétrico de pisos e lavagem úmida destinadas ao uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos destinados ao uso em hotéis, escritórios, escolas, hospitais e instalações semelhantes.	Enceradeira Esfregadores elétricos de chão Limpadores de carpete Limpadores de estofados Polidora elétrica
9	Secadoras elétricas para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Estão abrangidas também as secadoras que utilizam sistema de refrigeração, incorporando motocompressores selados, para a secagem de materiais têxteis. Esses aparelhos podem usar refrigerantes inflamáveis. Nota: Engloba secadoras de roupa para uso comum em blocos de apartamentos ou em lavanderias	Secadora de roupa Secadora de roupa por rotação de uso comercial
10	Placas de aquecimento elétricas, bandejas de aquecimento e aparelhos semelhantes destinados a manter alimentos ou vasilhames aquecidos, para uso doméstico e semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V. Se o aparelho se destina a ser utilizado profissionalmente para manter os recipientes aquecidos ou para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado apenas para uso doméstico e semelhante.	Aquecedor elétrico de pratos e bandejas Armário elétrico aquecido para louças Prato aquecedor elétrico

11	Fritadeiras elétricas com uma quantidade máxima recomendada de óleo não superior a 5 l, frigideiras, woks e outros aparelhos nos quais o óleo é usado para cozinhar, e destinados apenas para uso doméstico, sua tensão nominal sendo não mais que 250 V.	Fritadeira elétrica de imersão Frigideira elétrica
12	Máquinas elétricas de cozinha para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e semelhante. Nota: O uso de uma máquina de cozinha em uma pousada, por exemplo, é considerado para uso doméstico.	Abridor elétrico de latas Afiador de Facas Doméstico Amaciador elétrico de carnes Amolador elétrico de facas Batedeira elétrica residencial Centrifuga elétrica para alimentos Cilindro sovador, laminador automático de uso doméstico Cortadores de feijão-vagem Cortadores de legumes Descascador elétrico Despolpador elétrico doméstico Espremedor elétrico de frutas de uso doméstico com potência até 300 W a Espremedores centrífugos Extratores de suco de frutas silvestres Faca elétrica Fatiador elétrico Laminadores de massa Liquidificador doméstico com capacidade de até 3,5 litros a Máquina de fatiar Máquina de peneirar Máquina de produção de macarrão Máquina de sorvete, incluindo aquelas para uso em refrigeradores e freezers Máquina elétrica de chantilly (creme) Mini processador elétrico Mixer elétrico Moedor elétrico doméstico de grãos com capacidade do reservatório até 1,5 kg a Moedor elétrico para carnes de uso doméstico Moedores de café com capacidade máxima de 500 g a Moedores de grãos com capacidade de reservatório até 3 litros a Preparador elétrico de alimentos Processador de alimentos elétrico Ralador elétrico Rolo elétrico para massa Triturador elétrico
13	Aparelhos elétricos para aquecimento de líquidos para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota 1: Alguns aparelhos podem ser usados para aquecer alimentos. Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e semelhante. Nota 2: Exemplos de tais aparelhos são: - reservatório de cola com uma jaqueta de água; - caldeiras de alimentação de gado; - esterilizadores.	Aquecedor elétrico de água (portátil) ou ebulidor Aquecedor elétrico de mamadeira Aquecedores de leite Cafeteira elétrica e aparelhos similares para ferver água com capacidade nominal não superior a 10 litros a Chaleira elétrica Cozedor elétrico de ovos Derretedeira elétrica de chocolate com capacidade de até 5 litros de chocolate a Iogurteira elétrica Máquina de café Máquina de expresso Marmita elétrica Panela de pressão elétrica com pressão de cozimento não superior a 140 kPa e capacidade de até 10 litros a Panela elétrica a vapor com capacidade de até 10 litros a Panela elétrica com capacidade de até 10 litros a Panela elétrica de arroz Panela elétrica de cozimento lento Sopeira com capacidade de até 10 litros a Torre, fonte ou cascata elétrica de chocolate, com capacidade de até 5 litros de chocolate a
14	Descartadores elétricos de lixo alimentício para fins domésticos e similares, com tensão nominal não superior a 250 V.	Triturador elétrico de lixo alimentar
15	Cobertores elétricos, almofadas, roupas e outros aparelhos flexíveis que aquecem a cama ou o corpo humano, para uso doméstico e afins, com tensão nominal não superior a 250 V, estando também no escopo as unidades de controle fornecidas com os aparelhos. Aparelhos destinados a ser usados em salões de beleza ou por pessoas em ambientes frios, estão dentro do escopo.	Cobertor térmico-elétrico Lençol térmico-elétrico Manta térmico-elétrico Travesseiro térmico-elétrico
16	Aquecedores elétricos de água por acumulação para uso doméstico e similar, destinados ao aquecimento de água abaixo da temperatura de ebulição, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aquecedor de acumulação elétrico (híbrido ou não)
17	Aparelhos elétricos para cuidados da pele ou cabelo de pessoas ou animais e destinados para uso doméstico e similares, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V, podendo estes aparelhos incorporar dispositivos para produção de vapor ou spray. Nota: Engloba aparelhos para uso em salões de beleza.	Aparelho elétrico para permanente de cabelo (doméstico ou comercial) Chapa térmica elétrica (alisadora / chapinha / prancha) Ferro elétrico de enrolar cabelo Aparelhos para permanente de cabelo Aquecedores com bobes destacáveis Escova alisadora de cabelos Escova de cabelos rotativa Escova secadora de cabelos Frisador de cabelos Máquina elétrica para secagem de animais (tipo armário) Modelador / alisador para barba Modelador de cachos para cabelos Pente térmico elétrico alisador Saunas faciais Secador elétrico de cabelo (portátil) Secador elétrico de mãos Secador elétrico de pelos de animais
18	Aparelhos de refrigeração para uso doméstico e similar, máquinas de fazer gelo incorporando um moto compressor e máquinas de fazer gelo destinadas a serem incorporadas em compartimentos de armazenamento de comida congelada, aparelhos de refrigeração e máquinas de fazer gelo para uso em camping, trailers de turismo e barcos para fins de lazer, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos, 480 V para outros aparelhos e 24 Vd.c. para aparelhos operados a bateria. Esses aparelhos podem ser operados conectados à rede elétrica, a uma bateria separada ou ambos. Estão no escopo também máquinas de sorvete destinadas para uso doméstico, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Trata também de aparelhos do tipo compressão para uso doméstico e similar, que utilizam refrigerantes inflamáveis. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 66 da Tabela 2 deste Anexo.	Adega Climatizador elétrico de bebidas doméstico Frigobares com porta de vidro Máquina elétrica de gelo Máquina elétrica doméstica de sorvete Refrigerador portátil de viagem Refrigerador portátil para cosméticos Refrigeradores compactos com porta de vidro
19	Relógios elétricos com tensão nominal não superior a 250 V.	Despertador elétrico Despertadores Relógio elétrico Relógios incorporando meios de acionamento diferentes de motores Relógios movidos a mola com mecanismo de enrolamento operado eletricamente
20	Máquinas de costura elétricas para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Máquinas de costura a serem utilizadas por pessoas leigas em lojas ou na indústria leve estão no escopo.	Máquina elétrica de costura / overlock / reta / zigzag
21	Carregadores de baterias elétricos para uso doméstico e similar, tendo uma saída com extra baixa tensão de segurança, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V. Carregadores de baterias não destinados ao uso doméstico normal, tais como carregadores de baterias a serem utilizados em garagens, em lojas, na indústria leve ou em fazendas estão no escopo.	Carregadores de pilhas e baterias (A, AA, AAA, C, D, 9 V e 12 V) Carregadores de baterias automotivas que obedeçam cumulativamente aos parâmetros máximos de 30 A, tensão de saída de 15 V e massa de 18 kg. Estão da mesma maneira incluídos os carregadores de bateria que possuam opções de seleção de tensão e uma das opções seja um valor menor que 15 V a

22	Aquecedores elétricos de ambiente para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelhos de aquecimento por lâmpada de calor montadas no teto Aquecedor elétrico de ambiente Aquecedor elétrico para estufa Aquecedores com ventilador Aquecedores de painel Aquecedores por convecção Aquecedores radiantes Aquecedores tubulares Radiadores à líquido
23	Exaustores elétricos e outros extratores de fumaça de cozinha instalados acima, ao lado, atrás ou sob fogões domésticos, fogões e aparelhos de cozinha semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: O aparelho de cozinha pode ser alimentado por eletricidade ou outros combustíveis, como o gás.	Coifa elétrica de uso doméstico Exaustor elétrico de uso doméstico
24	Motocompressores selados (tipo hermético e semi-hermético), seus sistemas de controle e proteção, se existentes, destinados a serem incorporados em equipamentos de uso domésticos e similares e que estão em conformidade com as normas aplicáveis a tais equipamentos. Aplica-se a motocompressores testados separadamente, sob as condições mais severas que podem ocorrer em uso normal, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para motocompressores monofásicos e 480 V para outros motocompressores. Nota: Exemplos de equipamentos que contêm motocompressores são: - refrigeradores, congeladores de alimentos e máquinas de fazer gelo; - aparelhos de ar condicionado, bombas de calor elétricas e desumidificadores; - aparelhos de distribuição comercial e máquinas de venda automática - conjuntos construídos em fábrica para transferência de calor em aplicações de refrigeração, ar condicionado ou aquecimento ou uma combinação de tais finalidades.	Compressores herméticos e semi-herméticos para produtos de refrigeração e aquecimento
25	Aquecedores elétricos instantâneos de água para uso doméstico e similares e destinados ao aquecimento de água abaixo da temperatura de ebulição, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Os aquecedores de água instantâneos incorporando elementos de aquecimento nus estão dentro do escopo.	Aquecedores elétricos instantâneos de água
26	Fogões elétricos comerciais para cozinhar e assar, elementos de fogão e aparelhos semelhantes não destinados ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Fogão elétrico de uso comercial Estufa elétrica de uso comercial Fermentador elétrico de uso comercial
27	Fritadeiras comerciais elétricas, incluindo tipos pressurizados não destinados ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Fritadeira elétrica de uso comercial com volume total de óleo até 50 litros a
28	Chapas e grelhas elétricas comerciais não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Chapa elétrica de uso comercial Crepeira elétrica de uso comercial Grill elétrico de uso comercial, com capacidade de processamento até 60 kg por hora a Máquina de pretzel elétrica de uso comercial Máquina de waffler elétrica de uso comercial Omeleteira elétrica de uso comercial Panquequeira elétrica de uso comercial Racleteira elétrica de uso comercial Tostadeira elétrica de uso comercial, com capacidade de processamento até 60 kg por hora a
29	Panelas elétricas de cozinha multiuso, não destinadas ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Máquina elétrica comercial de algodão doce Panela elétrica de uso comercial com capacidade de até 200 litros a
30	Bombas elétricas de calor, incluindo bombas de calor de água quente sanitária, condicionadores de ar e desumidificadores incorporando motocompressores e ventiloconvectores hidrônicos, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para os demais aparelhos. Este escopo também abrange bombas elétricas de calor, condicionadores de ar e desumidificadores contendo refrigerante inflamável. Esses aparelhos podem consistir em um ou mais conjuntos fabricados. Se fornecidos em mais de um conjunto, os conjuntos separados devem ser usados juntos e os requisitos são baseados no uso dos conjuntos correspondentes. Aquecedores suplementares, ou uma provisão para sua instalação separada, estão dentro do escopo, mas somente aquecedores que são projetados como parte de aparelhos, sendo os controles incorporados ao aparelho.	Bomba elétrica de calor com capacidade nominal até 60.000 Btu/h a Climatizador de ar portátil Condicionador de ar portátil Desumidificador elétrico
31	Cozedores a vapor e geradores de vapor utilizados exclusivamente em fornos elétricos, não destinados ao uso doméstico, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para os demais aparelhos. Nota 1: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais tais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 50 da Tabela 2 deste Anexo.	Cozedores a vapor de uso comercial Geradores de vapor utilizados exclusivamente em fornos elétricos de uso comercial
32	Secadores elétricos de roupa para secagem de têxteis em prateleiras localizadas em um fluxo de ar quente e toalheiros elétricos, para uso doméstico e semelhantes, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V. Nota: Os cabideiros podem ser fixos ou independentes em um armário. A circulação de ar pode ser natural ou forçada.	Secadoras de roupas do tipo varal, com circulação de ar quente natural ou forçada Secadora de varal (toalheiro elétrico) para secagem de toalhas
33	Passadeiras elétricas para fins domésticos e similares, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para os demais aparelhos.	Passadeiras para calças. Passadores de roupas do tipo rotativo; Passadores de roupas elétricos por prensagem; Prensas de engomar para operação por uma pessoa; Vaporizador de roupas / passadeira elétrica a vapor de roupas (comerciais);
34	Ferramentas elétricas portáteis de aquecimento e aparelhos semelhantes, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V. Os aparelhos que também podem ser usados montados em um suporte estão dentro do escopo deste Regulamento.	Acendedor elétrico de fogão Alicate descascador elétrico Aquecedor elétrico de água por resistência encapsulada Caneta elétrica de queima (pirógrafo) Decapante (descascador) elétrico de tinta Embaladora elétrica portátil Estação elétrica de ar quente para retrabalho (solda) Estação elétrica de solda Estação elétrica dessoldadora Ferramenta elétrica de corte de chifres Ferramenta elétrica de corte de plástico Ferramenta elétrica de marcação (gravação) Ferramenta elétrica de solda de conduite Ferramenta elétrica de solda de eletroduto termoplástico Ferro de solda elétrico Ignitor de combustível sólido Pistola elétrica de ar quente Pistola elétrica de cola quente Pistola elétrica de dessoldar Pistola elétrica de solda Selador portátil ou de bancada Seladora elétrica portátil de embalagem para alimentos Soldador elétrico de plástico portátil ou de bancada

35	Panela elétrica comerciais à vapor não destinadas ao uso doméstico, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para os demais aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Panela elétrica de uso comercial a vapor com capacidade de até 200 litros a
36	Churrasqueiras e torradeiras elétricas comerciais não destinadas ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Churraqueiras rotativas ou contínuas e torradeiras e aparelhos similares destinados a grelhar por calor radiante, como assadores, salamandras, etc. estão dentro do escopo. Nota 1: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 50 da Tabela 2 deste Anexo.	Assador elétrico fixo Assador rotativo com acionamento elétrico Assador/Salamandra/Churrasqueira com partes elétricas, com sistema de aquecimento elétrico ou elétrico/gás ou elétrico/gás combustíveis, para uso comercial Churrasqueiras e torradeiras rotativas ou contínuas Fornos elétricos rotativos para assar frangos e equipamentos similares Frangueira elétrica Torrador / Torradeira elétrica de uso comercial
37	Aparelhos comerciais operados eletricamente para manter alimentos e louças aquecidos não destinados ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais semelhantes. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Aquecedor radiante Armários quentes, com ou sem tampas aquecidas (de uso comercial) Balcão elétrico aquecido de uso comercial (inclusive por indução) Dispensadores de louça aquecidos (de uso comercial) Expositor / estufa / vitrine elétrica elétrico aquecido para alimentos (de uso comercial) Mesa elétrica de uso comercial (inclusive por indução)
38	Banho-maria comercial operado eletricamente não destinado ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais semelhantes. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Banho-Maria elétrico de uso comercial Marmita elétrica de uso comercial
39	Aparelhos elétricos de higiene bucal para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aparelhos elétricos de higiene oral Escova de dente elétrica Irrigador oral elétrico
40	Aparelhos elétricos de aquecimento de sauna, tendo uma potência nominal de entrada não superior a 20 kW, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Os aparelhos abrangidos são destinados ao uso doméstico e em saunas públicas localizadas em blocos de apartamentos, hotéis e locais semelhantes. Nota 1: Os aparelhos de aquecimento da sauna podem ser do tipo de armazenamento térmico. Também está incluído no escopo aparelhos elétricos de aquecimento de sauna fornecidos com uma unidade umidificadora. Sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. O ar ambiente é umidificado pela evaporação ou atomização da água. Nota 2: Um umidificador pode ser parte de um aparelho de aquecimento da sauna ou pode estar incorporado no aquecedor da sauna. O aparelho de aquecimento da sauna ou o aquecedor da sauna podem ser operados com ou sem o umidificador.	Aparelho elétrico para aquecimento de sauna com ou sem unidade umidificadora (com potencia nominal até 20 kW) a
41	Aparelhos elétricos de limpeza para uso doméstico que se destinam à limpeza de superfícies como janelas, paredes e piscinas vazias usando agentes de limpeza líquidos ou vapor, com tensão nominal não superior a 250 V. Também estão incluídos aparelhos de remoção de papel de parede. Nota: Os aparelhos podem incorporar elementos de aquecimento ou meios para pressurizar o recipiente de líquido.	Aparelho elétrico para limpeza de superfícies, usando agentes de limpeza líquidos ou vapor, de uso doméstico Lavadora elétrica por alta pressão ou por vapor de uso doméstico Limpador elétrico por alta pressão ou por vapor de uso doméstico Máquina de remoção de papel de parede, a vapor, de uso doméstico
42	Aparelhos elétricos para uso em aquários e lagos de jardim, com tensão nominal não superior a 250 V.	Alimentador elétrico de ração animal Aparelhos para sucção de lama Areiadores
43	Máquinas de lavar louça operadas eletricamente para lavar pratos, louças, copos, talheres e artigos semelhantes, com ou sem meios para aquecimento ou secagem, não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, hotéis, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Lavadora de louça com esteira transportadora Máquina de escovar louça Lavadora de louça de uso comercial com capacidade de lavagem de até 1.500 pratos/hora ou capacidade maior 100 cestos (0,5 m x 0,5 m) a
44	Exterminadores elétricos de insetos para fins domésticos e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Exterminador elétrico de insetos (inclusive tipo raquete)
45	Banheiras de hidromassagem elétricas para uso interno e de spas de hidromassagem, para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os aparelhos para circulação de ar ou água em banhos convencionais.	Banheira elétrica de hidromassagem
46	Aquecedores elétricos de armazenamento térmico para uso doméstico e similares que se destinam a aquecer o ambiente em que estão localizados, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aquecedores de armazenamento térmico de ambiente
47	Máquinas de enxaguar de uso comercial operadas eletricamente não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro, e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hotéis, hospitais e empresas comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Máquina elétrica de enxaguar de uso comercial
48	Máquinas de cozinha comerciais operadas eletricamente não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro, e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hotéis, hospitais e estabelecimentos comerciais como padarias, açougues, etc.	Máquinas elétricas rotativas de cozinha de uso comercial Abridor elétrico de latas de uso comercial Amassadeira elétrica com capacidade menor ou igual a 40 kg de massa a Batedeira elétrica comercial com capacidade menor ou igual a 18 litros a Centrifuga elétrica comercial para alimentos Cilindro sovador e laminador automático com comprimento de rolo menor ou igual a 500 mm a Cortador elétrico de massa para uso comercial Despolpador elétrico comercial Espremedor elétrico de frutas de uso comercial com potência a partir de 300 W a Fatiador elétrico de uso comercial Liquidificador de uso comercial com capacidade acima de 3,5 litros até 18 litros a Máquina elétrica de lavagem e/ou secagem de alimentos de uso comercial
	Está também incluído no escopo os aparelhos que, para facilitar o transporte, são fornecidos em várias partes (subconjuntos) que, quando montados no local de instalação, formam uma unidade construtiva sem a utilização de quaisquer peças adicionais. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Misturador elétrico de uso comercial com capacidade até 100 kg/h a Modeladora elétrica de massa de uso comercial com comprimento de rolo menor ou igual a 400 mm a Moedor elétrico comercial de grãos com capacidade do reservatório de 1,5 kg até 15 kg a Moedor elétrico para carnes com capacidade de até 400 kg/h, e/ou diâmetro do disco de moagem de até 100 mm a Preparador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Retalhador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Ralador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Picador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Descascador elétrico de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a
		Descascador elétrico de uso comercial com capacidade de carga por ciclo de operação de no máximo 25 kg a Processador elétrico de alimentos de uso comercial Rolo elétrico de massa de uso comercial com comprimento de rolo de até 500 mm a
49	Aparelhos elétricos de purificação de ar para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelhos de purificação de ar Filtro elétrico de ar Ionizador elétrico de ar
50	Aquecedores elétricos de camas d'água e suas unidades de controle associadas, para fins domésticos e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Aquecedor elétrico de camas d'água

51	Aparelhos operados por motor elétrico projetados principalmente para uso industrial e comercial, com ou sem acessórios, incluindo aparelhos que incorporam sucção úmida e / ou seca, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Esses aparelhos podem ser usados para polir pisos (incluindo encerar e lustrar), esfregar e esmerilar, escarificar e lavar carpetes. Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para diferentes fins além da limpeza normal. Também é incluído no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Máquina elétrica de tratamento e/ou limpeza de piso de uso comercial e industrial
52	Aparelhos elétricos móveis e portáteis de extração por spray (pulverização) operados por motor e acessórios elétricos destinados ao uso industrial e comercial, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Esses aparelhos empregam agentes de limpeza à base de água e são usados para limpar tecidos, estofados, carpetes, revestimentos de piso ou superfícies duras Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para outros fins além da limpeza normal. Máquinas com ou sem elementos de aquecimento elétrico e com ou sem acessórios estão dentro do escopo. Estão incluídos no escopo os aparelhos em que a pressão do agente de limpeza é positiva e não superior a 2,5 MPa, ou em que o produto da pressão (em MPa) e o fluxo do agente de limpeza (em litros por minuto) não exceda 100, e em que a temperatura do agente de limpeza na saída do pulverizador não ultrapasse 85 °C. Também é incluído no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Máquina elétrica para limpeza de carpete com spray (de uso comercial ou industrial)
53	Aspiradores de pó operados por motor elétrico e inclui aparelhos e equipamentos estacionários especificamente projetados para sucção úmida e/ou sucção seca para uso industrial e comercial com ou sem acessórios como, por exemplo, para sucção de poeiras ou semelhantes provenientes de bancadas de trabalho e máquinas de produção, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para outros fins além da limpeza normal. Também são incluídas no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Aspirador de pó elétrico (seco e/ou úmido) de uso comercial Aspirador de pó elétrico (seco e/ou úmido) de uso industrial
54	Aparelhos de aquecimento elétrico usados para criação e reprodução de animais, tais como: aparelhos de irradiação de calor, chocadeiras elétricas para galinhas, incubadoras, unidades de criação de galinhas e placas de aquecimento para animais, a tensão nominal dos aparelhos sendo não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Também estão incluídos no escopo os aparelhos de aquecimento usados para criação e reprodução de animais, que incluem um motor elétrico.	Chocaderias elétricas para galinhas; Incubadoras de animais; Placas de aquecimento para animais; Unidades criadoras de animais;
55	Máquinas combinadas portáteis alimentadas pela rede elétrica ou por bateria, com ou sem um carregador de bateria embutido, tendo um chassi com ou sem acionamento de tração, destinado ao uso comercial e industrial interno ou externo para tratamento seco ou úmido de soalhos duros ou pisos com carpetes, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para os aparelhos monofásicos e 480 V para os outros aparelhos. Nota: Exemplos de tais aparelhos são equipamentos de restauração, aparelhos de limpeza para uso industrial e comercial e aparelhos para cabeleireiros. Também são incluídas no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Enceradeira elétrica para uso comercial Polidora elétrica para uso comercial
56	Aquecedores elétricos fixos de imersão para uso doméstico e similares que se destinam à instalação em um tanque de água aberto à atmosfera para aquecer água a uma temperatura abaixo de seu ponto de ebulição, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para os aparelhos monofásicos e 480 V para os outros aparelhos. Nota 1: O tanque de água pode ter meios alternativos de aquecimento de água, como a circulação de água quente fornecida por uma caldeira separada. Nota 2: Aquecedores de imersão com uma potência nominal de entrada de até 25 kW para incorporação como fonte alternativa de aquecimento em caldeiras de aquecimento central também estão dentro do escopo.	Aquecedor de água de imersão fixa para piscina e similares Aquecedor de imersão fixo em geral de uso residencial ou comercial
57	Aquecedores elétricos de imersão portáteis para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aquecedor elétrico fixo de imersão Ebulidor portátil de líquidos
58	Dispensadores elétricos comerciais e máquinas de venda automática para preparação ou entrega de alimentos, bebidas e produtos de consumo, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Cafeteira elétrica de uso comercial Chaleira elétrica de uso comercial Dispensador de sucos Máquina de café de uso comercial Máquina de expresso de uso comercial Máquina de venda automática de cigarros; Máquina elétrica comercial de sorvete Máquina elétrica de preparação e/ou venda de bebidas (refrigerantes, sucos, etc.) Máquina elétrica de refresco Máquina elétrica para venda de comida embalada (snacks) e bebidas (refrigerantes, sucos, etc.) Máquina elétrica para venda de gelo Máquina elétrica para venda de jornais e/ou outros produtos Máquina elétrica para venda de picolé Máquina elétrica para venda de sorvete
59	Energizadores de cerca elétrica, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V e por meio dos quais os arames de cercas em espaços rurais, domésticos ou para controle de animais selvagens e cercas de segurança que podem ser eletrificadas ou monitoradas.	Eletrificador de cercas / Cerca elétrica, de uso doméstico, rural e controle de animais selvagens
60	Cortadores de grama elétricos, de cilindro ou rotativos controlados por pedestres, projetados principalmente para uso em casa ou para fins semelhantes, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V monofásica.	Cortador elétrico de grama (de carrinho)
61	Churrasqueiras ao ar livre para uso doméstico e similar, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos usados por restaurantes e hotéis.	Churrasqueira elétrica para uso externo
62	Limpadores de alta pressão para uso doméstico, industrial e comercial com uma pressão não inferior a 2,5 MPa e não superior a 25 MPa e com uma entrada para o acionamento da bomba de alta pressão não superior a 10 kW, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Estão no escopo as máquinas de limpeza a vapor industriais e comerciais com reservatório de água com capacidade não superior a 1.000 l, pressão nominal não superior a 3,2 MPa e produto de capacidade e pressão nominal não superior a 300. Estão também incluídos no escopo os aparelhos que utilizem outras formas de energia para o motor.	Lavadora elétrica por alta pressão ou por vapor de uso comercial Limpador elétrico por alta pressão ou por vapor de uso comercial
63	Ventiladores elétricos para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os controles separados fornecidos com os ventiladores. Nota: Observada a exclusão estabelecida nos itens 75 e 76 da Tabela 2 deste Anexo.	Cortina de ar Exaustor de ar Ventilador de torre Ventilador sem hélice Ventiladores de duto Ventiladores de partição
64	Aquecedores elétricos de pés e tapetes de aquecimento para fins domésticos e semelhantes, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Calçado elétrico aquecido Aquecedor de pés Tapete de aquecimento (com área não superior a 0,5 mm2) a
65	Máquinas de entretenimento comerciais elétricas e máquinas de serviço pessoal, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelho para lustrar sapatos. Armário elétrico de bagagem Balanças Caixa Eletrônico Dispensador elétrico de moedas Dispensador elétrico de papel-toalha / papel higiênico Dispensador elétrico de sabão Maleiro elétrico Máquina de fliperama (p.ex: pinball) Máquina elétrica de bilhar Máquina elétrica de boliche Máquina elétrica de diversão Máquina elétrica de engraxar/lustrar sapatos Máquina elétrica para recarga de cartões Máquina elétrica para venda de cigarros Simulador elétrico de condução (jogos) Vídeo game

66	Calhas aquecidas eletricamente para descongelar a entrada do sistema de drenagem de telhados de apartamentos, varandas e estruturas semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V	Aquecedor elétrico para dreno de telhado
67	Vasos sanitários elétricos nos quais excremento é armazenado, seco ou destruído, com tensão nominal não superior a 250 V, sendo incluído também os equipamentos elétricos para uso com vasos sanitários convencionais. Nota: Vasos sanitários elétricos podem ser usados para processar resíduos tais quais papel e restos de comida.	Aquecedores de água para duchas Assento elétrico aquecido para banheiro Dispositivos automáticos para cobertura de assento Unidade trituradora para banheiro Unidades de bombeamento para banheiro
68	Vaporizadores de tecido para uso doméstico ou similiar com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos usados em lavanderias e tinturarias	Máquina elétrica para limpeza de estofamento ou de carpetes Máquina elétrica para limpeza à vapor de tecidos
69	Máquinas elétricas de pesca por meio das quais a água pode ser eletrificada com o objetivo de capturar peixes ou fornecer barreiras para todos os animais que vivem na água. A tensão nominal das máquinas elétricas de pesca não é superior a 250 V para máquinas monofásicas e 480 V para outras máquinas, exceto que a tensão nominal das máquinas elétricas de pesca para conexão permanente com fiação fixa não é superior a 1.000 V.	Máquinas elétricas de pescar
70	Máquina elétrica de atordoamento de animais cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído os aparelhos manuais, semi-automaticos e automáticos para uso comercial ou industrial leve, para uso em fazendas ou para uso em áreas onde possam ser uma fonte de perigo para o público.	Equipamentos elétricos para atordoamento de animais

71	Umidificadores elétricos destinados ao uso com sistemas de aquecimento, ventilação ou ar-condicionado em aplicações domésticas, comerciais e industriais leves (podendo ser incluído grandes equipamentos comerciais autônomos) que operam de acordo com o sistema evaporativo ou de atomização, injeção de água, vapor e semelhantes, sendo a sua tensão nominal máxima não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para todos os outros aparelhos.	Umidificadores destinados para uso com sistemas de aquecimento, ventilação ou ar condicionado
72	Aparelhos elétricos de refrigeração comercial que têm um compressor incorporado ou que são fornecidos em duas unidades para montagem como um único aparelho de acordo com as instruções do fabricante (sistema dividido).	Adega de uso comercial Balcão refrigerado de atendimento ou de auto-atendimento (self-service) de uso comercial Climatizador elétrico de bebidas de uso comercial Congelador elétrico de uso comercial Conservador elétrico de uso comercial Expositor elétrico refrigerado de uso comercial Refrigerador elétrico de uso comercial
73	Fornos micro-ondas sem porta de cavidade ou com porta de cavidade e com meios de transporte destinados a uso comercial e a bordo de navios, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos, sendo também incluído os fornos micro-ondas que utilizam energia não elétrica.	Forno de micro-ondas de uso comercial com potência até 7.500 W a

74	Cortadores de grama elétricos manuais e portáteis e cortadores de borda de gramado, com elemento (s) de corte de linha de filamento não metálico ou cortadores não metálicos de rotação livre, com energia cinética não superior a 10 J cada, usados por um operador de pé para o corte de grama, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para a.c. ou 50 V d.c..	Aparador de borda de gramado Aparador elétrico de grama portátil e manual Cortador elétrico de grama portátil e manual Roçadeira elétrica de grama portátil e manual
75	Escarificadores e aeradores elétricos de gramado operados por pedestres com cortadores rotativos para gramados, por exemplo, removendo palha e musgo da grama, ou cortando verticalmente a superfície do gramado. Esses escarificadores são projetados principalmente para uso dentro e fora da casa ou para fins semelhantes, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V monofásico.	Escarificadores e aeradores de gramado controlados por pedestres Roçadeira elétrica
76	Tesouras elétricas manuais para grama com uma largura de corte máxima de 200 mm projetadas principalmente para cortar grama, cuja sua tensão nominal não seja superior a 250 V para a.c. ou 50 V d.c.	Tesoura de podar para grama Tesoura elétrica para corte de grama

77	Comandos elétricos para portas de garagem para uso residencial que abrem e fecham na direção vertical, cuja a tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo também incluídos os dispositivos de proteção contra aprisionamento para uso com inversores.	Acionamentos para portas de garagem que se movem verticalmente de uso residencial Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis e similares Comando elétrico para janelas Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas giratórias
78	Folhas de elementos de aquecimento flexíveis destinados a serem incorporados ao edifício para aquecer o ambiente em que estão localizados, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para instalações monofásicas e 480 V para outras instalações.	Chapa flexível para aquecimento de ambientes Folha flexível para aquecimento de ambientes Piso elétrico aquecido
79	Comandos elétricos para equipamentos de enrolar, como persianas, estores e toldos, destinados a uso doméstico e similares, suja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os comandos para equipamentos com parte acionada por mola.	Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para janelas Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis e similares Comando elétrico para toldos Comando elétrico para cortinas Comando elétrico para grades Comando elétrico para telas de projeção Comando elétrico para persianas
80	Umidificador elétrico para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Umidificador elétrico

81	Coifas elétricas de uso comercial destinadas a instalação acima de aparelhos de cozinha comerciais, como fogões, grelhas, grelhadores e fritadeiras, e não destinadas ao uso doméstico, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V para coifas monofásicas conectadas entre fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Apenas unidades completas individuais e coifas fornecidas como peças separadas que, quando montadas, formam uma coifa funcional completa, incorporando um ventilador, estão dentro do escopo. Nota: As coifas podem ser utilizadas, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. A coifa pode ser usada acima de um ou mais eletrodomésticos do mesmo tipo ou de tipos diferentes.	Coifa elétrica de uso comercial Exaustor elétrico de uso comercial
82	Aspiradores de jardim elétricos de uso manual conectados a rede elétrica, sopradores / assopradores com ou sem meios de trituração e sopradores de jardim para uso dentro e fora de casa ou para fins similares, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V monofásico.	Aspirador elétrico para a limpeza de jardins Assoprador elétrico para a limpeza de jardins Soprador elétrico para a limpeza de jardins
83	Vaporizadores elétricos para uso doméstico e similares, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V.	Aromatizador elétrico Desodorisadores elétricos Repelente elétrico de insetos (vaporizador)
84	Aparelhos de combustão a gás, óleo e combustíveis sólidos providos de partes elétricas, para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelhos de cozinha Aparelhos de lavanderia e de limpeza Aquecedor central Aquecedor para óleo e gás (com conexão elétrica) Aquecedores de água. Aquecedores de ambiente Aquecedores de ar Equipamento comercial de provisão de alimentos
85	Comando elétrico para portões, portas e janelas que se movem horizontal e verticalmente para uso doméstico e similares, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas giratórias Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para janelas Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis Comando elétrico para portas seccionadas suspensas Comando elétrico para portas deslizantes

86	Aparelhos elétricos para recuperar e / ou reciclar refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração que incorporem compressores abertos ou motocompressores, com tensões nominais não superiores a 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para outros aparelhos.	Aparelhos elétricos para recuperação de refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração Aparelhos para reciclagem de refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração
87	Cabines de chuveiro multifuncionais e unidades elétricas separadas de chuveiro multifuncionais para uso doméstico e similares, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Aparelhos destinados à utilização por pessoas leigas em hotéis, academias de ginástica e locais semelhantes, estão no escopo.	Cabine elétrica multifuncional de banho
88	Tapetes aquecidos e unidades de aquecimento de cômodos que se destinam a serem instalados diretamente abaixo de um revestimento removível de piso, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V para instalações monofásicas e 480 V para outras instalações. Nota: Exemplos de materiais usados como revestimentos removíveis de piso são carpetes, almofadas de vinil ou laminados soltos.	Aquecedor elétrico de piso acarpetado Piso elétrico aquecido
	a a Os aparelhos devem ter os parâmetros técnicos descritos na tabela incorporados ao manual, ao produto (placa de dados nominais) e à embalagem.	

Leia-se:
Tabela 1 - Escopo e Aparelhos Pertencentes ao Escopo.

Item	Escopo	Aparelhos Pertencentes ao Escopo
1	Aspiradores elétricos e aparelhos de limpeza com sucção de água para uso doméstico e semelhantes, incluindo aspiradores para higiene animal, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aspirador de pó e água Aspirador de pó robô Aspirador de pó central Aspirador de pó elétrico Aspiradores para higiene animal Cabeça de limpeza motorizada Limpador movidos a bateria Mangueira condutora de corrente elétrica associadas a um aspirador específico Vassoura elétrica
2	Ferros elétricos a seco e ferros elétricos a vapor, incluindo aqueles com reservatório de água separado ou caldeira com capacidade não superior a 5 L, para uso doméstico e similar, com tensão nominal não superior a 250 V.	Ferro elétrico de passar roupa a seco Ferro elétrico de passar roupa a vapor
3	Máquinas de lavar louça elétricas para utilização doméstica e similar que são destinadas para lavar e enxaguar pratos, talheres e outros utensílios, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásico e 480 V para outros aparelhos Se o aparelho se destina a ser utilizado profissionalmente para lavar e enxaguar pratos e talheres e outros utensílios de uso comercial, o aparelho não é considerado como sendo somente para uso domésticos e similar.	Lavadora de louça de uso doméstico com capacidade inferior 1.500 pratos/hora e capacidade menor 100 cestos (0,5 m x 0,5 m) a
4	Fogões elétricos, fogões de mesa, fornos e aparelhos similares estacionários para uso doméstico, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 50 da Tabela 2 deste Anexo.	Fogão de mesa Fogão elétrico Forno a vapor Forno autolimpante pirolítico Forno elétrico Grelhadeira por contato Grelhadeira por irradiação Mesa por indução tipo wok Mesa por indução
5	Máquinas elétricas de lavar roupa para utilização doméstica e similar, com a finalidade de lavar roupa e materiais têxteis, utilizando detergente ou eletrólito, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 55 da Tabela 2 deste Anexo.	Lavadora de roupa de uso comercial com capacidade de até 25 kg de roupa a
6	Barbeadores elétricos, máquinas de cortar cabelo e aparelhos semelhantes para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Exemplos de aparelhos semelhantes são aqueles usados para manicure e pedicure.	Barbeador elétrico Depilador elétrico Lixadeira elétrica de unha e pé Máquina elétrica de corte de cabelo Máquina elétrica de corte de pelos de animais Tosquiadera elétrica de animais Aparelhos para cabelereiros
7	Aparelhos elétricos portáteis para uso doméstico e similares que têm a função de cozinhar, como assar e grelhar, com tensão nominal não superior a 250 V.	Assador elétrico Churrasqueira elétrica giratória Churrasqueira elétrica para uso interno
	Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e similar. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 50 da Tabela 2 deste Anexo.	Crepeira elétrica de uso doméstico Desidratador elétrico doméstico de alimentos Fogão elétrico de indução portátil (com massa menor que 18 kg) a Fogão elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Fogareiro elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Forno elétrico portátil (com massa menor que 18 kg) a Fritadeira elétrica a ar/ sem óleo Grelha elétrica de contato Grelha elétrica radiante Grill elétrico Máquina de algodão doce de uso doméstico Máquina de pretzel elétrica de uso doméstico Máquina de waffler elétrica de uso doméstico
		Máquina elétrica doméstica de pão Omeleteira elétrica de uso doméstico Panquequeira elétrica de uso doméstico Pipoqueira elétrica de uso doméstico Racleteira elétrica de uso doméstico Sanduicheira elétrica Torradeira elétrica Torrador elétrico de grãos Tostadeira elétrica
8	Máquinas para tratamento elétrico de pisos e lavagem úmida destinadas ao uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos destinados ao uso em hotéis, escritórios, escolas, hospitais e instalações semelhantes.	Enceradeira Esfregadores elétricos de chão Limpador de carpete Limpador de estofados Polidora elétrica
9	Secadoras elétricas para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Estão abrangidas também as secadoras que utilizam sistema de refrigeração, incorporando motocompressores selados, para a secagem de materiais têxteis. Esses aparelhos podem usar refrigerantes inflamáveis. Nota 1: Engloba secadoras de roupa para uso comum em blocos de apartamentos ou em lavanderias. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 72 da Tabela 2 deste Anexo.	Secadora de roupa Secadora de roupa por rotação de uso comercial
10	Placas de aquecimento elétricas, bandejas de aquecimento e aparelhos semelhantes destinados a manter alimentos ou vasilhames aquecidos, para uso doméstico e semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V. Se o aparelho se destina a ser utilizado profissionalmente para manter os recipientes aquecidos ou para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado apenas para uso doméstico e semelhante.	Aquecedor elétrico de pratos e bandejas Armário elétrico aquecido para louças Prato aquecedor elétrico
11	Fritadeiras elétricas com uma quantidade máxima recomendada de óleo não superior a 5 l, frigideiras, woks e outros aparelhos nos quais o óleo é usado para cozinhar, e destinados apenas para uso doméstico, sua tensão nominal sendo não mais que 250 V.	Frigideira elétrica Fritadeira elétrica de imersão Wok elétrica
12	Máquinas elétricas de cozinha para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e semelhante. Nota: O uso de uma máquina de cozinha em uma pousada, por exemplo, é considerado para uso doméstico.	Abridor elétrico de latas Afiador de Facas Doméstico Amaciador elétrico de carnes Amolador elétrico de facas Batedeira elétrica residencial Centrifuga elétrica para alimentos Cilindro sovador, laminador automático de uso doméstico Cortador de feijão-vagem Cortador de legumes Descascador elétrico Despolpador elétrico doméstico Espremedor elétrico de frutas de uso doméstico com potência até 300 W a Espremedores centrífugos Extratores de suco de frutas silvestres Faca elétrica Fatiador elétrico Laminadores de massa Liquidificador doméstico com capacidade de até 3,5 litros a Máquina de fatiar Máquina de peneirar
		Máquina de produção de macarrão Máquina de sorvete, incluindo aquelas para uso em refrigeradores e freezers Máquina elétrica de chantilly (creme) Mini processador elétrico Mixer elétrico Moedor elétrico doméstico de grãos com capacidade do reservatório até 1,5 kg a Moedor elétrico para carnes de uso doméstico Moedores de café com capacidade máxima de 500 g a Moedores de grãos com capacidade de reservatório até 3 litros a Preparador elétrico de alimentos Processador de alimentos elétrico Ralador elétrico Rolo elétrico para massa Triturador elétrico

13	Aparelhos elétricos para aquecimento de líquidos para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota 1: Alguns aparelhos podem ser usados para aquecer alimentos. Se o aparelho se destina a ser usado profissionalmente para processar alimentos para consumo comercial, o aparelho não é considerado como sendo apenas para uso doméstico e semelhante. Nota 2: Exemplos de tais aparelhos são: - reservatório de cola com uma jaqueta de água; - caldeiras de alimentação de gado; - esterilizadores.	Aquecedor elétrico de água (portátil) ou ebulidor Aquecedor elétrico de mamadeira Aquecedores de leite Cafeteira elétrica e aparelhos similares para ferver água com capacidade nominal não superior a 10 litros a Chaleira elétrica Cozedor elétrico de ovos Derretedeira elétrica de chocolate com capacidade de até 5 litros de chocolate a Iogurteira elétrica Máquina de café Máquina de expresso Marmita elétrica Panela de pressão elétrica com pressão de cozimento não superior a 140 kPa e capacidade de até 10 litros a Panela elétrica a vapor com capacidade de até 10 litros a Panela elétrica com capacidade de até 10 litros a Panela elétrica de arroz Panela elétrica de cozimento lento Sopeira com capacidade de até 10 litros a Torre, fonte ou cascata elétrica de chocolate, com capacidade de até 5 litros de chocolate a
14	Descartadores elétricos de lixo alimentício para fins domésticos e similares, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Observada as exclusões estabelecidas nos itens 74 e 75 da Tabela 2 deste Anexo.	Descartador elétrico de lixo alimentício Triturador elétrico de lixo alimentício
15	Cobertores elétricos, almofadas, roupas e outros aparelhos flexíveis que aquecem a cama ou o corpo humano, para uso doméstico e afins, com tensão nominal não superior a 250 V, estando também no escopo as unidades de controle fornecidas com os aparelhos. Aparelhos destinados a ser usados em salões de beleza ou por pessoas em ambientes frios, estão dentro do escopo.	Cobertor térmico-elétrico Lençol térmico-elétrico Manta térmico-elétrico Travesseiro térmico-elétrico
16	Aquecedores elétricos de água por acumulação para uso doméstico e similar, destinados ao aquecimento de água abaixo da temperatura de ebulição, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aquecedor de acumulação elétrico (híbrido ou não)
17	Aparelhos elétricos para cuidados da pele ou cabelo de pessoas ou animais e destinados para uso doméstico e similares, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V, podendo estes aparelhos incorporar dispositivos para produção de vapor ou spray. Nota: Engloba aparelhos para uso em salões de beleza.	Aparelho elétrico para permanente de cabelo (doméstico ou comercial) Aparelho para permanente de cabelo Aquecedor com bobes destacáveis Chapa térmica elétrica (alisadora / chapinha / prancha) Escova alisadora de cabelos Escova de cabelos rotativa Escova secadora de cabelos Ferro elétrico de enrolar cabelo Frisador de cabelos Máquina elétrica para secagem de animais (tipo armário) Modelador / alisador para barba Modelador de cachos para cabelos Pente térmico elétrico alisador Sauna facial Secador elétrico de cabelo (portátil) Secador elétrico de mãos Secador elétrico de pelos de animais
18	Aparelhos de refrigeração para uso doméstico e similar, máquinas de fazer gelo incorporando um moto compressor e máquinas de fazer gelo destinadas a serem incorporadas em compartimentos de armazenamento de comida congelada, aparelhos de refrigeração e máquinas de fazer gelo para uso em camping, trailers de turismo e barcos para fins de lazer, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos, 480 V para outros aparelhos e 24 Vc.c. para aparelhos operados a bateria. Esses aparelhos podem ser operados conectados à rede elétrica, a uma bateria separada ou ambos. Estão no escopo também máquinas de sorvete destinadas para uso doméstico, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Trata também de aparelhos do tipo compressão para uso doméstico e similar, que utilizam refrigerantes inflamáveis. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 68 da Tabela 2 deste Anexo.	Adega Climatizador elétrico de bebidas doméstico Frigobar com porta de vidro Máquina elétrica de gelo Máquina elétrica doméstica de sorvete Refrigerador portátil de viagem Refrigerador portátil para cosméticos Refrigerador compacto com porta de vidro
19	Relógios elétricos com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Observada as exclusões estabelecidas nos itens 67, 69 e 71 da Tabela 2 deste Anexo.	Despertador elétrico Despertadores Relógio elétrico Relógios incorporando meios de acionamento diferentes de motores Relógios movidos a mola com mecanismo de enrolamento operado eletricamente
20	Máquinas de costura elétricas para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Máquinas de costura a serem utilizadas por pessoas leigas em lojas ou na indústria leve estão no escopo.	Máquina elétrica de costura / overlock / reta / zigzag
21	Carregadores de baterias elétricos para uso doméstico e similar, tendo uma saída com extra baixa tensão de segurança, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V. Carregadores de baterias não destinados ao uso doméstico normal, tais como carregadores de baterias a serem utilizados em garagens, em lojas, na indústria leve ou em fazendas estão no escopo. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 23 da Tabela 2 deste Anexo.	Carregadores de pilhas e baterias (A, AA, AAA, C, D, 9 V e 12 V) Carregadores de baterias automotivas que obedeçam cumulativamente aos parâmetros máximos de 30 A, tensão de saída de 15 V e massa de 18 kg. Estão da mesma maneira incluídos os carregadores de bateria que possuam opções de seleção de tensão e uma das opções seja um valor menor que 15 V a
22	Aquecedores elétricos de ambiente para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelho de aquecimento por lâmpada de calor montadas no teto Aquecedor elétrico de ambiente Aquecedor elétrico para estufa Aquecedor com ventilador Aquecedor de painel Aquecedor por convecção Aquecedor radiante Aquecedor tubular Radiador à líquido
23	Exaustores elétricos e outros extratores de fumaça de cozinha instalados acima, ao lado, atrás ou sob fogões domésticos, fogões e aparelhos de cozinha semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: O aparelho de cozinha pode ser alimentado por eletricidade ou outros combustíveis, como o gás.	Coifa elétrica de uso doméstico Exaustor elétrico de uso doméstico
24	Motocompressores selados (tipo hermético e semi-hermético), seus sistemas de controle e proteção, se existentes, destinados a serem incorporados em equipamentos de uso domésticos e similares e que estão em conformidade com as normas aplicáveis a tais equipamentos. Aplica-se a motocompressores testados separadamente, sob as condições mais severas que podem ocorrer em uso normal, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para motocompressores monofásicos e 480 V para outros motocompressores. Nota 1: Exemplos de equipamentos que contêm motocompressores são: - refrigeradores, congeladores de alimentos e máquinas de fazer gelo; - aparelhos de ar condicionado, bombas de calor elétricas e desumidificadores; - aparelhos de distribuição comercial e máquinas de venda automática - conjuntos construídos em fábrica para transferência de calor em aplicações de refrigeração, ar condicionado ou aquecimento ou uma combinação de tais finalidades. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 63 da Tabela 2 deste Anexo.	Compressores herméticos e semi-herméticos para produtos de refrigeração e aquecimento
25	Fogões elétricos comerciais para cozinhar e assar, elementos de fogão e aparelhos semelhantes não destinados ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Estufa elétrica de uso comercial Fermentador elétrico de uso comercial Fogão elétrico de uso comercial
26	Fritadeiras comerciais elétricas, incluindo tipos pressurizados não destinados ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Fritadeira elétrica de uso comercial com volume total de óleo até 50 litros a

27	Chapas e grelhas elétricas comerciais não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são utilizados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Chapa elétrica de uso comercial Crepeira elétrica de uso comercial Grill elétrico de uso comercial, com capacidade de processamento até 60 kg por hora a Máquina de pretzel elétrica de uso comercial Máquina de waffler elétrica de uso comercial Omeleteira elétrica de uso comercial Panquequeira elétrica de uso comercial Racleteira elétrica de uso comercial Tostadeira elétrica de uso comercial, com capacidade de processamento até 60 kg por hora a
28	Panelas elétricas de cozinha multiuso, não destinadas ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Máquina elétrica comercial de algodão doce Panela elétrica de uso comercial com capacidade de até 200 litros a

29	Bombas elétricas de calor, incluindo bombas de calor de água quente sanitária, condicionadores de ar e desumidificadores incorporando motocompressores e ventiloconvectores hidrônicos, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para os demais aparelhos. Este escopo também abrange bombas elétricas de calor, condicionadores de ar e desumidificadores contendo refrigerante inflamável. Esses aparelhos podem consistir em um ou mais conjuntos fabricados. Se fornecidos em mais de um conjunto, os conjuntos separados devem ser usados juntos e os requisitos são baseados no uso dos conjuntos correspondentes. Aquecedores suplementares, ou uma provisão para sua instalação separada, estão dentro do escopo, mas somente aquecedores que são projetados como parte de aparelhos, sendo os controles incorporados ao aparelho. Nota: Observada as exclusões estabelecidas nos itens 35 e 36 da Tabela 2 deste Anexo.	Bomba elétrica de calor com capacidade nominal até 60.000 Btu/h a Climatizador de ar portátil Condicionador de ar portátil Desumidificador elétrico

30	Cozedores a vapor e geradores de vapor utilizados exclusivamente em fornos elétricos, não destinados ao uso doméstico, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para os demais aparelhos. Nota 1: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empresas comerciais tais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 52 da Tabela 2 deste Anexo.	Cozedores a vapor de uso comercial Geradores de vapor utilizados exclusivamente em fornos elétricos de uso comercial
31	Secadores elétricos de roupa para secagem de têxteis em prateleiras localizadas em um fluxo de ar quente e toalheiros elétricos, para uso doméstico e semelhantes, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V. Nota: Os cabideiros podem ser fixos ou independentes em um armário. A circulação de ar pode ser natural ou forçada.	Secadora de roupas do tipo varal, com circulação de ar quente natural ou forçada Secadora de varal (toalheiro elétrico) para secagem de toalhas

32	Passadeiras elétricas para fins domésticos e similares, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para os demais aparelhos.	Passadeira elétrica a vapor de roupas comercial / Vaporizador elétrico de roupas comercial Passadeira elétrica de roupas do tipo rotativo Passadeira elétrica de roupas por prensagem Passadeira elétrica para calças Prensa elétrica de engomar para operação por uma pessoa
33	Ferramentas elétricas portáteis de aquecimento e aparelhos semelhantes, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V. Os aparelhos que também podem ser usados montados em um suporte estão dentro do escopo deste Regulamento.	Acendedor elétrico de fogão Alicate descascador elétrico Aquecedor elétrico de água por resistência encapsulada Caneta elétrica de queima (pirógrafo) Decapante (descascador) elétrico de tinta Embaladora elétrica portátil Estação elétrica de ar quente para retrabalho (solda) Estação elétrica de solda Estação elétrica dessoldadora Ferramenta elétrica de corte de chifres Ferramenta elétrica de corte de plástico Ferramenta elétrica de marcação (gravação) Ferramenta elétrica de solda de conduite Ferramenta elétrica de solda de eletroduto termoplástico Ferro de solda elétrico Pistola elétrica de ar quente Pistola elétrica de cola quente Pistola elétrica de dessoldar Pistola elétrica de solda Selador portátil ou de bancada Seladora elétrica portátil de embalagem para alimentos Soldador elétrico de plástico portátil ou de bancada

34	Panela elétrica comerciais à vapor não destinadas ao uso doméstico, sendo suas tensões nominais não maiores do que 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para os demais aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Panela elétrica de uso comercial a vapor com capacidade de até 200 litros a
35	Churrasqueiras e torradeiras elétricas comerciais não destinadas ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Churraqueiras rotativas ou contínuas e torradeiras e aparelhos similares destinados a grelhar por calor radiante, como assadores, salamandras, etc. estão dentro do escopo. Nota 1: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo. Nota 2: Observada as exclusões estabelecidas nos itens 50 e 52 da Tabela 2 deste Anexo.	Assador elétrico fixo Assador rotativo com acionamento elétrico Assador/Salamandra/Churrasqueira com partes elétricas, com sistema de aquecimento elétrico ou elétrico/gás ou elétrico/gás combustíveis, para uso comercial Churrasqueiras e torradeiras rotativas ou contínuas Fornos elétricos rotativos para assar frangos e equipamentos similares Frangueira elétrica Torrador / Torradeira elétrica de uso comercial

36	Aparelhos comerciais operados eletricamente para manter alimentos e louças aquecidos não destinados ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais semelhantes. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Aquecedor radiante Armário quente, com ou sem tampa aquecida (de uso comercial) Balcão elétrico aquecido de uso comercial (inclusive por indução) Dispensador de louça aquecidos (de uso comercial) Expositor / estufa / vitrine elétrica elétrico aquecido para alimentos (de uso comercial) Mesa elétrica de uso comercial (inclusive por indução)
37	Banho-maria comercial operado eletricamente não destinado ao uso doméstico, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais semelhantes. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Banho-Maria elétrico de uso comercial Marmita elétrica de uso comercial
38	Aparelhos elétricos de higiene bucal para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aparelhos elétricos de higiene oral Escova de dente elétrica Irrigador oral elétrico

39	Aparelhos elétricos de aquecimento de sauna, tendo uma potência nominal de entrada não superior a 20 kW, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Os aparelhos abrangidos são destinados ao uso doméstico e em saunas públicas localizadas em blocos de apartamentos, hotéis e locais semelhantes. Nota 1: Os aparelhos de aquecimento da sauna podem ser do tipo de armazenamento térmico. Também está incluído no escopo aparelhos elétricos de aquecimento de sauna fornecidos com uma unidade umidificadora. Sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. O ar ambiente é umidificado pela evaporação ou atomização da água. Nota 2: Um umidificador pode ser parte de um aparelho de aquecimento da sauna ou pode estar incorporado no aquecedor da sauna. O aparelho de aquecimento da sauna ou o aquecedor da sauna podem ser operados com ou sem o umidificador.	Aparelho elétrico para aquecimento de sauna com ou sem unidade umidificadora (com potência nominal até 20 kW) a
40	Aparelhos elétricos de limpeza para uso doméstico que se destinam à limpeza de superfícies como janelas, paredes e piscinas vazias usando agentes de limpeza líquidos ou vapor, com tensão nominal não superior a 250 V. Também estão incluídos aparelhos de remoção de papel de parede. Nota: Os aparelhos podem incorporar elementos de aquecimento ou meios para pressurizar o recipiente de líquido.	Aparelho elétrico para limpeza de superfícies, usando agentes de limpeza líquidos ou vapor, de uso doméstico Lavadora elétrica por alta pressão ou por vapor de uso doméstico Limpador elétrico por alta pressão ou por vapor de uso doméstico Máquina de remoção de papel de parede, a vapor, de uso doméstico

41	Aparelhos elétricos para uso em aquários e lagos de jardim, com tensão nominal não superior a 250 V.	Alimentador elétrico de ração animal Aparelho para sucção de lama Areador
42	Máquinas de lavar louça operadas eletricamente para lavar pratos, louças, copos, talheres e artigos semelhantes, com ou sem meios para aquecimento ou secagem, não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, hotéis, cantinas, hospitais e empresas comerciais, como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Lavadora de louça com esteira transportadora Lavadora de louça de uso comercial com capacidade de lavagem de até 1.500 pratos/hora ou capacidade maior 100 cestos (0,5 m x 0,5 m) a Máquina de escovar louça
43	Exterminadores elétricos de insetos para fins domésticos e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Exterminador elétrico de insetos (inclusive tipo raquete)
44	Banheiras de hidromassagem elétricas para uso interno e de spas de hidromassagem, para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os aparelhos para circulação de ar ou água em banhos convencionais.	Banheira elétrica de hidromassagem
45	Aquecedores elétricos de armazenamento térmico para uso doméstico e similares que se destinam a aquecer o ambiente em que estão localizados, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aquecedor elétrico de armazenamento térmico de ambiente
46	Máquinas de enxaguar de uso comercial operadas eletricamente não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro, e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hotéis, hospitais e empresas comerciais como padarias, açougues, etc. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Máquina elétrica de enxaguar de uso comercial
47	Máquinas de cozinha comerciais operadas eletricamente não destinadas ao uso doméstico, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos conectados entre uma fase e neutro, e 480 V para outros aparelhos. Nota: Esses aparelhos são usados, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hotéis, hospitais e estabelecimentos comerciais como padarias, açougues, etc. Está também incluído no escopo os aparelhos que, para facilitar o transporte, são fornecidos em várias partes (subconjuntos) que, quando montados no local de instalação, formam uma unidade construtiva sem a utilização de quaisquer peças adicionais. Aparelhos que utilizam outras formas de energia, mas que possuem parte elétrica, também estão dentro do escopo.	Abridor elétrico de latas de uso comercial Amassadeira elétrica com capacidade menor ou igual a 40 kg de massa a Batedeira elétrica comercial com capacidade menor ou igual a 18 litros a Centrifuga elétrica comercial para alimentos Cilindro sovador e laminador automático com comprimento de rolo menor ou igual a 500 mm a Cortador elétrico de massa para uso comercial Descascador elétrico de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Descascador elétrico de uso comercial com capacidade de carga por ciclo de operação de no máximo 25 kg a Despolpador elétrico comercial
		Espremedor elétrico de frutas de uso comercial com potência a partir de 300 W a Fatiador elétrico de uso comercial Liquidificador de uso comercial com capacidade acima de 3,5 litros até 18 litros a Máquina elétrica de lavagem e/ou secagem de alimentos de uso comercial Máquina elétrica rotativas de cozinha de uso comercial Misturador elétrico de uso comercial com capacidade até 100 kg/h a Modeladora elétrica de massa de uso comercial com comprimento de rolo menor ou igual a 400 mm a Moedor elétrico comercial de grãos com capacidade do reservatório de 1,5 kg até 15 kg a Moedor elétrico para carnes com capacidade de até 400 kg/h, e/ou diâmetro do disco de moagem de até 100 mm a Picador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Preparador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Processador elétrico de alimentos de uso comercial Ralador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Retalhador de uso comercial com capacidade de até 100 kg/h a Rolo elétrico de massa de uso comercial com comprimento de rolo de até 500 mm a

48	Aparelhos elétricos de purificação de ar para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelho elétrico de purificação de ar Filtro elétrico de ar Ionizador elétrico de ar
49	Aquecedores elétricos de camas d'água e suas unidades de controle associadas, para fins domésticos e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Aquecedor elétrico de camas d'água
50	Aparelhos operados por motor elétrico projetados principalmente para uso industrial e comercial, com ou sem acessórios, incluindo aparelhos que incorporam sucção úmida e / ou seca, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Esses aparelhos podem ser usados para polir pisos (incluindo encerar e lustrar), esfregar e esmerilar, escarificar e lavar carpetes. Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para diferentes fins além da limpeza normal. Também é incluído no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Máquina elétrica de tratamento e/ou limpeza de piso de uso comercial e industrial
51	Aparelhos elétricos móveis e portáteis de extração por spray (pulverização) operados por motor e acessórios elétricos destinados ao uso industrial e comercial, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Esses aparelhos empregam agentes de limpeza à base de água e são usados para limpar tecidos, estofados, carpetes, revestimentos de piso ou superfícies duras. Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para outros fins além da limpeza normal. Máquinas com ou sem elementos de aquecimento elétrico e com ou sem acessórios estão dentro do escopo. Estão incluídos no escopo os aparelhos em que a pressão do agente de limpeza é positiva e não superior a 2,5 MPa, ou em que o produto da pressão (em MPa) e o fluxo do agente de limpeza (em litros por minuto) não exceda 100, e em que a temperatura do agente de limpeza na saída do pulverizador não ultrapasse 85 °C. Também é incluído no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Máquina elétrica para limpeza de carpete com spray (de uso comercial ou industrial)
52	Aspiradores de pó operados por motor elétrico e inclui aparelhos e equipamentos estacionários especificamente projetados para sucção úmida e/ou sucção seca para uso industrial e comercial com ou sem acessórios como, por exemplo, para sucção de poeiras ou semelhantes provenientes de bancadas de trabalho e máquinas de produção, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Os usos comerciais são, por exemplo, para uso em hotéis, escolas, hospitais, fábricas, lojas e escritórios para outros fins além da limpeza normal. Também são incluídas no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas, como amianto ou líquidos, e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Aspirador de pó elétrico (seco e/ou úmido) de uso comercial Aspirador de pó elétrico (seco e/ou úmido) de uso industrial
53	Aparelhos de aquecimento elétrico usados para criação e reprodução de animais, tais como: aparelhos de irradiação de calor, chocadeiras elétricas para galinhas, incubadoras, unidades de criação de galinhas e placas de aquecimento para animais, a tensão nominal dos aparelhos sendo não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Também estão incluídos no escopo os aparelhos de aquecimento usados para criação e reprodução de animais, que incluem um motor elétrico.	Chocadeira elétrica para aves Incubadora de animais Placa de aquecimento para animais Unidade criadora de animais
54	Máquinas combinadas portáteis alimentadas pela rede elétrica ou por bateria, com ou sem um carregador de bateria embutido, tendo um chassi com ou sem acionamento de tração, destinado ao uso comercial e industrial interno ou externo para tratamento seco ou úmido de soalhos duros ou pisos com carpetes, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para os aparelhos monofásicos e 480 V para os outros aparelhos. Nota: Exemplos de tais aparelhos são equipamentos de restauração, aparelhos de limpeza para uso industrial e comercial e aparelhos para cabeleireiros. Também são incluídas no escopo as máquinas que manuseiam poeiras perigosas e aparelhos que utilizam outras formas de energia para o motor.	Enceradeira elétrica para uso comercial Polidora elétrica para uso comercial

55	Aquecedores elétricos fixos de imersão para uso doméstico e similares que se destinam à instalação em um tanque de água aberto à atmosfera para aquecer água a uma temperatura abaixo de seu ponto de ebulição, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para os aparelhos monofásicos e 480 V para os outros aparelhos. Nota 1: O tanque de água pode ter meios alternativos de aquecimento de água, como a circulação de água quente fornecida por uma caldeira separada. Nota 2: Aquecedores de imersão com uma potência nominal de entrada de até 25 kW para incorporação como fonte alternativa de aquecimento em caldeiras de aquecimento central também estão dentro do escopo.	Aquecedor de água de imersão fixa para piscina e similares Aquecedor de imersão fixo em geral de uso residencial ou comercial
56	Aquecedores elétricos de imersão portáteis para uso doméstico e similares, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aquecedor elétrico de imersão portátil Ebulidor portátil de líquidos
57	Dispensadores elétricos comerciais e máquinas de venda automática para preparação ou entrega de alimentos, bebidas e produtos de consumo, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Cafeteira elétrica de uso comercial Chaleira elétrica de uso comercial Dispensador de sucos Máquina de café de uso comercial Máquina de expresso de uso comercial Máquina de venda automática de cigarros; Máquina elétrica comercial de sorvete Máquina elétrica de preparação e/ou venda de bebidas (refrigerantes, sucos, etc.) Máquina elétrica de refresco Máquina elétrica para venda de comida embalada (snacks) e bebidas (refrigerantes, sucos, etc.) Máquina elétrica para venda de gelo Máquina elétrica para venda de jornais e/ou outros produtos Máquina elétrica para venda de picolé Máquina elétrica para venda de sorvete
58	Energizadores de cerca elétrica, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V e por meio dos quais os arames de cercas em espaços rurais, domésticos ou para controle de animais selvagens e cercas de segurança que podem ser eletrificadas ou monitoradas.	Eletrificador de cercas / Cerca elétrica, de uso doméstico, rural e controle de animais selvagens
59	Cortadores de grama elétricos, de cilindro ou rotativos controlados por pedestres, projetados principalmente para uso em casa ou para fins semelhantes, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V monofásica.	Cortador elétrico de grama Cortador elétrico de grama de carrinho
60	Churrasqueiras ao ar livre para uso doméstico e similar, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos usados por restaurantes e hotéis.	Churrasqueira elétrica para uso externo
61	Limpadores de alta pressão para uso doméstico, industrial e comercial com uma pressão não inferior a 2,5 MPa e não superior a 25 MPa e com uma entrada para o acionamento da bomba de alta pressão não superior a 10 kW, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Estão no escopo as máquinas de limpeza a vapor industriais e comerciais com reservatório de água com capacidade não superior a 1.000 l, pressão nominal não superior a 3,2 MPa e produto de capacidade e pressão nominal não superior a 300. Estão também incluídos no escopo os aparelhos que utilizem outras formas de energia para o motor.	Lavadora elétrica por alta pressão ou por vapor de uso comercial Limpador elétrico por alta pressão ou por vapor de uso comercial
62	Ventiladores elétricos para uso doméstico e similares, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os controles separados fornecidos com os ventiladores. Nota: Observada a exclusão estabelecida nos itens 77 e 78 da Tabela 2 deste Anexo.	Cortina de ar Exaustor de ar Ventilador de torre Ventilador sem hélice Ventiladores de duto Ventiladores de partição
63	Aquecedores elétricos de pés e tapetes de aquecimento para fins domésticos e semelhantes, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V.	Aquecedor de pés Calçado elétrico aquecido Tapete de aquecimento (com área não superior a 0,5 mm2) a
64	Máquinas de entretenimento comerciais elétricas e máquinas de serviço pessoal, sua tensão nominal não sendo superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Aparelho para lustrar sapatos. Armário elétrico de bagagem Balanças Dispensador elétrico de moedas Dispensador elétrico de papel-toalha / papel higiênico Dispensador elétrico de sabão Maleiro elétrico Máquina de fliperama (p.ex: pinball) Máquina elétrica de bilhar Máquina elétrica de boliche Máquina elétrica de diversão Máquina elétrica de engraxar/lustrar sapatos Máquina elétrica de serviço pessoal Máquina elétrica para venda de cigarros Simulador elétrico de condução (jogos) Vídeo game
65	Calhas aquecidas eletricamente para descongelar a entrada do sistema de drenagem de telhados de apartamentos, varandas e estruturas semelhantes, com tensão nominal não superior a 250 V.	Aquecedor elétrico para dreno de telhado Calha elétrica aquecida
66	Vasos sanitários elétricos nos quais excremento é armazenado, seco ou destruído, com tensão nominal não superior a 250 V, sendo incluído também os equipamentos elétricos para uso com vasos sanitários convencionais. Nota 1: Vasos sanitários elétricos podem ser usados para processar resíduos tais quais papel e restos de comida. Nota 2: Observada a exclusão estabelecida no item 76 da Tabela 2 deste Anexo.	Assento elétrico aquecido para vaso sanitário Dispositivo elétrico automático para cobertura de assento de vaso sanitário Unidade de bombeamento para banheiro Unidade trituradora para banheiro Vaso sanitário elétrico
67	Vaporizadores de tecido para uso doméstico ou similar com tensão nominal não superior a 250 V. Nota: Engloba aparelhos usados em lavanderias e tinturarias	Máquina elétrica para limpeza de estofamento ou de carpetes Máquina elétrica para limpeza à vapor de tecidos Vaporizador elétrico de tecido
68	Máquinas elétricas de pesca por meio das quais a água pode ser eletrificada com o objetivo de capturar peixes ou fornecer barreiras para todos os animais que vivem na água. A tensão nominal das máquinas elétricas de pesca não é superior a 250 V para máquinas monofásicas e 480 V para outras máquinas, exceto que a tensão nominal das máquinas elétricas de pesca para conexão permanente com fiação fixa não é superior a 1.000 V.	Máquinas elétricas de pescar
69	Máquina elétrica de atordoamento de animais cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído os aparelhos manuais, semiautomáticos e automáticos para uso comercial ou industrial leve, para uso em fazendas ou para uso em áreas onde possam ser uma fonte de perigo para o público.	Equipamento elétrico para atordoamento de animais
70	Umidificadores elétricos destinados ao uso com sistemas de aquecimento, ventilação ou ar-condicionado em aplicações domésticas, comerciais e industriais leves (podendo ser incluído grandes equipamentos comerciais autônomos) que operam de acordo com o sistema evaporativo ou de atomização, injeção de água, vapor e semelhantes, sendo a sua tensão nominal máxima não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para todos os outros aparelhos.	Umidificador destinado para uso com sistemas de aquecimento, ventilação ou ar condicionado
71	Aparelhos elétricos de refrigeração comercial que têm um compressor incorporado ou que são fornecidos em duas unidades para montagem como um único aparelho de acordo com as instruções do fabricante (sistema dividido). Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 68 da Tabela 2 deste Anexo.	Adega de uso comercial Balcão refrigerado de atendimento ou de auto-atendimento (self-service) de uso comercial Climatizador elétrico de bebidas de uso comercial Congelador elétrico de uso comercial Conservador elétrico de uso comercial Expositor elétrico refrigerado de uso comercial Refrigerador elétrico de uso comercial
72	Fornos micro-ondas sem porta de cavidade ou com porta de cavidade e com meios de transporte destinados a uso comercial e a bordo de navios, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos ligados entre uma fase e neutro e 480 V para outros aparelhos, sendo também incluído os fornos micro-ondas que utilizam energia não elétrica. Nota: Observada a exclusão estabelecida no item 51 da Tabela 2 deste Anexo.	Forno de micro-ondas de uso comercial com potência até 7.500 W a
73	Cortadores de grama elétricos manuais e portáteis e cortadores de borda de gramado, com elemento (s) de corte de linha de filamento não metálico ou cortadores não metálicos de rotação livre, com energia cinética não superior a 10 J cada, usados por um operador de pé para o corte de grama, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para a.c. ou 50 V d.c..	Aparador de borda de gramado Aparador elétrico de grama portátil e manual Cortador elétrico de grama portátil e manual Roçadeira elétrica de grama portátil e manual
74	Escarificadores e aeradores elétricos de gramado operados por pedestres com cortadores rotativos para gramados, por exemplo, removendo palha e musgo da grama, ou cortando verticalmente a superfície do gramado. Esses escarificadores são projetados principalmente para uso dentro e fora da casa ou para fins semelhantes, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V monofásico.	Aerador de gramado controlados por pedestre Escarificador de gramado controlados por pedestre Roçadeira elétrica

75	Tesouras elétricas manuais para grama com uma largura de corte máxima de 200 mm projetadas principalmente para cortar grama, cuja sua tensão nominal não seja superior a 250 V para a.c. ou 50 V d.c.	Tesoura de podar para grama Tesoura elétrica para corte de grama
76	Comandos elétricos para portas de garagem para uso residencial que abrem e fecham na direção vertical, cuja a tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo também incluídos os dispositivos de proteção contra aprisionamento para uso com inversores.	Acionamento para portas de garagem que se movem verticalmente de uso residencial Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis e similares Comando elétrico para janelas Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas giratórias
77	Folhas de elementos de aquecimento flexíveis destinados a serem incorporados ao edifício para aquecer o ambiente em que estão localizados, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para instalações monofásicas e 480 V para outras instalações.	Chapa flexível para aquecimento de ambientes Folha flexível para aquecimento de ambientes Piso elétrico aquecido
78	Comandos elétricos para equipamentos de enrolar, como persianas, estores e toldos, destinados a uso doméstico e similares, suja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos, sendo incluído também os comandos para equipamentos com parte acionada por mola.	Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para janelas Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis e similares Comando elétrico para toldos Comando elétrico para cortinas Comando elétrico para grades Comando elétrico para telas de projeção Comando elétrico para persianas
79	Umidificador elétrico para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Umidificador elétrico
80	Coifas elétricas de uso comercial destinadas a instalação acima de aparelhos de cozinha comerciais, como fogões, grelhas, grelhadores e fritadeiras, e não destinadas ao uso doméstico, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V para coifas monofásicas conectadas entre fase e neutro e 480 V para outros aparelhos. Apenas unidades completas individuais e coifas fornecidas como peças separadas que, quando montadas, formam uma coifa funcional completa, incorporando um ventilador, estão dentro do escopo. Nota: As coifas podem ser utilizadas, por exemplo, em restaurantes, cantinas, hospitais e empreendimentos comerciais como padarias, açougues, etc. A coifa pode ser usada acima de um ou mais eletrodomésticos do mesmo tipo ou de tipos diferentes.	Coifa elétrica de uso comercial Exaustor elétrico de uso comercial
81	Aspiradores de jardim elétricos de uso manual conectados a rede elétrica, sopradores / assopradores com ou sem meios de trituração e sopradores de jardim para uso dentro e fora de casa ou para fins similares, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V monofásico.	Aspirador elétrico para a limpeza de jardins Assoprador elétrico para a limpeza de jardins Soprador elétrico para a limpeza de jardins
82	Vaporizadores elétricos para uso doméstico e similares, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V.	Aromatizador elétrico Desodorisador elétrico Repelente elétrico de insetos (vaporizador) Vaporizador elétrico
83	Aparelhos de combustão a gás, óleo e combustíveis sólidos providos de partes elétricas, para uso doméstico e similar, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Nota: Observada as exclusões estabelecidas nos itens 16 e 73 da Tabela 2 deste Anexo.	Aparelhos de cozinha Aparelhos de lavanderia e de limpeza Aquecedor para óleo e gás (com conexão elétrica) Aquecedor de ambiente Aquecedor de ar Caldeira (boiler) de aquecimento central; Equipamento comercial de provisão de alimentos
84	Comando elétrico para portões, portas e janelas que se movem horizontal e verticalmente para uso doméstico e similares, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos.	Automatizador de portão, janelas, cortinas e motores de garagem Comando elétrico para portas Comando elétrico para portas dobráveis Comando elétrico para portas giratórias Comando elétrico para portas de rolamento Comando elétrico para janelas Comando elétrico para clarabóias Comando elétrico para coberturas móveis Comando elétrico para portas seccionadas suspensas Comando elétrico para portas deslizantes
85	Aparelhos elétricos para recuperar e / ou reciclar refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração que incorporem compressores abertos ou motocompressores, com tensões nominais não superiores a 250 V para aparelhos monofásicos e 600 V para outros aparelhos.	Aparelho elétrico para recuperação de refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração Aparelho para reciclagem de refrigerante de condicionadores de ar e aparelhos de refrigeração
86	Cabines de chuveiro multifuncionais e unidades elétricas separadas de chuveiro multifuncionais para uso doméstico e similares, sendo a sua tensão nominal não superior a 250 V para aparelhos monofásicos e 480 V para outros aparelhos. Aparelhos destinados à utilização por pessoas leigas em hotéis, academias de ginástica e locais semelhantes, estão no escopo. Nota: Observada a exclusão estabelecida nos itens 22 e 25 da Tabela 2 deste Anexo.	Cabine elétrica multifuncional de banho
87	Tapetes aquecidos e unidades de aquecimento de cômodos que se destinam a serem instalados diretamente abaixo de um revestimento removível de piso, sendo sua tensão nominal não superior a 250 V para instalações monofásicas e 480 V para outras instalações. Nota: Exemplos de materiais usados como revestimentos removíveis de piso são carpetes, almofadas de vinil ou laminados soltos.	Aquecedor elétrico de piso acarpetado Piso elétrico aquecido Tapete elétrico aquecido Tapete elétrico aquecido portátil
a Os a aparelhos devem ter os parâmetros técnicos descritos na tabela incorporados ao manual, ao produto (placa de dados nominais) e à embalagem.		

No Anexo III, na Tabela 2,
Onde se lê:
Tabela 2 - Aparelhos não pertencentes ao Escopo

1	Acionamentos para cortinas de teatro.
2	Alongadores de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
3	Amassadeira, com capacidade maior que 40 kg de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
4	Aparelhos de áudio e vídeo e equipamentos eletrônicos similares, abrangidos pela norma IEC 60065.
5	Aparelhos de exposição da pele a radiação UV e IR, abrangidos pela norma IEC 60335-2-27.
6	Aparelhos de massagem, abrangidos pela norma IEC 60335-2-32.
7	Aparelhos de processo contínuo para a produção em massa de alimentos.
8	Aparelhos destinados a queimar carvão ou combustíveis semelhantes.
9	Aparelhos destinados a serem utilizados em locais onde prevalecem condições especiais, tais como atmosferas explosivas, dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis.
10	Aparelhos elétricos destinados exclusivamente para fins industriais.
11	Aparelhos elétricos de aquariofilia, tais como: Alimentador ou dispensador automático de comida para aquário; Aparelho elétrico para sucção de lama de aquário; Aquecedor elétrico para aquário; Filtro / aerador / compressor elétrico para aquário / aparelho elétrico para uso em aquário; Bombas de Aquário.
12	Aparelhos eletrodomésticos e similares exclusivamente classe III Nota 1: Entende-se por aparelho classe III aquele alimentado em extra baixa tensão de segurança e no qual não são geradas tensões mais elevadas do que a extra baixa tensão de segurança. Nota 2: A exclusão do escopo não se aplica a aparelhos classe III alimentados por baterias recarregadas no próprio aparelho, via base carregadora. Esses aparelhos ainda estão no escopo deste Regulamento.
13	Aparelhos para aquecimento de alta frequência.
14	Aparelhos para fins médicos, dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária.
15	Aparelhos que emitem ondas ultrassônicas.
16	Aquecedores de cama rígidos, como os de metal ou material cerâmico.
17	Banheiros químicos.
18	Batedeiras, com capacidade maior que 18 litros, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
19	Boleadoras contínuas, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
20	Cabines de ducha multifuncionais para uso medicinal.
21	Carregadores de baterias que são parte de um aparelho cuja bateria não é acessível ao usuário.
22	Centrífugas de Roupas dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Centrífugas de Roupas.
23	Chuveiros elétricos.
24	Cilindros sovadores, laminadores e automáticos, com comprimento de rolo maior que 500 mm, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
25	Coifas construídas no local de uso ou construídas na fábrica para uso especifico, sendo elas não produzidas em massa.
26	Coifas que não incorporam ventiladores.
27	Coleiras de treinamento de animais acopladas eletromagneticamente.

28	Comandos elétricos destinadas a serem utilizadas somente por pessoal treinado em premissas comerciais ou industriais.
29	Comandos elétricos para portas horizontais para pedestres com abertura excedendo 3 metros e uma área de abertura excedendo 6,25 m².
30	Comandos elétricos para uso específico, como por exemplo barreiras contrafogo.
31	Compressores abrangidos pela norma IEC 60335-2-34, quando incorporados a equipamentos de refrigeração. Nota 1: Essa exclusão do escopo desta regulamentação não o isenta de cumprir com os requisitos da norma IEC 60335-2-34. Nota 2: Os compressores, quando comercializados de forma isolada, destinados ao mercado de reposição ainda estão abrangidos por este Regulamento.
32	Computadores pessoais e equipamentos similares, abrangidos pela norma IEC 60950.
33	Condicionadores de ar (janela e split) dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Condicionadores de Ar.
34	Condicionadores de ar tipo multi-split, dutos e centrais de refrigeração, abrangidos pela norma IEC 60335-2-40.
35	Divisora-boleadora, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
36	Divisoras volumétricas semi-automáticas / automáticas, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
37	Divisoras-modeladoras, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
38	Elementos de aquecimento flexíveis incorporados em outros aparelhos diferente dos abrangidos pela norma IEC 60335-2-106.
39	Equipamento de soldagem a arco.
40	Equipamentos elétricos sob Regime de Vigilância Sanitária.
41	Equipamentos para consumo de água dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos para Consumo de Água.
42	Esteira de recolhimento, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
43	Esterilizadores de pressão.
44	Fatiadoras de pão/ fatiadora de bolos, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
45	Ferramentas elétricas portáteis operadas a motor, abrangidas pela norma IEC 60745.
46	Ferramentas elétricas semi-estacionárias operadas a motor, abrangidos pela norma IEC 61029.
47	Ferramentas que usam aquecimento de alta frequência.
48	Fogões e fornos a gás de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fogões e Fornos a Gás de Uso Doméstico.
49	Fornos de micro-ondas de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fornos de Micro-ondas.
50	Fornos elétricos comerciais dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fornos Elétricos Comerciais.
51	Laminadoras de pizza, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
52	Máquinas de fatiar com uma faca circular cuja lâmina é inclinada em um ângulo superior a 45° em relação à vertical.
53	Máquinas de lavar roupa dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Máquinas de Lavar Roupa.
54	Máquinas para produção de salgados, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
55	Mesas cortadoras de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
56	Modeladoras de massa, com comprimento de rolo maior que 400 mm, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
57	Modeladoras-alongadoras, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
58	Moinho de farinha de rosca, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
59	Motobombas dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Bombas Centrífugas.
60	Motobombas, abrangidas pelas normas IEC 60335-2-41 e IEC 60335-2-51.
61	Motocompresores de tecnologia semi-hermetica, de tecnologia scroll e de tecnologia herméticos reciprocantes, com capacidade igual ou superior a 4.700 frigorias/hora (cerca de 18.700 BTU/h), destinados a sistemas de refrigeração para câmaras frigorificas, unidades condensadoras, centrais frigorificas, etc. e os motocompressores de tecnologia scroll, com capacidade igual ou superior a 64.000 BTU/h destinados a sistemas de ar condicionado de maior porte.
62	Ordenhadeiras mecânicas (sistema de ordenha mecânica ou máquina de ordenha mecânica), abrangidas pela norma IEC 60335-2-70.
63	Passadeiras giratórias para operação por mais de uma pessoa. Nota: O comprimento do rolo de tais aparelhos normalmente excede 1,6 m de comprimento.
64	Projetores e equipamentos similares, abrangidos pela norma IEC 60335-2-56.
65	Rádio relógio.
66	Refrigeradores e seus assemelhados de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Refrigeradores e Assemelhados.
67	Relógio ponto.
68	Relógios com outras funções, combinados ou não com a indicação das horas, como relógios de controle mestre e temporizadores para fogões, máquinas de lavar e aparelhos similares.
69	Relógios operados à bateria.
70	Secadoras de roupas incorporadas em máquinas de lavar roupa dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Máquinas de Lavar Roupa.
71	Sistemas de aquecimento central.
72	Trituradores de resíduos alimentares do tipo incinerador.
73	Trituradores portáteis de resíduos alimentares.
74	Vasos sanitários nos quais o excremento é destruído por combustão.
75	Ventiladores de mesa, parede, pedestal e circuladores de ar dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Ventiladores de Mesa, Parede, Pedestal e Circuladores de Ar.
76	Ventiladores de teto dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Ventiladores de Teto.

Leia-se:
Tabela 2 - Aparelhos não pertencentes ao Escopo

1	Acionamentos para cortinas de teatro.
2	Alongadores de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
3	Amassadeira, com capacidade maior que 40 kg de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
4	Aparelhos de áudio e vídeo e equipamentos eletrônicos similares, abrangidos pela norma IEC 60065.
5	Aparelhos de exposição da pele a radiação UV e IR, abrangidos pela norma IEC 60335-2-27.
6	Aparelhos de massagem, abrangidos pela norma IEC 60335-2-32.
7	Aparelhos de processo contínuo para a produção em massa de alimentos.
8	Aparelhos destinados a queimar carvão ou combustíveis semelhantes.
9	Aparelhos destinados a serem utilizados em locais onde prevalecem condições especiais, tais como atmosferas explosivas, dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, nas Condições de Gases e Vapores Inflamáveis e Poeiras Combustíveis.
10	Aparelhos elétricos destinados exclusivamente para fins industriais.
11	Aparelhos elétricos de aquariofilia, tais como: Alimentador ou dispensador automático de comida para aquário; Aparelho elétrico para sucção de lama de aquário; Aquecedor elétrico para aquário; Filtro / aerador / compressor elétrico para aquário / aparelho elétrico para uso em aquário; Bombas de Aquário.
12	Aparelhos eletrodomésticos e similares exclusivamente classe III Nota 1: Entende-se por aparelho classe III aquele alimentado em extra baixa tensão de segurança e no qual não são geradas tensões mais elevadas do que a extra baixa tensão de segurança. Nota 2: A exclusão do escopo não se aplica a aparelhos classe III alimentados por baterias recarregadas no próprio aparelho, via base carregadora. Esses aparelhos ainda estão no escopo deste Regulamento.
13	Aparelhos para aquecimento de alta frequência.
14	Aparelhos para fins médicos, dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária.
15	Aparelhos que emitem ondas ultrassônicas.
16	Aquecedores de água a gás dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para aparelhos de uso doméstico que utilizam gás como combustível e para Aquecedores de Água a Gás
17	Aquecedores de cama rígidos, como os de metal ou material cerâmico.
18	Aquecedores instantâneos de água, abrangidos pela norma IEC 60335-2-35.
19	Banheiros químicos.
20	Batedeiras, com capacidade maior que 18 litros, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
21	Boleadoras contínuas, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
22	Cabines de ducha multifuncionais para uso medicinal.
23	Carregadores de baterias que são parte de um aparelho cuja bateria não é acessível ao usuário.
24	Centrífugas de Roupas dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Centrífugas de Roupas.
25	Chuveiros, duchas e torneiras elétricos, abrangidos pela norma IEC 60335-2-35.
26	Cilindros sovadores, laminadores e automáticos, com comprimento de rolo maior que 500 mm, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
27	Coifas construídas no local de uso ou construídas na fábrica para uso especifico, sendo elas não produzidas em massa.
28	Coifas que não incorporam ventiladores.
29	Coleiras de treinamento de animais acopladas eletromagneticamente.
30	Comandos elétricos destinadas a serem utilizadas somente por pessoal treinado em premissas comerciais ou industriais.

31	Comandos elétricos para portas horizontais para pedestres com abertura excedendo 3 metros e uma área de abertura excedendo 6,25 m².
32	Comandos elétricos para uso específico, como por exemplo barreiras contrafogo.
33	Compressores abrangidos pela norma IEC 60335-2-34, quando incorporados a equipamentos de refrigeração. Nota 1: Essa exclusão do escopo desta regulamentação não o isenta de cumprir com os requisitos da norma IEC 60335-2-34. Nota 2: Os compressores, quando comercializados de forma isolada, destinados ao mercado de reposição ainda estão abrangidos por este Regulamento.
34	Computadores pessoais e equipamentos similares, abrangidos pela norma IEC 60950.
35	Condicionadores de ar (janela e split) dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Condicionadores de Ar.
36	Condicionadores de ar tipo multi-split, dutos e centrais de refrigeração, abrangidos pela norma IEC 60335-2-40.
37	Divisora-boleadora, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
38	Divisoras volumétricas semi-automáticas / automáticas, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
39	Divisoras-modeladoras, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
40	Elementos de aquecimento flexíveis incorporados em outros aparelhos diferente dos abrangidos pela norma IEC 60335-2-106.
41	Equipamento de soldagem a arco.
42	Equipamentos elétricos sob Regime de Vigilância Sanitária.
43	Equipamentos para consumo de água dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Equipamentos para Consumo de Água.
44	Esteira de recolhimento, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
45	Esterilizadores de pressão.
46	Fatiadoras de pão/ fatiadora de bolos, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
47	Ferramentas elétricas portáteis operadas a motor, abrangidas pela norma IEC 60745.
48	Ferramentas elétricas semi-estacionárias operadas a motor, abrangidos pela norma IEC 61029.
49	Ferramentas que usam aquecimento de alta frequência.
50	Fogões e fornos a gás de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fogões e Fornos a Gás de Uso Doméstico.
51	Fornos de micro-ondas de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fornos de Micro-ondas.
52	Fornos elétricos comerciais dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Fornos Elétricos Comerciais.
53	Laminadoras de pizza, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
54	Máquinas de fatiar com uma faca circular cuja lâmina é inclinada em um ângulo superior a 45° em relação à vertical.
55	Máquinas de lavar roupa dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Máquinas de Lavar Roupa.
56	Máquinas para produção de salgados, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
57	Mesas cortadoras de massa, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
58	Modeladoras de massa, com comprimento de rolo maior que 400 mm, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
59	Modeladoras-alongadoras, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
60	Moinho de farinha de rosca, abrangidos pela norma IEC 60335-2-64.
61	Motobombas dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Bombas Centrífugas.
62	Motobombas, abrangidas pelas normas IEC 60335-2-41 e IEC 60335-2-51.
63	Motocompresores de tecnologia semi-hermetica, de tecnologia scroll e de tecnologia herméticos reciprocantes, com capacidade igual ou superior a 4.700 frigorias/hora (cerca de 18.700 BTU/h), destinados a sistemas de refrigeração para câmaras frigorificas, unidades condensadoras, centrais frigorificas, etc. e os motocompressores de tecnologia scroll, com capacidade igual ou superior a 64.000 BTU/h destinados a sistemas de ar condicionado de maior porte.
64	Ordenhadeiras mecânicas (sistema de ordenha mecânica ou máquina de ordenha mecânica), abrangidas pela norma IEC 60335-2-70.
65	Passadeiras giratórias para operação por mais de uma pessoa. Nota: O comprimento do rolo de tais aparelhos normalmente excede 1,6 m de comprimento.
66	Projetores e equipamentos similares, abrangidos pela norma IEC 60335-2-56.
67	Rádio relógio.
68	Refrigeradores e seus assemelhados de uso doméstico dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Refrigeradores e Assemelhados.
69	Relógio ponto.
70	Relógios com outras funções, combinados ou não com a indicação das horas, como relógios de controle mestre e temporizadores para fogões, máquinas de lavar e aparelhos similares.
71	Relógios operados à bateria.
72	Secadoras de roupas incorporadas em máquinas de lavar roupa dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Máquinas de Lavar Roupa.
73	Sistemas de aquecimento central.
74	Trituradores de resíduos alimentares do tipo incinerador.
75	Trituradores portáteis de resíduos alimentícios.
76	Vasos sanitários nos quais o excremento é destruído por combustão.
77	Ventiladores de mesa, parede, pedestal e circuladores de ar dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Ventiladores de Mesa, Parede, Pedestal e Circuladores de Ar.
78	Ventiladores de teto dentro do âmbito da Portaria Inmetro vigente para Ventiladores de Teto.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 933, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.609521/2022-56, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de BTG PACTUAL RESSEGURADORA S.A., CNPJ nº 15.421.859/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2022

.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 934, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.600051/2022-65, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de MG SEGUROS, VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 26.136.748/0001-00, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de dezembro de 2021.

.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 936, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620524/2022-41, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de IF P&C INSURANCE LTD., sociedade constituída e existente segundo as leis da Suécia, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria SUSEP/DIRAT nº 13, de 21 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 133, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências (Fundação PÁTRIA), CNPJ nº 71.558.068/0001-39, atuar como fundação de apoio à Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA (AMAZUL), conforme o Processo nº 23000.010430/2022-59.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 134, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), CNPJ nº 83.476.911/0001-17, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal Catarinense (IFC), conforme o Processo nº 23000.019185/2022-45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 135, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE), CNPJ nº 02.646.829/0001-91, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO), conforme o Processo nº 23000.022640/2022-90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 136, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio Universitário (FAU), CNPJ nº 21.238.738/0001-61, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), conforme o Processo nº 23000.017944/2022-35.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 137, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), CNPJ nº 09.261.843/0001-16, atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional do Semiárido (INSA), conforme o Processo nº 23000.013314/2022-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 138, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), CNPJ nº 09.261.843/0001-16, atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), conforme o Processo nº 23000.008712/2022-96.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 139, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqtcPB), CNPJ nº 09.261.843/0001-16, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), conforme o Processo nº 23000.020188/2022-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 140, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (FUNTEC), CNPJ nº 00.997.151/0001-66, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal Goiano (IF GOIANO), conforme o Processo nº 23000.019278/2022-70.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 141, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), conforme o Processo nº 23000.021076/2022-98.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 142, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Estudos Avançados (IEAv), conforme o Processo nº 23000.019261/2022-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 143, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), conforme o Processo nº 23000.022335/2022-06.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 144, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), CNPJ nº 14.645.162/0001-91, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), conforme o Processo nº 23000.014087/2022-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 145, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário (FUNDAP), CNPJ nº 22.225.692/0001-09, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFMT), conforme o Processo nº 23000.012692/2022-58.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 146, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM (FAEPI), CNPJ nº 04.623.300/0001-88, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), conforme o Processo nº 23000.021009/2022-73.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 147, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), CNPJ nº 20.320.503/0001-51, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), conforme o Processo nº 23000.020017/2022-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 148, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio Universitário (FAU), CNPJ nº 21.238.738/0001-61, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), conforme o Processo nº 23000.012965/2022-64.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 149, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), CNPJ nº 05.330.436/0001-62, atuar como fundação de apoio à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), conforme o Processo nº 23000.019221/2022-71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 150, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), conforme o Processo nº 23000.021154/2022-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 151, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), CNPJ nº 06.343.763/0001-11, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), conforme o Processo nº 23000.019968/2022-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 152, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura (FUNPAR), CNPJ nº 78.350.188/0001-95, a atuar como fundação de apoio ao Complexo do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (CHC-UFPR-EBSERH), conforme o Processo nº 23000.021261/2022-82.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 153, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF), CNPJ nº 64.037.492/0001-72, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), conforme o Processo nº 23000.019091/2022-76.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 154, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Médica do Rio Grande do Sul (FUNDMED), CNPJ nº 94.391.901/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (HUMAP), conforme o Processo nº 23000.019578/2022-59.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 155, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), CNPJ nº 15.255.367/0001-23, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), conforme o Processo nº 23000.021275/2022-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 156, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Médica do Rio Grande do Sul (FUNDMED), CNPJ nº 94.391.901/0001-03, a atuar como fundação de apoio ao Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (CH/UFC), conforme o Processo nº 23000.021221/2022-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 157, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 5 (cinco) anos, a Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal (FAPEG), CNPJ nº 03.438.169/0001-16, para atuar como fundação de apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), conforme o Processo nº 23000.016683/2022-36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 854, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201901843	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA - EPP	R RUA JOAQUIM FELIPE, 250, , BOA VISTA, RECIFE/PE
2	201902079	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA	AVENIDA NASSER MARÃO, 3069, CAMPUS, DISTRITO INDUSTRIAL, VOTUPORANGA/SP
3	201928359	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Facid Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
4	202005398	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA JOSÉ DE ALENCAR, S/N, FAROL, FAROL, MACEIÓ/AL
5	202021084	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA RHEINGANTZ, 91, , PARQUE COELHO, RIO GRANDE/RS
6	201817400	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade CESUMAR de Londrina	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, UNIDADE SEDE, FRANCA, LONDRINA/PR
7	201817401	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade CESUMAR de Londrina	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, UNIDADE SEDE, FRANCA, LONDRINA/PR
8	202007892	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE - FADENORTE LTDA	RUA TURIBIO MENDONÇA, 550, , JARDIM GRAZIELA, SÃO FRANCISCO/MG
9	201902587	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade de Tecnologia FTEC de Porto Alegre	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA.	AVENIDA ASSIS BRASIL, 7.765, ANEXO PRÉDIO ENGENHARIAS E OFICINAS, CRISTO REDENTOR, PORTO ALEGRE/RS
10	201901837	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EFICAZ	FACULDADE EFICAZ MARINGA LTDA	AV. JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO, 729, EFICAZ, CENTRO, MARINGÁ/PR
11	201901779	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAEM FACULDADE LTDA	AVENIDA IRINEU BORNHAUSEN, 2045, PALMITAL, PALMITAL, CHAPECÓ/SC
12	201929442	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Fasipe Mato Grosso	UNIAO DAS FACULDADES FASIPE LTDA	RUA AMAZONAS, QUADRA 133, 01, , MORADA DA SERRA, CUIABÁ/MT
13	202016356	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MERIDIONAL	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR MERIDIONAL S.A.	RUA SENADOR PINHEIRO, 304, CRUZEIRO, PASSO FUNDO/RS
14	201903007	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade Multivix Cariacica	MULTIVIX CARIACICA - ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA 13 DE MAIO, 40, CARIACICA, SÃO GERALDO, CARIACICA/ES
15	202007502	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL UNIFUTURO	UNIFUTURO FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL EIRELI	AVENIDA ODON BEZERRA, 184, LOJA 256 2º ANDAR - ESCRITÓRIOS, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
16	202004902	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PARNAMIRIM	SOCIEDADE UNIVERSITARIA MILETO LTDA - EPP	AVENIDA JOÃO XXIII, 704, , SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN
17	201927490	EDUCAÇÃO DO CAMPO (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	PRAÇA TIRADENTES, 416, CAMPUS INCONFIDENTES, CENTRO, INCONFIDENTES/MG
18	201815776	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	INFNET EDUCACAO LTDA.	RUA DO ROSÁRIO, 129, , CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
19	201915864	COMUNICAÇÃO SOCIAL - AUDIOVISUAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
20	201901797	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	SGAS QUADRA, 913, CONJUNTO B, ASA SUL, BRASÍLIA/DF

PORTARIA Nº 879, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201906510	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FUNDACAO TECNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES

PORTARIA Nº 887, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201717418	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	1000	FACULDADE PINHALZINHO	SOCIEDADE EDUCACIONAL PINHALZINHO - ME

PORTARIA Nº 888, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201717419	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	1000	FACULDADE PINHALZINHO	SOCIEDADE EDUCACIONAL PINHALZINHO - ME

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS

PORTARIA Nº 1.620, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria nº 1476/2022, de 11-08-2022, publicada no DOU em 11-08-2022, Seção 1, fls. 52 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.012229/2021-12, resolve:

Prorrogar pelo período de 30-09-2022 a 29-09-2023, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 104/2021, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 135/2021, de 29-09-2021, publicado no DOU de 30-09-2021, Seção 3, fls. 78.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA
Diretor



Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.153, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 928, de 28 de março de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017397/2022-61, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, os seguintes cursos realizados pela empresa APPICE - CONSULTORIA E SISTEMAS DE GESTÃO Ltda., CNPJ nº 12.604.276/0001-68, situada na situada na Avenida Professor Mário Werneck, 300, Conjunto 703, CEP: 30.455-610, Belo Horizonte/MG:

I - na modalidade de ensino à distância (EAD):

a) Curso para Condutores de Veículos de Transporte coletivo de passageiros;

b) Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Escolar;

c) Curso para Condutores de Veículos de Transportes de Produtos perigosos;

d) Curso para Condutores de Veículos de Emergência;

e) Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Carga Indivisível e outras Objeto de Regulamentação Especifica pelo CONTRAN;

f) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte coletivo de passageiros;

g) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte de Escolares;

h) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte de Produtos perigosos;

i) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Emergência; e

j) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Cargas com Bloco de Rocha Ornamentais e Outras cujo Transporte seja Objeto de Regulamentação Especifica pelo CONTRAN.

II - na modalidade ensino à distância (EAD) e semipresencial:

a) Curso Especializado Obrigatório Destinado a Profissionais em Transporte de Passageiro (Mototaxista);

b) Curso Especializado Obrigatório Destinado a Profissionais em Transporte em Entrega de Mercadorias (Motofretista);

c) Curso de Atualização Destinado a Profissionais em Transporte de Passageiro (Mototaxista); e

d) Curso de Atualização Destinado a Profissionais em Transporte em Entrega de Mercadorias (Motofretista).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 64, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021

Processo nº 50300.007730/2020-87. Fiscalizado: ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., CNPJ nº 03.182.999/0001-25. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação-Substituta da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, e após transcurso do prazo in albis para apresentação de recurso do fiscalizado, decide pela insubsistência do Auto de Infração nº 004812-7 (SEI Nº 1274955) e o consequente arquivamento deste processo, sem a aplicação de penalidades à empresa.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA DG Nº 434, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 12 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e considerando o que consta no Processo nº 50500.038230/2022-01, resolve:

Art. 1º As alíneas "g" e "n" do art. 1º da Portaria DG nº 385, de 29 de abril de 2022, publicada no DOU de 2.5.2022, Seção 1, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ....

(...)

g) Conceder Licença para Capacitação de até 30 (trinta) dias;

(...)

n) Conceder remoção no mesmo município de exercício e dentro da mesma Unidade Organizacional;" (NR)

Art. 2º Fica revogada a alínea "h", do art. 1º da Portaria DG nº 385, de 29 de abril de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 848, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022 e com a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.158894/2022-87, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da EXPRESSO VILA RICA LTDA., CNPJ nº 05.373.334/0001-24, de transferência de mercados, para a REAL BRASÍLIA LTDA., CNPJ nº 46.156.025/0001-80.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 849, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 117; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.163925/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA., CNPJ nº 07.549.414/0001-13, para a implantação do TERMINAL RODOVIÁRIO DE BARRA FUNDA (SP), como terminal adicional, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha FLORIANÓPOLIS (SC) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 16-0154-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 850, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.158944/2022-26, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA., CNPJ nº 10.257.014/0001-49, para implantação da linha GOIÂNIA (GO) - SÃO JOSÉ DO XINGU (MT), visto tratar-se de mercados autorizados por decisão judicial.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 851, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 52; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.166134/2022-43, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da CONSÓRCIO FEDERAL DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.562.535/0001-51, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha BRASÍLIA (DF) - GOIÂNIA (GO), via TAGUATINGA (DF), prefixo 12-0694-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 852, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022 e com a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.152866/2022-56, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da EXPRESSO MAIA LTDA., CNPJ nº 01.526.219/0001-91, de transferência de mercados, para a VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA., CNPJ nº 60.829.264/0001-84.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 853, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e com a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.152716/2022-42, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA., CNPJ nº 60.829.264/0001-84, de transferência de mercados, para a VIAÇÃO CENTRAL BAHIA DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.345.282/0001-07.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 854, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022 e com a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.168576/2022-24, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da VIAÇÃO MARLIN LTDA. CNPJ nº 24.524.797/0001-94, de transferência de mercados, para a VIAÇÃO JUINA LTDA. CNPJ nº 04.017.029/0001-37.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 230, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de readequação de acesso na rodovia BR-392/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL - Interessado: Granel Química Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.045578/2022-46, decide:

Art.1º Autorizar a obra de readequação de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-392/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, no km 3+100m, no município de Rio Grande/RS, de interesse de Granel Química Ltda.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Granel Química Ltda. e a Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Readequação de acesso comercial no km 3+100 da Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco - BR-392/RS, de interesse da empresa Granel Química Ltda.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22K	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E	S		
Acesso	396788.00	6451626.00		

DECISÃO SUROD Nº 248, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza as obras de travessias por redes de energia elétrica na rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO - Interessado: Celso Griesang.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.105984/2021-94, decide:

Art.1º Autorizar a implantação das obras de redes de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO, por meio de travessias no km 39+066 e no km 41+213, no município de Itiquira/MT, de interesse de Celso Griesang.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Celso Griesang e a Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 23, de 6 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2022.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)							
TÍTULO DA OBRA:	Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Travessias aéreas na BR-163/MT, de interesse de Celso Griesang						
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000				FUSO(S): 21S	SISTEMA DE COORDENADAS: UTM	
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
km 36+066 - P1	738356.64	8100177.418	-	-	-	70,02	
km 36+066 - P2	738275.679	8100191.537	-	-	-		
km 41+213 - P1	738567.963	8102316.396	-	-	-	70,08	
km 41+213 - P2	738669.6	8102316.396	-	-	-		

DECISÃO SUROD Nº 251, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a implantação de painéis publicitários em passarela na rodovia BR-376/PR, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A - Interessado: Vex Painéis Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.070821/2022-64, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de painéis publicitários em passarela, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A., no km 616+430m, no município de São José dos Pinhais/PR, de interesse de Vex Painéis Ltda.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Vex Painéis Ltda. e a Autopista Litoral Sul S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Implantação de placas de publicidade no km 616+430m da Rodovia BR-376/PR, de interesse de Vex Painéis Ltda.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22J	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E	S		
km 616+430 da Rodovia BR-376/PR.	683362,00	7168937,00		

DECISÃO SUROD Nº 252, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de rede de distribuição de água tratada na rodovia BR-290/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul - Interessado: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.012430/2022-25, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de água tratada, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-290/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul, por meio de ocupação transversal no km 74+250 e longitudinal do km 70+700 ao km 74+250, no município de Gravataí/RS, de interesse da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Adutora de água tratada na Rodovia BR-290/RS, do km 70+700 ao 74+250m, de interesse da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E	N		
Rede de distribuição de água tratada do km 70+700 ao km 74+250 na rodovia BR-290/RS	648127.77	6801238.60		

DECISÃO SUROD Nº 253, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de rede de fibra óptica na rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO - Interessado: S Lanza Junior Eireli

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.043891/2022-40 decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO, por meio de ocupações transversais e longitudinais entre o km 837+085 e o km 854+089, no município de Sinop/MT, de interesse de S Lanza Junior Eireli.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a S Lanza Junior Eireli e a Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)								
TÍTULO DA OBRA:	Projeto de interesse de Terceiro - PIT - Ocupações por rede de fibra óptica na BR-163/MT, de interesse de S Lanza Junior Eireli							
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000		FUSO(S): 21			SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM	
ÁREA 01								
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA (m)	ÁREA OCUPADA NA FAIXA DE DOMÍNIO (m²)	
PONTOS	COORDENADAS							
	E	N						
Transversal km 838+563 - inicial	664761.6062	8691743.3019	-	-	-	70,82	24.074,82 m²	
Transversal km 838+563 - final	664827.967	8691718.9485	-	-	-			
Longitudinal km 839+108 a km 852+488 - inicial	664967.6018	8692252.7971	-	-	-	13380,00		
Longitudinal km 839+108 a km 852+488 - final	668360.4672	8705195.0234	-	-	-			
Longitudinal km 854+199 a km 851+126 - inicial	668732.2844	8706866.4529	-	-	-	3073,00		
Longitudinal km 854+199 a km 851+126 - final	667945.7242	8703895.494	-	-	-			
Longitudinal km 848+530 a km 844+488 - inicial	667294.7022	8701383.4505	-	-	-	4042,00		

Longitudinal km 848+530 a km 844+488 - final	666262.3441	8697474.9089	-	-	-		
Longitudinal km 841+888 a km 838+379 - inicial	665604.9729	8694960.2283	-	-	-	3509,00	
Longitudinal km 841+888 a km 838+379 - final	664839.5942	8692029.5329	-	-	-		

DECISÃO SUROD Nº 254, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de rede de energia elétrica na rodovia BR-070/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO - Interessado: Múltipla Log S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.043941/2022-99, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-070/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO, por meio de travessia aérea no km 500+749, no município de Cuiabá/MT, de interesse da empresa Múltipla Log S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Múltipla Log S.A e a Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)							
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de interesse de Terceiro - PIT - Múltipla Log S.A.**					
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:		**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 21**		**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**	
ÁREA 01							
VÉRTICES			**AZIMUTE**			**DISTÂNCIA (m)**	**ÁREA OCUPADA NA FAIXA DE DOMÍNIO (m²)**
PONTOS	**COORDENADAS**						
	E	**N**					
P1	605080	8265124	-	-	-	38,7	38,7 m²
P2	605026.993	8265141.734	-	-	-		

DECISÃO SUROD Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de rede de fibra óptica na Rodovia BR-116/SP, sob concessão à Autopista Régis Bittencourt S.A - Interessado: Telefônica Brasil S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.048482/2022-30, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP, sob concessão à Autopista Régis Bittencourt S.A., do km 484+240 ao km 487+620m, no município de Cajati/SP, de interesse da Telefônica Brasil S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Telefônica Brasil S/A e a Autopista Régis Bittencourt S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Solicitação de implantação de fibra óptica do km 484+240 ao km 487+620 da Rodovia BR-116/SP, no Município de Cajati/SP, de interesse da Telefônica Brasil S/A.**		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 23K**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**N**	
km 484+240 ao km 487+620 na Rodovia BR-116/SP	795563,88		7262722,92	

DECISÃO SUROD Nº 261, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a obra de acesso na rodovia BR-101/ES, sob concessão à ECO101 Concessionária de Rodovias S/A - Interessado: Percal Representação e Comércio Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.116500/2022-13, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/ES, sob concessão à ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, no km 157+200 sentido sul, no município de Linhares/ES, de interesse de Percal Representação e Comércio Ltda.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Percal Representação e Comércio Ltda e a ECO101 Concessionária de Rodovias S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art.5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT -** Percal Representação e Comércio Ltda.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 24**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**N**	
Acesso no km 157+200 sul da BR-101/ES	384435.44		7848441.56	

DECISÃO SUROD Nº 271, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Declara de utilidade pública as obras de implantação da Praça de Pedágio P9, km 440+500m administrada pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando atendimento ao disposto na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e tendo em vista as atribuições constantes da Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.118149/2022-03, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de implantação da Praça de Pedágio P9, km 440+500m da BR-101/RJ, no município de Mangaratiba/RJ.

Parágrafo Único. A poligonal que define a área objeto da declaração de utilidade pública está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º Fica a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Art. 3ºA Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 5º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	Praça de Pedágio P9, km 440+500m da BR-101/RJ, Município de Mangaratiba/RJ			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 23	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

PERÍMETRO 01							
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	593657,669681	7460287,404824	289º	58'	59''	42,96m	2.268,01m²
P_02	593617,298977	7460302,085128	290º	45'	30''	30,66m	
P_03	593588,630053	7460312,951540	292º	14'	27''	12,55m	
P_04	593577,013515	7460317,701835	294º	07'	42''	05,43m	
P_05	593572,059733	7460319,920710	54º	14'	22''	39,51m	
P_06	593604,117311	7460343,007808	118º	18'	58''	54,05m	
P_07	593651,700226	7460317,369673	149º	32'	09''	16,57m	
P_08	593660,101751	7460303,086344	188º	48'	57''	15,87m	
P_01	593657,669681	7460287,404824					

PERÍMETRO 02							
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	593571,013454	7460320,389354	294º	07'	42''	05,81m	1.231,93m²
P_02	593565,710070	7460322,764821	296º	00'	57''	12,18m	
P_03	593554,763700	7460328,107455	298º	24'	27''	08,15m	
P_04	593547,595613	7460331,984452	301º	35'	17''	07,83m	
P_05	593540,927376	7460336,084859	304º	46'	12''	07,54m	
P_06	593534,735255	7460340,383691	308º	39'	46''	08,23m	
P_07	593528,308261	7460345,525844	311º	00'	50''	08,86m	
P_08	593521,623694	7460351,339521	313º	21'	50''	08,56m	
P_09	593515,397200	7460357,220208	316º	26'	19''	05,56m	
P_10	593511,567759	7460361,246945	319º	25'	10''	05,59m	
P_11	593507,928339	7460365,496031	322º	24'	01''	05,15m	
P_12	593504,786741	7460369,575511	326º	28'	35''	02,87m	
P_13	593503,201368	7460371,968595	80º	23'	12''	24,07m	
P_14	593526,930122	7460375,987707	137º	26'	22''	30,05m	
P_15	593547,253817	7460353,855262	136º	24'	24''	22,71m	
P_16	593562,914105	7460337,406546	154º	32'	52''	18,85m	
P_01	593571,013454	7460320,389354					
ÁREA TOTAL							3.499,94m²

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 3.499,94m²

DECISÃO SUROD Nº 275, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Declara de utilidade pública áreas complementadas para as obras de reformulação da interconexão parcial (parclo) localizada no km 425+700m administrada pela Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando atendimento ao disposto na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e tendo em vista as atribuições constantes da Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.110420/2021-73, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de reformulação da interconexão parcial (parclo) existente, km 425+700 da BR-386/RS, no município de Nova Santa Rita/RS.

Parágrafo Único. A poligonal que define a área objeto da declaração de utilidade pública está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º Fica a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Art. 3ºA Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos ambientais e do cumprimento das obrigações adicionais junto aos demais órgãos da administração pública.

Art. 5º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	Reformulação da interconexão parcial (parclo) existente localizada na BR-386/RS, km 425+700m - Nova Santa Rita/RS (Áreas Complementares).			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

PERÍMETRO 01

VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	466139,851470	6700766,645282	118º	08'	14''	08,04m	64,10m²
P_02	466146,944386	6700762,852104	200º	01'	21''	01,71m	
P_03	466146,357881	6700761,242650	297º	57'	57''	01,51m	
P_04	466145,024534	6700761,950582	213º	22'	04''	07,77m	
P_05	466140,751452	6700755,462202	303º	26'	23''	06,60m	
P_06	466135,243104	6700759,099766	31º	24'	51''	08,84m	

PERÍMETRO 02

VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	466143,789806	6700753,014393	183º	36'	20''	02,06m	349,98m²
P_02	466143,660562	6700750,963371	178º	14'	17''	02,12m	
P_03	466143,725739	6700748,844583	172º	52'	14''	02,12m	
P_04	466143,988834	6700746,741184	166º	45'	14''	02,13m	
P_05	466144,477207	6700744,666501	162º	08'	07''	02,12m	
P_06	466145,127499	6700742,648921	156º	46'	03''	02,12m	
P_07	466145,963675	6700740,701020	151º	24'	00''	02,12m	
P_08	466146,978402	6700738,839881	146º	01'	56''	02,12m	
P_09	466148,162781	6700737,081826	140º	39'	53''	02,12m	
P_10	466149,506424	6700735,442274	135º	17'	50''	02,12m	
P_11	466150,997548	6700733,935603	129º	55'	46''	02,12m	
P_12	466152,623077	6700732,575027	124º	33'	43''	02,12m	
P_13	466154,368753	6700731,372479	119º	11'	39''	02,12m	
P_14	466156,219267	6700730,338503	114º	47'	55''	04,61m	
P_15	466160,402942	6700728,405488	108º	05'	39''	02,05m	
P_16	466162,355949	6700727,767368	108º	36'	28''	03,87m	
P_17	466166,024431	6700726,532233	109º	00'	45''	06,19m	
P_18	466171,877539	6700724,515433	109º	09'	39''	23,17m	
P_19	466193,762342	6700716,911133	111º	24'	38''	21,88m	
P_20	466214,133009	6700708,923610	117º	02'	34''	18,20m	
P_21	466230,341683	6700700,649662	116º	37'	44''	02,49m	
P_22	466232,570212	6700699,532291	118º	01'	13''	04,16m	
P_23	466236,240005	6700697,579357	118º	26'	47''	10,29m	
P_24	466245,287880	6700692,677692	117º	52'	59''	08,17m	
P_25	466252,510772	6700688,856106	116º	25'	56''	06,03m	
P_26	466257,907356	6700686,173424	115º	00'	44''	09,47m	
P_27	466266,491132	6700682,168497	113º	37'	44''	09,83m	
P_28	466275,500162	6700678,227123	112º	51'	39''	13,27m	
P_29	466287,723823	6700673,073465	112º	32'	58''	17,96m	
P_30	466304,314800	6700666,184472	112º	18'	44''	16,07m	
P_31	466319,183358	6700660,082736	112º	08'	38''	17,57m	
P_32	466335,460704	6700653,458684	112º	32'	30''	12,28m	
P_33	466346,802354	6700648,751137	112º	29'	29''	13,32m	
P_34	466359,108022	6700643,656157	112º	16'	19''	11,85m	
P_35	466370,075571	6700639,164312	111º	53'	01''	10,82m	
P_36	466380,115731	6700635,131520	111º	38'	34''	06,71m	
P_37	466386,353756	6700632,656306	202º	23'	45''	00,92m	
P_38	466386,002098	6700631,802940	291º	15'	02''	01,07m	
P_39	466385,001935	6700632,191892	291º	43'	34''	20,95m	
P_40	466365,542197	6700639,946177	292º	17'	04''	24,51m	
P_41	466342,861555	6700649,240934	292º	05'	21''	30,67m	
P_42	466314,446235	6700660,772906	292º	16'	04''	24,52m	
P_43	466291,759087	6700670,062733	292º	41'	56''	21,97m	
P_44	466271,489765	6700678,541125	294º	07'	51''	10,70m	
P_45	466261,721042	6700682,917208	295º	38'	05''	08,58m	
P_46	466253,988958	6700686,627545	297º	48'	55''	16,31m	
P_47	466239,563373	6700694,238168	298º	02'	00''	08,25m	
P_48	466232,280363	6700698,116070	296º	08'	20''	03,60m	
P_49	466229,049008	6700699,701812	296º	08'	20''	03,15m	
P_50	466226,217539	6700701,091315	297º	11'	30''	13,80m	
P_51	466213,941600	6700707,398000	291º	14'	21''	21,87m	
P_52	466193,555000	6700715,321500	288º	59'	22''	23,16m	
P_53	466171,656000	6700722,857400	288º	33'	22''	12,11m	
P_54	466160,174249	6700726,711630	295º	27'	18''	02,49m	
P_55	466157,927355	6700727,781180	293º	39'	19''	02,12m	
P_56	466155,986427	6700728,631382	299º	01'	22''	02,12m	
P_57	466154,133544	6700729,659421	304º	23'	26''	02,12m	
P_58	466152,384953	6700730,856282	309º	45'	29''	02,12m	
P_59	466150,755991	6700732,211466	315º	07'	33''	02,12m	
P_60	466149,260944	6700733,713091	320º	29'	36''	02,12m	

P_61	466147,912922	6700735,347986	325º	51'	40''	02,12m	
P_62	466146,723750	6700737,101814	331º	13'	43''	02,12m	
P_63	466145,703854	6700738,959192	336º	35'	46''	02,12m	
P_64	466144,862180	6700740,903833	341º	57'	50''	02,12m	
P_65	466144,206110	6700742,918682	347º	19'	53''	02,12m	
P_66	466143,741397	6700744,986068	352º	41'	57''	02,12m	
P_67	466143,472116	6700747,087860	358º	04'	00''	02,12m	
P_68	466143,400630	6700749,205626	3º	26'	03''	02,12m	
P_69	466143,527565	6700751,320793	8º	48'	07''	01,71m	

PERÍMETRO 03							
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	466453,024460	6700624,737135	105º	09'	30''	02,73m	2,33m²
P_02	466455,656145	6700624,024179	252º	54'	01''	01,42m	
P_03	466454,302373	6700623,607715	284º	59'	13''	03,42m	
P_04	466451,001448	6700624,491387	83º	04'	26''	02,04m	

PERÍMETRO 04							
VÉRTICES			AZIMUTE			DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS						
	E	N					
P_01	466180,974445	6700824,065140	118º	08'	14''	08,34m	321,05m²
P_02	466188,327740	6700820,132715	118º	07'	13''	97,52m	
P_03	466274,336732	6700774,168890	116º	36'	50''	54,11m	
P_04	466322,716473	6700749,927569	113º	20'	09''	49,96m	
P_05	466368,587101	6700730,138461	109º	43'	44''	20,79m	
P_06	466388,157723	6700723,120006	111º	30'	53''	02,83m	
P_07	466390,793025	6700722,081151	194º	52'	43''	01,05m	
P_08	466390,523534	6700721,066803	291º	20'	36''	02,86m	
P_09	466387,855967	6700722,109169	289º	33'	27''	20,78m	
P_10	466368,271997	6700729,066372	293º	09'	52''	49,94m	
P_11	466322,360099	6700748,710610	296º	26'	33''	54,09m	
P_12	466273,926757	6700772,797824	297º	57'	01''	105,07m	
P_13	466181,108724	6700822,046628	356º	11'	39''	02,02m	
ÁREA TOTAL							737,46m²

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 737,46m²

RETIFICAÇÃO

Na Decisão SUROD nº 67, de 31 de maio de 2022, publicada no DOU nº 111, de 13 de junho de 2022, seção 1, pág. 58,

Onde-se lê:

"BR-362/RS",

Leia - se:

"BR-392/RS".

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE ATA DA 400ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2022

Em primeiro de setembro de dois mil e vinte e dois, foi realizada, semipresencialmente, devido ao estado de emergência decorrente do surto de Coronavírus, declarada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a 400ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, com início às 9h. Presentes o Presidente Felipe Fernandes Queiroz e os Conselheiros Alessandro Reichert, Gustavo Vergilio de Paula e Marcelo Augusto Quadros de Sousa, e Silvia Schmitt, na qualidade de Secretária. Deu-se início à reunião, conforme consta no Processo SEI nº 51402.104164/2022-37, disponibilizado aos Conselheiros, em que, dentre outros assuntos da ordem do dia, foi deliberado o seguinte: 1.2 - Processo nº 51402.102193/2022-64 - Ratificação da análise e recondução dos Diretores da Valec. O Ministério da Infraestrutura, por meio do Ofício nº 395/2022/ASSAD/GM (5996680), indicou a recondução do Sr. André Kuhn, ao cargo de Diretor-Presidente, do Sr. Alex Augusto Sanches Trevizan, ao cargo de Diretor de Negócios, do Sr. Marcio Lima Medeiros, ao cargo de Diretor de Administração e Finanças, e do Sr. Washington Gultenberg de Moura Luke, ao cargo de Diretor de Empreendimentos da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Nesse sentido, considerando que os indicados possuem o perfil e expertise necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao exercício dos respectivos cargos, nos termos do §3º do art. 11 da Resolução Consad nº 12, de 19 de novembro de 2020, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Felipe Fernandes Queiroz, por meio do Despacho nº 54/2022/CONSAD (5998167), reconduziu, ad referendum, os supracitados membros da Diretoria Executiva da Valec e submeteu as referidas recondução para ratificação por este Conselho. Sobre o assunto, o Conselho se manifestou da seguinte forma: i) a respeito do Sr. André Kuhn, após criteriosa análise da documentação que instrui o processo nº 51402.002048/2020-12 e à luz da autodeclaração "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração/Empresa de Menor Porte (B)" (5981073) e documentos apresentados pelo indicado, identificou-se que o mesmo preenche os seguintes requisitos: a) ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada, não tendo sido identificados processos judiciais ou administrativos em que figure como parte, conforme certidões negativas anexadas ao processo e declaração emitida pelo próprio indicado, reduzindo a possibilidade de risco de imagem para a empresa; b) graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, tendo formação em Engenharia, pela Academia Militar das Agulhas Negras, de 24 de novembro de 1990, e em Engenharia de Fortificação e Construção, pelo Instituto Militar de Engenharia, de 13 de dezembro de 1996, bem como Mestrado em Engenharia Civil, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), de 6 de março de 2003, todos devidamente registrados; c) preenche o requisito relativo à experiência técnica por ter ocupado, por mais de 2 (dois) anos, cargos relacionados a alínea "b" (de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de menor porte ou objeto social semelhante ao da empresa estatal, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa), do inciso IV, do art. 28, do Decreto nº 8.945/2016, nos termos do inciso I do art. 54 do mesmo Decreto, conforme comprovada pela sua atuação em cargos em comissão como Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT do Ministério da Infraestrutura, de 11 de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, bem como, atualmente, ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Valec; d) o indicado não possui vedações e impedimentos, com fundamento em sua autodeclaração, nos termos do formulário encaminhado, por ele assinado, máxime quanto ao tópico "C. VEDAÇÕES - AUTODECLARAÇÃO PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE ADMINISTRADOR EM EMPRESA DE MENOR PORTE", bem como ter sido objeto de pesquisa no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC, com aprovação válida até 15 de agosto de 2022 (5981057); e, ainda, de consultas realizadas sobre o indicado, sendo que nas certidões não constam informações que possam desaboná-lo, nos termos do art. 29 e art. 56 do Decreto nº 8.945/2016; ii) a respeito do Sr. Alex Augusto Sanches Trevizan, após criteriosa análise da documentação que instrui o processo nº 51402.102527/2021-19 e à luz da autodeclaração "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração/Empresa de Menor Porte (B)" (5981654) e documentos apresentados pelo indicado, identificou-se que o mesmo preenche os seguintes requisitos: a) ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada, não tendo sido identificados processos judiciais ou administrativos em que figure como parte, conforme certidões negativas anexadas ao processo e declaração emitida pelo próprio indicado, reduzindo a possibilidade de risco de imagem para a empresa; b) graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, tendo formação em Engenharia Mecânica, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), de 18 de fevereiro de 2005, devidamente registrado, bem como Pós-Graduação Lato Sensu em MBA Executivo em Gerência de Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas, de 8 de novembro de 2010, e em Gestão Pública, pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (Facibra), de 7 de março de 2019, devidamente registrados; c) preenche o requisito relativo à experiência técnica por ter ocupado, por mais de 2 (dois) anos, cargos relacionados a alínea "c" (...cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno), do inciso IV, do art. 28, do Decreto nº 8.945/2016, nos termos do inciso I do art. 54 do mesmo Decreto, conforme comprovada pela sua atuação em cargos em comissão na Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura como Gerente de Projeto, de 23 de setembro de 2019 a 16 de junho de 2020, e como Assessor, de 20 de fevereiro de 2019 a 22 de setembro de 2019, e de 17 de junho de 2020 a 2 de setembro de 2021, bem como, atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Negócios da Valec; d) o indicado não possui vedações e impedimentos, com fundamento em sua autodeclaração, nos termos do formulário encaminhado, por ele assinado, máxime quanto ao tópico "C. VEDAÇÕES - AUTODECLARAÇÃO PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE ADMINISTRADOR EM EMPRESA DE MENOR PORTE", bem como ter sido objeto de pesquisa no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC, com aprovação válida até 15 de agosto de 2022 (5980759); e, ainda, de consultas realizadas sobre o indicado, sendo que nas certidões não constam informações que possam desaboná-lo, nos termos do art. 29 e art. 56 do Decreto nº 8.945/2016; iii) a respeito do Sr. Marcio Lima Medeiros, após criteriosa análise da documentação que instrui o processo nº 51402.002026/2020-52 e à luz da autodeclaração "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração/Empresa de Menor Porte (B)" (5981551) e documentos apresentados pelo indicado, identificou-se que o mesmo preenche os seguintes requisitos: a) ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada, não tendo sido identificados processos judiciais ou administrativos em que figure como parte, conforme certidões negativas anexadas ao processo e declaração emitida pelo próprio indicado, reduzindo a possibilidade de risco de imagem para a empresa; b) graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, tendo formação em Física, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 22 de fevereiro de 2002, devidamente registrado, bem como Mestrado em Economia Profissionalizante, pela Universidade de Brasília (UnB), de 28 de novembro de 2011, devidamente registrado; c) preenche o requisito relativo à experiência técnica por ter ocupado, por mais de 2 (dois) anos, cargos relacionados a alínea "b" (de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa estatal, entendendo-se como cargo chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa), do inciso IV, do art. 28, do Decreto nº 8.945/2016, nos termos do inciso I do art. 54 do mesmo Decreto, conforme comprovado pela sua atuação em cargo em comissão como atual Diretor de Administração e Finanças da Valec; d) o indicado não possui vedações e impedimentos, com fundamento em sua autodeclaração, nos termos do formulário encaminhado, por ele assinado, máxime quanto ao tópico "C. VEDAÇÕES -

AUTODECLARAÇÃO PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE ADMINISTRADOR EM EMPRESA DE MENOR PORTE", bem como ter sido objeto de pesquisa no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC, com aprovação válida até 15 de agosto de 2022 (5980947); e, ainda, de consultas realizadas sobre o indicado, sendo que nas certidões não constam informações que possam desaboná-lo, nos termos do art. 29 e art. 56 do Decreto nº 8.945/2016; iv) a respeito do Sr. Washington Gultenberg De Moura Luke, após criteriosa análise da documentação que instrui o processo nº 51402.002143/2020-16 e à luz da autodeclaração "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração/Empresa de Menor Porte (B)" (5981411) e documentos apresentados pelo indicado, identificou-se que o mesmo preenche os seguintes requisitos: a) ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada, não tendo sido identificados processos judiciais ou administrativos em que figure como parte, conforme certidões negativas anexadas ao processo e declaração emitida pelo próprio indicado, reduzindo a possibilidade de risco de imagem para a empresa; b) graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, tendo formação em Engenharia de Fortificação e Construção, pelo Instituto Militar de Engenharia, de 12 de dezembro de 1997, Pós Graduação Lato Sensu em Governança Corporativa, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 19 de junho de 2012, bem como Mestrado em Estruturas e Construção Civil, pela Universidade de Brasília (UnB), de 26 de janeiro de 2017, todos devidamente registrados; c) preenche o requisito relativo à experiência técnica por ter ocupado, por mais de 2 (dois) anos, cargos relacionados a alínea "c" (cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno), do inciso IV, do art. 28, do Decreto nº 8.945/2016, nos termos do inciso I do art. 54 do mesmo Decreto, conforme comprovada pela sua atuação em cargos em comissão de Gerente de Projeto, da Diretoria Executiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); de 6 de fevereiro de 2019 a 28 de fevereiro de 2019, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias, da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), de 1º de março de 2019 a 22 de setembro de 2019, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura, de 23 de setembro de 2019 a 12 de abril de 2020, Superintendente de Inteligência e Prospecção, da Valec, de 13 de abril de 2020 a 29 de abril de 2020, bem como, atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Empreendimentos da Valec; d) o indicado não possui vedações e impedimentos, com fundamento em sua autodeclaração, nos termos do formulário encaminhado, por ele assinado, máxime quanto ao tópico "C. VEDAÇÕES - AUTODECLARAÇÃO PARA CANDIDATURA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE ADMINISTRADOR EM EMPRESA DE MENOR PORTE", bem como ter sido objeto de pesquisa no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC, com aprovação válida até 15 de agosto de 2022 (5981406); e, ainda, de consultas realizadas sobre o indicado, sendo que nas certidões não constam informações que possam desaboná-lo, nos termos do art. 29 e art. 56 do Decreto nº 8.945/2016. Nesse sentido, corroborado pelas manifestações favoráveis às recondições exaradas pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, por meio do Parecer nº 8/2022/COELE (5987782), Parecer nº 9/2022/COELE (5987812), Parecer nº 11/2022/COELE (5987955) e Parecer nº 10/2022/COELE (5988020), o Consad identificou que os indicados se enquadram nos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz das autodeclarações e documentos apresentados e que possuem o perfil e expertise necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao exercício dos cargos. Dessa forma, nos termos do art. 42 do Estatuto Social da Valec, tendo em vista a indicação apresentada por meio do Ofício nº 395/2022/ASSAD/GM (5996680), o Conselho de Administração ratificou as reconduções, nos termos apresentados, e solicitou o encaminhamento do presente à Diretoria Executiva para assinatura dos respectivos Termos de Posse e das Declarações de Desimpedimento, nos termos do Art. 21 do Estatuto Social, dos senhores: i) Sr. André Kuhn, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de fortificação e construção, Tenente Coronel da Reserva - R1, portador da carteira de identidade nº 025452303-8, expedida pelo MD-EB, inscrito no CPF nº 102.602.118-93, residente e domiciliado no Condomínio Mansões Entre Lagos, Etapa 4, conjunto M, lote 5, 73.255-903, Sobradinho, DF, como Diretor-Presidente desta empresa pública, em 2ª recondução, a partir desta data, complementando o atual prazo de gestão unificado da Diretoria Executiva, o qual findará em 29 de abril de 2024, podendo ser prorrogado até a efetiva investidura de novo membro; ii) Sr. Alex Augusto Sanches Trevizan, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 29.692.075-7, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF nº 223.263.038-22, residente e domiciliado SHJB, Quadra 5, Conjunto B, Lote 8, Avenidas Paineiras, Jardim Botânico, 71.690- 000, Brasília, DF, como Diretor de Negócios desta empresa pública, em 1ª recondução, a partir desta data, complementando o atual prazo de gestão unificado da Diretoria Executiva, o qual findará em 29 de abril de 2024, podendo ser prorrogado até a efetiva investidura de novo membro; iii) Sr. Marcio Lima Medeiros, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, físico e economista, portador da carteira de identidade nº 486098, expedida pelo COMAER-MG, inscrito no CPF nº 044.641.307-04, residente e domiciliado no Condomínio Quintas do Sol, quadra 03/2, conjunto A, casa 36, Jardim Botânico, 71.680-370, Brasília, DF, como Diretor de Administração e Finanças desta empresa pública, em 2ª recondução, a partir desta data, complementando o atual prazo de gestão unificado da Diretoria Executiva, o qual findará em 29 de abril de 2024, podendo ser prorrogado até a efetiva investidura de novo membro; e iv) Sr. Washington Gultenberg de Moura Luke, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 036688583-8, expedida pelo Ministério da Defesa, inscrito no CPF nº 002.750.077-23, residente e domiciliado na SQN 105, Bloco E, apartamento 408, Asa Norte, 70.734-050, Brasília, DF, como Diretor de Empreendimentos desta empresa pública, em 1ª recondução, a partir desta data, complementando o atual prazo de gestão unificado da Diretoria Executiva, o qual findará em 29 de abril de 2024, podendo ser prorrogado até a efetiva investidura de novo membro. Atesto que o presente extrato é cópia fiel de parte da respectiva ata.

FELIPE FERNANDES QUEIROZ
Presidente do Conselho

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 486ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA NO DIA 4 DE AGOSTO DE 2022

No dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência, estando presente o Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler Fontes, e os seguintes membros: Alessio Aldenucci Jr; Davi Márcio Prado Silva; Diego Mantovaneli do Monte; Emerson Davis Leônidas Gomes; Jocemara Rodrigues da Silva; Julio Cezar Lemos Travessa; Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes; Gilmar Bortolotto; Luiz Carlos Rezende e Santos; Juliana Zappalá Porcaro Pires de Saboia; Marcelo Mesquita Silva; Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito; Patrícia Nunes Naves; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Pery Francisco Assis Shikida; Rodrigo Almeida Morel; Sandro Abel Sousa Barradas; Salise Monteiro Sanchotene; Walter Nunes da Silva Jr.; Wilson Salles Damazio; e Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr. Ausências Justificadas: Alexander Barroso Siqueira Neto; André Alisson Leal Teixeira; Antônio Henrique Graciano Suxberger; e Vanessa Luz. Convidados: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça - Diretora-Geral do DEPEN; Susan Lucena Rodrigues - Presidente do Conselho Penitenciário do estado do Maranhão, Lyana Rodrigues Floro - Presidente do Conselho Penitenciário do estado do Piauí. O Presidente abriu a 486º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Com o uso da palavra, apresentou a ata da 485º Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada por unanimidade pelo Plenário. Nas comunicações iniciais da Presidência, confirmou o efetivo compartilhamento dos relatórios de inspeção dos estados de Sergipe e Paraíba, de relatoria da Conselheira Juliana Zappalá. Salvo deliberação contrária, o CNPCP adotará procedimento de que todos os relatórios de inspeção, antes de haver efetiva deliberação do Conselho sobre possíveis medidas a serem adotadas, serão compartilhados ao titular da Secretaria de Administração Penitenciária, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e ao Conselho Penitenciário do respectivo estado. Noticiou a formalização de ofício encaminhado ao Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ), para que, na brevidade possível, ofertem suas manifestações quanto às resoluções revisadas no Conselho, conforme deliberado em reunião conjunta, realizada no dia 7 de julho. Comunicou o recebimento de dois convites oriundos do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ). O primeiro refere-se à retomada das atividades do Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE), neste ato o CNPCP é representado pelos Conselheiros Antônio Suxberger e Luiz Carlos. O segundo convida o CNPCP para acompanhar missão conjunta ao Estado de Pernambuco, no mês de agosto. Para este, foram designados os Conselheiros Julio Cezar Lemos Travessa, Sandro Abel Sousa Barradas e Emerson Davis Leônidas Gomes, além da participação do Presidente. Após, passou a palavra à Dra. Tânia Fogaça, para cumprimentos iniciais. Em sua fala, a Diretora-Geral do DEPEN trouxe à baila assunto referente as dificuldades da regulamentação da polícia penal federal. Além disso, compartilhou a notícia de que o DEPEN está no início da construção de um programa que vise ao atendimento às vítimas. Passando para o primeiro item de pauta, relativo à atualização dos trabalhos das comissões, a Conselheira Salise Sanchotene, Presidente da Comissão Permanente de Indulto e Alternativas Penais, contextualizou o andamento dos trabalhos no âmbito da Comissão, cujas conclusões serão remetidas para debate em plenário no mês de setembro. Expôs questionamentos ao DEPEN em relação à publicação do número de pessoas indultadas, resultantes do indulto de cada ano, bem como da possiblidade de publicação desses dados. Outro ponto levantado diz respeito à publicidade dos trabalhos realizados pelas Comissões. Sugeriu a publicação das atas das Comissões internas no site do DEPEN. Concluindo, salientou que recebeu manifestação no sentido de considerar no indulto a possibilidade de contemplar pessoas que estão se dedicando a educação nos estabelecimentos prisionais, nesse sentido, consulta se existe algum controle por parte do DEPEN com relação as instituições conveniadas. Em atendimento aos pontos levantados pela Conselheira Salise Sanchotene, a Diretora-Geral ressalta que em relação a transparência ativa não há óbice na publicação dos referidos atos. No que concerne aos dados de apenados que estão participando de programas educacionais nas penitenciárias e o levantamento dos dados quantitativos dos apenados beneficiados com o Decreto nº 10.913, de 24 de dezembro de 2021, serão encaminhados pelo DEPEN, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão. No que tange à Comissão Permanente de Diretrizes Básicas de Política Criminal e Penitenciária, presidida pelo Conselheiro Luiz Carlos Rezende e Santos, foi proposto pela Conselheira Jocemara Rodrigues a apreciação pelo pleno do Parecer, de sua relatoria, acerca da atualização do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, tendo em vista a pertinência do tema. A partir de análise da proposta de minuta do Decreto, registrou preocupação em relação a alguns dispositivos. Dada a eminência de publicação do Decreto e tendo em vista que o CNPCP fará parte do Comitê Intersetorial de Governança, sugeriu a disponibilização da minuta aos demais membros do Conselho, para conhecimento e contribuições. A íntegra do parecer se encontra no SEI, sob o documento nº 18749139. Conselheiros Sando Abel, Diego Mantovaneli, Marcos Rito e Walter Nunes registraram apontamentos. No ensejo, o Conselheiro Walter Nunes solicitou autorização para realizar visita à unidade de segurança máxima estadual. A visita auxiliará na definição dos trabalhos da Comissão Permanente de Estrutura Prisional. Vencido esse tópico, o Presidente passou a palavra à Diretora-Geral para exposição do DEPEN, referente ao Manual da Central de Regulação de Vagas. Trata-se de ação apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça no bojo de um TED, celebrado entre o Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Justiça no ano de 2018. A proposta foi feita a partir do desenho de um manual de regulação de vagas, com o objetivo de atender uma demanda feita no TED, de estudos para diminuição da superlotação. Na qualidade de Diretor de Políticas Penitenciárias, o Conselheiro Sandro Abel relatou sinteticamente sobre a Central de Vagas. Exibiu fluxograma da regulação de vagas prisionais na porta de entrada e saída. Comunicou que o DEPEN realizou alguns apontamentos no sentido de solicitar a correção do manual em relação algumas premissas. Teceu considerações sobre a superlotação e o conceito de fila de espera. Por último, apresentou compilado de ajustes sugeridos. Após debate acalorado, o Presidente deu por encerrado o item de pauta. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi passada a palavra ao Conselheiro Marcelo Mesquita, membro da Comissão Permanente de Segurança Pública, Tecnologia e Inteligência. O Conselheiro Marcelo Mesquita comunicou que aguarda manifestações do CONSEJ para dar continuidade aos trabalhos de Revisão da Resolução nº 5/2017 - Monitoramento Eletrônico. Em sequência, apresentou proposta de resolução que visa recomendar aos órgãos do Sistema Prisional Nacional a estrita observância das informações e documentos constantes no BNMP. A justificativa e minuta de resolução foram encaminhadas previamente aos Conselheiros para conhecimento e encaminhamento de possíveis sugestões ou críticas, por parte dos colegas. Resolução aprovada com ajustes propostos. Em referência as atividades da Comissão Permanente De Sistema Prisional e Fundo Penitenciário, o Presidente, Conselheiro Davi Prado, noticiou o andamento dos trabalhos de revisão da Resolução que trata da Revista Íntima. Salientou que a matéria está a cargo do relator, Conselheiro Diego Mantovaneli, que compartilhou minuta de resolução aos membros da Comissão. Visando aprimorar a minuta proposta, solicitou aos demais integrantes da Comissão que apresentem suas sugestões até o dia 7 de agosto, tendo em vista que a próxima reunião do grupo está agendada para o dia 10 de agosto. No que se refere ao último item de pauta, a Presidente do Conselho Penitenciário do estado do Maranhão, Susan Lucena Rodrigues, propôs postergar sua participação para reunião seguinte, que contará com a presença de Presidentes do Conselho Penitenciário de outros estados. Por fim, feitas as considerações finais, o Plenário fixou o dia 1º de setembro do ano de 2022 para a realização da 487º Reunião Ordinária, por meio de videoconferência. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

Conselheiro MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SISTEMA PRISIONAL E FUNDO PENITENCIÁRIO REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 2021

No dia vinte e três do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão Permanente de Sistema Prisional e Fundo Penitenciário reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente Davi Marcio Prado Silva e os seguintes membros: Gilmar Bortolotto, Leandro Antônio Soares Lima, Marcelo Mesquita Silva, Salise Monteiro Sanchotene e Vanessa Luz. O Presidente da Comissão, Conselheiro Davi Prado, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos e agradecendo a presença de todos. Após, passou-se a análise e debates da melhor forma de direcionamento dos trabalhos, consideradas as matérias atribuídas a Comissão, sendo deliberado por unanimidade, que em relação às Resoluções ns. 05/1994, 06/1994, 03/1995, 03/1996, 01/1997, 04/1997, 02/2000, 02/2001, 04/2004, 04/2006, 05/2006, 05/2007 e 01/2008 que tratam de princípios, prioridades, regras de direcionamento e aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN, seria adequado e prudente, preliminarmente, solicitar a manifestação do DEPEN acerca da aplicabilidade atual e respectiva execução destas, visando subsidiar os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão, para posterior distribuição interna. Seguindo os trabalhos, considerando a informação recebida da Secretaria Executiva do Conselho, no sentido de haver equívoco na distribuição das Resoluções ns. 09/2011, 02/2014, 05/2016, 02/2018 e 06/2018, a esta Comissão, tendo em vista versarem sobre temas de outra Comissão Permanente, foi deliberado, por unanimidade, pelo encaminhamento à Presidência do CNPCP para análise e verificação do melhor direcionamento quanto aos referidos temas. Por fim, no tocante à Resolução n. 01/1998 foi designada a Conselheira Vanessa Luz como relatora; no tocante à Resolução n. 06/2011 foi designado o Conselheiro Leandro Antônio Soares Lima como relator e, no tocante à Resolução n. 05/2014, foi sugerido o nome do

Conselheiro Diego Mantovaneli do Monte como relator, ficando deliberado que o mesmo será consultado oportunamente à respeito, por não se encontrar presente à reunião em razão de gozo de férias. Em relação às atribuições da Comissão com fundamento na Portaria 19/2021 - CNPCP/DEPEN/MJSP, deliberou-se solicitar à Secretaria Executiva do CNPCP informar se houve desenvolvimento de algum trabalho nas referidas Comissões para fins de compartilhamento, além de ser consultada a Conselheira Juliana Zappalá Porcaro Bisol que integrou a Comissão criada pela Portaria 08/2020, se gostaria de continuar participando daquele trabalho nesta Comissão Permanente. Por fim, deliberou-se pelo estabelecimento de um calendário prévio de reuniões mensais, sem prejuízo de oportuna e justificada revisão, fixando-se os dias 20/08/2021, 24/09/2021, 22/10/2021 e 19/11/2021, sextas-feiras, às 9:00 horas. Para constar, lavrou-se a presente ata revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

Conselheiro DAVI MARCIO PRADO SILVA
Presidente

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SISTEMA PRISIONAL E FUNDO PENITENCIÁRIO REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2021

No dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão Permanente de Sistema Prisional e Fundo Penitenciário reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente Davi Marcio Prado Silva e os seguintes membros: Diego Mantovaneli do Monte; Gilmar Bortolotto, Leandro Antônio Soares Lima; Ulysses de Oliveira Gonçalves; Wilson Salles Damazio e Vanessa Luz. O Presidente da Comissão, Conselheiro Davi Prado, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos e agradecendo a presença de todos. O Presidente rememorou pedido de manifestação do DEPEN acerca da aplicabilidade atual e respectiva execução das resoluções a serem revisadas no âmbito da Comissão, visando subsidiar os trabalhos. Noticiou que foi solicitado, pelo órgão, dilação do prazo para conclusão dos trabalhos. O Presidente propõe a distribuição interna das Resoluções entre os Conselheiros, sem prejuízo da conclusão da manifestação do DEPEN. Ficou deliberado a divisão das resoluções por blocos. O Conselheiro Ulysses Gonçalves ficou incumbido de analisar as Resoluções 5/1994, 6/1994 e 3/1996, Conselheiro Gilmar Bortolotto responsável pelas Resoluções 1/1997, 4/1997 e 2/2000, Conselheiro Wilson Salles Damazio analisa as Resoluções 2/2001, 4/2004 e 4/2006, Conselheira Vanessa Luz designada para analisar as Resoluções 3/1995 e 5/2006, Conselheira Salise Sanchotene ficará responsável pelas Resoluções 5/2007 1/2008. Atribuiu-se ao Conselheiro Diego Mantovaneli, na qualidade de relator e Conselheiro Leandro Lima como vogal, a revisão da Resolução n.º 09/2009. Não houve distribuição de relatoria das Resoluções 16/1994 e 2/2011 pois já foram expressamente revogadas pelas resoluções 8/2020 e 9/2011, respectivamente, havendo apenas menção no relatório dos trabalhos, de que as mesmas já estão prejudicadas. No que tange acerca da assistência material, já houve edição de resolução, ficando a matéria prejudicada. Foi deliberado que o Presidente consulte o Conselheiro Marcelo Mesquita quanto a relatoria da matéria que trata do acompanhamento da evolução das estatísticas e indicadores criminais brasileiros no cenário da pandemia do COVID-19. Por fim, ficou estabelecido que na próxima reunião, a ser realizada em setembro, haja a deliberação a respeito das resoluções singelas, que já estejam com relatoria, para que posteriormente a Comissão possa se debruçar sob as resoluções que demandem maior reflexão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

Conselheiro DAVI MARCIO PRADO SILVA
Presidente

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SISTEMA PRISIONAL E FUNDO PENITENCIÁRIO REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2021

No dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão Permanente de Sistema Prisional e Fundo Penitenciário reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente Davi Marcio Prado Silva e os seguintes membros: Diego Mantovaneli; Gilmar Bortolotto, Marcelo Mesquita Silva, Wilson Damázio, Salise Monteiro Sanchotene e Vanessa Luz. O Presidente da Comissão, Conselheiro Davi Prado, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos e agradecendo a presença de todos. Após, passou-se a análise dos relatórios elaborados pelos Conselheiros, acerca das resoluções mais singelas, para posterior aprovação. Com a palavra, o Conselheiro Wilson Damazio, que já havia encaminhado parecer antecipadamente, apresentou sucinto relatório das Resoluções n.º 02/2001, 04/2004 e 04/2006, todas editadas pelo CNPCP, com o propósito de disciplinar o repasse de recursos do FUNPEN. Por estarem as três Resoluções disciplinadas por normativos hierarquicamente superiores, mantem a posição de revogá-las. Propõe, caso seja o entendimento da comissão e posteriormente do colegiado, que os recursos do FUNPEN mereçam melhor e mais atualizado disciplinamento, a criação de um Grupo de Trabalho com o fito de apresentar proposta de nova resolução. A Conselheira Vanessa Luz manifestou de forma breve seu posicionamento quanto as Resoluções n.º 3/1995, 01/1998 e 05/2006, tendo em vista o encaminhamento antecipado, para conhecimento, do relatório à Comissão. A Conselheira Vanessa Luz manifesta no sentido da manutenção das Resoluções n.º 3/1995 e 05/2006, na sua integralidade, de forma a garantir o registro histórico que contribuiu para o exercício das atividades do Departamento Penitenciário Nacional e para o direcionamento da utilização dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Propõe ainda, a revogação de artigo específico, mais precisamente do artigo 3º da Resolução n.º 3/1995. No que tange a Resolução 01/1998 que trata de modelo de relatório de inspeção, manifesta pela revogação da mesma, propondo caso seja necessário, a edição de nova Resolução que estabeleça um modelo atualizado de relatório de prestação de informações pelos Conselhos Penitenciários. A Conselheira Salise Sanchotene corrobora com o entendimento da Conselheira Vanessa Luz. O Presidente Davi Prado, segue a mesma linha da proposição da Conselheira Vanessa Luz. Finalizado os debates, foi submetido para votação os pareceres da Conselheira Vanessa Luz e Conselheiro Wilson Damazio. Aprovado por unanimidade os pareceres dos referidos Conselheiros, bem como as deliberações propostas. Seguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Gilmar Bortolotto que ficou designado para análise das Resoluções n. 1/1997, 4/1997 e 2/2000. O Conselheiro Gilmar Bortolotto, fez síntese do que dispõe cada Resolução, ressaltando que todas fazem referência ao FUNPEN. O conselheiro também externou certa preocupação com contexto histórico das resoluções. Após, submete ao grupo a proposta de revogação de ambas as Resoluções. Aprovado, por unanimidade, a proposição de revogação das Resoluções de relatoria do Conselheiro Gilmar Bortolotto. O presidente Davi compartilha da preocupação levantada pelo conselheiro Gilmar. Em seguida, a Conselheira Salise Sanchotene indaga como é realizado o procedimento após a revogação de determinada Resolução do CNPCP. O Conselheiro Marcelo Mesquita manifestou preocupação quanto o caráter histórico das Resoluções. Em resposta, o Secretário-Executivo do CNPCP, Rafael Costa, esclareceu que houve o apostilamento das Resoluções revogadas, onde foram sistematizadas e inseridas dentro de processo que se encontra na secretaria do Conselho. Esclareceu ainda, que as resoluções revogadas permanecem no site do CNPCP, porém consta a informação de que foram revogadas. Diante do exposto pelo Secretário-Executivo, acerca do apostilamento, a Conselheira Vanessa Luz propõe a revogação das Resoluções n.º 3/1995 e 05/2006, tendo em vista que o conteúdo será preservado. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Diego Mantovaneli fez um adendo quanto à adequação da edição das Resoluções ao Manual de Redação da Presidência da República, que informa não ser mais admitida a colocação de considerandos em atos normativos. O esclarecimento sobre o pretendido com o ato normativo deve constar da Exposição de Motivos e dos pareceres técnicos e jurídicos. Seguindo, a Conselheira Salise Sanchotene apresentou a Resolução 05/2007 que trata da questão do fomento a criação das centrais de penas alternativas. Pugna pela revogação da referida Resolução, tendo em vista que outros atos normativos posteriores regulamentam a matéria. A respeito da Resolução n. 01/2008 que dispõe sobre autorização de liberação de recursos financeiros geridos pelo DEPEN. Ressaltou que as informações encaminhadas pelo DEPEN mencionam a existência de estudo acerca do Plano Diretor, para revogar e oferecer nova proposta de Resolução. Sugere a manutenção da Resolução até a conclusão dos estudos pelo DEPEN, para posteriormente ser analisada. Aprovado por unanimidade. Para facilitar o diálogo e deliberação para próxima reunião da Comissão, o Conselheiro Diego Mantovaneli apresentou pontos específicos acerca da Resolução de revisita íntima. Fica pautado para a próxima reunião, os debates e deliberações sobre o bloco de resoluções de relatoria dos Conselheiros Ulysses Gonçalves e Leandro Lima, bem como a Resolução atinente a revista intima, de relatoria do Conselheiro Diogo Mantovaneli. O Presidente propõe que os Conselheiros relatores procurem encaminhar os respectivos relatórios, para possibilitar o estudo prévio antes dos debates na Comissão, dez dias antes da próxima reunião. Por fim, o Presidente fixou o dia 22 de outubro do ano de 2021, às 9h, para a realização da próxima reunião da Comissão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

Conselheiro DAVI MARCIO PRADO SILVA
Presidente

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SISTEMA PRISIONAL E FUNDO PENITENCIÁRIO REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2021

No dia vinte e dois do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, os membros da Comissão Permanente de Sistema Prisional e Fundo Penitenciário reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente Davi Marcio Prado Silva e os seguintes membros: Diego Mantovaneli; Salise Monteiro Sanchotene e Vanessa Luz. O Presidente da Comissão, Conselheiro Davi Prado, iniciou a reunião dando abertura aos trabalhos. Por ocasião da ausência justificada do Conselheiro Ulysses Gonçalves, o Presidente apresentou parecer encaminhado pelo referido Conselheiro, o qual submeteu para apreciação da Comissão. A proposta é no sentido de revogação das Resoluções 03/1996, 05/1994 e 06/1994, todas do CNPCP, visto contrariarem normas posteriores, do mesmo nível ou de nível superior ao de resolução. Proposta acolhida conforme os termos do parecer. Após, passou-se a análise das recomendações elaboradas pelo Conselheiro Leandro Lima, acerca da resolução nº 6, de 03 de outubro de 2011. O Presidente propõe aprovar as recomendações encaminhadas, a qual aperfeiçoa as já existentes, mantendo-se o texto, verificando posteriormente junto ao Conselheiro Leandro Lima, a possibilidade de realizar a adequação normativa nos termos do Conselho. Conselheira Vanessa Luz sugere o acréscimo do texto "Recomendar, quando da edificação das unidades, o uso de materiais não combustíveis e de arquitetura prisional que privilegie a segurança de servidores e presos em caso de incêndio em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CNPCP". Proposta aprovada no âmbito da Comissão. O Conselheiro Diego Mantovaneli, na qualidade de relator da Resolução n.º 09/2009, que trata de critérios para estabelecer a proporção mínima entre o contingente de agentes penitenciários e profissionais da equipe técnica e o número de detentos, propõe o encaminhamento no sentido da manutenção da resolução. O Presidente solicitou a elaboração simples de justificativa acerca da proposta. Quanto a resolução que trata da Revista Íntima, o Presidente salientou que a temática está sendo tratada no Supremo Tribunal Federal. Sugeriu a proposição da criação de um Grupo de Trabalho próprio para se debruçar sobre o tema. Manifestou preocupação quanto à modificação do artigo 2º, no tocante ao desnudamento parcial ou total. Conselheira Vanessa Luz frisou a importância de o Conselho firmar posicionamento sobre o tema. Sugeriu o encaminhamento da minuta da Resolução ao CONSEJ, para análise e manifestação. Fez observação quanto a redação do artigo 10º, parágrafo 1º, sugerindo alteração. Diante das considerações, e da necessidade de amplo debate, inclusive, ouvindo-se as Secretarias dos Estados, o Presidente consultou o relator, Conselheiro Diego Mantovaneli, e os demais conselheiros, se não seria o caso de propor ao plenário do CNPCP a criação de um Grupo de Trabalho específico, para estudo aprofundado do tema. Esclareceu que a sugestão seria então de, neste momento, não deliberar a respeito do mérito da minuta, mas de para que seja iniciado debate a partir do Grupo de Trabalho. A Conselheira Salise Sanchotene concorda e propõe que a criação do GT seja a partir da proposta da minuta do Conselheiro Diego e que seja fixado prazo de 5 dias para que os demais integrantes da Comissão se desejarem, ofereçam sugestões e manifestações. Conselheiro Diego Mantovaneli sugeriu que ao propor a criação do Grupo de Trabalho, seja estipulado prazo determinado de dias para entrega dos trabalhos. Foi deliberado pelo acolhimento das sugestões, ouvindo-se os demais conselheiros da comissão através do próprio grupo, no prazo 5 dias, para manifestações quanto à minuta de Resolução do Conselheiro Diego que instruirá a proposta de um GT mais amplo e específico sobre o tema. Por fim, o Presidente fixou o dia 19 de novembro do ano de 2021, às 9h, para a realização da próxima reunião da Comissão, se necessário. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

RAFAEL DE SOUSA COSTA
Secretário-Executivo

Conselheiro DAVI MARCIO PRADO SILVA
Presidente

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 2.343/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.003482/2021-65 REPRESENTANTE: DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (ex officio) REPRESENTADA: Apple Computer Brasil LTDA. (CNPJ nº 00.623.904/0001-73) ADVOGADOS: PEDRO PAULO BARRADAS BARATA (OAB/SP 221.727), ANDRESSA BENEDETTI (OAB/SP 329/192), LAIS DE OLIVEIRA E SILVA (OAB/DF 59.384), PAULO FERNANDO GIUGLIODORI GRIPPA (OAB/SP 353.723) EMENTA: Processo administrativo sancionador. Inserção de smartphone no mercado de consumo desacompanhados de carregador de bateria, para cumprimento de alegado compromisso ambiental. Preliminar de violação das premissas do processo sancionador, pela impossibilidade de disciplinamento das relações contratuais, pela inexistência de averiguação preliminar perante a CGCTSA e pela ausência de contemporaneidade do procedimento aos fatos apurados. Rejeição. Preliminar de desvio do poder punitivo do Estado por bis in idem na apuração de infrações pela SENACON e pelo PROCON-SP. Não demonstração específica da identidade de objetos. Rejeição. Mérito. Conformidade ambiental como fundamento para a restrição adotada pela representada. Medida não suportada pelo princípio da proporcionalidade. Fornecimento de produto incompleto ou despido de funcionalidade essencial. Prática discriminatória sobre os consumidores realizada de forma deliberada. Transferência de responsabilidades exclusivas do fornecedor. Reconhecimento da prática das infrações previstas nos arts. 12, I e IX, 13, XXIII, e 22, III, do Decreto n.º 2.181/97. Alegações de inexistência de prejuízo e de prática comum no mercado. Rejeição. Aplicação de sanção de multa no valor de R$ 12.274.500 (doze milhões duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais), cassação de registro dos smartphones da marca iPhone introduzidos no mercado a partir do modelo iPhone 12 e suspensão imediata do fornecimento de todos os smartphones da marca iPhone, independentemente do modelo ou geração, desacompanhados do carregador de bateria.

Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica nº 35/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, adotando-as como razão de decidir, e considerando a gravidade e a extensão da lesão causada aos consumidores em todo o país, bem como a vantagem auferida pela representada com a supressão, desde o ano de 2020, de componente essencial ao funcionamento dos smartphones comercializados (carregadores de bateria), além da condição econômica da empresa, que figura no topo do ranking das empresas mais valiosas do mundo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.078, de 1990, e artigos 24 a 28, do Decreto nº 2.181, de 1997, aplico à empresa APPLE COMPUTER BRASIL LTDA (CNPJ nº 00.623.904/0001-73), a sanção de multa no valor de R$ 12.274.500,00 (doze milhões duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da constatação da prática das seguintes infrações previstas pelo Decreto nº 2.181/97:

I - Art. 12, inciso I: venda casada. A solução definida pela empresa não é adequada à finalidade que se propõe, uma vez que, como se demonstrou extensamente na Nota Técnica nº 35/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, não há demonstração efetiva de proteção ambiental ocorrida em solo brasileiro decorrente da prática adotada pela representada. A eficácia do meio adotado pela empresa não se demonstra à luz dos marcos normativos da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (além de outros potencialmente abrangidos). Além disso, a medida de supressão do fornecimento dos carregadores de bateria não passa pelo teste da necessidade, porque não implica a menor restrição possível ao direito do consumidor à obtenção de um produto completo para uso. A representada, que continua a fabricar os carregadores de bateria, propaga, declaradamente, o discurso de que a escolha da compra foi passada ao consumidor, mas, na verdade, é ela quem decidiu o modo de fornecimento de seu produto. Não há elementos para considerar justificada uma operação que, visando, declaradamente, a reduzir emissões de carbono, acarreta a inserção no mercado de consumo de produto cujo uso depende da aquisição de outro, que é, também, comercializado pela empresa.

II - Art. 12, inciso IX, "d": venda de produto incompleto ou despido de funcionalidade essencial. Um produto vendido individualmente, não categorizado como acessório, apêndice ou atualização de outro bem, deve ser capaz, se bem durável, de realizar sua função, por longo período, exclusivamente com os componentes fornecidos conjuntamente em sua embalagem. A aptidão para que o bem atenda à finalidade específica a que se destina é um requisito necessário para que um produto não seja considerado defeituoso, por força do art. 18, § 6º, III, do CDC. Os smartphones introduzidos no mercado pela representada a partir da linha iPhone 12 não são comercializados como acessórios, atualizações ou apêndices de versões anteriores do mesmo aparelho, tampouco têm sua venda restrita a proprietários de outros aparelhos fabricados pela empresa. A infração que se apurou decorreu, então, da comercialização de produto com vício suficiente para, na forma do art. 12, IX, "d", do Decreto n.º 2.181/97, ser considerado "impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina ou que lhe diminua o valor". Se a utilidade de um bem depende de outro que não é fornecido pelo fabricante nem tem sua presença pressuposta na vida e no ambiente do consumidor, a não disponibilização simultânea do carregador em relação ao smartphone se torna ilícita.

III - Art. 13, XXIIII: recusa da venda de produto completo mediante discriminação contra o consumidor. O fator de discriminação adotado pela representada é, basicamente, renda, que permite a fidelização e a constante substituição de smartphones pelo mesmo consumidor no intervalo de poucos meses ou anos. Para a empresa, fornecer carregadores de bateria é dispensável, porque a fatia de público eleita por ela, ainda que significativamente minoritária, não precisaria daquele equipamento. Por se tratar de discriminação realizada com a finalidade de excluir o acesso ao carregador de bateria, entende-se que a conduta praticada pela empresa não contempla critérios juridicamente válidos para promover a distinção pleiteada por ela. Não se justifica, também, o argumento de que o preço do produto, por si só, é excludente, pois, especialmente no Brasil, em que crediários e parcelamentos são formas comuns de realização de contratos de compra e venda, a renda mensal do consumidor nem sempre corresponde aos bens por ele perseguidos.

IV - Art. 22, inciso III: transferência de responsabilidades a terceiros. A prática adotada pela representada implica dois tipos de transferência de responsabilidade: transferência da responsabilidade de fornecimento do carregador e transferência da responsabilidade ao Estado brasileiro e sua política cambial pela inexistência de redução de preços após a cessação do fornecimento do carregador. A primeira transferência se opera da representada para os fornecedores de carregadores de bateria compatíveis com os smartphones que são objeto deste processo. A aquisição desses bens perante outros fabricantes implicará outros contratos de consumo com novas atribuições de responsabilidade; como se reconhece que o carregador é parte integrante e necessária ao funcionamento do smartphone, a atribuição, exemplo gratia, da garantia contra os vícios redibitórios ao fabricante do segundo equipamento manifesta-se como forma cabal de transferência de responsabilidade. Quanto à segunda, o poder de monopólio de que dispõe a empresa numa estrutura de mercado apresentada como competição monopolística garante a ela uma larga margem para imposição de preço acima do custo marginal, em razão de sua diferenciação percebida no mercado em relação aos demais competidores. Sendo assim, o preço é predominantemente determinado por estratégia comercial em vez de correspondência estrita com os custos de produção.

Ademais, por se tratar de múltiplas violações de normas de ordem pública, é preciso sublinhar que as consequências coletivas do ilícito cometido pela empresa não se limitam ao passado, pois a comercialização dos produtos pela representada permanece em operação. A aplicação da multa, nesse contexto, é apta a atingir a finalidade repressiva e retrospectiva, porém, especialmente diante do porte econômico da representada e de seu poder de mercado, a continuidade da prática ilícita, mesmo sancionada, pode ser mais vantajosa do que a adequação de sua atividade aos padrões estabelecidos pela legislação brasileira. Vislumbra-se que, mesmo com aplicação das multas administrativas levadas a efeito pelos PROCONs do país, e das condenações judiciais aplicadas no território nacional, a Apple Computer Brasil não tomou nenhuma medida com vistas a minimizar o dano, permanecendo até a presente data vendendo aparelhos celulares sem carregadores. E como se vê da Nota de Repúdio anexada, avalizada por todos os Procons Estaduais e demais integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a prática da representada de retirar os carregadores das embalagens dos smartphones comercializados é veementemente repudiada pelos órgãos e entidades de defesa do consumidor atuantes em território nacional.

Em razão disso, simultaneamente à aplicação da multa, determino a cassação, junto ao órgão competente, de registro dos smartphones da marca iPhone introduzidos no mercado a partir do modelo iPhone 12, nos termos do art. 18, IV, do Decreto n.º 2.181/97, bem como a imediata suspensão, nos termos do art. 18, VI, do Decreto n.º 2.181/97, do fornecimento de todos os smartphones da marca iPhone, independentemente do modelo ou geração, desacompanhados do carregador de bateria. Sobre a suspensão do fornecimento dos produtos, consigno, desde já, que deixo de aplicar, neste momento, multa diária pelo descumprimento, por não versar a medida sobre uma decisão cautelar, mas sim, definitiva, cuja eficácia sujeita-se à confirmação do órgão regulador, sem prejuízo de que, verificada a persistência da prática infrativa, como tem acontecido com essa mesma empresa, à vista de outras multas já aplicadas por Procons do país, possa ser a representada considerada reincidente, com a aplicação de novas sanções, agravadas pela circunstância da reincidência, nos termos do artigo 26, inciso I e 27, caput e §1º, do Decreto nº 2.181/97.

Por fim, determino: a intimação da representada, para que deposite o valor definitivo da multa em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD nº 30, de 26 de novembro de 2013, conforme a determinação do art. 29, do Decreto n.º 2.181/1997, sob responsabilidade exclusiva da infratora, com informação da possibilidade de redução de 25% do valor da multa, na forma do art. 2º da Portaria n.º 14/2020 da SENACON, em caso de renúncia do direito de recorrer; a expedição de ofício ao Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, para que se manifeste, na forma do art. 18, § 3º, do Decreto n.º 2.181/97, acerca das sanções de cassação de registro e de suspensão de fornecimento de produtos; a expedição de ofício circular aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, dando ciência e encaminhando cópia da Nota Técnica nº 35/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ e do presente despacho de homologação, ressaltando a possibilidade de apuração de infração administrativa contra a representada e/ou contra os comerciantes e demais fornecedores solidários, na forma do art. 7º, parágrafo único, do CDC, havendo notícia de não disponibilização do carregador de bateria aos consumidores que adquiriram previamente os produtos indicados no item 144, "b" e "c", da referida Nota Técnica, em razão da potencial prática de violação do art. 13, IV, do Decreto n.º 2.181/97; a expedição de ofício à Comissão Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal, dando ciência e encaminhando cópia da Nota Técnica nº 35/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ e do presente despacho de homologação; a remessa dos autos ao Gabinete do Ministro da Justiça e Segurança Pública, com a sugestão de que, em havendo concordância, seja o procedimento encaminhado à Assessoria Especial Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de que seja providenciada, por via direta e por meio do Ministério das Relações Exteriores, a divulgação da decisão aos representantes da União Europeia, dos Estados Unidos da América e dos países da América do Sul; a expedição de ofícios à Presidência da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor e ao Ministério Público Federal, para que adotem as providências que entenderem cabíveis, especialmente quanto à avaliação de outras medidas judiciais adequadas à cessação ou à reparação do ilícito, em âmbito individual e coletivo, em quanto à apuração de potencial prática do crime previsto no art. 7º, IV, "b", da Lei n.º 8.137/90; em caso de transcurso in albis do prazo recursal, a remessa dos autos à unidade competente desta Secretaria para fiscalização do cumprimento da decisão; na ausência do pagamento da multa, o retorno dos autos à Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, para providências quanto à remessa à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição em dívida ativa. Considerando-se a inexistência de restrição de acesso à integralidade dos autos, mas, tão somente, a algumas peças do processo, o inteiro teor da Nota Técnica nº 35/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, utilizada como embasamento para a presente decisão, poderá ser acessado e divulgado através dos modais de comunicação, mediante requerimento pelos cidadãos interessados.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretora

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Nº 33/2022/DINAC_APATRIDIA/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: TATIANA MARTYSHCHENKO
Processo n º: 235881.0152332/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou a condição de apátrida, nos termos do Art. 26 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e Art. 95 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Nº 47/2022/DINAC_REAQUISICAO_DE_NACION/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: RAFAEL BEZERRA DE OLIVEIRA
Processo: 08018.034207/2022-14

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária, em observância ao disposto no artigo 45 da Portaria nº 623/2020, bem como aos requisitos previstos no art. 254 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Nº 48/2022/DINAC_REAQUISICAO_DE_NACION/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: SONIA HILDEBRANDT
Processo: 08018.036537/2022-44

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária, em observância ao disposto no artigo 45 da Portaria nº 623/2020, bem como aos requisitos previstos no art. 254 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.028, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000784/2008-54, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MAPULA LEAH MAGDALINE MOSEGONI, de nacionalidade sul-africana, filha de Teboto Mosenogi e de Tiny Mosenogi, nascida na República da África do Sul, em 23 de março de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 3 (três) meses e 12 (doze) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.029, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024861/2019-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HILDA LUZ DIEGO PONCE, de nacionalidade peruana, filha de Gabriel Diego Soto e de Teodora Ponce Valdiviezo, nascida na República do Peru, em 16 de maio de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.030, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam

gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

PEDRO JOSE LUZ DE CARVALHO DE LOPES GAMEIRO - V784830-1, natural de Portugal, nascido em 04 de junho de 1972, filho de Jose Manuel Lopes Gameiro e de Maria Teresa Luz de Carvalho Lopes Gameiro, residente no Estado de São Paulo/SP (Processo nº 08018.047968/2022-36).

ISABEL MARIA FERREIRA - W564208-0, natural de Portugal, nascida em 09 de março de 1950, filha de Agostinho Luis Ferreira e de Alice Maria das Dores, residente no Estado do Rio de Janeiro/RJ (Processo nº 08018.048213/2022-59).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.031, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEXANDRA MARIA RODRIGUES CAVALHEIRO - G411897-J, natural de Portugal, nascido em 21 de setembro de 1976, filho de Joaquim José Cavalheiro e de Maria de Fátima Rodrigues Cavalheiro, residente no Estado do Rio de Janeiro/RJ (Processo nº 08000.023934/2022-45);

NUNO FILIPE DA SILVA FARIA SANTANA - V736038-0, natural de Portugal, nascido em 27 de julho de 1976, filho de Antonio Marques Faria Santana e de Maria dos Anjos da Silva Baiana Santana, residente no Estado de Santa Catarina/SC (Processo nº 08000.024059/2022-19) e;

NUNO MARQUES FERREIRA - G109374-1, natural de Portugal, nascido em 06 de dezembro de 1984, filho de Carlos Alberto Simões Ferreira e de Elizabete Fonseca Marques Ferreira, residente no Estado da Bahia/BA (Processo nº 08018.048471/2022-35).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.032, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.013770/2011-04, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria nº 1.899, de 7 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de novembro de 2020, que determinou a expulsão do Território Nacional de UCHENNA RAHIM EME, de nacionalidade nigeriana, filho de Emeh Uche e de Easter Emen, nascido na República Federal da Nigéria, em 1º de agosto de 1982, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a" e "b", do Decreto 9.199, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.033, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.014053/2010-19, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria nº 1.598, de 15 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2020, que determinou a expulsão do Território Nacional de ANGELO RENATO GABRIEL, de nacionalidade portuguesa, filho de Margarida dos Santos Gabriel, nascido na República Portuguesa, em 4 de fevereiro de 1985, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.034, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010211/2013-04, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria nº 858, de 13 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de CHRISTIAN VOTEZINGA MAWETW, de nacionalidade congolesa, filho de Votezinga Justin e de Mafwila Malonga, nascido em Bandalungwa, República Democrática do Congo, em 10 de novembro de 1984, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

GABINETE

PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 54, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Subdelega competências no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Unidade Gestora Executora UG 200143.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, os arts. 13 e 68 do Anexo I do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 4º da Portaria MJSP nº 443, de 24 de novembro de 2021, e no parágrafo único do art. 5º da Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Coordenador-Geral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Cível do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, e, nos seus impedimentos e afastamentos legais e eventuais a seu substituto legal, para autorizar e ordenar despesas e pagamentos relacionados à contribuição voluntária para o iSupport, no âmbito do sistema estruturante Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e para operacionalização eletrônica no ambiente da Agência de Governo Federal do Banco do Brasil, na esfera da Unidade Gestora Executora UG 200143 SENAJUS.

Art. 2º Fica subdelegada a competência ao Coordenador de Análise de Pedidos de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Cível da Coordenação Geral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Cível do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e, nos seus impedimentos e afastamentos legais e eventuais a seu substituto legal, para praticar a gestão financeira dos pagamentos relacionados à contribuição voluntária do iSupport no âmbito do sistema estruturante Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e para operacionalização eletrônica no ambiente da Agência de Governo Federal do Banco do Brasil, na esfera da Unidade Gestora Executora UG 200143 SENAJUS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ANDRADE COSTA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 1.245/2022
Ato de Concentração nº 08700.006172/2022-25. Requerentes: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.; BNP Paribas S.A.; Canadian Imperial Bank of Commerce; ITB Holding Brasil Participações Ltda.; NAB Ventures Pty Ltd.; NatWest Markets Plc.; Standard Chartered Bank; Sumitomo Mitsui Banking Corporation; e UBS AG London Branch. Advogados: Barbara Rosenberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.282/2022
Ato de concentração nº 08700.002595/2022-76. Requerentes: Savegnago Supermercados Ltda., Peralta Comércio e Indústria Ltda., Peralta Distribuidora de Alimentos Ltda., Brasterra Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Peralta Investimentos e Participações Empresariais Ltda. Advogados: Paula S. J. A. Amaral Salles e outros. Com fulcro no art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999, integro as razões do Parecer Nº 19/2022/CGAA2/SGA1/SG à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Nº 1.284/2022
Ato de Concentração nº 08700.006012/2022-86. Requerentes: Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. e Trombini Corretora de Seguros Ltda. Advogados: Carolina Petrarca, Daniel Petrarca, Flávia Stella Cardoso e João Alfredo Faiad e Silva. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO Nº 53/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08700.001101/2021-55
Em atenção à petição SEI 1113013, defere-se o pedido de dilação de prazo de defesa solicitado pelo Representado David de Jesus Silva, indeferindo-se, entretanto, o prazo solicitado de 30 (trinta) dias de prorrogação, por contrariar os regramentos legais e regimentais.

Concede-se 10 (dez) dias adicionais, improrrogáveis, para a apresentação de defesa, nos termos do art. 70, §5º, da Lei nº 12.529/2011 e do art. 152, caput e §§ 1º e 2º do RI-CADE. A dilação de prazo deferida aproveita a todos os demais representados, independentemente de requerimento, e o prazo concedido inicia-se no primeiro dia útil subsequente do final do prazo regular de defesa.

ADEMIR PICANÇO DE FIGUEIREDO
Coordenadora-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2022

Às 10h05 do dia 30 de agosto de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma remota conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2022. Participaram os Conselheiros do Cade, Sérgio Costa Ravagnani, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Luis Henrique Bertolino Braido, Gustavo Augusto e Victor Oliveira Fernandes; o Procurador-Chefe Adjunto da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Rodrigo Abreu Belon Fernandes; o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alvess; o Superintendente Geral, Alexandre Barreto de Souza; o Economista-Chefe, Guilherme Resende e a Secretária do Plenário, Keila de Sousa Ferreira. Ausente justificadamente, a Conselheira Lenisa Prado. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§ 5º e 8º do artigo 81, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

1. Ato de Concentração nº 08700.006512/2021-37

Requerentes: Ream Participações S.A. (Ream) e Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

Advogados: Ricardo Franco Botelho, Elisa Hime Funari, Victoria Malta Corradini, André de Almeida Barreto Tostes, Carolina Bastos Lima Brum e outros

Terceiros Interessados: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A. (Equador); Sociedade Fogás Ltda. (Fogás); Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (Ipiranga); e Raízen Combustíveis S.A. (Raízen)

Advogados: Ricardo Lara Gaillard, Polyanna Ferreira Silva Vilanova, Gabriel Nogueira Dias, Victor Santos Rufino e outros

Relatora: Conselheira Lenisa Prado

Voto-Vista: Conselheiro Gustavo Augusto

Na 201ª SOJ manifestaram-se em sustentação oral Victor Santos Rufino pela terceira interessada Raízen; Gabriel Nogueira Dias pela terceira interessada Ipiranga; Ana Paula Paschoalini pela terceira interessada Equador e Ricardo Botelho pela Requerente Ream. Após o voto da Conselheira-Relatora pela aprovação sem restrições, o julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista do Conselheiro Gustavo Augusto.

Na presente Sessão, o Conselheiro Gustavo Augusto apresentou voto-vista divergindo da Conselheira-Relatora no que diz respeito à aprovação sem restrições da operação, na parte que se refere ao mercado relevante de serviços portuários de movimentação e armazenagem de granéis líquidos, no segmento de combustíveis, dentro da dimensão geográfica da cidade de Manaus. Nesse sentido, manifestou-se pela provação da operação com restrições, condicionando a sua aprovação e consumação à assinatura do Acordo em Controle de Concentrações proposto pelas Requerentes.

Os Conselheiros Luiz Hoffmann, Luis Braido, Victor Oliveira, Sérgio Costa Ravagnani e o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, acompanharam o Conselheiro Gustavo Augusto.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e, por maioria, aprovou-a condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Augusto. Vencida a Conselheira-Relatora.

REFERENDOS

Despachos PRES nº 94/2022 (Acesso Restrito), apresentado pelo Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Despacho Decisório nº 6/2022 (Processo nº 08012.007043/2010-79), apresentado pelo Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Despacho Decisório nº 13/2022 (Processo nº 08700.006369/2018-88), apresentados pelo Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 12h17 do dia 30 de agosto de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 104 do Regimento Interno do Cade, quanto ao resultado do julgamento dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões constam nos autos disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Cade: item 1

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

DESPACHO DECISÓRIO Nº 15/2022/GAB3/CADE, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Ato de Concentração nº 08700.004293/2022-32.

Requerentes: BASF SE, BMW Holding B.V., Henkel AG & Co. KGaA, Mercedes-Benz AG, Robert Bosch GmbH, SAP SE, Schaeffler Invest GmbH, Siemens Industry Software GmbH, T-Systems International GmbH, Volkswagen AG e ZF Friedrichshafen AG.

Advogados: Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, André Santos Ferraz e Tatiane Kimie Matsumoto Siqui.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto

VERSÃO PÚBLICA

1. A operação proposta consiste na formação de uma joint venture, com sede na Alemanha, entre as seguintes empresas: Volkswagen; BMW; Mercedes-Benz; BASF; Bosch; Henkel; SAP; Schaeffler; Siemens; T-Systems; e ZF.

2. Em 08.08.2022, a operação foi objeto de proposta de avocação devidamente submetida ao Tribunal do Cade, oportunidade em que pude endereçar as preocupações já identificadas no âmbito do Despacho Decisório nº 11/2022 (SEI 1100816). A decisão em questão foi devidamente homologada pelo Tribunal do CADE, na 201ª Sessão Ordinária de Julgamento, em 17 de agosto de 2022, a qual determinou a avocação e subida do caso ao referido Tribunal, na forma do inciso II do art. 65 da Lei nº 12.529/11 e art. 122, § 2º c/c inciso II, do Regimento Interno do CADE.

3. Na 269ª Sessão Ordinária de Distribuição, cuja ata foi publicada no DOU em 19.08.2022 (SEI nº 1106597), o presente Ato de Concentração foi distribuído à minha relatoria (SEI nº 1105734), por sorteio.

4. Noto que os Requerentes notificaram o presente ato de concentração sob o rito sumário, com base no inciso I do art. 8º da Resolução CADE nº 33, de 2022, sob a premissa de que a operação seria uma joint-venture de produtos e serviços que não estariam horizontal ou verticalmente relacionados às atividades das requerentes. Como expus no Despacho Decisório nº 11/2022, esse não me parece ser o caso.

5. O rito sumário deve ser aplicado apenas aos casos que, em virtude da simplicidade das operações, tenham menor potencial ofensivo à concorrência. A toda evidência, o rito em questão parece ser inadequado ao caso em exame, o qual possui elevado grau de complexidade. Por tal motivo, e diante da homologação da avocação feita na 201ª Sessão Ordinária de Julgamento, DETERMINO a conversão do presente procedimento sumário em ORDINÁRIO, nos termos da Resolução CADE nº 33, de 2022.

6. Nesse contexto, DETERMINO ainda que as Requerentes apresentem, no prazo de 15 dias corridos, contados da publicação deste despacho, todas as informações contidas no FORMULÁRIO DE PROCEDIMENTO NÃO-SUMÁRIO, como previsto no Anexo I da Resolução CADE nº 33, de 2022, que ainda não tenham sido juntadas aos autos. No caso de repetição de informações contidas no formulário de procedimento sumário, faculta-se a simples remissão, podendo a parte, se desejar, prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários sobre os elementos constantes da notificação original.

7. No mesmo prazo acima designado, deverão as requerentes esclarecer quanto aos seguintes pontos:

I. No que consiste a Rede Automotiva Catena-X (Catena-X Automotive Network), referida no preâmbulo do contrato?

II. A Catena-X é uma plataforma digital? Descreva o software e o hardware que serão utilizados no projeto, esclarecendo se serão adquiridos no mercado ou se serão especificamente desenvolvidos para a JV.

III. Esclareça como se chegou ao valor dos fundos iniciais previstos no contrato e no que esses valores serão empregados.

IV. Esclareça por que o closing da operação foi condicionado especificamente às jurisdições referidas na cláusula 3 do contrato e o racional de seleção dos referidos países.

V. Quais serão os produtos e serviços que serão especificamente desenvolvidos ou produzidos pela JV?

VI. Quais serão os produtos e serviços que serão adquiridos pela JV e para qual finalidade?

VII. A Catena-X será uma infraestrutura de TI própria, que se assemelha ao Gaia-X, ou será uma plataforma digital gerida dentro do Gaia-X? Esclareça detalhadamente.

VIII. Esclareça, ponto a ponto, todas as atividades que constam do escopo do negócio, constantes da cláusula 8.1 do contrato.

IX. O funcionamento do Catena-X contará com a utilização de algoritmo ou de inteligência artificial? Se sim, qual será o grau de controle humano sobre o algoritmo? Como será evitado que o algoritmo adote condutas colusivas ou troque informações concorrencialmente sensíveis?

X. Quem serão os usuários do Catena-X? Apresentar diagrama mostrando esquematicamente os diversos usuários, consumidores e prestadores de serviço que operarão no sistema.

XI. Em caso de utilização de algoritmo pelo Catena-X, abre-se margem para o efeito de feedback looping em relação aos seus usuários?

XII. Quais serão os critérios para o futuro ingresso na JV?

XIII. Empresas que não integrem a JV poderão prestar ou contratar serviços no âmbito do Catena-X? Sob que condições?

XIV. Empresas que não integrem o Catena-X terão alguma restrição ao oferecer produtos e serviços para as empresas Requerentes, ou ao contratar produtos e serviços das empresas Requerentes? Caso positivo, descreva de forma especificada.

XV. Empresas que integram o Catena-X terão algum tipo de vantagem ao contratar ou serem contratadas pelas Requerentes ou pelo Governo? Caso positivo, descreva de forma especificada.

XVI. As empresas que integram a JV possuem plataformas digitais, sistemas de TI ou hardware semelhantes aos que serão produzidos ou utilizados pela JV, que possam gerar alguma sobreposição horizontal ou vertical?

XVII. Quais são os produtos e serviços que serão ofertados por cada uma das Requerentes no âmbito do Catena-X? Qual foi o critério de seleção das empresas componentes do projeto?

XVIII. Há algum subsídio governamental, vantagem tributária ou incentivo oficial para a participação no Catena-X?

XIX. Descreva, pormenorizadamente, quais serão os dados e informações que serão trocadas no âmbito do Catena-X.

XX. Descreva, pormenorizadamente, quais serão os dados e informações que serão proibidas de serem trocadas no âmbito do Catena-X.

XXI. Explique, de forma detalhada e esquematizada, como essas informações serão trocadas entre as diversas empresas integrantes do projeto.

XXII. Os dados coletados no âmbito do Catena-X poderão ser livremente consultados pelas empresas não participantes do projeto? Caso negativo, quais serão as limitações impostas?

XXIII. Esclareça especificamente como se dará a troca de dados relativa a estoques de peças, informações técnicas dessas peças, custos de produção, informações de frete e respectivas pegadas de carbono no âmbito do Catena-X, explicando quem terá acesso a que tipo de informação e sob que condições.

XXIV. Explique, de forma detalhada, quais serão as medidas comportamentais e tecnológicas que serão adotadas para evitar que informações proibidas e as informações concorrencialmente sensíveis sejam trocadas entre os concorrentes.

XXV. Indique quais são as iniciativas semelhantes no mundo, no mercado automobilístico ou em outros mercados, que melhor se assemelham ao presente projeto, esclarecendo no que o Catena-X se difere de tais projetos.

XXVI. Qual o impacto e os efeitos esperados da JV nos mercados de atuação das Requerentes? Qual é a eficiência econômica esperada pela operação? Como essa eficiência será repassada aos consumidores e à economia como um todo? Quais são os benefícios pró-competitivos potenciais? Quais são os danos anticompetitivos potenciais?

XXVII. Como será realizada a governança dos dados do Catena-X e da sua propriedade intelectual?

XXVIII. Esclareça como se dará e quais serão os critérios para que terceiros recebam a certificação do Catena-X.

XXIX. Explique, de forma detalhada, como as atividades de compliance funcionarão, explicando de forma mais específica sobre as medidas que serão adotadas no âmbito da jurisdição brasileira, notadamente para o cumprimento da legislação antitruste nacional.

XXX. Considerando que a notificação diz que não haverá atividades no Brasil no curto prazo, explique quais serão as operações que o Catena-X planeja ter no Brasil, no médio e longo prazos.

XXXI. Explique quais medidas de controle externo e auditoria independente já foram adotadas ou que estejam sendo planejadas.

XXXII. Explique a racionalidade econômica de haver a participação de representantes governamentais no Conselho da empresa, como indicado no item 15.4 do contrato.

XXXIII. Explique qual o relacionamento que a JV terá com o governo alemão e como se dará a participação de representantes do governo na estratégia da empresa e no seu plano de negócios.

XXXIV. As empresas participantes da JV pagarão alguma remuneração pelos serviços prestados pelo Catena-X?

XXXV. Quais são, ou serão, as fontes de financiamento do Catena-X, nos próximos cinco anos?

XXXVI. Apresente, de forma detalhada, o orçamento da JV para os primeiros anos de funcionamento.

XXXVII. Qual é o plano de negócios do Catena-X e da JV para os próximos cinco anos?

XXXVIII. Em quais jurisdições a operação já foi notificada para a autoridade antitruste e quais as decisões, remédios e determinações expedidas, até o momento.

XXXIX. Apresente a justificativa econômica da operação, segundo a "Regra da Razão" (Rule of Reason).

8. Além de esclarecer quanto aos pontos acima, deverão as requerentes juntar todos os documentos necessários à compreensão da questão, enviar todos os anexos do contrato da JV ainda não protocolados nos autos, juntar as propostas comerciais que foram apresentadas aos financiadores e investidores, apresentar os documentos de marketing da operação, bem como as apresentações, sumários executivos e circulares que tiverem sido enviados ou exibidos aos Executivos e Conselhos de Administração de todas as Requerentes. Esses documentos devem ser apresentados no original e na versão traduzida.

9. Deverão ser apresentados ainda, no mesmo prazo ora designado, os termos da consulta feita ao Bundeskartellamt sobre a operação em tela e o teor da carta apresentada em resposta (comfort letter ou documento similar).

10. No caso de o projeto incluir o desenvolvimento ou aquisição de software, apresentar também a documentação que contenha os requisitos dos respectivos softwares, bem como a documentação da sua modelagem.

11. Apresentadas as informações solicitadas no prazo já indicado, faculto que documentação complementar possa ser apresentada pelas Requerentes até o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação deste despacho. Faculto ainda, que no mesmo prazo de trinta dias, seja juntado aos autos estudos ou pareceres econômicos que analisem os efeitos econômicos da operação e, se for o caso, analisem a observância da "regra da razão" (rule of reason).

12. Publique-se e intime-se. Ato contínuo, submeto o presente despacho à homologação do Tribunal.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro-Relator

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 228, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e diante do disposto na Lei nº 14.119, de 13 janeiro 2021, e o que consta do Processo nº 02000.005299/2022-38, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de analisar e propor medidas relacionadas ao reconhecimento do ativo ambiental de vegetação nativa, previsto na Lei nº 14.119, de 13 janeiro 2021, e, considerando o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais Floresta+, instituído pela Portaria nº 288, de 2 de julho de 2020.

§1º A análise que será realizada pelo Grupo de Trabalho poderá considerar, entre outros aspectos, que o reconhecimento do ativo ambiental propiciará, especialmente:

I - o incentivo às atividades de melhoria, restauração, conservação e proteção da vegetação nativa em seus biomas;

II - a valoração econômica e monetária da vegetação nativa;

III - o fomento à sua identificação patrimonial e contábil; e

IV - a possibilidade da utilização de processos de digitalização com registro definitivo, inviolável e com máxima segurança.

§2º O ativo ambiental a que se refere o caput pode decorrer de:

I - redução ou remoção de emissões de gases de efeito estufa;

II - manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal;

III - conservação e melhoria da biodiversidade, dos recursos hídricos, do solo e do clima; ou

IV - outros benefícios ecossistêmicos, conforme a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, instituída pela Lei nº 14.119, de 2021.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes, titular e suplente, na forma a seguir:

I - um representante da Secretaria-Executiva, que o coordenará;

II - um representante da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais;

III - um representante da Secretaria de Clima e Relações Internacionais; e

IV - um representante da Secretaria de Biodiversidade.

§1º Os membros do Grupo de Trabalho serão indicados pelos dirigentes máximos das unidades que representam e designados por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§2º Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§3º O Grupo de Trabalho se reunirá ordinariamente a cada 30 (trinta) dias, e extraordinariamente mediante convocação do seu coordenador.

§4º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho será de 4 (quatro) representantes titulares, ou respectivos suplentes, que deliberará por maioria simples dos presentes.

§5º Em casos de empate, o Coordenador do Grupo de Trabalho terá direito a voto de qualidade.

§6º As reuniões serão realizadas preferencialmente no Ministério do Meio Ambiente, salvo em relação a membros que se encontrem em outras unidades federativas, que poderão participar por videoconferência.

Art. 3º O Grupo de Trabalho poderá convidar, para participar das reuniões, representantes da sociedade civil e de órgãos e entidades públicas, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências sejam necessários ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 4º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente prestar apoio administrativo ao Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado por igual período, para conclusão dos trabalhos, a contar da data da primeira reunião.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 14 de setembro de 2022.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

PORTARIA MMA Nº 229, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022, referente à data de início da vigência do Anexo 3, que reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos e a Lista Oficial de Espécies Extintas da Fauna Brasileira - Peixes e Invertebrados Aquáticos.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o que consta nos Processos Administrativos nº 02000.006812/2021-27 e nº 02000.004667/2022-21, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 8 de junho de 2022, Seção 1, página 74, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Os Anexos 1 e 2, descritos nos arts. 1º e 2º desta Portaria, entram em vigor em 06 de setembro de 2022; e o Anexo 3, descrito no art. 3º desta Portaria, entra em vigor em 05 de dezembro de 2022." (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 715, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Esta portaria estabelece orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento de Contratações Anual (PCA) no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.004309/2022-94).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, nomeado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 9 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, combinado com o estabelecido nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de fevereiro de 1967, regulamentado pelos Decretos nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e no inciso V do artigo 13 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019;

Considerando a necessidade de se realizar o planejamento das contratações das unidades para as quais a Divisão de Licitações (DLIC) da Coordenação-Geral de Administração e Tecnologia da Informação (CGATI) e Divisão de Apoio à Gestão Regional (DIAG) da Gerência Regional (GR), como unidades de compras, realiza os procedimentos licitatórios e suas exceções legais; e

Considerando a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (Sistema PGC), conforme determina o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Coordenação-Geral de Administração e Tecnologia da Informação - CGATI e das Gerências Regionais, como unidades de compras do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, nos termos do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e suas atualizações, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (Sistema PGC) e sobre a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) de bens, serviços, obras e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:

I - Autoridade Competente: Diretor de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN, como agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar licitações e contratos, ordenar de despesas e encaminhar os processos de contratação para as centrais de compras, como responsável pela aprovação do PCA no âmbito da sede; e os Gerentes Regionais - GR, no âmbito de sua respectiva circunscrição.

II - Setor de Contratações: Divisão de Licitações (DLIC) da Coordenação-Geral de Administração e Tecnologia da Informação (CGATI) e Divisão de Apoio à Gestão Regional (DIAG) da Gerência Regional (GR), como unidades de compras responsáveis pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do ICMBio;

III - Área Requisitante: unidade dentre as listadas no art. 5º desta Portaria, com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, como responsável por identificar a necessidade de contratação de um bem ou serviço e envio ao Setor de Contratações;

IV - Documento de Formalização de Demanda - DFD: documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a Área Requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

V - Plano de Contratações Anual - PCA: documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

VI - Sistema PGC: ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para elaboração e acompanhamento do Plano de Contratações Anual pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e

VII - Sistema Eletrônico de Informações - SEI: ferramenta informatizada de gestão de documentos e processos eletrônicos, com objetivo de aumento da eficiência administrativa, cujos processos serão criados para o envio das demandas de cada Área Requisitante ao Setor de Contratações.

SEÇÃO II

DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 3º Cada Área Requisitante organizará e consolidará as demandas das unidades sob sua subordinação regimental, informando todos os itens que pretende contratar, e encaminhar ao Setor de Contratações, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, mediante elaboração do Documento de Formalização de Demanda - DFD, em processo exclusivo para sua demanda, com a finalidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), seguindo as orientações do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e suas atualizações.

§ 1º Só serão registrados no PCA itens referentes a novas contratações.

§ 2º Para fins de alinhamento orçamentário entre as demandas e o orçamento disponibilizado para o Órgão, será informado pelo Ordenador de Despesas ao Setor de Contratações a disponibilidade orçamentária da UASG e a disponibilidade orçamentária a distribuir pelas Áreas Requisitantes.

§ 3º As informações relativas à disponibilidade orçamentária da UASG e a disponibilidade orçamentária a distribuir pelas Áreas Requisitantes serão registradas no Sistema PGC nos termos da estrutura do sistema.

Art. 4º O rol com todas as informações constantes do cadastramento de cada item do PCA no Sistema PGC está definido no art. 8º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Art. 5º São reconhecidos como Áreas Requisitantes, que contratam por meio da CGATI ou da GR, conforme o caso, as seguintes unidades:

a) Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT) e suas unidades subordinadas;

b) Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) e suas unidades subordinadas;

c) Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) e suas unidades subordinadas;

d) Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) e suas unidades subordinadas;

e) Gerências Regionais e suas unidades subordinadas;

f) setores de Tecnologia da Informação;

g) setores de Infraestrutura e Engenharia;

h) centros de pesquisa;

i) unidades de conservação.

Art. 6º Compete à Área Requisitante o encaminhamento das demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, consolidadas no Documento de Formação de Demanda - DFD, ao Setor de Contratações, que consolidará todas as necessidades do ICMBio no Sistema PGC e encaminhará para aprovação da Autoridade Competente respectiva de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, em conformidade com o disposto no art. 12º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Art. 7º A Divisão de Licitações (DLIC) e a Divisão de Apoio à Gestão Regional (DIAG) são as únicas Áreas Requisitantes competentes a cadastrarem, no Sistema PGC, a aquisição de bens ou contratação de serviços.

Parágrafo único. Os setores de Tecnologia da Informação e de Infraestrutura e Engenharia são as únicas Áreas Requisitantes competentes que cadastrarão no Sistema PGC as soluções próprias de suas áreas, consolidadas no Documento de Formação de Demanda - DFD, cujo PCA será elaborado em consonância com as normas específicas do(s) Órgão(s) Central(is) do Ministério da Economia.

SEÇÃO III

DO CRONOGRAMA DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

SUBSEÇÃO I

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO

Art. 8º De 1º de janeiro a 30 de março de cada exercício de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), a Área Requisitante encaminhará ao Setor de Contratações as demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, consolidadas no Documento de Formação de Demanda - DFD.

§ 1º A Área Requisitante poderá encaminhar as demandas via ferramenta tecnológica própria, caso haja concordância do Setor de Contratações, ficando este setor responsável por cumprir o disposto no caput quanto à consolidação das demandas no Documento de Formação de Demanda - DFD, tanto no Sistema PGC, de acordo com o período estabelecido nesta Portaria, quanto no Sistema Eletrônico de Informações, quando a Administração abrir licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços incluídos no PCA.

§ 2º A ferramenta tecnológica própria de que trata o § 1º deste artigo seguirá os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Segurança da Informação (POSIN) do ICMBio.

Art. 9º De 1º a 15 de abril de cada exercício de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações analisará as demandas encaminhadas pela Área Requisitante e, após conferência, enviá-la-á para aprovação da Autoridade Competente.

Art. 10. De 15 de abril a 15 de maio de cada exercício de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), a Autoridade Competente analisará as demandas encaminhadas pelo Setor de Contratações e enviá-la-á ao Ministério da Economia, no Sistema PGC.

Parágrafo único. A Autoridade Competente poderá reprovar itens constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) ou, se necessário, devolvê-los ao Setor de Contratações para realizar adequações, em conjunto com a Área Requisitante, observada a data limite de aprovação.

SUBSEÇÃO II

DA REVISÃO E REDIMENSIONAMENTO

Art. 11. De 15 de setembro a 15 de novembro de cada exercício de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), visando adequar o PCA ao orçamento aprovado para o exercício, poderá haver inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens.

§ 1º Até 15 (quinze) dias à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Setor de Contratações em conjunto com as Áreas Requisitantes realizarão as adequações necessárias nos respectivos planos, se houver necessidade, observando as prioridades, que estarão alinhadas com o planejamento estratégico e o orçamento da entidade.

§ 2º Para que sejam procedidas as alterações de que trata o caput deste artigo, a inclusão, a exclusão e o redimensionamento de itens serão apresentadas ao Setor de Contratações por meio do Documento de Formação de Demanda - DFD, dentro do prazo estabelecido previamente pelo Setor de Contratações, que considerará os períodos constantes na Subseção I da Seção III desta Portaria.

Art. 12. A alteração do Plano de Contratações Anual (PCA) também será aprovada pela Autoridade Competente, no Sistema PGC, dentro dos prazos previstos na Subseção I da Seção III desta Portaria.

Art. 13. O redimensionamento, exclusão ou inclusão de itens do PCA somente poderá ser realizado mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação e após autorização da Autoridade Competente.

SUBSEÇÃO III

DO CALENDÁRIO DE LICITAÇÕES

Art. 14. As áreas requisitantes, ao enviarem os processos de contratações dos seus itens ao Setor de Contratações, observarão o prazo para início da instrução processual a fim de que o objeto pretendido seja contratado na data desejada.

Parágrafo único. Para a contratação dos itens dentro do prazo desejado pela Área Requisitante, a instrução processual terá início considerando os prazos mínimos a seguir:

I - 150 (cento e cinquenta) dias de antecedência, considerando histórico de contratação anterior ou outras experiências, que tratem de novas contratações de bens e serviços a serem contratados nas modalidades licitatórias previstas na legislação vigente que rege o tema; e

II - 60 (sessenta) dias de antecedência quando se tratar de dispensas e inexigibilidades de licitação e adesão a atas de registro de preços, nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO DO PCA

Art. 15. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) para a efetiva contratação serão encaminhadas ao Setor de Contratações com a antecedência necessária para o cumprimento da data estimada, acompanhadas da devida instrução processual, de acordo com os normativos que tratarem do assunto, considerando os prazos elencados no art. 15.

Art. 16. Na execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações observará se as demandas a ele encaminhadas constam no Plano vigente.

§ 1º As demandas que não constarem no PCA ensejarão a sua revisão, caso justificadas, mediante aprovação da Autoridade Competente, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, no Sistema PGC.

§ 2º Caberá à Área Requisitante, por meio do Setor de Contratações, solicitar a Autoridade Competente, mediante justificativa, a autorização para inclusão de demanda não registrada no PCA.

§ 3º Durante a execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações acompanhará o calendário de licitações, visando verificar os itens que estão com suas datas de início de instrução processual em atraso, promovendo bimestralmente, ou em outro período que a área achar necessário, o alerta às Áreas Requisitantes, mediante documento no SEI.

§ 4º As Áreas Requisitantes poderão solicitar a alteração da data desejada para a contratação do item, postergando a contratação, transferindo para o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício subsequente ou solicitando o cancelamento do

item no Plano vigente, assim como qualquer outra informação referente ao item, desde que realize a devida justificativa e tenha autorização da Autoridade Competente.

§ 5º Durante a execução do Plano, os procedimentos de contratações, registrados no Plano vigente, enviados após o dia 15 de outubro, por não haver mais tempo hábil para a execução, exceto os que tiverem seu enquadramento identificado como dispensa, inexigibilidade e adesão, considerando os prazos do art. 15, serão inseridos, automaticamente no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício subsequente, pelo Setor de Contratações ou, como Área Requisitante, pelos setores de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Infraestrutura e Engenharia.

§ 6º A demanda registrada e não enviada até o dia 15 do mês de outubro será cancelada no PCA pelo Setor de Contratações, podendo ser cadastrada no PCA do exercício subsequente a partir de manifestação da Área Requisitante.

Art. 17. A partir de julho do exercício de execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações elaborará, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) até o término daquele exercício.

§ 1º O relatório de gestão de riscos terá frequência mínima bimestral e sua apresentação ocorrerá, no mínimo, nos meses de julho, setembro e novembro de cada ano.

§ 2º O relatório de que trata o § 1º do caput será encaminhado à Autoridade Competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

§ 3º Para elaboração do relatório de riscos as Áreas Requisitantes poderão ser consultadas para complemento de informações.

SEÇÃO V

DA PUBLICAÇÃO DO PCA

Art. 18. O Plano de Contratações Anual (PCA) será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), após a aprovação pela Autoridade Competente.

Parágrafo Único. Será disponibilizado no sítio eletrônico o endereço de acesso ao Plano de Contratações Anual (PCA) no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do encerramento das etapas de revisão e redimensionamento.

SEÇÃO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As orientações, prazos e demais informações que forem expedidas pelo Ministério da Economia em face do PCA ou do Sistema PGC, por meio de seu Portal institucional ou outro meio oficial, serão observadas por este Instituto.

Art. 20. Os dirigentes e os servidores que utilizarem o Sistema PGC responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. As unidades envolvidas assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do Sistema PGC, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Art. 21. Os procedimentos administrativos autuados ou registrados em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observarão o disposto nesta Portaria.

Art. 22. Diante do decurso do prazo de que trata os arts. 8, 9 e 10 desta Portaria, o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2023 considerará, no que couber, os prazos do art. 11.

Art. 23. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

PORTARIA ICMBIO Nº 716, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Cria o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental e do Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, no Estado da Bahia (Processo nº 02124.000349/2019-99).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto Federal nº 9.402, de 05 de junho de 2018, que cria as Unidades de Conservação Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ararinha Azul e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ararinha Azul;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando os autos do Processo ICMBio nº 02124.000349/2019-99; resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ararinha Azul e da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ararinha Azul é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - Órgãos Públicos Ambientais:

II - Órgãos Públicos Afins:

a) Poder Público Municipal

b) Moradia

c) Recursos Hídricos

III - Usuários do Território:

a) Comunidade de Fundo de Pasto

b) Agricultura/Pecuária

c) Comunidades Residentes

d) Empresas de Mineração

IV - Organizações da Sociedade Civil:

a) Conservação

b) Cultura

c) Agrária

V - Fóruns e Coletivos:

a) Conservação

b) Turismo

c) Desenvolvimento Sustentável

VI - Ensino, Pesquisa e Extensão:

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério da paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo ICMBio.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pela chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Juazeiro e ao Gerente Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Juazeiro, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo setor competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ararinha Azul e da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ararinha Azul são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que o remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

PORTARIA ICMBIO Nº 717, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Chácara São Miguel (Processo Administrativo Nº 02070.005986/2022-20).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e da Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 2021, seção 2,

Considerando, o art. 2º, inciso XVII, da Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC), prescrevendo que o plano de manejo é um: "documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade";

Considerando, que o Plano de Manejo é instrumento essencial à gestão da unidade de conservação, sendo inclusive proibidas quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com suas prescrições, nos termos do art. 28, caput, da Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC);

Considerando, o disposto no art. 24, II, do Decreto n.º 5.746/2006 (regulamento das RPPN), que estabelece para o proprietário do imóvel no qual foi criada a RPPN a obrigação de submeter o plano de manejo à aprovação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Manejo da RPPN Chácara São Miguel, localizada no Município de Curitibanos, no Estado de Santa Catarina, constante no processo administrativo nº 02070.005986/2022-20.

Parágrafo Único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários a aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo será disponibilizado na sede da unidade de conservação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 16/2022/SPE

Processo nº 48360.000210/2021-78. Interessado: CEB GERAÇÃO S.A. Assunto: Recurso Administrativo no qual a CEB GERAÇÃO S.A. solicita reconsideração da definição da garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica Paranoá expressa pela Portaria MME nº 1.050, de 18 de novembro de 2021, retificada no Diário Oficial da União nº 12, de 18 de janeiro de 2022, Seção 1, página 35. Despacho: Nos termos da Nota Técnica nº 102/2022/DPE/SPE, a qual adoto como fundamento desta Decisão, decido conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelo Interessado.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE
Secretário

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.547. Processo nº 48500.001743/2015-87. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 21.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 01, CEG UFV.RS.CE.033232-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 548. Processo nº 48500.001744/2015-21. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 21.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 02, CEG UFV.RS.CE.033233-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Tianguá, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 549. Processo nº 48500.001745/2015-76. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 21.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 03, CEG UFV.RS.CE.033234-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ubajara, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 550. Processo nº 48500.001740/2015-43. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 2.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 04, CEG UFV.RS.CE.033235-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ubajara, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 551. Processo nº 48500.005443/2020-34. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 21.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 05, CEG UFV.RS.CE.049882-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ubajara, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos; e

Nº 12. 552. Processo nº 48500.005442/2020-90. Interessado: Fótons de São Patrício Energias Renováveis S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 21.917.903/0001-01, a implantar e explorar a UFV Fótons de São Patrício 06, CEG UFV.RS.CE.049883-1.01 , sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.995 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ubajara, no estado do Ceará. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos respectivos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 30 DE AGOSTO DE 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.553. Processo nº 48500.005687/2021-06. Interessado: SBF Energia Ltda.. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 40.669.748/0001-04, a implantar e explorar a UFV Felix I, CEG UFV.RS.CE.052278-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 43.032,00 kW de Potência Instalada, localizada Quixeré, Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 554. Processo nº 48500.005688/2021-42. Interessado: SBF Energia Ltda.. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 40.669.748/0001-04, a implantar e explorar a UFV Felix II, CEG UFV.RS.CE.052279-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 43.032,00 kW de Potência Instalada, localizada Quixeré, Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12. 555. Processo nº 48500.005689/2021-97. Interessado: SBF Energia Ltda.. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 40.669.748/0001-04, a implantar e explorar a UFV Felix III, CEG UFV.RS.CE.052280-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 43.032,00 kW de Potência Instalada, localizada Quixeré, Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.556. Processo nº 48500.000558/2022-02. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 1, CEG UFV.RS.GO.052265-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 557. Processo nº 48500.000563/2022-15. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 2, CEG UFV.RS.GO.052266-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 558. Processo nº 48500.000557/2022-50. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 3, CEG UFV.RS.GO.052267-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 559. Processo nº 48500.000561/2022-18. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 4, CEG UFV.RS.GO.052268-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12. 560. Processo nº 48500.000562/2022-62. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 5, CEG UFV.RS.GO.052269-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga;

Nº 12. 561. Processo nº 48500.000560/2022-73. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 6, CEG UFV.RS.GO.052270-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos; e

Nº 12. 562. Processo nº 48500.000559/2022-49. Interessada: Infinity Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.736.702/0001-12, a implantar e explorar a UFV Coralina 7, CEG UFV.RS.GO.052271-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Niquelândia, estado de Goiás. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos.

As íntegras destas Resoluções constam dos respectivos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/Busca/Avancada .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.563. Processo nº 48500.001043/2022-11. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.541.368/0001-16, a implantar e explorar a EOL Frei Damião I, CEG nº EOL.CV.PB.057326-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 33.000 kW de potência instalada, localizada no município de Damião, estado da Paraíba. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12.564. Processo nº 48500.001044/2022-66. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.541.368/0001-16, a implantar e explorar a EOL Frei Damião II, CEG nº EOL.CV.PB.057327-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 38.500 kW de potência instalada, localizada no município de Damião, estado da Paraíba. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12.565. Processo nº 48500.001045/2022-19. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.541.368/0001-16, a implantar e explorar a EOL Frei Damião III, CEG nº EOL.CV.PB.057328-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 38.500 kW de potência instalada, localizada no município de Damião, estado da Paraíba. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos;

Nº 12.566. Processo nº 48500.001046/2022-55. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.541.368/0001-16, a implantar e explorar a EOL Frei Damião IV, CEG nº EOL.CV.PB.057329-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 33.000 kW de potência instalada, localizada no município de Damião, estado da Paraíba. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos; e

Nº 12.567. Processo nº 48500.001047/2022-08. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.541.368/0001-16, a implantar e explorar a EOL Frei Damião V, CEG nº EOL.CV.PB.057330-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 33.000 kW de potência instalada, localizada no município de Damião, estado da Paraíba. Prazo da outorga: 35 (trinta e cinco) anos.

As íntegras destas Resoluções e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.568, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006628/2014-18. Interessado: Brasil Bio Fuels S.A. Objeto: Transfere para Brasil Bio Fuels S.A a autorização das Centrais Geradoras Termelétricas - UTEs Marechal Thaumaturgo - BBF Acre, Porto Walter - BBF Acre, Jordão - BBF Acre e Santa Rosa do Purus - BBF Acre, respectivamente cadastradas sob os Códigos Únicos de Empreendimentos de Geração - CEGs UTE.PE.AC.034412-5.01, UTE.PE.AC.034413-3.01, UTE.PE.AC.034414-1.01 e UTE.PE.AC.034415-0.01, respectivamente localizadas nos municípios de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Jordão e Santa Rosa do Purus, estado do Acre. A íntegra desta Resolução e anexo consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.569. Processo nº: 48500.002124/2021-58. Interessado: Lins 01 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.423.702/0001-53. Objeto: Transfere para Lins 01 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 01, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049926-9.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.570. Processo nº: 48500.002125/2021-01. Interessado: Lins 02 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.424.070/0001-42. Objeto: Transfere para Lins 02 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 02, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049927-7.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.571. Processo nº: 48500.002126/2021-47. Interessado: Lins 03 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.589.139/0001-98. Objeto: Transfere para Lins 03 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 03, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049928-5.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.572. Processo nº: 48500.002127/2021-91. Interessado: Lins 04 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.589.518/0001-88. Objeto: Transfere para Lins 04 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 04, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049929-3.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.573. Processo nº: 48500.002128/2021-36. Interessado: Lins 05 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.589.608/0001-79. Objeto: Transfere para Lins 05 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 05, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049930-7.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.574. Processo nº: 48500.002129/2021-81. Interessado: Lins 06 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.715.546/0001-02. Objeto: Transfere para Lins 06 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 06, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049931-5.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.575. Processo nº: 48500.002130/2021-13. Interessado: Lins 07 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.714.948/0001-84. Objeto: Transfere para Lins 07 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 07, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049932-3.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.576. Processo nº: 48500.002131/2021-50. Interessado: Lins 08 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.715.857/0001-63. Objeto: Transfere para Lins 08 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Lins 08, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049933-1.01, localizada no município de Guaiçara, estado de São Paulo.

Nº 12.577. Processo nº: 48500.002132/2021-02. Interessado: Panorama 01 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.715.488/0001-09. Objeto: Transfere para Panorama 01 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 01, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049401-1.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.578. Processo nº: 48500.002133/2021-49. Interessado: Panorama 02 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.715.486/0001-10. Objeto: Transfere para Panorama 02 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 02, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049402-0.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.579. Processo nº: 48500.002134/2021-93. Interessado: Panorama 03 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.715.510/0001-10. Objeto: Transfere para Panorama 03 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 03, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049403-8.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.580. Processo nº: 48500.002135/2021-38. Interessado: Panorama 04 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 45.097.941/0001-23. Objeto: Transfere para Panorama 04 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 04, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049404-6.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.581. Processo nº: 48500.002136/2021-82. Interessado: Panorama 05 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 45.097.985/0001-53. Objeto: Transfere para Panorama 05 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 05, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049405-4.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.582. Processo nº: 48500.002137/2021-27. Interessado: Panorama 06 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 44.345.477/0001-84. Objeto: Transfere para Panorama 06 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 06, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049406-2.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.583. Processo nº: 48500.002138/2021-71. Interessado: Panorama 07 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 45.098.048/0001-12. Objeto: Transfere para Panorama 07 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 07, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049407-0.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

Nº 12.584. Processo nº: 48500.002139/2021-16. Interessado: Panorama 08 SPE Energia Ltda., CNPJ nº 45.098.074/0001-40. Objeto: Transfere para Panorama 08 SPE Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Panorama 08, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.SP.049408-9.01, localizada no município de Panorama, estado de São Paulo.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.585. Processo nº 48500.005014/2017-61. Interessado: UFV Pajeú 1 SPE Ltda. Objeto: Transfere para UFV Pajeú 1 SPE Ltda., CNPJ nº 46.058.043/0001-29, a autorização da UFV Pajeú 1, CEG nº UFV.RS.BA.038169-1.01, localizada em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia;

Nº 12. 586. Processo nº 48500.004990/2017-05. Interessado: UFV Pajeú 2 SPE Ltda. Objeto: Transfere para UFV Pajeú 2 SPE Ltda., CNPJ nº 45.802.841/0001-50, a autorização da UFV Pajeú 2, CEG UFV.RS.BA.037884-4.01, localizada em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia;

Nº 12. 587. Processo nº 48500.004950/2017-55. Interessado: UFV Pajeú 3 SPE Ltda. Objeto: Transfere para UFV Pajeú 3 SPE Ltda., CNPJ nº 45.784.035/0001-05, a autorização da UFV Pajeú 3, CEG UFV.RS.BA.035851-7.02, localizada em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia;

Nº 12. 588. Processo nº 48500.005015/2017-14. Interessado: UFV Pajeú 4 SPE Ltda. Objeto: Transfere para UFV Pajeú 4 SPE Ltda., CNPJ nº 45.784.023/0001-72, a autorização da UFV Pajeú 4, CEG UFV.RS.BA.038170-5.01, localizada em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia; e

Nº 12. 589. Processo nº 48500.004989/2017-72. Interessado: UFV Pajeú 5 SPE Ltda. Objeto: Transfere para UFV Pajeú 5 SPE Ltda., CNPJ nº 45.768.472/0001-27, a autorização da UFV Pajeú 5, CEG UFV.RS.BA.037902-6.01, localizada em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia.

As íntegras destas Resoluções constam dos respectivos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.590, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005691/2022-47. Interessado: Saltinho Energia S.A Objeto: Declarar de utilidade pública áreas necessárias à implantação da PCH Saltinho, CEG nº PCH.PH.RS.037249-8.01, localizadas nos municípios de Ipê e Muitos Capões, no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.593, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004252/2022-17. Interessada: Aurora Energias Renováveis XX Ltda. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da da Linha de Transmissão UFV Berço das Gerais - SE Jaíba, circuito duplo, 500 kV, com 53km (cinquenta e três quilômetros), de extensão, que interligará a Subestação Coletora Aurora 4 (Cluster 4 Berço das Gerais) à Subestação Jaíba (setor 500 kV a ser licitado), localizada nos municípios de Matias Cardoso e Jaíba, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.596, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003213/2020-31. Interessada: Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 9.055, de 7 de julho de 2020, que trata de declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Tanque Novo - Igaporã III, localizada no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.599, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004327/2022-60. Interessado: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: Autoriza a implantação de reforços em instalações sob responsabilidade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.346, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo no 48500.006756/2022-71, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, CNPJ nº 56.089.790/0001-88, para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considere as diversas secretarias estaduais como um único CNPJ raiz, o do Estado de São Paulo, para fins de migração das unidades consumidoras dessas secretarias para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e (ii) recomendar à Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM que revise a Resolução Normativa nº 1.009/2022 para contemplar a situação que envolve os entes políticos e os órgãos e entidades da Administração Pública na caracterização do consumidor especial.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.347, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002418/2022-61, decide por: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Requerimento Administrativo apresentado pela Migratio Gestão e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., cadastrada sob CNPJ/ME nº 15.458.171/0001-36, com vistas à anulação da oferta equivocada de compra de energia elétrica vinculada pela requerente, atinente ao produto 3 (preço variável) do Mecanismo de Venda de Excedentes, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, no mês de fevereiro de 2022.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.349, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002162/2021-19, decide por conhecer o recurso administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás, cadastrada sob o CNPJ 01.543.032/0001-04 em face do Despacho nº 182, de 2022 emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a decisão consubstanciada no Despacho nº 182/2022.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.351, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais e o que consta dos Processos nºs: 48500.003434/2022-71, 48500.005003/2020-87, decide: (i) extinguir, por perda de objeto, o Pedido de Reconsideração interposto pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - Abragel cadastrada sob o CNPJ de número 04.073.500/0001-04 em face da Resolução Normativa nº 1.033, de 2022; e (ii) arquivar o processo por exaurimento de finalidade.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.352, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005052/2020-10, decide por declarar extinto o recurso administrativo interposto pela Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios Ltda. - Certhil, cadastrada sob CNPJ nº 98.042.963/0001-52, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999 e do art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.353, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003502/2021-11, decide por: (i) indeferir o Requerimento Administrativo, interposto pela Serra do Facão Energia S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74, com vistas à alteração do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste do preço pago a título de Uso do Bem Público - UBP, referente à UHE Serra do Facão, no Contrato de Concessão nº 129, de 2001/ANEEL; e (ii) encaminhar o processo para avaliação do Ministério de Minas e Energia - MME, para avaliação do pleito de alteração do índice de correção do valor pago pelo UBP apresentados pela Serra do Facão Energia S.A.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.356, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Processos nº: 48500.001431/2017-35 48500.001432/2017-80 48500.001461/2017-41 48500.001435/2017-13 48500.001436/2017-68 48500.001437/2017-11 48500.001438/2017-57 48500.001439/2017-00 48500.001440/2017-26 48500.001442/2017-15 48500.001443/2017-60 48500.001444/2017-12 48500.001445/2017-59 48500.001446/2017-01 48500.001447/2017-48 48500.001448/2017-92 48500.001449/2017-37 48500.001450/2017-61 48500.001451/2017-14 48500.001452/2017-51 48500.001453/2017-03 48500.001454/2017-40. Interessados: SPE Futura 1 a 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.. Decisão: Indeferir pedido de alteração de cronograma, bem como de reconhecimento de excludente de responsabilidade, das UFV Futura de 1 a 22. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 2.357, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.000292/2022-90, 48500.000294/2022-89, 48500.000296/2022-78 e 48500.00297/2022-12, decide por indefirir o pedido de emissão de Declaração de Utilidade Pública para fins de desapropriação em favor da Usina Xavantes S.A.- CNPJ 08.435.796/0001-17, para implantação das Usinas Termelétricas UTE UTX Anamã, UTX Anori, UTX Caapiranga e UTX Codajás.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.379, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.003366/2019-44. Interessado: ANEEL. Objeto: Aprovar as avaliações de 14 propostas de projetos de Eficiência Energética, submetidas no âmbito da Chamada de Projeto Prioritário nº 003/2021. A íntegra desta Resolução e anexo consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 2.381, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta Processo nº 48500.007333/1999-41, decide por indeferir o pedido de reconsideração, interposto pela Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. cadastrada sob o CNPJ 47.080.619/0001-17 em face do Despacho nº 1.432, de 2022.

SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.382, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.001662/2022-14, decide por: (i) reconhecer o enquadramento da associação pleiteada pela Neoenergia Renováveis S.A., das usinas do Complexo Chafariz e do Complexo Fotovoltaico Luzia, definindo a faixa de potência de 471.240 kW a 590.976 kW; (ii) determinar ao ONS que, mediante solicitação da Neoenergia, proceda com a formalização do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST referente a essa associação; (iii) determinar que a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG e a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT promovam alterações na Resolução Normativa nº 954/2021 e nos Procedimentos de Rede, em relação ao enquadramento e definição da faixa de potência para as usinas associadas; (iv) dar prazo de 6 meses para o ONS ajustar o Sistema de Acesso - o SGAcesso, após os devidos ajustes nos Procedimentos de Rede; (v) até que o ONS promova os ajustes no SGAcesso, delegar competência à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG para que registre o enquadramento como usinas associadas, definindo a Faixa de Potência, por meio de Despacho, restando a operacionalização a ser feita em reunião administrativa específica.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 12.489, de 16 de agosto de 2022 constante no Processo nº 48500. 000828/2022-77, publicada no DOU nº 159, de 22 de agosto de 2022, seção 1, p. 206,

onde se lê: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 13 DE JUNHO DE 2022",
leia-se: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE 16 DE AGOSTO DE 2022".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 2.403. Processo nº: 48500.003799/2017-38. Interessado: Mendubim I Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim I, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037749-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.502, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.404. Processo nº: 48500.003801/2017-79. Interessado: Mendubim III Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim III, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037751-1.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.504, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.405. Processo nº: 48500.003802/2017-13. Interessado: Mendubim IV Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim IV, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037752-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.505, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.406. Processo nº: 48500.003804/2017-11. Interessado: Mendubim VI Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim VI, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037754-6.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.507, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.407. Processo nº: 48500.003805/2017-57. Interessado: Mendubim VII Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim VII, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037755-4.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.508, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.408. Processo nº: 48500.003824/2017-83. Interessado: Mendubim VIII Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim VIII, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037769-4.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.509, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.409. Processo nº: 48500.003823/2017-39. Interessado: Mendubim IX Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim IX, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037770-8.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.510, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.410. Processo nº: 48500.003822/2017-94. Interessado: Mendubim X Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim X, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037771-6.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.511, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.411. Processo nº: 48500.003821/2017-40. Interessado: Mendubim XI Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim XI, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037772-4.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.512, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.412. Processo nº: 48500.003820/2017-03. Interessado: Mendubim XII Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim XII, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037773-2.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.513, de 8 de dezembro de 2020.

Nº 2.413. Processo nº: 48500.003819/2017-71. Interessado: Mendubim XIII Geração de Energia Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Mendubim XIII, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.RN.037774-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 9.514, de 8 de dezembro de 2020.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 6 de setembro de 2022.

Nº 2.468 Processo nº: 48500.005875/2020-45. Interessados: Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Crispim. Unidades Geradoras: UG5 e UG6, de 4.400,00 kW cada. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2.469 Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG23 a UG30, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.470 Processo nº: 48500.000702/2020-31. Interessados: Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Janaúba 8. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.471 Processo nº: 48500.002320/2019-16. Interessados: Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Lar do Sol 7. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 4.400,00 kW cada. Localização: Município de Pirapora, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.472 Processo nº: 48500.000151/2017-18. Interessados: Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Quina. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 2.700,00 kW cada. Localização: Município de Igaporã, no estado da Bahia.

Nº 2.473 Processo nº: 48500.002328/2022-70. Interessados: Barra Bonita Óleo e Gás Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Barra Bonita I. Unidades Geradoras: UG1 e UG7, de 1.474,14 kW cada. Localização: Município de Pitanga, no estado do Paraná.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.476, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.000451/2017-99. Interessado: Imetame Termelétrica Ltda.
Decisão: Aplicar multa de R$ 3.193.171,65 (três milhões, cento e noventa e três mil, cento e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), devido ao atraso na implantação da UTE Prosperidade III.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 118/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.375/2019-LUCAS MARQUES FERREIRA- Cessionário:CME - COMPANHIA DE MINERAÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 45.135.954/0001-40- Alvará n°4.674/2019
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)
811.966/1973-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.- Arrendatário:MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-Termino do arrendamento:29/04/2022
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
000.647/1959-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.- Arrendatário:MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA- CNPJ 37.588.415/0001-38 - Termino do arrendamento: 30/06/2024
860.460/2008-AGROPECUARIA OLGA LTDA EPP- Arrendatário:D. L. DO PRADO M. CONSTRUÇÃO ME- CNPJ 08.155.670/0001-99 - Termino do arrendamento: 02 (dois) anos a partir da averbação nos Livros Próprios da ANM.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)
860.946/2010-OLIVEIRA E CONTI LTDA ME-Parte da Portaria de Lavra nº 021/2017- Cessionário:860.578/2019-WILTON BATISTA DA SILVA 02461983119- CNPJ 33.700.304/0001-10
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
860.933/2008-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.- Portaria de Lavra nº 139/2015- Cessionário:CALCÁRIO MARA ROSA LTDA ME- CNPJ 18.501.803/0001-95
860.368/1995-RIO DO OURO MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 072/2007- Cessionário:PROSPECTOR MINERALS LTDA- CNPJ 14.304.566/0001-11
860.584/2006-MG MINERACAO GREEN GOLD EIRELI- Portaria de Lavra nº 011/2015- Cessionário:CHAPÉU DO SOL ECOTURISMO EIRELI- CNPJ 29.794.730/0001-93
861.806/2007-JR AREIAL EIRELI- Portaria de Lavra nº 349/2016- Cessionário:SIDNEY LIMA DE QUEIROZ- CNPJ 36.653.651/0001-28
860.326/2011-CONSTRUTORA JAD LTDA- Portaria de Lavra nº 011/2015- Cessionário:CHAPÉU DO SOL ECOTURISMO EIRELI- CNPJ 29.794.730/0001-93
860.934/2006-MINERACAO SANTA LUZIA LTDA.- Portaria de Lavra nº 383/2016- Cessionário:LEANDRO RODRIGO DE SOUSA EIRELI- CNPJ 25.454.292/0001-63
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do direito de requerer a Lavra(2255)
860.138/2013-INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA- Alvará n°3.591/2013 - Cessionario:860.030/2022-RIO TIGRE MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 36.601.506/0001-01
860.138/2013-INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA- Alvará n°3.591/2013 - Cessionario:860.060/2022-RIO TIGRE MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 36.601.506/0001-01
860.138/2013-INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA- Alvará n°3.591/2013 - Cessionario:860.065/2022-RIO TIGRE MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 36.601.506/0001-01
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.803/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:BRASIL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- CNPJ 35.098.530/0001-07- Registro de Licença N° 058/2018- Vencimento da Licença: 07/02/2021

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 195/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
832.881/2011-AREIAS DO PORTO LTDA- Cessionário:831.247/2017-Cerâmica Cedro Minas Ltda.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.881/2011-AREIAS DO PORTO LTDA- Cessionário:CERAMICA CEDRO MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 22.488.761/0001-77- Alvará n°1837/2012
831.505/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI- Cessionário:MINERAÇÃO SÃO BENTO DE CAPETINGA LTDA.- CPF ou CNPJ 43.895.375/0001-70- Alvará n°622/2018
831.158/2021-JOSÉ CARLOS DOS REIS- Cessionário:PRIME MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 12.472.865/0001-30- Alvará n°8247/2021
830.731/2021-RAPHAEL ANTONIO BRINCK DOS SANTOS- Cessionário:RAPHAEL ANTONIO BRINCK DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 20.218.522/0001-71- Alvará n°5098/2021
830.040/2021-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI- Cessionário:DAVID CAMPOS NUNES Cpf 052356536-45- CPF ou CNPJ 45.029.132/0001-84- Alvará n°3036/2021
832.769/2021-EDERVAL PEREIRA DOS SANTOS NASCIMENTO- Cessionário:AREIAS PONTE NOVA LTDA.- CPF ou CNPJ 14.317.310/0001-49- Alvará n°1563/2022
831.861/2020-BH MINERACAO LTDA- Cessionário:RONALDO GUIMARÃES MISK- CPF ou CNPJ 275.235.946-20- Alvará n°4062/2021
831.583/2019-MARCIUS DOUGLAS MURTHA- Cessionário:FHAE GRANITOS DO BRASIL LTDA.- CPF ou CNPJ 26.148.405/0001-65- Alvará n°2642/2020
831.349/2017-WEDSON SCHERRER DE CARVALHO JUNIOR EIRELI ME- Cessionário:MINERADORA IBITURUNA LTDA.- CPF ou CNPJ 41.584.211/0001-04- Alvará n°5012/2018
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.052/2017-MARIA GOMES DE OLIVEIRA COSTA-ALVARÁ N°2160/2018
830.280/2018-BRITAGEM MEGA EIRELI-ALVARÁ N°8373/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
830.011/2013-JOSÉ MOREIRA FILHO- Alvará n°229/2020 - Cessionario:831.398/2021.-JÚLIO MAGALHÃES PIRES DUARTE- CPF ou CNPJ 745.732.686-34
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.473/2021-SMM GRANITOS LTDA -Alvará N°2973/2021
830.465/2021-FLAVIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE -Alvará N°4792/2021
830.612/2022-DIAMANTINA - SERVICOS & NEGOCIOS LTDA -Alvará N°6128/2022
831.836/2020-SMM GRANITOS LTDA -Alvará N°2711/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.349/2010-PEDRA SOLARIS MINERACAO LTDA-OF. N°36932/2022/DIOUT-MG/ANM ;Bloco Branco Brasil Mineração Ltda.
831.253/2009-MARIA VANDA DE LIMA SIMOES-OF. N°40441/2022/DIOUT-MG/ANM ; M & G Mineração e Comércio Ltda.
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
830.938/1979-MINERACAO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°33462/2022/DIFIL-MG/ANM
000.022/1994-LUCAPE SIDERURGIA EIRELI-OF. N°36966/2022/DIFIL-MG/ANM
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
831.287/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.- Prazo:por 6 (seis) meses.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°37801/2022/DIFIL-MG/ANM
809.232/1972-GEOMETA LTDA-OF. N°39163 e 39164/2022/UAGV-MG/ANM
831.792/1995-DUPAK LTDA ME-OF. N°32205/2022/DIOUT-MG/ANM ; Walter Luiz de Souza Alves
831.331/1990-GIEMAC ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.-OF. N°34764/2022/DIOUT-MG/ANM ; PMG Importação e Exportação Eireli
805.065/1970-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.-OF. N°40279/2022/SECOR-MG/ANM ; Pro-Flora Agroflorestal Ltda.
Não conhece requerimento protocolizado(1101)
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.- AI Nº 841/2022 e 843/2022 - (Proc. Adm. 48054.930638/2022-91 e 48054.930640/2022-61)
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da concessão de lavra(422)
834.059/2007-COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
001.978/1935-GERDAU ACOMINAS S/A- Arrendatário:SPE MSA TRINDADE MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 42.525.894/0001-83 - Termino do arrendamento: 15 (quinze) anos a partir da averbação pela ANM.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.916/2015-CARLOS NEI DE ARAUJO - EIRELI-OLHOS-D'ÁGUA/MG - Guia n° 146/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
834.052/2010-PAULO SERGIO PEREIRA MEIRELLES ME-OF. N°37874/2022/SECOR-MG/ANM; Ako Areia Comercio e Mineração Ltda.
830.863/2011-PEDRA SOLARIS MINERACAO LTDA-OF. N°36942/2022/DIOUT-MG/ANM;Bloco Branco Brasil Mineração Ltda.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
832.688/2012-GRANITOS ROCHA BRANCA LTDA EPP- Cessionário:MONTE BRANCO GRANITOS LTDA.- CPF ou CNPJ 40.754.140/0001-70- Alvará n°8250/2012
830.498/2016-LUCIMAR RODRIGUES PAINA- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DO PIRANGA LTDA- CPF ou CNPJ 05.748.304/0001-55- Alvará n°12475/2016
831.656/2014-SEBASTIAO DA COSTA PEREIRA NETO- Cessionário:VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A- CPF ou CNPJ 02.536.066/0001-26- Alvará n°14956/2015
833.992/2012-MARCELO MOLINARI ELIAS- Cessionário:MATEUS OTAVIANO COELHO RIOS DA SILVA- CPF ou CNPJ 063.684.446-30- Alvará n°10061/2014
833.246/2014-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA- Cessionário:IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA. EPP- CPF ou CNPJ 22.839.696/0001-87- Alvará n°4447/2016, e prorrogado por 1 (um) ano, publicado no DOU de 02/04/2019,
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
830.715/2017-CARLOS MORATO DIAS- Cessionário:GILMAR ALVES CAMPOS- CNPJ 341.093.236-49- PLG n°85/2021
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
830.187/2014-AGROPLAN MECANIZACAO E TRANSPORTES AGRICOLA LTDA- Cessionário:RONALDO MACIEL GOBBI- CNPJ 66.923.301/0001-03- Registro de Licença N° 5256/2020- Vencimento da Licença: 18/12/2023.
834.379/2010-CARLOS ALVES CALDEIRA- Cessionário:VICENTE PIMENTEL RHODES- CNPJ 01.630.497/0001-94- Registro de Licença N° 3913/2012- Vencimento da Licença: INDETERMINADO
Fase de Requerimento de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
833.891/1993-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
833.891/1993-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A- n° 9431/1998 - Cessionário: NK 037 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S A- CNPJ 31.849.882/0001-98
834.050/2010-BENEDITO GUIMARAES- n° 6013/2011 - Cessionário: ECMG MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA- CNPJ 12.925.569/0001-47
830.442/2014-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI- n° 7885/2014 - Cessionário: JVS MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 32.998.523/0001-65
831.690/2008-MINERAÇÃO FR LTDA EPP- n° 9279/2009 - Cessionário: CSN CIMENTOS S A- CNPJ 38.282.487/0001-15
832.730/2016-WEDSON SCHERRER DE CARVALHO JUNIOR EIRELI ME- n° 6838/2017 - Cessionário: MINERADORA IBITURUNA LTDA- CNPJ 41.584.211/0001-04
832.605/2014-EBER LAUDARES DE OLIVEIRA- n° 2318/2015 - Cessionário: MINERAÇÃO ELO LTDA- CNPJ 46.371.121/0001-40
830.296/2013-JOAQUIM PEDRO DE SOUSA E CIA LTDA- n° 8911/2013 - Cessionário: TST AREIAS, REFLORESTAMENTO E MÁQUINAS LTDA.- CNPJ 03.519.624/0001-08
833.941/2011-JOAQUIM PEDRO DE SOUSA E CIA LTDA- n° 5604/2012 - Cessionário: TST AREIAS, REFLORESTAMENTO E MÁQUINAS LTDA.- CNPJ 03.519.624/0001-08
831.956/1996-COOPERATIVA DOS CORTADORES DE PEDRA COOPEDRA- n° 15874/2000 - Cessionário: CORTADORES DE PEDRA DE PASSA TEMPO LTDA.- CNPJ 38.298.537/0001-52
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.281/2003-MINERACAO MAROTO LTDA-OF. N°38621 e 38700/2022/UAGV-MG/ANM
831.744/2021-VALE DO ACO MINERACAO LTDA-OF. N°36953/2022/DIOUT-MG/ANM ; Vale Manganês Mineração Ltda
831.743/2021-VALE DO ACO MINERACAO LTDA-OF. N°36948/2022/DIOUT-MG/ANM ; Vale Manganês Mineração Ltda
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.281/2003-MINERACAO MAROTO LTDA-OF. N°38732/2022/UAGV-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
831.247/2017-CERAMICA CEDRO MINAS LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
831.104/2022-DIAMANTINA - SERVICOS & NEGOCIOS LTDA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 197/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
830.351/2019-ZUQUETTI & MARZOLA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA- DOU de 12/04/2022.
830.350/2019-ZUQUETTI & MARZOLA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA- DOU de 12/04/2022
832.402/2011-NOVOS RUMOS EMPREENDIMENTOS LTDA- DOU de 12/04/2022.
831.190/2004-ALISON CELSO DA SILVEIRA- DOU de 19/04/2022.
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito exigência(659)
930.498/1988-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°16157/2022/DFMIM-MG/ANM- DOU de 12/04/2022

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 198/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.035/2014-RONALDO FRANCA TEIXEIRA-OF. N°39300/2022/DIFIP-MG/ANM
832.149/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°39548/2022/DIFIP-MG/ANM
832.402/2011-NOVOS RUMOS EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°39795/2022/DIFIP-MG/ANM
833.760/2013-MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA. ME-OF. N°40095/2022/DIFIP-MG/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.565/2008-C3 GRANITOS LTDA. ME- Área de 937,22 ha para 836,59 ha-GNAISSE (uso: Rocha de Revestimento).-GOVERNADOR VALADARES/MG
832.424/2006-QUALITÁ GRANITOS E MÁRMORES LTDA- Área de 979,21 ha para 725,82 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-ARAÇUAÍ/MG
830.280/2006-ROSINEY APARECIDO BRANDÃO- Área de 182,21 ha para 98,44 ha.-AREIA, (uso: AGREGADO para uso na construção civil) e DIAMANTE (uso: Industrial).-GOUVEIA e PRESIDENTE JUSCELINO/MG
832.924/2014-INOVAR STONE MINERACAO LTDA- Área de 982,10 ha para 798,26 ha.-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-MUTUM/MG
833.835/2012-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA- Área de 1.179,18 ha para 985,89 ha-QUARTZITO e XISTO, (uso: Revestimento).-DIAMANTINA/MG
833.183/2008-CONSERVICE CONSULTORIA E SERVIÇOS MECANIZADOS S.A.- Área de 550,00 ha para 164,15ha-MINÉRIO DE FERRO, (uso: Industrial).-ITATIAIUÇU/MG
831.040/2014-FAZENDA NOVA ESMERALDAS LTDA- Área de 338,41 ha para 36,77 ha-QUARTZO (uso: Rocha Industrial).-FRANCISCO SÁ/MG
830.781/2014-AREAL BOM JARDIM LTDA ME- Área de 552,15 ha para 497,71 ha-QUARTZITO (Rocha de Revestimento) e QUARTZO, (uso: Industrial).-CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO e GOUVEIA/MG
831.984/2011-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME- Área de 21,74 ha para 16,10 ha-ARGILA (uso: Fabricação de Cerâmica) e AREIA (Rocha para uso como Agregado).-ESMERALDAS/MG
834.596/2010-MINERACAO MAGELA LTDA- Área de 1.675, 00 ha para 49,85 ha-AREIA, (uso: Agregado).-DATAS e PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG
830.728/2007-MINERAÇÃO BARRA LONGA LTDA ME- Área de 840,70 ha para 452,43 ha-XISTO, (uso: Rocha de Revestimento)-BARRA LONGA/MG
830.793/2015-MOSAICO SÃO TOMÉ LTDA ME- Área de 63,58 ha para 4,83 ha-QUARTZITO (uso: Revestimento).-LUMINÁRIAS/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.710/2005-LAURA KATIA PEREIRA-OF. N°38901/2022/DIFIP-MG/ANM
830.284/2010-PEDRO CAMILA & CIA-OF. N°39463/2022/DIFIP-MG/ANM
833.452/2011-MINERACAO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA-OF. N°39639/2022/DIFIP-MG/ANM
832.106/2021-PAULO VITOR FERREIRA DA SILVA-OF. N°40034/2022/DIFIP-MG/ANM
830.549/2016-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°40042/2022/DIFIP-MG/ANM

831.505/2016-J. LARINO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-OF. N°40046/2022/DIFIP-MG/ANM

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

831.970/2002-PEDREIRA FAZENDA VELHA LTDA -Alvará N°8720/2002

831.120/1996-PEDREIRA FAZENDA VELHA LTDA -Alvará N°15389/2000

833.072/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA -Alvará N°2230/2011

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

830.312/2016-ONIX MINERACAO LTDA-GNAISSE para (uso AGREGADO na construção civil (BRITA).-BARÃO DE COCAIS/MG

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

801.020/1969-EMPRESA RADA DE MINERAÇÃO LTDA- Decreto de Lavra nº 72.755/1973- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

930.037/1998-EMPRESA RADA DE MINERAÇÃO LTDA- Grupamento Mineiro nº 160/1999- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

810.381/1970-EMPRESA RADA DE MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 548/1980- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

806.674/1971-EMPRESA RADA DE MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 1.736/1980- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

811.890/1971-EMPRESA RADA DE MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 170/1981- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

001.100/1940-MINERACAO GERAL DO BRASIL S/A- Portaria de Lavra nº 1.357/1981- Cessionário:JFX MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 40.016.607/0001-84

831.597/1997-K. M. M. MINERACAO-COMERCIO-TRANSPORTE LTDA- Portaria de Lavra nº 173/2020- Cessionário:ONIX MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 01.703.219/0001-10

920.897/1987-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Grupamento Mineiro nº 88/1988- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

813.851/1972-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.580/1981- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

813.852/1972-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.883/1980- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

826.233/1972-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 119/1983- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

826.234/1972-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.403/1983- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

802.700/1973-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.402/1982- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

807.048/1973-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.400/1982- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

814.878/1973-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 2.349/1979- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

804.931/1976-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.065/1983- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

804.932/1976-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.151/1983- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

804.933/1976-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.383/1983- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

831.830/2002-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI- Portaria de Lavra nº 175/2019- Cessionário:VENETO MINERAÇÃO S.A.- CNPJ 35.679.043/0001-20

000.587/1951-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A- Dec. de Lavra nº 49.510/60, retificado pelo Dec. nº 65.300/69, retificado pela Portaria nº 290/91- Cessionário:NK 037 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S A- CNPJ 31.849.882/0001-98

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

830.476/1986-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA-OF. N°38916/2022/DIFIL-MG/ANM

930.587/1982-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°38712/2022/DIFIL-MG/ANM

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

013.845/1967-ARCELORMITTAL BRASIL S.A.-MINÉRIO DE FERRO.

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

832.497/2015-DIAMANTINA MINERACAO EIRELI-GOUVEIA/MG, SANTANA DE PIRAPAMA/MG - Guia n° 190/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-10.000 toneladas/ano-MÁRMORE (uso: Rocha de Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

833.808/2010-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°38458/2022/SECOR-MG/ANM; Sandtek Minerais Industriais Ltda.

832.844/2009-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°38457/2022/SECOR-MG/ANM;Sandtek Minerais Industriais Ltda.

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.588/2008-FERLIG - FERRO LIGA LTDA-OF. N°38120/2022/DIFIL-MG/ANM

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

833.374/2014-VALLEGRAN ROCHAS DO BRASIL LTDA-MONJOLOS/MG - Guia n° 189/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO (uso: Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS(a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

830.898/1998-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-BRUMADINHO/MG - Guia n° 186/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-AREIA (AGREGADO de uso imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

830.214/2011-ELCIO DE ASSIS BRANDAO-GOUVEIA/MG, PRESIDENTE JUSCELINO/MG - Guia n° 188/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-AREIA (uso: AGREGADO de uso na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)

830.797/2020-CLEUSA MARIA DE OLIVEIRA-OF. N°39386/2022/CAREAS-MG/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

831.100/2022-DIAMANTINA - SERVICOS & NEGOCIOS LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

830.668/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°38905/2022/SECOR-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 199/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

830.798/2011-INTERCEMENT BRASIL S.A.

830.395/2012-MINERAÇÃO SANTA QUITÉRIA

831.645/2020-MINERACAO RIO PRETO EIRELI

831.613/1997-LUIZ SERGIO ALEXANDRE BOUHID

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

831.933/2021-MINERACAO M J LTDA-BICAS/MG - Guia n° 194/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-4.000 toneladas/ano-QUARTZO (uso: Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

831.740/2014-IARA REGINA DOS SANTOS VIEIRA BRAS ME-RIO PARDO DE MINAS/MG, SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG - Guia n° 192/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 Toneladas/ano-QUARTZO (uso: Indústria de Silício metálico)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

831.727/2012-ANANIAS TEODORO DE SAO JOSE CPF 358 519 456 72-OF. N°37254/2022/DIOUT-MG/ANM ; ATSCH Areal Ltda

832.024/2001-DORKING BRASIL LTDA.-OF. N°34557/2022/UAGV-MG/ANM

832.717/2021-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°37978/2022/DIOUT-MG/ANM ; Tempest Stones Ltda.

831.740/2014-IARA REGINA DOS SANTOS VIEIRA BRAS ME-OF. N°38571/2022/DIFIP-MG/ANM

831.098/2019-JAIME DUCHINI JUNIOR-OF. N°40627/2022/DIFIP-MG/ANM

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

831.131/2011-OCLAM - MINERACOES LTDA -Alvará N°6694/2018

831.130/2011-OCLAM - MINERACOES LTDA -Alvará N°2932/2018

830.708/2019-MINAS MANDACARU MINERACAO LTDA -Alvará N°885/2020

832.116/2021-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA -Alvará N°8715/2021

830.714/2019-MINAS MANDACARU MINERACAO LTDA -Alvará N°890/2020

830.959/2020-ANTONIO CARLOS VIEIRA -Alvará N°3026/2021

830.149/2021-ANTONIO CARLOS VIEIRA -Alvará N°4776/2021

832.114/2021-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA -Alvará N°8758/2021

830.246/2021-JANDERSON BENEVIDES RODRIGUES GONÇALVES -Alvará N°2422/2021

831.635/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA -Alvará N°385/2019

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

831.424/2010-MG IRON CONSULTORIA EM MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°2436/2012

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

832.427/1983-VALE S.A.-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial)-MARIANA/MG

830.594/2020-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-ARDÓSIA (uso: Revestimento).-POMPÉU/MG

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

832.760/2016-ANTONIO AUGUSTO DO ESPIRITO SANTO-OF. N°40792/2022/DIFIP-MG/ANM

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

832.208/2013-MINERACAO MAROTO LTDA - AI N°9563/2020/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.934510/2020-35)

832.341/2013-JUMAR GONÇALVES AFONSO - AI N°9624/2020/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.934511/2020-80)

832.351/2013-STEIN PARTICIPAÇÕES LTDA - AI N°9625/2020/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.934512/2020-24)

832.383/2013-BRASILANDIA GRANITOS LTDA EPP - AI N°9626/2020/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.934515/2020-68)

830.578/2018-ALAN DIEGO NERY LACERDA - AI N°1272/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931077/2021-67)

832.185/2012-GEFERSON GIORDANI BURGARELLI - AI N°804/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.930313/2021-28)

831.778/2012-FORTALEZA DE SANTA TERESINHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. - AI N°1824/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931508/2021-95)

832.901/2012-MINERACAO JBS LTDA - AI N°1716/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931428/2021-30)

831.792/2012-LAVOISIER MENDONÇA DIAMANTINO - AI N°1821/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931506/2021-04)

833.964/2012-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA - AI N°1732/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931459/2021-91)

832.446/2012-ESPÓLIO DE OLINTO PADROEIRO DOS SANTOS - AI N°1818/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931505/2021-51)

832.037/2012-MINERAÇÃO OURO BIANCO LTDA - ME - AI N°1877/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931549/2021-81)

833.697/2012-MINERIOS NACIONAL S.A. - AI N°1738/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931462/2021-12)

833.717/2012-MINERIOS NACIONAL S.A. - AI N°1739/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931464/2021-01)

830.424/2012-JOSÉ MOREIRA FILHO - AI N°1850/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931528/2021-66)

832.804/2012-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO - AI N°1743/2021/DIREM-MG/ANM, - (PROCESSO ADM.: 48054.931471/2021-03)

834.263/2012-AMARILDO FERREIRA COSTA ME - AI N°1705/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931420/2021-73)

831.351/2012-GLADSTONE AUGUSTO PINTO BORGES - AI N°1849/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931522/2021-99)

832.620/2012-SERGIO BORGES NETTO - AI N°1800/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931494/2021-18)

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

001.119/1939-GBM EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA- AI N° 5038/2022/DIFIL-MG/ANM - (Proc. Adm. 48054.933289/2022-60)

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

001.119/1939-GBM EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA-OF. N°38213/2022/DIFIL-MG/ANM

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)

833.151/2015-MINERAÇÃO UNIVERSAL STONE LTDA-OF. N°39132/2022/DIOUT-MG/ANM ; Ouro Branco Rochas e Serviços Ltda

Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)

830.987/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

832.396/2006-FABIO GOMES CINTRA-OF. N°37976/2022/DIOUT-MG/ANM ; SR Tratamentos de Resíduos Industriais Ltda.

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.745/2021-VALE DO ACO MINERACAO LTDA-OF. N°36956/2022/DIOUT-MG/ANM; Vale Manganês Mineração Ltda

831.746/2021-VALE DO ACO MINERACAO LTDA-OF. N°36960/2022/DIOUT-MG/ANM ; Vale Manganês Mineração Ltda

833.925/2007-CONSTRUTORA PAULO AFONSO LTDA-OF. N°37977/2022/DIOUT-MG/ANM ; Ponte Branca Areal - Agronegócios, Exploração e Comércio Ltda..

834.480/2008-JPL MINERACAO E CONSTRUCAO EIRELI-OF. N°37979/2022/DIOUT-MG/ANM ; Ouro Ville Empreendimentos e Comercio Ltda

830.064/2022-OURO VILLE EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA-OF. N°37980/2022/DIOUT-MG/ANM ; JPL Mineração e Construção Eireli

832.569/2013-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA-OF. N°34566/2022/UAPC-MG/ANM.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

830.635/1992-EMPRESA DE MINERACAO SIQUEIRA E IRMAOS LTDA-OURO PRETO/MG - Guia n° 195/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-100,00 Kg/ano-TOPÁZIO (uso: Gema)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

834.104/2010-JG AREIA LTDA-FORTUNA DE MINAS/MG, PEQUI/MG - Guia n° 196/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-27.000 toneladas/ano; 12.000 toneladas/ano-AREIA (uso: Agregado); ARGILA (uso: Cerâmica Vermelha)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)

831.201/2009-GSM INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-Guia de Utilização N°272/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

830.166/2021-OURO BRANCO ROCHAS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°39133/2022/DIOUT-MG/ANM;Mineração Universal Stone Ltda

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

830.983/2022-MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE- Registro de Extração N°8/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2022 de 09/07/2022

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 201/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

831.694/2012-MARIA MADLENA DE ARUJO - AI N°103/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.930124/2021-55)

834.369/2012-ADRIANE NUNES CORDEIRO - AI N°1485/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931298/2021-35)

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

830.977/2016-LENICE LOPES FREIRE VILELA E CIA LTDA-OF. N°47851/2021/UAPC-MG/ANM

832.075/2011-HIPERSERV MINERAÇÃO LTDA-OF. N°41100/2022/DIFIP-MG/ANM

834.208/2012-MINERACAO VALE DO CARANGOLA LTDA ME-OF. N°41090/2022/DIFIP-MG/ANM

832.667/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°41076/2022/DIFIP-MG/ANM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.943/2013-HUGO PRADO DE CASTRO-OF. N°35396/2022/UAPC-MG/GER-MG

830.918/2013-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°41519/2022/DIFIP-MG/ANM

832.001/2017-LRM COMERCIAL LTDA EPP-OF. N°41497/2022/DIFIP-MG/ANM

831.739/2016-LRM COMERCIAL LTDA EPP-OF. N°41350/2022/DIFIP-MG/ANM

830.405/2018-AREAL NAQUE LTDA-OF. N°41311/2022/DIFIP-MG/ANM

832.005/2018-MINERAÇÃO ELENITA EIRELE ME-OF. N°41205/2022/DIFIP-MG/ANM

831.682/2012-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°41128/2022/DIFIP-MG/ANM

832.625/2010-HUMBERTO DE FREITAS CAMPOLINA-OF. N°41053 e 41056/2022/DIFIP-MG/ANM

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

831.881/2014-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

832.506/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

832.507/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

832.508/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

831.226/2018-N.RIBEIRO DE SOUZA

830.814/2018-MINERACAO SANTA INES LTDA

832.133/2017-MINERACAO OURENSE LTDA

832.013/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.

834.323/2010-T. G. MINERAÇÃO LTDA. EPP

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

831.915/2015-ADONAI GARCIA DE OLIVEIRA- Área de 999,80 ha para 637,33 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-OLHO D' ÁGUA/MG

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

830.176/2022-ESSENCIAL MARMORES LTDA-ANTÔNIO PRADO DE MINAS/MG - Guia n° 199/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso: Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

832.075/2011-HIPERSERV MINERAÇÃO LTDA-ÁGUA BOA/MG, SANTA MARIA DO SUAÇUÍ/MG - Guia n° 198/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso: Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

832.667/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA-ESPINOSA/MG, MONTEZUMA/MG, SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG - Guia n° 197/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO (uso: Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

830.860/2017-VASCO FERREIRA DIAS-ALVARÁ N°618/2018

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)

834.323/2010-T. G. MINERAÇÃO LTDA. EPP-OF. N°40928/2022/DIFIP-MG/ANM

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)

000.439/1965-MINERACAO CALDENSE LTDA-Fonolíto

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

803.459/1975-MINERAÇÃO PERDIZES LTDA-Minério de Alumínio

830.632/1979-MINERACAO CALDENSE LTDA-Minério de Alumínio e Argila Refratária

001.625/1963-MINERACAO CALDENSE LTDA-Minério de Alumínio e Argila Refratária

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

807.049/1973-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 1.399/1982- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79

806.515/1972-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Portaria de Lavra nº 918/1980- Cessionário:HANNA VILA NOVA FERROUS LTDA- CNPJ 15.008.209/0001-79

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

831.048/2019-QUARTZO BRASIL EXPLORACAO MINERAL LTDA-ITACAMBIRA/MG - Guia n° 199/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-18.000 toneladas/ano-QUARTZO (minério de silício) (uso: Industria de silício metálico)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)

830.986/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

831.631/2001-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°36079/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

832.731/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°35993/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

830.054/2004-SÁVIO PEDRAS DECORATIVAS EIRELI-OF. N°38198/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

830.976/2011-JUS AMBIENTAL CONSULTORIA E ASSESSORIA - EIRELI-OF. N°38016/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

832.729/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°35624/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

830.276/2004-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°35556/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

830.391/1979-MINERAÇÃO PERDIZES LTDA.-OF. N°39937/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

831.139/2005-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°39554/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

831.730/2005-RUDOLF MINING DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA ME-OF. N°39266/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

830.568/2006-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°39320/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

832.421/2009-MINERADORA CARMOCAL LTDA-OF. N°38707/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

831.167/2013-LRM COMERCIAL LTDA EPP-OF. N°39040/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.205/2020-MM MINERACAO LTDA-OF. N°36739/2022/UAPC-MG/ANM.

834.229/2011-MINERACAO SAO LOURENCO LTDA-OF. N°39355/2022/UAPC-MG/ANM.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

832.803/2009-JV AREEIRO EMPREENDIMENTOS EIRELI-OLIVEIRA/MG - Guia n° 169/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-40500 t/ano-AREIA e ARGILA- Vigência da Guia:3 ANOS ou PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE LAVRA

830.426/2016-MINERAÇÃO VALE VERDE EIRELI ME-PIRANGUINHO/MG, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG - Guia n° 164/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50000 t/ano-AREIA- Vigência da Guia:3 ANOS ou PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE LAVRA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 69/2022

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

815.228/1988-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI Nº 369/2021

815.538/1995-EJC GAMBORJI MINERAÇÃO LTDA- AI Nº 3424/2020

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

822.916/1972-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°18812/2022/GER-SC/ANM

003.156/1936-CARBONIFERA CATARINENSE LTDA-OF. N°38608/2022/UAC-SC/ANM e 38609/2022/UAC-SC/ANM

815.228/1988-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°18001/2022/DIREM-SC/ANM

815.086/1985-SÃO JOÃO DO SUL RECURSOS HIDROMINERAIS LTDA-OF. N°40467/2022/DIOUT-SC/ANM

815.331/1995-CUBATAO DRAGAGENS LTDA-OF. N°39561/2022/DIFIS-SC/ANM

815.108/2000-TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-OF. N°37672/2022/DIOUT-SC/ANM

Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)

815.165/1986-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-Início:30/03/2020-Término:30/03/2021

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

815.310/1994-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-Cascalho

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

815.538/1997-EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA- Registro de Licença N° 620/1998 - Vencimento em 19/05/2024

815.125/2004-IRMÃOS BEILFUSS LTDA ME- Registro de Licença N° 1133/2020 - Vencimento em 06/07/2024

815.518/2013-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença N° 1569/2013 - Vencimento em 13/04/2026

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.590/1987-IRMÃOS BEILFUSS LTDA ME-OF. N°259/2020

815.459/2000-KLITZKE & CIA LTDA-OF. N°156/2013

815.506/2016-LCJ EXTRAÇÃO EIRELI-OF. N°39633/2022/DIOUT-SC/ANM

815.110/1997-PEDRAS MORRO GRANDE LTDA-OF. N°22789/2022/DIFAM-SC/ANM

Fase de Registro de Extração

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)

815.202/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIÓ-Registro de Extração N°2/2020 de 31/08/2022

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

815.098/2021-NELSON PACHECO ME-OF. N°18814/2022/GER-SC/ANM

815.403/2012-OLIVEIRA & NEVES LTDA-OF. N°39379/2022/DIOUT-SC/ANM

815.240/2009-BERG MINERACAO EIRELI-OF. N°39289/2022/DIOUT-SC/ANM e 39290/2022/DIOUT-SC/ANM

815.453/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°40645/2022/DIFIS-SC/ANM

815.520/2016-MARQUIS TERRAPLANAGEM, SERVIÇOS E OBRAS LTDA-OF. N°38902/2022/DIOUT-SC/ANM

815.453/2017-ARGISUL MINERACAO LTDA-OF. N°39054/2022/DIOUT-SC/ANM

815.526/2006-SEPATE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLENAGEM EIRELI-OF. N°41274/2022/DIOUT-SC/ANM

815.637/2010-SERRANA ENGENHARIA LTDA-OF. N°40142/2022/DIOUT-SC/ANM

815.263/1997-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°39174/2022/DIOUT-SC/ANM

815.574/2010-TERRAPLANAGEM PIRITU LTDA-OF. N°41005/2022/DIFIS-SC/ANM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

815.526/1987-EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA-OF. N°39442/2022/DIOUT-SC/ANM

815.263/1997-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°39170/2022/DIOUT-SC/ANM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

815.173/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Alvará de Pesquisa n° 4755/2017 - Cessionário: G.S. Extração e Comércio de Areia Ltda- CNPJ 82.096.314/0001-02

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

815.055/2019-LAURO MAR EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-OF. N°39345/2022/DIOUT-SC/ANM

815.184/2022-RENATO SCHUMANN EPP-OF. N°38935/2022/DIOUT-SC/ANM

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 320/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.070/2012-SUL PARÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°40742/2022/DIFIS-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 321/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
851.015/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38004/2022/DIOUT-PA/ANM
851.016/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38005/2022/DIOUT-PA/ANM
851.017/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38006/2022/DIOUT-PA/ANM
851.018/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38007/2022/DIOUT-PA/ANM
851.019/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38008/2022/DIOUT-PA/ANM
851.020/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38009/2022/DIOUT-PA/ANM
851.021/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38010/2022/DIOUT-PA/ANM
851.022/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-OF. N°38011/2022/DIOUT-PA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.370/2022-CERAMICA SANTA CATARINA LTDA-Registro de Licença N° 50/2022 - Vencimento em 04/08/2023
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.535/2022-PIA CONSTRUCOES E TRANSPORTES EIRELI
850.541/2022-ADAILSON LIMA DE SOUSA
850.542/2022-ELIEB TEIXEIRA FREITAS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.564/2022-EDMAR SANTOS DE ALMEIDA-OF. N°41013/2022/DIOUT-PA/ANM
850.572/2022-ANGELO DA SILVA SOARES-OF. N°41154/2022/DIOUT-PA/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.450/2022-LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
857.416/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.832/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.834/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.835/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.868/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
857.855/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.836/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.854/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.859/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.860/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.862/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.871/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.872/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.875/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.878/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.880/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.881/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
857.882/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 322/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.340/2015-SERABI MINERACAO S.A.-ALVARÁ N°2774/2016

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 323/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.169/2012-D´GOLD PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
850.172/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.173/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.174/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.175/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.176/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.177/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.178/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.179/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.180/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.181/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.182/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.183/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA
850.184/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 324/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza redução de área(1207)
850.380/2019-A L L LOCACAO EIRELI- Área reduzida de 20 hectares para 9,94 hectares

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (GO, DF, MS, MT, TO)

DESPACHO
Relação nº 509/2022

905 - TORNA S/EFEITO Despacho de publicação da Notificação Administrativa 861.753/2011 - MINERACAO GOIANESIA LTDA. - NOT. N° 269/2017 - publicada no DOU em 20.04.17, na Relação 81/2017, de acordo com o DESPACHO n. 00078/2020/EI-T-ANM/ENAC/PGF/AGU. Ficam NOTIFICADOS para interposição de recurso, pagar ou parcelar débito (Vistoria)/prazo 30(trinta) dias (6.87).
MINERACAO GOIANESIA LTDA. - 861.753/2011 - NOT. N° 269/2017 - R$ 725,53

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 6 (SC, RS, PR)

DESPACHO Nº 144395/SERAR-6/ANM/2022

Ref: Processo ANM n° 815.314/2018 Torno sem efeito a NOTIFICAÇÃO n° 32/2022, publicada na Relação n° 322/2022, em: 09/06/2022 | Edição: 109 | Seção: 1 | Página: 91 Código: 656 AUT PESQ/TORNA S/EFEITO NOTIF ADM II PGTO DÉB TAH

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de serviço

DESPACHO Nº 145517/SERAR-6/ANM/2022

Ref: Processo ANM n° 826.211/2016 Torno sem efeito a NOTIFICAÇÃO n° 132/2022, publicada na Relação n° 373/2022, em: 04/07/2022 | Seção: 1 | Página: 46 Código: 656 AUT PESQ/TORNA S/EFEITO NOTIF ADM II PGTO DÉB TAH

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE ORDENAMENTO MINERAL E DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

DESPACHO
Relação nº 391/2022

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
300.627/2014- MBC-MINERAÇÃO BARÃO DE COCAIS LTDA., FERROMINAS MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. e MINERAÇÃO TURMALINA LTDA
300.627/2014- SOUZA FERNANDES - CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA.
803.630/1974- SOUZA FERNANDES - CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
896.102/1998- Renove Recauchutdora Nova Venécia Ltda
896.259/2004- Cerâmica Lider Ltda.; Cerâmica Boapaba Ltda.
896.328/2009- Summit Com. Imp. e Exp. Ltda
896.146/2006- Rio Doce Mineração Ltda-Me
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
300.627/2014- ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
803.630/1974- SANDRA MINERAÇÃO LTDA
896.102/1998- Aremix Extração de Areia-ME; e Pavão Rochas Ornamentais LTDA-Me
300.296/2014- Marcos Rangel Conti; Alex Venturini de Oliveira Me; Ecoareia Comércio de Areia Eireli Epp; Brasitália Mineradora Espírito Santense Ltda; Tecvig Construtora e Serviços Ltda - Me.
830.486/2008- Mineração Monte Verde Ltda.; Depósitos Minerais Serviços Ltda
896.080/2007- Mineração Vale Du Granito Ltda; Granistone Granitos e Mármores do Brasil Ltda.
896.328/2009- Mineração Vale Du Granito Ltda
896.146/2006- Nálim El Assal Queiroz
896.014/2004- Amorim Ambiental C. P. Ltda; SR Alves -ME
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.627/2014-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- Substância Aprovada:minério de ferro
803.630/1974-SANDRA MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:Calcário
896.102/1998-Pavão Rochas Ornamentais LTDA-Me- Substância Aprovada:areia
300.296/2014-Marcos Rangel Conti.- Substância Aprovada:Areia e Argila
830.486/2008-Mineração Monte Verde Ltda- Substância Aprovada:minério de manganês, minério de ouro e caulim (uso industrial) e gnaisse (uso produção de brita
896.328/2009-Mineração Vale Du Granito Ltda- Substância Aprovada:Granito
896.146/2006-Nálim El Assal Queiroz- Substância Aprovada:Areia e Argila
896.014/2004-SR Alves -ME- Substância Aprovada:Granito e Areia
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
896.102/1998- EDITAL DISPONIBILIDADE N°6/2013- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (26 pontos) por Pavão Rochas Ornamentais LTDA-Me; 2º lugar (23 pontos) Aremix Extração de Areia-ME.
300.296/2014- EDITAL DISPONIBILIDADE N°1/2015- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (27 pontos) Marcos Rangel Conti.;2º lugar (26 pontos) Ecoareia Comércio de Areia Eireli Epp.; 3º lugar (25 pontos)) Tecvig Construtora e Serviços Ltda-Me.; 4º lugar (24 pontos) Brasitália Mineradora Espírito Santense Ltda.; 5º lugar (20 pontos) Alex Venturini de Oliveira Me.
830.486/2008- EDITAL DISPONIBILIDADE N°133/2012- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (21 pontos): Mineração Monte Verde Ltda.; 2º lugar (19 pontos) Depósitos Minerais Serviços Ltda.
896.080/2007- EDITAL DISPONIBILIDADE N°004/2013- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (22 pontos) Mineração Vale Du Granito Ltda; 2º lugar (20 pontos) Granistone Granitos e Mármores do Brasil Ltda
896.014/2004- EDITAL DISPONIBILIDADE N°003/2010- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (28 pontos) SR Alves -ME; 2º lugar (22 pontos) Amorim Ambiental C. P. Ltda

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Assessor de Mediação de Conflitos

DESPACHO
Relação nº 392/2022

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
830.220/2002- Areias do Porto Ltda., José Francisco Pereira da Silva de Paula e por Ivair de Sousa Resende
872.098/2013- Mineração Alazão LTDA. e por MG Mineração de Tombos LTDA. - ME
832.227/2004- EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA
872.044/2012- RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES
301.049/2013- Embramine Empresa Brasileira de Perfurações e Sondagens ME. e a Morro do Ferro Participações Ltda
870.853/2012- VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA. e CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.479/2012- VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA. e CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.478/2012- VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA. e CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.062/2012- RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES
873.799/2011- MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO LTDA
870.362/2011- ITINGA MINERAÇÃO LTDA
872.425/2010- GAMELEIRA CONSULTORIA AMBIENTAL, MINERAÇÃO E AGRONOMIA LTDA. ME
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
830.220/2002- EDITAL DISPONIBILIDADE N°519/2011- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (23 pontos) por José Francisco Pereira da Silva de Paula, 2º lugar (21 pontos) por Ivair de Sousa Resende
872.098/2013- EDITAL DISPONIBILIDADE N°27/2015- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (19 pontos) MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA - ME, 2º lugar (15 pontos) MINERAÇÃO ALAZÃO LTDA
870.853/2012- EDITAL DISPONIBILIDADE N°19/2016- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ºlugar (26 pontos) CORCOVADO GRANITOS LTDA, 2º lugar (18 pontos) VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA.
870.479/2012- EDITAL DISPONIBILIDADE N°19/2016- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ºlugar (26 pontos): CORCOVADO GRANITOS LTDA, 2º lugar (18 pontos) VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA
870.478/2012- EDITAL DISPONIBILIDADE N°19/2016- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ºlugar (26 pontos): CORCOVADO GRANITOS LTDA, 2º lugar (18 pontos) VITÓRIA MINING MINERAÇÃO IMP. E EXP. LTDA
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
830.220/2002-José Francisco Pereira da Silva de Paula- Substância Aprovada:areia, cascalho, argila e minério de ouro
872.098/2013-MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA - ME- Substância Aprovada:mármore
872.044/2012-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES- Substância Aprovada:ILMENITA, RUTILO E ZIRCÃO
301.049/2013-Embramine Empresa Brasileira de Perfurações e Sondagens ME- Substância Aprovada:Minério de Ferro,
870.853/2012-CORCOVADO GRANITOS LTDA.- Substância Aprovada:Quartzito e Metarenito
870.479/2012-CORCOVADO GRANITOS LTDA- Substância Aprovada:Quartzito e Metarenito
870.478/2012-CORCOVADO GRANITOS LTDA- Substância Aprovada:Quartzito e Metarenito
870.062/2012-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES- Substância Aprovada:ILMENITA, RUTILO E ZIRCÃO
873.799/2011-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO LTDA- Substância Aprovada:MÁRMORE
870.362/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:QUARTZITO E GRANITO
872.425/2010-GAMELEIRA CONSULTORIA AMBIENTAL, MINERAÇÃO E AGRONOMIA LTDA. ME.- Substância Aprovada:CALCÁRIO
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
830.220/2002-Areias do Porto Ltda - EDITAL N° 519/2011 - Publicado DOU de 30/08/2011
832.227/2004-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA - EDITAL N° 370/2016 - Publicado DOU de 03/08/2016
301.049/2013-Morro do Ferro Participações Ltda - EDITAL N° 509/2014 - Publicado DOU de 20/08/2014
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
831.785/2007-Águia Metais Ltda.
301.049/2013-Centaurus Brasil Mineração Ltda
872.811/2011-LAGOA MATÉRIAS PRIMAS LTDA
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
870.229/2015- ITINGA MINERAÇÃO LTDA e por TERRA MATER PAISAGISMO LTDA-ME
830.069/2006- MINERA PESQUISA GEOLÓGICA LTDA., e por AS ENGENHEIRA E CONSULTORIA LTDA.
832.227/2004- HOLCIM (BRASIL) S.A, CPN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
871.320/2013- PETRUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e por DJ GRANITOS EIRELI ME
872.044/2012- G 4 ESMERALDA
870.573/2012- VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. e por DJ GRANITOS EIRELI ME
872.815/2010- CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. e por SAVANA MINÉRIOS DO BRASIL LTDA
870.113/2012- MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA., DJ GRANITOS EIRELI ME., INTERGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA., ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA., MINERAL STONE EXPORTAÇÃO LTDA., e por HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA
870.062/2012- G 4 ESMERALDA
873.799/2011- PAU BRASIL MINERAÇÃO S.A
872.821/2011- MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA e por DJ GRANITOS EIRELI ME
872.811/2011- MBM MINERAÇÃO LTDA
872.636/2011- TAMAFE CALCAREO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e por DJ GRANITOS EIRELI ME
872.067/2011- VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A e por SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA
872.021/2011- VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. e por DJ GRANITOS EIRELI ME
870.374/2011- OAKMONT MINERAÇÃO LTDA
870.362/2011- GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
832.327/2008- VERDE FERTILIZANTES LTDA., ÁGUIA METAIS LTDA
872.818/2010- CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. e SAVANA MINÉRIOS DO BRASIL LTDA
872.816/2010- CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. e SAVANA MINÉRIOS DO BRASIL LTDA
872.425/2010- SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA
871.785/2010- VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. e DJ GRANITOS EIRELI ME
871.784/2010- VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. e DJ GRANITOS EIRELI ME
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
870.374/2011-MINERAÇÃO BIOMINER LTDA

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Assessor de Mediação de Conflitos

DESPACHO
Relação nº 393/2022

Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
871.229/2010-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
871.229/2010- DJ GRANITOS EIRELI ME
871.144/2010- SPLENDOR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
871.206/2010- GRANROCHAS MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
871.229/2010-DJ GRANITOS EIRELI ME- Substância Aprovada:QUARTZITO
871.144/2010-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA. (CNPJ N° 08.373.908/0001-52) - GRANITO E QUARTZITO (851,66 ha); SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA. (CNPJ N° 08.373.908/0001-52) - GRANITO E QUARTZITO (851,37 ha).- Substância Aprovada:GRANITO E QUARTZITO
871.206/2010-GRANROCHAS MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:QUARTZITO
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
871.152/2010- ITINGA MINERAÇÃO LTDA. e por MAGNITOS - MAGNAGO GRANITOS LTDA
871.144/2010- MINERAÇÃO MONTE SANTO LTDA. ME
871.206/2010- VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

CAIO MARIO TRIVELLATO SEABRA FILHO
Assessor de Mediação de Conflitos

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.036, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871161/2022-04-OSEAS CARNEIRO (Documento SEI: 4888891)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.037, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815231/2022-04-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA (Documento SEI: 4888889)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.038, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815234/2022-30-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA (Documento SEI: 4888890)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.039, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48064.890126/2022-66-LEAD ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (Documento SEI: 4888886)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.040, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815235/2022-84-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA (Documento SEI: 4888887)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.041, DE 4 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871163/2022-95-RIMA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4888888)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.042, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810541/2022-83-Roger Alan Teodoro (Documento SEI: 4889438)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48068.866689/2022-01-MDB DO BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA (Documento SEI: 4889462)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48068.866688/2022-59-MDB DO BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA (Documento SEI: 4889498)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48068.866686/2022-60-MDB DO BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA (Documento SEI: 4889640)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 6/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Barragem Ecológica, Barragem B1-Auxiliar e Barragem B2-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA-805.374/1971-OF. N°Ofício nº 40901/2022/SEFBM-C/ANM

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Chefe DISBM-MG

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO SDT-ANP Nº 625, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 757, de 23 de novembro de 2018, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48610.220183/2022-40, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BGP Brasil Serviços e Equipamentos Geofísicos LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.284.894/0001-78, situada na cidade do Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, Av. João Cabral de Mello Neto nº 850, CEP 22.775-057, autorizada a realizar atividades de aquisição e processamento de dados sísmicos de reflexão, com fins comerciais, em bases não exclusivas, utilizando-se das tecnologias bidimensional, tridimensional e ocean bottom seismic, restritamente ao ambiente MARINHO.

Art. 2º Em decorrência do deferimento ratificado pelo Art. 1º deste expediente, fica a BGP Brasil, atualmente cadastrada sob código de equipe sísmica nº ES-0328, compromissada com todas as obrigações legalmente aplicáveis referentes à Resolução ANP nº 757/2018 e demais normas, regulamentos e padrões vigentes relacionados à presente outorga.

Art. 3º Esta Agência deverá ser notificada do início e do término das atividades, assim como das operações, donde a comunicação deverá ser realizada por intermédio dos formulários disponibilizados no sítio eletrônico (www.anp.gov.br) ou de acordo com procedimentos estabelecidos pela ANP.

Art. 4º Os produtos gerados, em sua totalidade, incluindo as informações de coordenadas e feições geográficas, deverão ser protocolados em consonância aos Padrões de Entrega e Formatação vigentes à época da entrega e para submissão dos dados para análise e armazenamento.

Art. 5º Conforme especificação elencada no Art. 14 da Resolução ANP supramencionada, a autorização estará vigente pelo período de cinco anos não prorrogáveis e entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO SDT-ANP Nº 624, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 757, de 23 de novembro de 2018, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48610.220196/2022-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BGP Brasil Serviços e Equipamentos Geofísicos LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.284.894/0001-78, situada na cidade do Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, Av. João Cabral de Mello Neto nº 850, CEP 22.775-057, autorizada a realizar atividades de aquisição e processamento de dados sísmicos de reflexão, com fins comerciais, em bases não exclusivas, utilizando-se das tecnologias bidimensional e tridimensional, restritamente ao ambiente TERRESTRE.

Art. 2º Em decorrência do deferimento ratificado pelo Art. 1º deste expediente, fica a BGP Brasil, atualmente cadastrada sob código de equipe sísmica nº ES-0328, compromissada com todas as obrigações legalmente aplicáveis referentes à Resolução ANP nº 757/2018 e demais normas, regulamentos e padrões vigentes relacionados à presente outorga.

Art. 3º Esta Agência deverá ser notificada do início e do término das atividades, assim como das operações, donde a comunicação deverá ser realizada por intermédio dos formulários disponibilizados no sítio eletrônico (www.anp.gov.br) ou de acordo com procedimentos estabelecidos pela ANP.

Art. 4º Os produtos gerados, em sua totalidade, incluindo as informações de coordenadas e feições geográficas, deverão ser protocolados em consonância aos Padrões de Entrega e Formatação vigentes à época da entrega e para submissão dos dados para análise e armazenamento.

Art. 5º Conforme especificação elencada no Art. 14 da Resolução ANP supramencionada, a autorização estará vigente pelo período de cinco anos não prorrogáveis e entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 614, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.209475/2022-21, resolve:

Autorizar a empresa AUTOMIX TRANSPORTADORA DIESEL LTDA, CNPJ n.° 32.699.883/0001-66, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada na Estrada do Icui Guajará n° 413, Galpão B - Icui/Guajará, Ananindeua/PA, 67.125-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -1:32:96,010 -48:41:40,020 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60 m³.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	1,90	5,30	15,00	III	Aéreo horizontal
02	1,90	5,30	15,00	II ou III	Aéreo horizontal
03	1,90	5,30	15,00	II ou III	Aéreo horizontal
04	2,65	2,70	15,00	II ou III	Aéreo Vertical

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 615, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.209475/2022-21, resolve:

Autorizar a empresa AUTOMIX TRANSPORTADORA DIESEL LTDA - CNPJ nº 32.699.883/0001-66, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 616, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30/11/2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.217326/2022-36, resolve:

Autorizar a filial da empresa SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA - CNPJ nº 19.791.896/0160-15, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 617, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.219866/2022-54, resolve:

Autorizar a empresa RAÍZEN S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0039-04, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada a Rua N, 130 - Distrito Industrial - Cuiabá/MT. CEP 78098-400. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): 15:40:11,000; -55:59:06,300 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 3706,05 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP N.º 611 de 19 de julho de 2013.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	9,22	12,73	804,93	I, II ou III	Vertical aéreo
02	9,68	9,71	652,95	I, II ou III	Vertical aéreo
03	5,00	5,25	88,82	I, II ou III	Vertical aéreo
04	11,98	12,70	1.357,41	IB, II ou III	Vertical aéreo
05	9,23	12,76	801,94	II e III	Vertical aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 618, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de Novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo n° 48610.220856/2022-61, resolve:

Autorizar a filial da empresa COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0100-49, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 619, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de Novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo n° 48610.220808/2022-73, resolve:

Autorizar a filial da empresa COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0089-07, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 620, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de Novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.220814/2022-21, resolve:

Autorizar a filial da empresa COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0099-70, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 621, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de Novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.220820/2022-88, resolve:

Autorizar a filial da empresa COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0087-37, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 622, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de Outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo n° 48610.220557/2022-27, resolve:

Autorizar a filial da empresa MAXIMUS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ n.º 42.877.368/0002-63, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 623, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.216020/2022-62, resolve:

Autorizar a empresa CCNI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS NOVA IGUACU LTDA, CNPJ nº 00.855.511/0001-95, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Estrada da Conceição, 700 - Bairro Conceição, Município de Piracicaba - SP, CEP: 13427-235 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:74:15,610; -47:57:20,620 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 106,05 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP N.º 475, de 29 de julho de 2010 e a Autorização SDL-ANP Nº 366, de 05 de maio de 2015.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Produto	Classe	Tipo	Obs.
1	2,20	5,50	20,90	Óleo diesel B S10	II e III	Horizontal aéreo	
2	2,20	5,70	21,66	Óleo diesel B S10	II e III	Horizontal aéreo	
3	2,20	5,70	21,66	Óleo diesel B S500	II e III	Horizontal aéreo	
4	2,20	5,50	20,90	Óleo diesel B S500	II e III	Horizontal aéreo	
5	2,20	5,50	20,90	Óleo diesel B 510	II e III	Horizontal aéreo	

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.095, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211893/2020-17, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 652/2017 e nº 653/2017 outorgadas à sociedade UBS IMPORTADORA LTDA - CNPJ nº 28.314.897/0001-47.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.096, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212091/2020-24, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 432/2008 e nº 696/2013 outorgadas à sociedade CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA - CNPJ nº 04.222.931/0001-95.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.097, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212300/2020-30, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 36/2012, outorgada à sociedade DINACO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO S/A. - CNPJ nº 33.424.730/0001-79.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.098, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211959/2020-79, torna pública a revogação da Autorização ANP n°14/2014 anteriormente outorgada à sociedade TAM LINHAS AEREAS S/A.- CNPJ nº 02.012.862/0001-60 .

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.100, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211995/2020-32, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 774/2013 e nº 353/2018, outorgadas à sociedade CARGILL AGRICOLA S.A. - CNPJ: 60.498.706/0001-57.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.101, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0229058	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RONDONIA LTDA	45.571.039/0001-05	48610.220760/2022-01
PR/SP0229077	AUTO POSTO CAETANO ALVARES LTDA	02.748.370/0001-37	48610.220392/2022-93
PR/MG0229038	AUTO POSTO DO DIDI LTDA	40.559.489/0001-50	48610.220707/2022-01
PR/PA0229037	F F DE OLIVEIRA LTDA	46.235.752/0001-32	48610.220776/2022-14
PR/MA0229039	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0010-56	48610.220713/2022-50
PR/BA0229078	MCMC COMBUSTIVEIS LTDA	08.941.119/0002-51	48610.220498/2022-97
PR/PA0229097	N A S DE ALMEIDA E CIA LTDA	34.285.116/0001-36	48610.215660/2022-55
PR/BA0229096	POSTO CAJUEIRO LTDA	16.246.555/0003-10	48610.220470/2022-50
PR/PA0229057	POSTO SANTA EDWIGES LTDA	34.308.918/0001-14	48610.216207/2022-66
PR/SC0229076	POSTO SÃO PEDRO	46.637.134/0001-19	48610.220356/2022-20
PR/SC0229036	POSTO SONHO MEU LTDA	16.581.045/0015-32	48610.217297/2022-11
PR/GO0229056	POSTO WK QUIRINOPOLIS LTDA	46.300.909/0001-66	48610.220029/2022-78

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.102, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPR0405252	AUTO POSTO TUCUMANTEL TAMANDARE LTDA	08.623.481/0001-01	48610.216211/2022-24
GLPPR0405248	COMERCIO DE GAS BRANCO EIRELI	40.629.738/0001-37	48610.217315/2022-56
GLPPE0405254	R R DE SOUZA GAS GLP	47.056.645/0001-00	48610.218292/2022-05

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.103, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
AV/RS0228756	LEAL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI	11.175.686/0001-78	48610.218671/2022-97

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.104, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.212785/2020-61, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 301/2013, outorgada à sociedade LUBNEC LUBRIFICANTES EIRELI - EPP - CNPJ: 08.084.905/0001-07.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.105, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211751/2020-50, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 228/2016, outorgada à sociedade BERTEK PRODUTOS, SERVIÇOS E MINERAÇAO LTDA. - CNPJ nº 11.729.330/0001-39.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.106, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.212245/2020-88, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 682/2010, outorgada à sociedade RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. - CNPJ: 59.557.124/0001-15.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.107, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211531/2020-26, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 658/2016, outorgada à sociedade BLUE A COMÉRCIO DE MATERIAIS INDUSTRIAIS LTDA EPP. - CNPJ: 12.254.691/0001-39.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização SPD-ANP Nº 540, de 3 de agosto de 2022, publicada no DOU em 4 de agosto de 2022, Seção 1, página 65, na tabela onde se lê :

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado (R$)
22826-2	Infraestrutura para avaliação da transição de fases em amostras complexas ricas em CO2 e metano.	UFC - Grupo de Pesquisa em Termofluidodinâmica Aplicada (GPTA)	1.223.827,55

Leia-se:

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado (R$)
22826-2	Infraestrutura para avaliação da transição de fases em amostras complexas ricas em CO2 e metano.	UFC - Grupo de Pesquisa em Termofluidodinâmica Aplicada (GPTA)	1.268.988,38

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 626, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.219982/2022-73, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica Ubuntu Engenharia e Serviços Ltda, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 24.414.030/0001-02, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP nº 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 1.108, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.219982/2022-73, resolve:

1. Fica Ubuntu Engenharia e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 24.414.030/0001-02, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.28.06.24414030.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 3.418, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 1º de setembro de 2022, Seção 1, páginas 127 e 128,

ONDE SE LÊ:

"Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS, AGRAVOS E EVENTOS DE SAÚDE PÚBLICA"

36	Monkeypox (varíola dos macacos)	X			

LEIA-SE:

"Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS, AGRAVOS E EVENTOS DE SAÚDE PÚBLICA"

36	Monkeypox (varíola dos macacos)	X	X	X	

RETIFICAÇÃO

No art. 3º e nos Anexos VI e VII da Portaria GM/MS nº 1.390, de 9 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 10 de junho de 2022, Seção 1, páginas 88 a 90:

Onde se lê:

"Art. 3º Ficam canceladas as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES"

Leia-se:

"Art. 3º Ficam descredenciadas e canceladas as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES"

Onde se lê:

ANEXO VI

EQUIPES (INE) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

Leia-se:

ANEXO VI

EQUIPES (INE) DESCREDENCIADAS E COM HOMOLOGAÇÃO CANCELADA

Onde se lê:

ANEXO VII

SERVIÇOS (CNES) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

Leia-se:

ANEXO VII

SERVIÇOS (CNES) DESCREDENCIADOS E COM HOMOLOGAÇÃO CANCELADA

RETIFICAÇÃO

No art. 3º e nos Anexos IX e X da Portaria GM/MS nº 776, de 7 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 11 de abril de 2022, Seção 1, páginas 83 a 95:

Onde se lê:

"Art. 3º Ficam canceladas as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES"

Leia-se:

"Art. 3º Ficam descredenciadas e canceladas as homologações dos códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES"

ONDE SE LÊ:

ANEXO IX

EQUIPES (INE) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

LEIA-SE:

ANEXO IX

EQUIPES (INE) DESCREDENCIADAS E COM HOMOLOGAÇÃO CANCELADA

ONDE SE LÊ:

ANEXO X

SERVIÇOS (CNES) COM CANCELAMENTO DA HOMOLOGAÇÃO

LEIA-SE:

ANEXO X

SERVIÇOS (CNES) DESCREDENCIADOS E COM HOMOLOGAÇÃO CANCELADA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.065, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho

CNPJ: 75.437.053/0001-73

Município/UF: Pinhalzinho/SC

Título do projeto: "Melhoria e Ampliação do Atendimento de Reabilitação/ Habilitação, Adaptação, Inserção e Reinserção no Mercado de Trabalho Prestado à Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla na APAE de Pinhalzinho/SC, Especialmente no que se refere à Acessibilidade".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.200689/2016-77

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 353/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028067239).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 266, DE 25 DE JULHO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS do Instituto de Saúde Dr. Ugo Roberto Accorsi, com sede em Loanda (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 49/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.052567/2021-25, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Instituto de Saúde Dr. Ugo Roberto Accorsi, CNPJ nº 40.730.449/0001-20, com sede em Loanda (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 512, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, com sede em Igarapava (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 245/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.178351/2021-99, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, CNPJ nº 49.376.858/0001-44, com sede em Igarapava (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de abril de 2022 a 11 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 513, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Educação Terapêutica Amarati, com sede em Jundiaí (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 234/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 71000.023839/2022-88, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Educação Terapêutica Amarati, CNPJ nº 51.910.578/0001-16, com sede em Jundiaí (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de dezembro de 2020 a 28 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 514, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, com sede em Massaranduba (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 246 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.058674/2021-67, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, CNPJ nº 03.794.738/0001-66, com sede em Massaranduba (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de julho de 2021 a 05 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 515, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Sociedade Proteção Maternidade e Infância de Camapuã, com sede em Camapuã (MS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 241 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.035557/2021-25, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Proteção Maternidade e Infância de Camapuã, CNPJ nº 03.222.916/0001-84, com sede em Camapuã (MS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de março de 2021 a 10 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 519, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Canápolis, com sede em Canápolis (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 232/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.087760/2021-87, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Canápolis, CNPJ nº 19.213.826/0001-67, com sede em Canápolis (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 13 de setembro de 2021 a 12 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 520, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Casa da Esperança de Santo André, com sede em Santo André (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 226/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.153932/2021-18, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa da Esperança de Santo André, CNPJ nº 57.596.645/0001-56, com sede em Santo André (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 523, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da entidade Albergue Noturno Nosso Lar, com sede em Loanda (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 242/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.037574/2021-05, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da entidade Albergue Noturno Nosso Lar, CNPJ nº 78.195.971/0001-21, com sede em Loanda (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de junho de 2021 a 31 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 525, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.312, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.313, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 104/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.121984/2022-14; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria GM/MS nº 1.314, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Universidade Estadual de Maringá - Laboratório Imunogenética da UEM	CNPJ: 79.151.312/0001-56 CNES: 2586738

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Universidade Estadual de Maringá - Laboratório Imunogenética da UEM	CNPJ: 79.151.312/0001-56 CNES: 2586738

Art. 3º A renovação de autorização e o recadastramento concedido por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 526, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede em Gaspar (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 243/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.047233/2021-30, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, CNPJ nº 84.045.830/0001-25, com sede em Gaspar (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de maio de 2021 a 20 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 527, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, com sede em Salvador (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 254/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.180657/2021-13, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, CNPJ nº 14.797.815/0001-58, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de julho de 2022 a 23 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 528, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação da REDEH de Beneficência Cristã, com sede em Taió (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 248/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.034152/2020-99, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação da REDEH de Beneficência Cristã, CNPJ nº 86.324.860/0001-04, com sede em Taió (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de maio de 2020 a 10 de maio de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 529, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros, com sede em São João da Boa Vista (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 252/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.068085/2021-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros, CNPJ nº 59.759.084/0001-94, com sede em São João da Boa Vista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 530, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede em Laranjeiras do Sul (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 237/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.139959/2021-06, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Assistência Social e Saúde São José, CNPJ nº 07.689.270/0001-09, com sede em Laranjeiras do Sul (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de setembro de 2021 a 27 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 532, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Nossa Senhora das Dores, com sede em São Domingos do Prata (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 240/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182902/2021-19, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora das Dores, CNPJ nº 24.618.704/0001-90, com sede em São Domingos do Prata (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 533, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Indefere a Renovação do CEBAS da Irmandade de Santa Izabel de Cabo Frio, com sede em Cabo Frio (RJ).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 247/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.138768/2021-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Irmandade de Santa Izabel de Cabo Frio, CNPJ nº 30.590.574/0001-28, com sede em Cabo Frio (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 534, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Grupo da Fraternidade Irmão Altino, com sede em Guaratinguetá (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 236/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.033044/2021-80, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Grupo da Fraternidade Irmão Altino, CNPJ nº 48.548.184/0001-55, com sede em Guaratinguetá (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2021 a 20 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 535, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, com sede em Diamantina (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 256/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.154986/2021-09, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, CNPJ nº 20.081.238/0001-04, com sede em Diamantina (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 536, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubiratã - ASCAU, com sede em Ubiratã (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 250/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.147945/2021-58, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubiratã - ASCAU, CNPJ nº 06.305.711/0001-50, com sede em Ubiratã (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 13 de maio de 2022 a 12 de maio de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 538, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 249/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.221131/2018-97, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela Realização de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS, do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, CNPJ nº 60.726.502/0001-26, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de novembro de 2019 a 16 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 539, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Maternidade Fernando Magalhaes, com sede em Monte Azul Paulista (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 255 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.070095/2021-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Maternidade Fernando Magalhães, CNPJ nº 52.941.887/0001-16, com sede em Monte Azul Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 540, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Santa Casa de Misericórdia de Guape, com sede em Guape (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 258/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.171337/2021-64, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Santa Casa de Misericórdia de Guape, CNPJ nº 19.093.202/0001-53, com sede em Guape (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de abril de 2022 a 4 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 541, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Serviço de Proteção à Criança, com sede em Taubaté (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 257/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.071635/2021-55, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, do Serviço de Proteção à Criança, CNPJ nº 72.299.001/0001-90, com sede em Taubaté (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 17 de agosto de 2021 a 16 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 542, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Torna sem efeito a Portaria SAES/MS nº 531, de 1º de setembro de 2022.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o despacho SAPS/GAB/SAPS/MS 0029046946, constante no NUP-SEI: 25000.104698/2020-14, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SAES/MS nº 531, de 1º de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 168, de 02 de setembro de 2022, seção 1, página 156.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 545, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Fica sem efeito a Portaria SAS/MS nº 1.100, de 1º de outubro de 2013 e restabelece os efeitos da Resolução CNAS nº 03/2009, que concede o CEBAS da Casa de Saúde Campinas, com sede em Campinas (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a determinação judicial proferida nos autos da Ação Popular nº 5026680-42.2011.4.04.7100, da Procuradoria-Regional da União da 4ª Região, Processo nº 00737.016982/2022-61, que agora julga improcedente a referida Ação, encaminhada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, determinando ao Ministério da Saúde (MS) restabelecer o CEBAS da Casa de Saúde Campinas/SP, concedido por meio da Resolução CNAS nº 03, de 23 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 26 de janeiro de 2009; e

Considerando o Despacho CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 00737.016982/2022-61, que acatou pelo cumprimento da decisão judicial, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria SAS/MS nº 1.100, de 1º de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 191, de 2 de outubro de 2013, Seção 1, página 50, que suspende os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Casa de Saúde Campinas, com sede em Campinas (SP).

Art. 2º Ficam restabelecidos os efeitos da Resolução CNAS nº 03, de 23 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 26 de janeiro de 2009, processo nº 71010.004513/2006-12, que defere o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Casa de Saúde Campinas, CNPJ nº 46.036.018/0001-44, com sede em Campinas (SP):

Processo CNAS nº 71010.002650/2003-70 - período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2006; e

Processo CNAS nº 71010.002740/2006-11 - período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

SECRETARIA EXECUTIVA DA ANS

COORDENADORIA DE RECURSOS E ASSESSORAMENTO DA DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 577ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 29 de agosto de 2022, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.011227/2020-29	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.012706/2020-62	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	142.560,00 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais)
33910.027047/2019-25	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	arquivamento
33910.022981/2020-94	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.026899/2020-39	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009714/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022599/2020-81	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	DIPRO	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.024240/2020-48	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.015360/2020-54	AME PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.007602/2020-36	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.006950/2020-96	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020409/2019-57	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.028099/2019-19	UNIMED REGIÃO DA CAMPANHA / RS - COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA.	DIDES	Art. 82 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.031273/2019-19	OPERADORA UNIESTE DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	DIDES	Art. 57 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.005797/2020-80	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010010/2020-00	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010503/2020-31	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.010528/2020-35	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011429/2020-71	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	422.400,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e quatrocentos reais)
33910.013550/2020-37	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013757/2020-10	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.014880/2020-40	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

33910.017464/2020-01	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019473/2020-29	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019558/2020-15	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019561/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.019593/2020-26	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.020394/2020-61	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.021604/2020-38	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.021650/2020-37	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.023957/2020-72	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.033701/2020-73	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.002670/2020-17	H.B. SAÚDE S/A	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.026248/2019-13	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABLAHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Art. 76-B da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.017602/2019-19	UNIMED SERGIPE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.023943/2020-59	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010122/2020-52	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.019497/2020-88	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015449/2020-11	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.006958/2020-52	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.026426/2019-06	AFFIX ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.020032/2020-70	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Art. 79 da RN 124/06	148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais)
33910.035766/2020-53	AFFIX ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	DIOPE	Art. 76-B da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.016545/2020-86	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.001550/2020-94	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.020978/2020-36	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33902.543140/2016-39	UNIMED RECIFE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 43 da RN 124/06	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33910.014666/2020-93	UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.009337/2020-21	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009655/2020-91	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.024175/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DIOPE	Art. 82 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.934, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: INDEBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 15.183.098/0001-37
Produto - (Lote): TEXSPAR CL(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4633306/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto saneante com fórmula diferente da autorizada pela Anvisa e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.935, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - (Lote): CHÁ HLPRO (TODOS); CHÁ INIBIDOR DE APETITE (TODOS); CHÁ REDUTOR DE MEDIDA (TODOS); PRO GLICOCHÁ (TODOS); CHÁ EMAGRECEDOR (TODOS);ULTRA SLIM HLPRO (EM CÁPSULAS) (TODOS); SLIM EMAGRECEDOR NATURAL (EM CÁPSULAS) (TODOS); MARCA HLPRO HEALTHY LIFE STYLE E HEALTHY LIFE PRO E HEALTHY LIFE PRO CHÁ E CHÁ HLPRO (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4642913/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a presença de constituintes não autorizados para suplementos alimentares ou chás, a origem desconhecida dos produtos (fabricante/responsável pelo produtos não identificados), além das propagandas e rótulos irregulares, com alegações não permitidas, como emagrecimento, combate a obesidade, controle do diabetes e da pressão alta, propriedades diuréticas, etc. Infringindo: os artigos 21, combinado com o 23, e incisos III e IV do artigo 48 do Decreto-Lei nº 986/1969; os art. 4º, 16 e inciso I do artigo 17 da RDC nº 243/2018, o item 3.1. a, b, e, f, g da Resolução nº 259/2002 e Instrução Normativa - IN nº 28/2018, Anexo da RDC nº 267/2005, RDC nº 277/2005; tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.936, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 2.909, de 23 de julho de 2022, publicada no DOU nº 139, de 26 de julho de 2021, Seção 1, págs. 172 e 173, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: LIMA & PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ: 22.685.341/0001-80
Produto - (Lote): DESINFETANTE AZULIM(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4641047/22-3
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto possui diferentes versões no processo, que seu prazo de validade é de 36 meses e que as evidências disponíveis não permitem identificar a data de fabricação. Portanto, pode se tratar de rotulagem anteriormente aprovada pela agência.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.937, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: TECNOLLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 07.625.939/0001-90
Produto - (Lote): HIPOCLOR - HIPOCLORITO DE SÓDIO(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4646308/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a fabricação do produto sem registro, infringindo o art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 28/2022/MTP, DE 8 DE MARÇO DE 2022

Processo nº 47909.000579/2016-16
Interessado: MAXTERA TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE COMÉRCIO LTDA.
Assunto: Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas

DESPACHO: Aprovo o PARECER SEI Nº 302/2022/ME e Despacho MTP-GM 22677553 e adoto os seus fundamentos para ARQUIVAR o presente PAR em relação a Maxtera Tecnologia de Sistemas de Comércio Ltda., CNPJ nº 01.705.972/0001-44, e determinar o encaminhamento do feito ao setor responsável pela fiscalização dos contratos deste Ministério, para averiguação da pertinência das penalidades da Lei nº 8.666, de 1993, em face do descumprimento do Contrato nº 30, de 2014.

2. Cientifique-se a Controladoria-Geral da União.

3. Restituam-se os autos à Corregedoria do Ministério do Trabalho e Previdência para demais providências.

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado do Trabalho e Previdência

PORTARIA MTP Nº 2.769, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 23 - Proteção contra Incêndios. (Processo nº 19966.102424/2022-41).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 155 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 23 (NR-23) - Proteção contra Incêndios passa a vigorar com a redação constante do Anexo.

Art. 2º Determinar, conforme previsto no art. 117 da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, que a NR-23 seja interpretada com a tipificação de NR Especial.

Art. 3º Ficam revogadas a:

I - Portaria DSST/SNT/MTPS nº 6, de 29 de outubro de 1991;

II - Portaria DSST/SNT/MTPS nº 2, de 21 de janeiro de 1992;

III - Portaria DSST/SIT/MTE nº 24, de 9 de outubro de 2001; e

IV - Portaria SIT/MTE nº 221, de 6 de maio de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO

NORMA REGULAMENTADORA Nº 23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

23.1 Objetivo

23.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho.

23.2 Campo de aplicação

23.2.1 As medidas de prevenção estabelecidas nesta NR se aplicam aos estabelecimentos e locais de trabalho.

23.3 Medidas de prevenção contra incêndios

23.3.1 Toda organização deve adotar medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.

23.3.2 A organização deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre:

a) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio;

b) procedimentos de resposta aos cenários de emergências e para evacuação dos locais de trabalho com segurança; e

c) dispositivos de alarme existentes.

23.3.3 Os locais de trabalho devem dispor de saídas em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança em caso de emergência.

23.3.4 As aberturas, saídas e vias de passagem de emergência devem ser identificadas e sinalizadas de acordo com a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais, indicando a direção da saída.

23.3.4.1 As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser mantidas desobstruídas.

23.3.5 Nenhuma saída de emergência deve ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho.

23.3.5.1 As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento.

PORTARIA MTP Nº 2.772, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Norma Regulamentadora nº 24, aprovada pela Portaria nº 1.066, de 23 de setembro de 2019. (Processo nº 19966.100255/2019-18).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 155 e art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto nº 11.068, de 10 maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, aprovada pela Portaria nº 1.066, de 23 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"24.7.3 .....

.....

24.7.3.1 As camas ou beliches devem atender aos seguintes requisitos:

a) todos os componentes ou peças com os quais o trabalhador possa entrar em contato

durante o uso não podem ter rebarbas e arestas cortantes, nem ter tubos abertos;

b) ter resistência compatível com o uso; e

c) ter dimensões compatíveis com o colchão a ser utilizado de acordo com o item 24.7.3.

24.7.3.1.1 As camas superiores dos beliches devem ter proteção lateral e escada fixas à estrutura.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

PORTARIA MTP Nº 2.770, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 26 - Sinalização e Identificação de Segurança. (Processo nº 19966.102424/2022-41).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 155 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 26 (NR-26) - Sinalização e Identificação de Segurança passa a vigorar com a redação constante do Anexo.

Art. 2º Determinar, conforme previsto no art. 117 da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, que a NR-26 seja interpretada com a tipificação de NR Especial.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - Portaria SIT/MTE nº 229, de 24 de maio de 2011; e

II - Portaria MTE nº 704, de 28 de maio de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO

NORMA REGULAMENTADORA Nº 26 - Sinalização e identificação de segurança

26.1 Objetivo

26.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece medidas quanto à sinalização e identificação de segurança a serem adotadas nos locais de trabalho.

26.2 Campo de aplicação

26.2.1 As medidas de prevenção estabelecidas nesta NR se aplicam aos estabelecimentos ou locais de trabalho.

26.3 Sinalização por cor

26.3.1 Devem ser adotadas cores para comunicação de segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos perigos e riscos existentes.

26.3.2 As cores utilizadas para identificar os equipamentos de segurança, delimitar áreas, identificar tubulações empregadas para a condução de líquidos e gases e advertir contra riscos devem atender ao disposto nas normas técnicas oficiais.

26.3.3 A utilização de cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.

26.3.4 O uso de cores deve ser o mais reduzido possível a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador.

26.4 Identificação de produto químico

26.4.1 Classificação

26.4.1.1 O produto químico utilizado no local de trabalho deve ser classificado quanto aos perigos para a segurança e a saúde dos trabalhadores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos - GHS, da Organização das Nações Unidas.

26.4.1.1.1 A classificação de substâncias perigosas deve ser baseada em lista de classificação harmonizada ou com a realização de ensaios exigidos pelo processo de classificação.

26.4.1.1.1.1 Na ausência de lista nacional de classificação harmonizada de substâncias perigosas, pode ser utilizada lista internacional.

26.4.1.1.2 Os aspectos relativos à classificação devem atender ao disposto em norma técnica oficial.

26.4.2 Rotulagem Preventiva

26.4.2.1 A rotulagem preventiva é um conjunto de elementos com informações escritas, impressas ou gráficas, relativas a um produto químico, que deve ser afixada, impressa ou anexada à embalagem que contém o produto.

26.4.2.1.1 Os aspectos relativos à rotulagem preventiva devem atender ao disposto em norma técnica oficial.

26.4.2.2 A rotulagem preventiva do produto químico classificado como perigoso à segurança e à saúde dos trabalhadores deve utilizar procedimentos definidos pelo GHS, contendo os seguintes elementos:

a) identificação e composição do produto químico;

b) pictograma(s) de perigo;

c) palavra de advertência;

d) frase(s) de perigo;

e) frase(s) de precaução; e

f) informações suplementares.

26.4.2.3 O produto químico não classificado como perigoso à segurança e saúde dos trabalhadores, conforme o GHS, deve dispor de rotulagem preventiva simplificada que contenha, no mínimo, a indicação do nome, a informação de que se trata de produto não classificado como perigoso e recomendações de precaução.

26.4.2.4 Os produtos notificados ou registrados como saneantes na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa estão dispensados do cumprimento das obrigações de rotulagem preventiva estabelecidas pelos subitens 26.4.2.1, 26.4.2.1.1 e 26.4.2.2.

26.4.3 Ficha com dados de segurança

26.4.3.1 O fabricante ou, no caso de importação, o fornecedor no mercado nacional, deve elaborar e tornar disponível ficha com dados de segurança do produto químico para todo produto químico classificado como perigoso.

26.4.3.1.1 O formato e conteúdo da ficha com dados de segurança do produto químico devem seguir o estabelecido pelo GHS.

26.4.3.1.1.1 No caso de mistura, deve ser explicitado na ficha com dados de segurança o nome e a concentração, ou faixa de concentração, das substâncias que:

a) representam perigo para a saúde dos trabalhadores, se estiverem presentes em concentração igual ou superior aos valores de corte/limites de concentração estabelecidos pelo GHS para cada classe/categoria de perigo; e

b) possuam limite de exposição ocupacional estabelecidos.

26.4.3.2 Os aspectos relativos à ficha com dados de segurança devem atender ao disposto em norma técnica oficial.

26.4.3.3 O disposto no subitem 26.4.3.1 se aplica também a produto químico não classificado como perigoso, mas cujos usos previstos ou recomendados derem origem a riscos à segurança e à saúde dos trabalhadores.

26.5 Informações e treinamentos em segurança e saúde no trabalho

26.5.1 A organização deve assegurar o acesso dos trabalhadores às fichas com dados de segurança dos produtos químicos que utilizam no local de trabalho.

26.5.2 Os trabalhadores devem receber treinamento:

a) para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto químico; e

b) sobre os perigos, os riscos, as medidas preventivas para o uso seguro e os procedimentos para atuação em situações de emergência com o produto químico.

PORTARIA MTP Nº 2.776, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o art. 4º da Portaria MTP nº 427, de 7 de outubro de 2021, que estabelece o cronograma de implementação do subitem 14.1 do Anexo IV da Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. (Processo nº 19966.104886/2022-01).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 155 e o art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso VIII, Anexo I, do Decreto nº 11.068, de 10 maio de 2022, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria MTP nº 427, de 7 de outubro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º. O subitem 14.1 do Anexo IV da NR-20 entrará em vigor conforme cronograma de implementação disposto abaixo:

Cronograma de implantação para subitem 14.1	
Ano de fabricação da bomba de combustível	Data limite para instalação do sistema de recuperação de vapor
De 2019 a 2022	31 de dezembro de 2033
De 2016 a 2018	31 de dezembro de 2030
De 2012 a 2015	31 de dezembro de 2029
De 2008 a 2011	31 de dezembro de 2028
De 2005 a 2007	31 de dezembro de 2026
Até 2004	31 de dezembro de 2024

"(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 787, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001625/2020-97, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás - Repactuados, CNPB nº 2018.0002-92, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, CNPJ nº 34.053.942/0001-50.

Art. 2º Fica o regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás - Repactuados autorizado a ser aplicado, com as alterações referidas no art. 1º, excetuado o disposto em seu art. 48, inciso VIII, tendo em conta a inadequação do mencionado dispositivo em relação ao contido no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 788, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001624/2020-42, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados, CNPB nº 1970.0001-47, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros (CNPJ nº 34.053.942/0001-50).

Art. 2º Fica o regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados autorizado a ser aplicado, com as alterações referidas no art. 1º, excetuado o disposto em seu art. 48, inciso VIII, tendo em conta a inadequação do mencionado dispositivo em relação ao contido no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 802, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004602/2022-04, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano EmersonPrev, CNPB nº 2010.0001-29, administrado pelo Itajuba Fundo Multipatrocinado - IFM, CNPJ nº 00.384.261/0001-52, com aplicação a partir da data da emissão do recibo eletrônico de protocolo pelo sistema desta Autarquia, ocorrida em 28 de julho de 2022 (licenciamento automático).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 803, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005069/2022-90, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CISPER, CNPB nº 2006.0038-11, administrado pelo Itajuba Fundo Multipatrocinado - IFM , CNPJ nº 00.384.261/0001-52, com aplicação a partir da data da emissão do recibo eletrônico de protocolo pelo sistema desta Autarquia, ocorrida em 17 de agosto de 2022 (licenciamento automático).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 795, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003433/2022-87, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Abril Comunicações S.A., CNPJ n.º 44.597.052/0001-62, na condição de patrocinadora do Plano Inovar Previdência, CNPB nº 1993.0008-11, e a Inovar Previdência - Sociedade de Previdência Privada, CNPJ nº 73.000.838/0001-59, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 117-E, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2024.

22-0531 SATURNÁLIA
Processo: 01416.010549/2021-26
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 3.750.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 562.500.00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 56039-1
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 56040-5
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 848, realizada em 05/08/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025

22-0528 AS CANÇÕES DE LUNA
Processo: 01416.004712/2022-01
Proponente: CASINHA PRODUÇÕES EIRELI ME
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 24.068.532/0001-29
Valor total aprovado: R$ 2.399.999,91
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 279.999,92
Banco: 001 - agência: 1836-8 conta corrente: 60684-7
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 848, realizada em 05/08/2022

22-0486 TIRE 5 CARTAS
Processo: 01416.000572/2022-93
Proponente: GUARNICE PRODUÇÕES EIRELI EPP
Cidade/UF: São José de Ribamar / MA
CNPJ: 17.902.521/0001-37
Valor total aprovado: R$ 5.685.113,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 3649-8 conta corrente: 53440-4
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.816.850,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 836, realizada em 20/04/2022

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, nos termos de seus regulamentos de seleção e normativas de regência.

22-0545 O PESO DO QUE NÃO SE PODE VER
Processo: 01416.001678/2022-12
Proponente: PARTISANE FILMES LTDA-ME
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 31.976.668/0001-00
Valor total do Projeto: R$ 2.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 834, realizada em 05/04/2022

22-0546 A GRANDE CHANCE
Processo: 01416.001114/2022-71
Proponente: AMARILDO JOSE MARTINS
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 24.360.807/0001-01
Valor total do Projeto: R$ 1.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022

22-0547 OBJETOS SÓLIDOS
Processo: 01416.006202/2022-60
Proponente: TRAILER FILMES PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICAS LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.479.453/0001-04
Valor total do Projeto: R$ 788.981,60
Valor solicitado ao FSA: R$ 788.981,60
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022

22-0548 GUERRA SANTA
Processo: 01416.006020/2022-99
Proponente: ELKA FILMES E COMUNICAÇÕES
Cidade/UF: Niterói / RJ
CNPJ: 13.014.874/0001-40
Valor total do Projeto: R$ 1.982.079,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.982.079,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022

Art. 4º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA FCP Nº 193, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Edital 02/2022 - Contando a Nossa História: Premiação para Vídeos Quilombolas.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, nomeado por meio da Portaria de Pessoal MTur nº 183, de 30 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2022, seção 02, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 18, Anexo I, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009 e de acordo com a portaria do Ministério do Turismo nº 390, de 18 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2019, seção 1, pág. 177, e considerando o constante dos autos do processo nº 01420.100443/2022-35, resolve:

Art. 1º Homologar e tornar público o resultado final do Edital nº 02/2022 - Contando a Nossa História: Premiação para Vídeos Quilombolas.

Nome Completo	Nome da Comunidade	Região	Pontuação Final	Situação
Tatiane de Oliveira Pereira	Mangueiras	Sudeste	98,00	Contemplado por Região
Gerlane de Araújo Silva	Mameluco	Nordeste	96,50	Contemplado por Região
Marcos Vinicius Ferreira	Salinas	Nordeste	95,50	Contemplado por Região
Francisca Tainara Eugenio da Silva	Sítio Veiga	Nordeste	95,50	Contemplado por Região
Talita Santos de Souza	Ramal do Piratuba	Norte	95,00	Contemplado por Região
Maria Das Graças Barbosa Moura	Capoeiras	Nordeste	93,50	Contemplado por Região
Thatiele Monic Estevão	Vila Santa Efigênia	Sudeste	93,50	Contemplado por Região
João Gomes da Silva	São João Do Matapi	Norte	93,00	Contemplado por Região
Ludimila Carvalho dos Santos	Dona Juscelina	Norte	92,50	Contemplado por Região
José Carlos Mendes	Ilhotinha	Sul	92,00	Contemplado por Região
Raiane de Lima Estanislau	Ilha da Marambaia	Sudeste	92,00	Contemplado por Região
Maria Lorena Da Silva Bezerra	Conceição das Crioulas	Nordeste	91,50	Contemplado por Região
Manoel Filho Borges	Dona Juscelina	Norte	91,50	Contemplado por Região
Letícia Queiroz de Freitas	Ilha São Vicente	Norte	91,50	Contemplado por Região
Laura de Jesus Braga	Quilombo da Fazenda	Sudeste	91,25	Contemplado por Região
Maria das Dores de Oliveira Cavalcante	Muquém	Nordeste	90,00	Contemplado por Região
Barbara Sandra de Jesus Sacramento	Graciosa	Nordeste	90,00	Contemplado por Classificação Geral
Michelle de Fátima Estevão	Vila Santa Efigênia	Sudeste	89,50	Contemplado por Região
Alice Dourado Sousa	Antarí	Nordeste	89,25	Contemplado por Classificação Geral
Francisco Edeltrudes Moreira	Kalunga	Centro-Oeste	89,00	Contemplado por Região
Fagner Santos do Nascimento	Curralinho	Nordeste	88,50	Contemplado por Classificação Geral
Emanoel Ferreira da Silva Neto	Água Limpa	Sudeste	88,50	Contemplado por Região
Wilton Santos de Jesus	Porto D'Areia	Nordeste	88,00	Contemplado por Classificação Geral
Maria Santana da Costa Barbosa	Abacatal-Aurá	Norte	88,00	Contemplado por Região
Angélica Maria Ferreira de Souza	Buri e Gameleira	Nordeste	87,00	Contemplado por Classificação Geral
Eliane Cardoso Santos	Moreira	Nordeste	86,00	Contemplado por Classificação Geral
Genilda Cassiano	Linharinho	Sudeste	86,00	Contemplado por Classificação Geral
Graciane Monteles dos Reis	Bom Sucesso dos Negros	Nordeste	85,50	Contemplado por Classificação Geral
Rafaela Fonseca da Silva	Barranco	Norte	85,00	Contemplado por Classificação Geral
Carlos Eduardo Marques Mendes	Centro dos Violas	Nordeste	85,00	Contemplado por Classificação Geral
Genildo Fernandes Gonçalves	Kalunga	Centro-Oeste	83,00	Contemplado por Região
Ivanete Dos Santos Rosa	Kalunga	Centro-Oeste	82,50	Contemplado por Região
Teodora Fernandes de Castro Moreira	Kalunga	Centro-Oeste	81,50	Contemplado por Região
Vanderlei Adriano da Silva	Unidos do Lajeado	Sul	80,00	Contemplado por Região
Natalina dos Santos Rosa	Kalunga	Centro-Oeste	80,00	Contemplado por Região
Taís Dias da Costa	Casca	Sul	77,50	Contemplado por Região
Débora Tatiane da Silva	Unidos do Lajeado	Sul	77,00	Contemplado por Região
Iolanda Paulino dos Santos Silva	Kalunga	Centro-Oeste	75,50	Contemplado por Região
Inês da Silva	Unidos do Lajeado	Sul	74,50	Contemplado por Região
Silmara Aparecida Xavier Carneiro	Família Xavier	Sul	73,50	Contemplado por Região

Art. 2º Informar que, em razão de aporte de recursos e disponibilidade orçamentária e financeira, conforme previsto no item 4.3 do Edital 02/2022 e por decisão da Diretoria Colegiada, o quantitativo de premiações foi aumentado para 40, mantidas as 30 premiações pelo critério regional e 10 distribuídas para os candidatos que obtiveram maior pontuação na classificação geral.

Art. 3º A lista de todos os candidatos em ordem decrescente de notas, por região e por classificação geral, está disponível no sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares: www.palmares.gov.br.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO EVANGELISTA DA SILVA

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 30, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes o Ministro Bruno Dantas, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 29, referente à sessão realizada em 23 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LÚIS DE CARVALHO

O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho usou da palavra para informar a iminência de sua aposentadoria, ocasião em que fez uma retrospectiva de sua atuação na Segunda Câmara, onde sempre atuou, e no Tribunal.

Na oportunidade, os Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antônio Anastasia e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado manifestaram-se para prestar homenagens ao Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SESSÃO TELEPRESENCIAL

O ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, por delegação do Presidente deste colegiado informou que a Sessão de Segunda Câmara do próximo dia 6 de setembro será realizada de modo telepresencial.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-040.609/2019-7, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz; e

- TC-013.202/2021-9, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4793 a 4962.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4724 a 4792, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-008.994/2016-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Suenio Walttemberg Gonçalves e Silva usou da palavra para declinar de produzir sustentação em nome da empresa Alfama Processamento de Dados Ltda, de Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho, de Antônio Álvaro Garcez Dias Carvalho e de Marcos Antônio Garcez dias de Carvalho. Acórdão n° 4781.

Na apreciação do processo TC-018.067/2009-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, os Drs. Francisco Érico Carvalho Silveira, Bruno Queiroz Oliveira e Daniel Lopes Rêgo compareceram para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva, de Paulo Sérgio Rebouças Ferraro, de Luiz Carlos Everton de Farias, de Oswaldo Serrano de Oliveira e de Roberto Smith, respectivamente. Acórdão n° 4782.

Na apreciação do processo TC-016.118/2016-2, cujo relator é o Ministro Antônio Anastasia, o Dr. Márcio Alexandre G. F. Cammarosano produziu sustentação oral em nome da empresa Mauro Fragoso Peret Antunes Artes e Cultura - EPP e de Mauro Fragoso Peret Antunes. Acórdão n° 4724.

Na apreciação do processo TC-010.586/2020-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, a Dra. Ângela de Carvalho Rodrigues da Silva usou da palavra para declinar de produzir sustentação oral em nome da empresa Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda., de Eliene do Nascimento Rodrigues e do espólio de José Ailton Leão Barbosa. Acórdão n° 4725.

Na apreciação do processo TC-019.556/2020-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Rômulo Augusto Costa Santos não compareceu para produzir sustentação oral em nome da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes. Acórdão n° 4726.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 4724/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.118/2016-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Mauro Fragoso Peret Antunes Artes e Cultura - EPP (07.143.065/0001-35); Mauro Fragoso Peret Antunes (914.806.558-72).
3.2. Responsáveis: Mauro Fragoso Peret Antunes (914.806.558-72); Mauro Fragoso Peret Antunes Artes e Cultura - EPP (07.143.065/0001-35); Paulo Sérgio Fragoso Peret Antunes (022.254.168-77).
4. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski (353063/OAB-SP), Felipe Cecilio Filizola (252832/OAB-SP) e outros, representando Mauro Fragoso Peret Antunes Artes e Cultura - EPP, Mauro Fragoso Peret Antunes e Paulo Sérgio Fragoso Peret Antunes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial pelo então Ministério da Cultura (MinC) em desfavor de Mauro Fragoso Peret Antunes Artes e Cultura - Epp (07.143.065/0001-35) e de Mauro Fragoso Peret Antunes (914.806.558-72), em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelos responsáveis contra o Acórdão 16.506/2021-2ª Câmara, relator Min. Bruno Dantas, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes e condenou-os em débito solidário e multa, em razão do não cumprimento do Projeto "Itinerância - Talento e Artes das Comunidades" (Pronac 09-5196),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento.
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, à Procuradoria-Geral da República no Estado de São Paulo e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que a integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4724-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4725/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.586/2020-2.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Eliene do Nascimento Rodrigues (CPF 262.659.153-04); José Ailton Leão Barboza (CPF 097.718.243-68); Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda. (CNPJ 08.113.406/0001-92).
4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Amanda Gomes Albuquerque (OAB-CE 37.455), representando Eliene do Nascimento Rodrigues, além do espólio de José Ailton Leão Barboza, e a Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em desfavor da Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda., além de José Ailton Leão Barboza (falecido) e Eliene do Nascimento Rodrigues como dirigentes da aludida entidade, diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) no bojo do Contrato de Concessão de Subvenção Econômica n.º 03.10.0166.00 para o projeto intitulado como "Desenvolvimento de Equipamentos e Processos de Transesterificação Etanólica acelerada, com secagem concomitante do catalisador e do biodiesel de forma contínua", por meio do aporte de R$ 597.497,16 em recursos federais e R$ 52.100,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 30/4/2010 a 31/10/2012;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as correspondentes alegações de defesa oferecidas pela Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda., além do espólio de José Ailton Leão Barboza (falecido), e por Eliene do Nascimento Rodrigues;
9.2. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Desidratec - Indústria e Comércio de Tecnologia de Desidratação Ltda., além do espólio de José Ailton Leão Barboza (falecido), e Eliene do Nascimento Rodrigues comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
17/5/2010	239.042,36
8/11/2011	100.000,00
22/12/2011	149.823,20

9.3. informar aos aludidos responsáveis que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes a subsequente quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da eventual aplicação de multa legal sob o valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais; e
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos aludidos responsáveis, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo assinalado.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4725-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4726/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.556/2020-9.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Amauri Ribeiro (CPF 006.701.408-99); Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes - CBVD (CNPJ 05.634.009/0001-78).
4. Órgão: então Ministério do Esporte.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Rômulo Augusto Costa Santos (OAB-SE 5.632), representando a Confederação Brasileira de Voleibol Para Deficientes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em desfavor da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD), além de Amauri Ribeiro como então presidente da entidade (gestão: 3/5/2009 a 3/5/2017), diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais aportados pelo Convênio n.º 13/2016 firmado com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para a "Manutenção Administrativa 2016" sob o valor total de R$ 62.784,59, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 1º/1 a 31/12/2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Amauri Ribeiro, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, sem prejuízo de acolher parcialmente a defesa oferecida pela CBVD com vistas a, desse modo, promover a exclusão da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes nesta relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. julgar irregulares as contas de Amauri Ribeiro, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data de Ocorrência	Valor Original (em R$)
12/8/2016	27.659,58

9.3. aplicar em desfavor de Amauri Ribeiro, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4726-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4727/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.999/2021-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Adelita Amaral Faria (CPF 771.528.087-91).

3.2. Recorrente: Adelita Amaral Faria (CPF 771.528.087-91).

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Willian Guimarães Santos de Carvalho (59.920/OAB-DF), Marlucio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF) e outros, representando Adelita Amaral Faria.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Adelita Amaral Faria, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 15.604/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser a recorrente beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros; e

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4727-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4728/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 040.173/2021-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Vitor Luiz Aimi (CPF 352.066.750-91).

3.2. Recorrente: Vitor Luiz Aimi (CPF 352.066.750-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Vitor Luiz Aimi (CPF 352.066.750-91), por meio do qual se insurge contra o Acórdão 19.052/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser o recorrente beneficiário de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4728-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4729/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 037.238/2021-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Thania Regina Bayma de Aguiar (CPF187.156.132-91).

3.2. Recorrente: Thania Regina Bayma de Aguiar (CPF187.156.132-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Thania Regina Bayma de Aguiar (CPF187.156.132-91), por meio do qual se insurge contra o Acórdão 18.849/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser a recorrente beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros;

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4729-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4730/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.326/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fabiano de Barros (037.262.418-92).

3.2. Recorrente: Fabiano de Barros (037.262.418-92).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Fabiano de Barros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Fabiano de Barros, contra o Acórdão 3.393/2022-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao pedido de reexame que pretendia reformar o Acórdão 17.211/2021-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4730-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4731/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 036.610/2021-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Semara Oliveira Campos (CPF 676.423.736-00).

3.2. Recorrente: Semara Oliveira Campos (CPF 676.423.736-00).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região-MG - TRT/3ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Semara Oliveira Campos (CPF 676.423.736-00), por meio do qual se insurge contra o Acórdão 16.600/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser a recorrente beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros;

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4731-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4732/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.433/2021-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Marcia Regina Bombarda de Pontes (015.079.628-51).

3.2. Recorrente: Marcia Regina Bombarda de Pontes (015.079.628-51).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Marcia Regina Bombarda de Pontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Marcia Regina Bombarda de Pontes, contra o Acórdão 3.399/2022-TCU-2ª Câmara, que deu provimento parcial ao pedido de reexame que pretendia reformar o Acórdão 11.756/2021-TCU- 2ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento desta decisão à embargante.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4732-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4733/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 023.246/2021-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Josimara Reis Regis (CPF 535.239.111-68).

3.2. Recorrente: Josimara Reis Regis (CPF 535.239.111-68).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT - TRT/23ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Josimara Reis Regis, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 16.716/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser a recorrente beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros;

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4733-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4734/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.025/2021-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Regina Margarida da Costa e Silva (467.209.280-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Regina Margarida da Costa e Silva (467.209.280-15), vinculada ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4734-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4735/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.877/2021-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Ângela Maria de Araújo Aguiar (CPF 433.387.477-72).

3.2. Recorrente: Ângela Maria de Araújo Aguiar (CPF 433.387.477-72).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRT/2ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Ângela Maria de Araújo Aguiar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Ângela Maria de Araújo Aguiar (CPF 433.387.477-72), por meio do qual se insurge contra o Acórdão 11.742/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a:

9.1.1. tornar sem efeito o Acórdão 11.742/2021-TCU-2ª Câmara;

9.1.2. encaminhar os autos ao Gabinete do Ministro Antônio Anastasia (sucessor do Relator a quo) para que o ato de peça 3 possa ser novamente apreciado, considerando-se os pareceres técnicos precedentes;

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4735-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4736/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 022.780/2021-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fernando Henriques de Farias (CPF 698.964.537-72).

3.2. Recorrente: Fernando Henriques de Farias (CPF 698.964.537-72).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ - TRT/1ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Fernando Henriques de Farias (CPF 698.964.537-72), por meio do qual se insurge contra o Acórdão 17.576/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser o recorrente beneficiário de decisão judicial transitada em julgado, assegure-lhe a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, e observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4736-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4737/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.397/2021-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Helena Margareth Farias Silva (256.168.972-72).
3.2. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal - MPF.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 18.848/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria de Helena Margareth Farias Silva ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem quanto à necessidade de avaliar se a beneficiária do ato em exame está efetivamente contemplada pela sentença proferida no Processo nº 1035883-44.2019.4.01.3400, bem assim nas decisões monocráticas liminares proferidas nos autos do Agravo de Instrumento 1041687-08.2019.4.01.0000 e do Agravo de Instrumento 1005757-89.2020.4.01.0000, atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, nessa hipótese, dar imediato cumprimento à determinação contida nas subalíneas "b.1" e "b.2" da alínea "b" do item 1.7 do Acórdão 18.848/2021-TCU-2ª Câmara, caso venham a ser desconstituídas ou suspensas a eficácia das decisões judiciais;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4737-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4738/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.516/2015-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: Davi Cordeiro de Oliveira (436.749.684-87).
4. Órgão/Entidade: Município de Santa Teresinha - PB.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Keylla Medeiros Lacerda e Lacerda e José Lacerda Brasileiro (3911/OAB-PB), representando Davi Cordeiro de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial por meio do qual este Tribunal, mediante o Acórdão 5.385/2020-TCU-2ª Câmara, julgou irregulares as contas de Davi Cordeiro de Oliveira, condenando-o em débito e multa, em razão da não comprovação do nexo causal dos recursos transferidos ao Município de Santa Teresinha/PB no âmbito do Convênio 737599/2010, decisão mantida pelo Acórdão 8.477/2021-TCU-Plenário (rel. min. Raimundo Carreiro), em sede de recurso de reconsideração;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. promover a revisão, de ofício, do item 9.3 do Acórdão 5.385/2020-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução TCU n.º 178, de 2005, com a alteração pela Resolução TCU n.º 235, de 2010, para tornar insubsistente a multa aplicada em desfavor de Davi Cordeiro de Oliveira, diante do seu falecimento antes do trânsito em julgado da aludida deliberação;
9.2. notificar o espólio do responsável de todas as deliberações prolatadas nestes autos, bem como da manutenção da dívida remanescente, na pessoa de Célia Oliveira Nicacio Cordeiro (sucessora), de acordo com os pareceres da Seproc e do MPTCU emitidos nos autos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4738-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4739/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.961/2019-2.
1.1. Apenso: 008.401/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Maria Teresa da Costa Ribeiro (773.730.909-82).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Paulo Henrique Gomes Perussi (75.627/OAB-PR), representando Maria Teresa da Costa Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério da Cultura, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet" destinados ao Pronac 04-2541 - "Balé Solidário" que visava à manutenção de uma companhia de dança para trinta crianças em situação de risco social, com a montagem, ao final, de um espetáculo dos alunos assistidos pelo projeto;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Maria Teresa da Costa Ribeiro (CPF: 773.730.909-82), condenando-a ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
29/12/2004	74.639,56

9.2. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.2.1. o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.2.2. a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.3. dar ciência desta deliberação à Secretaria Especial de Cultura, à responsável, e, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, para adoção das medidas cabíveis;
9.4. informar à Procuradoria da República no Estado do Paraná que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4739-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4740/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.521/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Conservo Serviços Gerais Ltda (17.027.806/0001-76).
4. Órgão/Entidade: Administração Geral da UFMG - MEC.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Tancredo Rocha Júnior (45581/OAB-MG), representando Conservo Serviços Gerais Ltda; Ana Paula de Souza Brito (52420/OAB-SC), representando Adservi - Administradora de Servicos Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela Conservo Serviços Gerais Ltda. contra o Acórdão 1.673/2022-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o TCU determinou a não prorrogação do Contrato 344/2021, decorrente do Pregão Eletrônico 8/2021;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar conhecimento desta decisão à embargante.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4740-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4741/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.701/2018-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Marta Maria Del Bello (123.077.968-00); Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais (59.587.949/0001-82).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Políticas Pública de Emprego - SPPE do Ministério do Trabalho e Emprego, em desfavor de Marta Maria Del Bello, em razão da impugnação total do valor repassado à conta do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 048/2010-Oxigênio/SP (Siafi 752.295), firmado entre aquela Pasta e Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Marta Maria Del Bello e de Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a

contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data
104.559,14	29/6/2012
19.168,69	13/10/2011

9.2. aplicar, individualmente, à Marta Maria Del Bello e à Oxigênio - Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das respectivas dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso venha a ser solicitado, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, a primeira a vencer em 15 (quinze) dias após a notificação e as demais a cada 30 (trinta) dias, com a incidência dos devidos encargos legais sobre cada uma delas e com o alerta de que a falta de comprovação de recolhimento de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, bem como ao Ministério concedente e aos responsáveis, informando-os que seu inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4741-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4742/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.737/2020-5.

1.1. Apensos: 041.968/2021-2; 021.964/2021-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

3.2. Responsável: Simeão Garcia do Nascimento (384.797.372-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tonantins - AM.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em desfavor de Simeão Garcia do Nascimento, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao município de Tonantins/AM, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, na modalidade fundo a fundo, no exercício de 2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, III, "b" e "c", §§ 2º e 3º, 19, 23, III, e 57 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Simeão Garcia do Nascimento;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Simeão Garcia do Nascimento, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir da data indicada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei, c/c o art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
25/5/2016	10.000,00
19/7/2016	500,00
19/7/2016	2.500,00
1/8/2016	83.800,00
27/10/2016	20.095,00
2/12/2016	14.737,40
2/12/2016	25.044,75
5/12/2016	25.043,20
30/12/2016	7.021,00
17/10/2018	52.580,00
22/3/2016	9.386,70
29/3/2016	4.900,00
29/7/2016	5.000,00
29/7/2016	1.600,00
1/8/2016	28.800,00
5/12/2016	21.415,75
22/3/2016	16.290,00
25/5/2016	7.000,00

9.3. aplicar a Simeão Garcia do Nascimento, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, corrigida monetariamente, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.7. enviar cópia do presente Acórdão ao responsável e à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, para ciência, informando-os de que o teor integral das peças que a integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4742-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4743/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.362/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Comando de Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército - Md/ce (09.665.038/0001-58).

3.2. Responsável: Marcelo Arnos (737.110.127-87).

4. Órgão/Entidade: 2ª Circunscrição de Serviço Militar.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Luzia de Souza Costa (62446/OAB-RJ), representando Marcelo Arnos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Comando de Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército, em desfavor de Marcelo Arnos (CPF: 737.110.127-87), em razão de terem sido sacados da conta do Sr. Dilson Arnos (CPF: 029.039.897-53), pensionista, os recursos de pensão depositados pelo Exército Brasileiro entre setembro de 2011 e fevereiro de 2013, após o falecimento do pensionista em 28/8/2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Marcelo Arnos (CPF 737.110.127-87);

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea d, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Marcelo Arnos (CPF 737.110.127-87), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Marcelo Arnos (CPF: 737.110.127-87):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/9/2011	275,37
2/10/2011	4.129,95
2/11/2011	4.129,95
2/12/2011	8.861,00
2/1/2012	4.129,95
2/2/2012	4.129,95
2/3/2012	4.129,95
2/4/2012	4.129,95
2/5/2012	4.129,95
2/6/2012	4.129,95
2/7/2012	6.860,57
2/8/2012	4.129,62
2/9/2012	4.129,45
2/10/2012	4.129,45
2/11/2012	4.129,45
2/12/2012	6.860,50
2/1/2013	4.129,45
2/2/2013	4.129,45

Valor atualizado do débito (com juros) em 20/6/2022: R$ 146.802,31.

9.3. aplicar ao responsável Marcelo Arnos (CPF: 737.110.127-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 20.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia desta deliberação, bem com o relatório e o voto que o acompanham à Procuradoria da República no Estado do RJ, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.7. Notificar a 2ª Circunscrição de Serviço Militar, do Exército Brasileiro, e ao responsável, a respeito desse acórdão;

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do RJ, à 2ª Circunscrição de Serviço Militar, do Exército Brasileiro, e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4743-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4744/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.104/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará (26.989.350/0005-40).
3.2. Responsável: Marco Antonio Souza de Andrade (081.473.292-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará, em desfavor de Marco Antônio Souza de Andrade, funcionário público federal da Funasa, ocupante do cargo de médico, em razão de faltas não justificadas, caracterizando abandono do cargo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Marco Antonio Souza de Andrade, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/992, e no art. 202, § 8º, do RITCU;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Marco Antônio Souza de Andrade, ex-funcionário público federal dos quadros da Funasa, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
11.590,71	5/6/2013
11.590,71	5/3/2014
11.590,71	5/7/2014
11.808,35	5/2/2015
21.337,80	5/3/2015
12.394,74	5/4/2015
12.248,14	5/5/2015
12.248,14	5/6/2015
12.248,14	5/7/2015
12.248,14	5/8/2015
12.248,14	5/9/2015
12.248,14	5/10/2015
12.248,14	5/11/2015
24.123,28	5/12/2015
12.248,14	5/1/2016
12.418,14	5/2/2016
12.333,14	5/3/2016
12.333,14	5/4/2016
12.333,14	5/5/2016
2.437,19	5/6/2016
5.405,97	5/7/2016
458,01	5/8/2016
2.337,49	5/9/2016
1.107,56	5/10/2016
1.295,82	5/11/2016
7.160,47	5/12/2016
2.360,97	5/2/2017
3.981,56	5/3/2017
898,45	5/4/2017
898,45	5/5/2017

9.3. aplicar ao Sr. Marco Antonio Souza de Andrade a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando ao responsável que sobre cada parcela incidirão os correspondentes acréscimos legais e que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Fundação Nacional de Saúde e ao responsável, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Pará, à Fundação Nacional de Saúde e ao responsável, que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do Pará que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4744-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4745/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.455/2018-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Recorrente: Ferdinando Lima de Carvalho (461.112.124-00).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Parnamirim - PE.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marcus Vinícius Alencar Sampaio (29528/OAB-PE), Paulo Gabriel Domingues de Rezende (26965/OAB-PE) e outros, representando Ferdinando Lima de Carvalho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Ferdinando Lima de Carvalho, ex-prefeito de Parnamirim/PE (gestões 2009-2012 e 2013-2016) contra o Acórdão 3.687/2021-TCU-2ª Câmara (Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. conhecer do recurso interposto e, no mérito, dar-lhe provimento, para tornar insubsistente o Acórdão 3.687/2021-TCU-2ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas de Ferdinando Lima de Carvalho, ex-prefeito de Parnamirim/PE, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dando-lhe quitação;

9.3. notificar o recorrente, a Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e demais interessados a respeito desta deliberação.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4745-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4746/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.254/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Leila Candia Alves (371.559.201-00).
3.2. Recorrente: Leila Candia Alves (371.559.201-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF), representando Leila Candia Alves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos o pedido de reexame interposto por Leila Candia Alves contra o Acórdão 12.448/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, por meio do qual este Tribunal, entre outras medidas, considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria, negando o respectivo registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de "opção.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, mantendo a negativa de registro do ato concessório de aposentadoria da Sra. Leila Candia Alves, com suspensão de eficácia das determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 12.448/2021-TCU-2ª Câmara, enquanto vigentes as sentenças proferidas no processo nº 1035883-44.2019.4.01.3400, atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e pendente de trânsito em julgado;

9.2. nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que acompanhe o desenrolar do processo judicial referido no item 9.1 e, caso sobrevenha a desconstituição ou suspensão da eficácia das sentenças proferidas na citada ação, dê imediato cumprimento às determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 12.448/2021-TCU-2ª Câmara;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, à Sra. Leila Candia Alves e aos demais interessados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4746-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4747/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.045/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria do Carmo Soares Reis Capao (484.440.304-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este ato de concessão de aposentadoria em favor de Maria do Carmo Soares Reis Capao, emitido pelo Ministério da Saúde, ora apreciado para fins de registro

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 259, 260 e 262 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria do Carmo Soares Reis Capao, negando-lhe registro, em função da continuidade do pagamento indevido de rubricas oriundas da incorporação de parcela referente à URP e de decisões judiciais concessivas de compensações por supostas perdas inflacionárias com planos econômicos, sem a devida absorção pelos reajustes remuneratórios posteriores do cargo, em desconformidade com os entendimentos firmados no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, na Súmula-TST 322 e na tese fixada em repercussão geral pelo E. STF no RE 596.663/RJ (Tema 494: "A sentença que reconhece ao trabalhador ou a servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos");

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.3.1. no prazo de quinze dias contados da ciência deste Acórdão, faça cessar o pagamento das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência deste Acórdão à interessada, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de trinta dias contados da ciência desta deliberação pela unidade jurisdicionada, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovantes da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4747-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4748/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.699/2022-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Joao Lucas Evangelista de Oliveira (208.335.207-68).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este ato de concessão de aposentadoria em favor de João Lucas Evangelista de Oliveira, emitido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ora apreciado para fins de registro

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal; arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 259, II, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de aposentadoria de João Lucas Evangelista de Oliveira (peça 3), em razão da manutenção, nos proventos, da parcela "10289 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT (Decisão judicial - Outros)", referente à Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias (GDAR), que deveria ter sido absorvida em face dos reajustes remuneratórios do cargo, após sua conversão em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo responsável, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. deixar de expedir a determinação corretiva prevista no art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, em respeito à decisão incidente nos autos do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

9.4. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.4.1. comunique ao interessado sobre a presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.2. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que o interessado tomou ciência desta deliberação;

9.4.3. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da GDAR nos autos do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, adote as medidas administrativas necessárias à supressão das rubricas pagas a título de GDAR;

9.5. dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o teor integral de suas demais peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.5.1. ao órgão responsável pela concessão;

9.5.2. ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para acompanhamento do Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400 e do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000/DF, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como à Consultoria Jurídica deste Tribunal, nos termos da Questão de Ordem n° 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4748-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4749/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.778/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Irani Rego da Silva (169.306.651-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria em favor de Irani Rego da Silva, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor Irani Rego da Silva, negando-lhe o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo responsável, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. no prazo de trinta dias, comunique ao interessado sobre a presente deliberação;

9.3.2. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que o interessado tomou ciência desta deliberação;

9.3.3. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da parcela impugnada nos autos do Mandado de Segurança 28.819, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, adote as medidas administrativas necessárias à supressão da rubrica; e

9.4. notificar, a respeito deste acórdão, a Fundação Universidade de Brasília e, nos termos da Questão de Ordem 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011, o Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e a Consultoria Jurídica deste Tribunal, para acompanhamento do Mandado de Segurança 28.819, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4749-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4750/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.844/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maryluci da Mota Paiva (212.728.321-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria em favor de Maryluci da Mota Paiva, ex-servidora da Fundação Universidade de Brasília,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor de Maryluci da Mota Paiva, negando-lhe o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo responsável, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. no prazo de trinta dias, comunique à interessada sobre a presente deliberação;

9.3.2. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que a interessada tomou ciência desta deliberação;

9.3.3. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da parcela impugnada nos autos do Mandado de Segurança 28.819, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, adote as medidas administrativas necessárias à supressão da rubrica; e

9.4. notificar, a respeito deste acórdão, a Fundação Universidade de Brasília e, nos termos da Questão de Ordem 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011, o Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e a Consultoria Jurídica deste Tribunal, para acompanhamento do Mandado de Segurança 28.819, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4750-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4751/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.320/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Joselise Cortez de Souza Dantas (254.290.274-72).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria a ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com base nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992; e no art. 260 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão inicial de aposentadoria de Joselise Cortez de Souza Dantas;

9.2. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à interessada, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4751-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4752/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 009.232/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Decio Joao Gallego Gimenes (046.279.698-13); Cleide Aparecida Perobon Mazzer (862.531.238-15); Simone Filomena Rezende de Souza Beray (107.963.878-42).
3.2. Interessados: Cleide Aparecida Perobon Mazzer (862.531.238-15); Cleide Aparecida Perobon Mazzer (862.531.238-15); Decio Joao Gallego Gimenes (046.279.698-13); Decio Joao Gallego Gimenes (046.279.698-13); Simone Filomena Rezende de Souza Beray (107.963.878-42); Simone Filomena Rezende de Souza Beray (107.963.878-42).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando Simone Filomena Rezende de Souza Beray.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Decio Joao Gallego Gimenes (046.279.698-13), Cleide Aparecida Perobon Mazzer (862.531.238-15) e Simone Filomena Rezende de Souza Beray (107.963.878-42) servidores aposentados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP), em face do Acórdão 16.647/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegais os atos de aposentadoria dos recorrentes e negou-lhes registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) de que os servidores aposentados Decio Joao Gallego Gimenes (046.279.698-13) e Cleide Aparecida Perobon Mazzer (862.531.238-15) são beneficiários de decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 2004.3400.048565-0/DF cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, e que a servidora aposentada Simone Filomena Rezende de Souza Beray (107.963.878-42) é beneficiária da ação coletiva nº 2005.61.05.000976-9, ajuizada junto à 3ª Vara da Seção Judiciária de Campinas/SP, o que lhes assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida a ilegalidade dos atos e a negativa de registro;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) e aos recorrentes, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4752-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4753/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 014.321/2010-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Leila da Graça Amaral (198.990.330-49).
3.2. Responsáveis: Denise Ribeiro Motter (464.503.279-87); Maria Salete Lopes Natividade (246.031.209-15).
3.3. Interessados: Leila da Graça Amaral (198.990.330-49).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Susan Mara Zilli (5.517/OAB-SC), Prudente Jose Silveira Mello (4.673/OAB-SC) e outros, representando Leila da Graça Amaral.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Leila da Graça Amaral (198.990.330-49), professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, contra o Acórdão 7.031/2012-TCU-2ª Câmara, que julgou legal o ato de aposentadoria da servidora, e fez determinações no sentido de fazer cessar o pagamento da diferença de 3,17% (URV/Decisão Judicial Transitada em Julgado), sem que tivesse sido absorvida por reajustes e reestruturações posteriores da categoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, à Universidade Federal de Santa Catarina e à Sra. Leila da Graça Amaral (198.990.330-49), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4753-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4754/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.931/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Cezar Antonio Fortaleza (261.919.381-87).
3.2. Recorrentes: Cezar Antonio Fortaleza (261.919.381-87); Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Fabio Fontes Estillac Gomez (34.163/OAB-DF), representando Cezar Antonio Fortaleza.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos pelo Ministério Público Federal e por Cezar Antonio Fortaleza, ex-servidor do MPF, contra o Acórdão 9.020/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, por meio do qual este Tribunal, entre outras medidas, considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria, negando o respectivo registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de "opção".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer dos recursos de pedido de reexame interpostos para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, mantendo a negativa de registro do ato concessório de aposentadoria do Sr. Cezar Antonio Fortaleza, com suspensão de eficácia das determinações contidas nos subitens 1.7, "b.1" e "b.2" do Acórdão 9.020/2021-TCU-2ª Câmara, enquanto vigentes as sentenças proferidas nos processos nº 1035883-44.2019.4.01.3400 ou nº 1005757-89.2020.4.01.0000, atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e pendentes de trânsito em julgado;
9.2. nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Ministério Público Federal que acompanhe o desenrolar dos processos judiciais referidos no item 9.1 e, caso sobrevenha a desconstituição ou suspensão da eficácia das sentenças proferidas nas citadas ações, dê imediato cumprimento às determinações contidas nos subitens 1.7, "b.1" e "b.2", do Acórdão 9.020/2021-TCU-2ª Câmara;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Ministério Público Federal, Cezar Antonio Fortaleza e aos demais interessados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4754-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4755/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 019.361/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Universidade Federal de Minas Gerais (17.217.985/0001-04);
3.2. Interessados: Avany Costa Oliveira Ventura (274.732.366-87);
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Avany Costa Oliveira Ventura contra o contra o Acórdão 5.896/2021-2ª Câmara, relator o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de se entender que não cabe a absorção da parcela complementar, prevista no § 2º do art. 15 da Lei 11.091/2005, visto ter ocorrido a progressão funcional da servidora, tornando sem efeito a primeira parte do subitem 9.3.2 do Acórdão 5.896/2021-TCU-2ª Câmara ("promova a correção sobre os indevidos pagamentos identificados na ficha financeira de Avany Costa Oliveira Ventura pela rubrica como 82375 VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05 sob o valor de R$ 179,35"), mantida a ilegalidade e a negativa de registro do ato em face do pagamento irregular de horas extras;
9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, à Universidade Federal de Minas Gerais e à Sra. Avany Costa Oliveira Ventura (274.732.366-87), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4755-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4756/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 023.188/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Isabel Galchin Molina (104.268.278-05).
3.2. Interessados: Isabel Galchin Molina (104.268.278-05).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Isabel Galchin Molina.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Isabel Galchin Molina (104.268.278-05), servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/ SP, em face do Acórdão 11.007/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria do recorrente e negou-lhe registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e tornar sem efeito os itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 17.209/2021-TCU-2ª Câmara, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro, conforme o item 9.1 da mesma decisão;
9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/ SP de que a servidora aposentada é beneficiária de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 000029257.2004.4.03.6100, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD perante a 22ª Vara da Seção Judiciária Federal de São Paulo/SP, o que lhe assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/ SP e à Sra. Isabel Galchin Molina (104.268.278-05) informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4756-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4757/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 023.413/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Glaucia Brunini Cardoso Lourenco (046.824.528-60);
3.2. Interessados: Glaucia Brunini Cardoso Lourenco (046.824.528-60);
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Jean Paulo Ruzzarin (21.006/OAB-DF), Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF) e outros, representando Glaucia Brunini Cardoso Lourenco.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Glaucia Brunini Cardoso Lourenco (046.824.528-60), servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas (SP), em face do Acórdão 17.935/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente e negou-lhe registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) de que a servidora aposentada Glaucia Brunini Cardoso Lourenco (046.824.528-60) é beneficiária da ação coletiva nº 2005.61.05.000976-9, ajuizada junto à 3ª Vara da Seção Judiciária de Campinas/SP, o que lhe assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro, nos termos do item 9.1 do acórdão recorrido;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) e à recorrente, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4757-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4758/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 023.505/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Helena Monteiro da Silva (352.271.501-25).
3.2. Interessados: Helena Monteiro da Silva (352.271.501-25).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Camila Dias dos Santos Carneiro (27597/OAB-BA), representando Helena Monteiro da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Helena Monteiro da Silva (352.271.501-25), servidora aposentada do Superior Tribunal de Justiça, em face do Acórdão 15.331/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente e negou-lhe registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem "opção", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e suspender a execução dos itens "b.1" e "b.2" do Acórdão 15.331/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. dar ciência ao Superior Tribunal de Justiça de que a servidora aposentada é beneficiária de decisão judicial ainda não transitada em julgado nos autos do Agravo de Instrumento de nº 1041687-08.2019.4.01.0000 (processo de referência nº 1035883-44.2019.4.01.3400, cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal), o que lhe assegura a manutenção da parcela "opção"; caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia da sentença, o Tribunal deverá dar imediato cumprimento às determinações contidas nas alíneas "b.1" e "b.2" do Acórdão 15.331/2021-TCU-2ª Câmara.
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Superior Tribunal de Justiça e à Sra. Helena Monteiro da Silva (352.271.501-25), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4758-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4759/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 023.541/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
3.2. Interessado: Lucia Cleide Vieira Lima (182.943.591-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal em face do Acórdão 15.333/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria de Lucia Cleide Vieira Lima (182.943.591-49), servidora aposentada daquele Órgão Ministerial e negou-lhe registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem "opção", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e suspender a execução dos itens "b.1" e "b.2" do Acórdão 15.333/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. dar ciência ao Ministério Público Federal de que a servidora aposentada é beneficiária de decisão judicial ainda não transitada em julgado nos autos do Agravo de Instrumento de nº 1041687-08.2019.4.01.0000 (processo de referência nº 1035883-44.2019.4.01.3400, cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal), o que lhe assegura a manutenção da parcela "opção"; caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia da sentença, o MPF deverá dar imediato cumprimento às determinações contidas nas alíneas "b.1" e "b.2" do Acórdão 15.333/2021-TCU-2ª Câmara;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Ministério Público Federal e à Sra. Lúcia Cleide Vieira Lima (182.943.591-49), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4759-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4760/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 024.216/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Maria da Soledade Campos Vieira (269.173.785-34).
3.2. Interessados: Maria da Soledade Campos Vieira (269.173.785-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Romeu da Cunha Gomes (43.513/OAB-BA), Ingride Silva Soares (61.179/OAB-BA) e outros, representando Maria da Soledade Campos Vieira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Maria da Soledade Campos Vieira (269.173.785-34), servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, em face do Acórdão 11.035/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria do recorrente e negou-lhe registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e tornar sem efeito os itens 9.2.1 e 9.2.2 do

Acórdão 11.035/2021-TCU-2ª Câmara, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro, conforme o item 9.1 da mesma decisão;

9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA de que a servidora aposentado é beneficiário de decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 2004.3400.048565-0/DF cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o que lhe assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e à Sra. Maria da Soledade Campos Vieira (269.173.785-34), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4760-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4761/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.149/2022-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessada: Caterina Ulisses de Carvalho (CPF 627.932.337-49).

4. Órgão: Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica em favor de Caterina Ulisses de Carvalho a partir do falecimento de Tácio Ulisses de Carvalho Filho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Caterina Ulisses de Carvalho (à Peça 3 sob o n.º 84614/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4761-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4762/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.542/2022-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Rosali Rodrigues Mendes (CPF 279.035.247-04); Rosane Condeixa Rodrigues (CPF 323.407.457-72).

4. Órgão: Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica em favor de Rosali Rodrigues Mendes e Rosane Condeixa Rodrigues a partir do falecimento de Derly Augusto Rodrigues;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de reversão da pensão militar em favor de Rosali Rodrigues Mendes e Rosane Condeixa Rodrigues (à Peça 3 sob o n.º 76059/2018), negando-lhe o respectivo registro, já que, para além da presente pensão militar, Rosali Rodrigues Mendes perceberia cumulativa e indevidamente a pensão civil pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e a aposentadoria pelo RGPS em ofensa, assim, ao art. 29 da Lei n.º 3.765, de 1960, com as alterações introduzidas pela MP n.º 2.215-10, de 2001;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. oriente a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão sobre a eventual possibilidade de exercer a superveniente opção com vistas a permitir a percepção da presente pensão militar a partir da subjacente desistência da indevida percepção cumulativa com os outros benefícios previdenciários, destacando, para tanto, que, diante das alterações introduzidas pela referida MP n.º 2.215-10, de 2001, o art. 29 da Lei nº 3.765, de 1960, passou a apenas permitir a acumulação "de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria" ou "de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal";

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato para a aludida pensão militar indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260 do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão;

9.5. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS avalie a legalidade, ou não, da atual situação previdenciária de Rosali Rodrigues Mendes em face de, para além da presente pensão militar, ela perceber cumulativa e indevidamente a aposentadoria e a pensão civil sob o Regime Geral de Previdência Social (RPPS) em ofensa, assim, ao art. 29 da Lei n.º 3.765, de 1960, com as alterações introduzidas pela MP n.º 2.215-10, de 2001; devendo o INSS informar o TCU sobre o efetivo resultado de todas as providências porventura adotadas, ao final do aludido prazo; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4762-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4763/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.002/2022-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Nilza Luiza Murici de Jesus (CPF 141.875.825-68); Neuza Maria Murici de Jesus (CPF 091.802.225-87); Rita Cássia Murici de Jesus (CPF 198.353.885-04); Norma Murici de Jesus (CPF 220.029.365-87); Valdelice dos Anjos Barbosa de Jesus (CPF 282.375.875-53); Nilma Lúcia Murici de Jesus (CPF 506.152.385-72); e Neyde Murici de Jesus (CPF 198.375.345-91).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército em favor de Nilza Luiza Murici de Jesus, Neuza Maria Murici de Jesus, Rita Cássia Murici de Jesus, Norma Murici de Jesus, Valdelice dos Anjos Barbosa de Jesus, Nilma Lúcia Murici de Jesus e Neyde Murici de Jesus a partir do falecimento de Hilton Murici de Jesus;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Nilza Luiza Murici de Jesus, Neuza Maria Murici de Jesus, Rita Cássia Murici de Jesus, Norma Murici de Jesus, Valdelice dos Anjos Barbosa de Jesus, Nilma Lúcia Murici de Jesus e Neyde Murici de Jesus (à Peça 3 sob o n.º 87437/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4763-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4764/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.079/2020-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Luiz Augusto Pereira (CPF 160.579.960-20); Sanatório Belém (CNPJ 92.713.825/0001-71).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Paulo Roberto Cardoso Moreira de Oliveira (OAB-RS 27.026), representando Luiz Augusto Pereira e o Sanatório Belém.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sanatório Belém, além de Luiz Augusto Pereira como então presidente desse ente, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados por meio do Convênio n.º 33888/2011 destinado à aquisição de equipamentos e material permanente para a unidade de atenção especializada em saúde sob o valor original de R$ 459.000,00 pelo integral aporte em recursos federais, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 20/12/2011 a 20/12/2012, com a sucessiva prorrogação até 30/6/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa oferecidas pela Sanatório Belém, além de Luiz Augusto Pereira;

9.2. julgar irregulares as contas da Sanatório Belém, além de Luiz Augusto Pereira, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
11/12/2012	459.000,00

9.3. aplicar em desfavor de Luiz Augusto Pereira a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4764-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4765/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.548/2019-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francisco Taveira Peixoto (CPF 055.835.513-72); Vanderlúcio Simão Ribeiro (CPF 508.863.981-34).
4. Entidade: Município de São Pedro da Água Branca - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Amadeus Pereira da Silva (OAB-MA 4.408), representando Francisco Taveira Peixoto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor, originariamente, de Vanderlúcio Simão Ribeiro, como então prefeito de São Pedro da Água Branca - MA (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), além de Samuel Kesley Ribeiro de Souza como então secretário municipal de Finanças, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela modalidade fundo a fundo sob o valor histórico de R$ 220.000,00 para a construção e ampliação de unidades de saúde na zona urbana do aludido município durante o período de 2010 a 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Vanderlúcio Simão Ribeiro, nos termos do art. 12, § 3°, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Vanderlúcio Simão Ribeiro, além de Francisco Taveira Peixoto, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
14/5/2010	20.000,00
19/5/2010	20.000,00
14/11/2013	130.000,00
8/8/2014	50.000,00

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor de Vanderlúcio Simão Ribeiro, além de Francisco Taveira Peixoto, individualmente, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar a multa prevista no art. 58, IV, da Lei n.º 8.443, de 1992, e no art. 268, IV, § 3º, do RITCU, em desfavor de Gilsimar Ferreira Pereira e Marília Gonçalves de Oliveira, individualmente, sob o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4765-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4766/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.001/2022-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Luizmar da Silva Miceli (CPF 278.887.970-91).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor de Luizmar da Silva Miceli;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Luizmar da Silva Miceli (à Peça 3 sob o n.º 139829/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4766-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4767/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.196/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Jandinete dos Santos Souza (CPF 176.881.325-68).
4. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal da Bahia em favor de Jandinete dos Santos Souza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Jandinete dos Santos Souza (à Peça 3 sob o n.º 82164/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como

reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal da Bahia adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal da Bahia, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4767-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4768/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.388/2022-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Simone Maria Sócio Ferreira (CPF 056.097.728-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Simone Maria Sócio Ferreira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Simone Maria Sócio Ferreira (à Peça 3 sob o n.º 720/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4768-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4769/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.587/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Davi Nunes da Silva (CPF 108.531.204-63).
4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em favor de Davi Nunes da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Davi Nunes da Silva (à Peça 3 sob o n.º 45529/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da rubrica como "10288 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT (Decisão judicial - Outros)" em função da subjacente hora extra sob o valor de R$ 706,02;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, em função da indevida percepção da rubrica judicial sobre hora extra, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida percepção da rubrica judicial como hora extra, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4769-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4770/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.648/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Romualdo Lourenço da Silva (CPF 166.004.605-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em favor de Romualdo Lourenço da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Romualdo Lourenço da Silva (à Peça 3 sob o n.º 7406/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4770-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4771/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.111/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Amauri Silva Montes (CPF 005.336.338-85).
4. Órgão: então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em favor de Amauri Silva Montes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Amauri Silva Montes (à Peça 3 sob o n.º 119065/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da rubrica em "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO (Decisão judicial - Outros) - R$ 17,26" em função do inadequado pagamento de parcela como "14º Salário";

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes à parcela como "14º Salário" em respeito, assim, à decisão judicial transitada em julgado no bojo do Processo n° 0401505-73.1994.4.03.6103;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações dê ciência desta deliberação ao interessado, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4771-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4772/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.854/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Eduardo Augusto Lucas Wendler (CPF 226.405.090-04).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Eduardo Augusto Lucas Wendler;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Eduardo Augusto Lucas Wendler (à Peça 3 sob o n.º 60492/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4772-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4773/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.882/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Ricardo Akel (CPF 232.742.129-20).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social em favor de Ricardo Akel;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Ricardo Akel (à Peça 3 sob o n.º 54884/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, além da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria em favor de Ricardo Akel ora considerado ilegal em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, além da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão de aposentadoria em favor de Ricardo Akel, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4773-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4774/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 010.885/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Yukiko Ikeda (CPF 614.781.808-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Yukiko Ikeda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Yukiko Ikeda (à Peça 3 sob o n.º 166320/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente

carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4774-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4775/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.962/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Marize Cristina Guarana Belotto (CPF 085.291.518-79).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em favor de Marize Cristina Guarana Belotto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Marize Cristina Guarana Belotto (à Peça 3 sob o n.º 140886/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4775-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4776/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.676/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Iris Vilela Coelho (CPF 619.075.457-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Iris Vilela Coelho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Iris Vilela Coelho (à Peça 3 sob o n.º 161277/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4776-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4777/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.840/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Milton Luís Martins (CPF 478.924.047-91).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Milton Luís Martins;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Milton Luís Martins (à Peça 3 sob o n.º 13218/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, além da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria em favor de Milton Luís Martins ora considerado ilegal em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, além da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão de aposentadoria em favor de Milton Luís Martins, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4777-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4778/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.395/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Edson Luís Mesadri (CPF 356.972.029-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região em favor de Edson Luís Mesadri;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Edson Luís Mesadri (à Peça 3 sob o n.º 142740/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4778-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4779/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 044.911/2021-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Alexandre Carlos Cavalcanti Neto (CPF 074.209.434-00).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Senado Federal em favor de Alexandre Carlos Cavalcanti Neto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Alexandre Carlos Cavalcanti Neto (à Peça 3 sob o n.º 70395/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função e do indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo de determinar a imediata suspensão dos pagamentos inerentes ao indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990, além da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Senado Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função para o período originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Senado Federal verifique o efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Senado Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; destacando que, em vários julgados anteriores, o TCU teria promovido o envio de ciência preventiva e corretiva à administração da Senado Federal, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que atente sobre a necessidade de evitar a futura ocorrência da aludida falha identificada no presente feito diante do indevido reajuste da vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4779-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4780/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.788/2022-8.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.

3. Interessado: Fernando Cassemiro dos Santos Júnior (CPF 023.028.845-66).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Fernando Cassemiro dos Santos Júnior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Fernando Cassemiro dos Santos Júnior (à Peça 4 sob o n.º 65614/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol da ora interessada, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4780-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4781/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.994/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adriana Lucia Costa Girão (631.136.783-15); Ag-1 Turismo Ltda - Me (95.428.561/0001-00); Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Alberto Fernando Monteiro do Nascimento (020.421.424-68); Alda Stela Ribeiro Lima (281.423.303-34); Alfama Processamento de Dados Ltda. (07.906.802/0001-04); Antonio Álvaro Garcez Dias de Carvalho (964.333.615-87); Antonio Lucena Benavenuto (178.150.373-72); Barbalho Reis Comunicacao e Consultoria Ltda - Me (26.420.877/0001-25); Bruno Ricardo de Souza Lopes (332.014.807-97); Bsb Servicos Cinegroup Ltda (06.900.652/0001-69); Caio Rodrigo de Souza Lopes (008.910.499-40); Carolina Guidotti Margiotta (935.003.510-34); Conveniare Consultoria Em Gestão Empresarial Ltda (10.463.886/0001-63); Dalmo Antônio Tavares de Queiroz (143.954.361-53); David Jussier Tomaz Figueiredo (838.463.873-04); Eduardo Alves Fayet (859.355.909-30); Eduardo So Gay (473.823.760-87); Fabio Emanuel Garcez Dias de Carvalho (010.674.245-04); Fatima Maria Miguel Pereira (814.571.627-68); Flavia de Andrade Duque (748.841.829-87); Focus Planejamento e Gestão Ltda (10.227.283/0001-62); Fundação Universa (03.218.102/0001-76); Humberto Silva Gomes (516.214.871-72); Luiz Henrique de Barros (471.530.671-91); Marcelo Sotomaior Cardoso (802.382.899-15); Marcio Lopes (015.963.519-50); Marcos Antonio Garcez Dias de Carvalho (005.967.305-27); Monica Amorim Monteiro (735.744.144-04); Race Consult Consultoria Técnica e Representações Ltda (00.085.177/0001-38); Rafael Alves Fayet (503.862.399-91); Result Consultoria e Inovação Ltda (07.133.646/0001-96); Ronnie Reus Schroeder (456.414.980-68); Sl Serviços de Levantamento de Informações Ltda (09.398.973/0001-03); Tatiana Carolina de Souza Lopes (077.597.059-05); Valor Brasília Assessoria e Serviços de Desenvolvimento Profissional Ltda (12.217.163/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Evaristo Vieira de Araújo Neto (40.750/OAB-DF), representando Rafael Alves Fayet; Cássio Victor Silva Benatti e Waldemar Soares Lima Junior (9338/OAB-DF), representando Fundação Universa; Marcio Jose Teixeira (70.966/OAB-PR), representando Caio Rodrigo de Souza Lopes; Marcos Paulo de Castro Pereira (49.078/OAB-PR) e Marcelo José Ciscato (24.654/OAB-PR), representando Marcelo Sotomaior Cardoso; Jorge Luiz Carvalho Lugão (34001/OAB-DF) e Camila Silva Lugão (26377/OAB-DF), representando Luiz Henrique de Barros; Ivo Ary Meier Junior (25.047/OAB-PR), Adoniram Ozias Santos (63.491/OAB-PR) e outros, representando Flavia de Andrade Duque; Jorge Luiz Carvalho Lugão (34001/OAB-DF) e Camila Silva Lugão (26377/OAB-DF), representando Antonio Lucena Benavenuto; Marcio Jose Teixeira (70.966/OAB-PR), representando Sl Serviços de Levantamento de Informacoes Ltda; Jorge Luiz Carvalho Lugão (34001/OAB-DF) e Camila Silva Lugão (26377/OAB-DF), representando Valor Brasilia Assessoria e Servicos de Desenvolvimento Profissional Ltda; Ivo Ary Meier Junior (25.047/OAB-PR), Adoniram Ozias Santos (63.491/OAB-PR) e outros, representando Ag-1 Turismo Ltda - Me; Marcio Jose Teixeira (70.966/OAB-PR), representando Bruno Ricardo de Souza Lopes; Marcio Jose Teixeira (70.966/OAB-PR), representando Tatiana Carolina de Souza Lopes; Jorge Luiz Carvalho Lugão (34001/OAB-DF) e Camila Silva Lugão (26377/OAB-DF), representando Alda Stela Ribeiro Lima; Luiz Carlos Krammer (28.060/OAB-RS) e Leandro Godois (47.097/OAB-RS), representando Ronnie Reus Schroeder; Evaristo Vieira de Araújo Neto (40.750/OAB-DF), representando Eduardo Alves Fayet; Carlos Pinna de Assis Júnior (3914/OAB-SE) e Marcelo Sampaio de Figueiredo (517-B/OAB-SE), representando Antonio Álvaro Garcez Dias de Carvalho; Carlos Pinna de Assis Júnior (3914/OAB-SE) e Marcelo Sampaio de Figueiredo (517-B/OAB-SE), representando Marcos Antonio Garcez Dias de Carvalho; Ivo Ary Meier Junior (25.047/OAB-PR), Adoniram Ozias Santos (63.491/OAB-PR) e outros, representando Marcio Lopes; Carlos Pinna de Assis Júnior (3914/OAB-SE) e Marcelo Sampaio de Figueiredo (517-B/OAB-SE), representando Alfama Processamento de Dados Ltda.; Carlos Pinna de Assis Júnior (3914/OAB-SE) e Marcelo Sampaio de Figueiredo (517-B/OAB-SE), representando Fabio Emanuel Garcez Dias de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Alberto Fernando Monteiro do Nascimento e da Fundação Universa, em razão de irregularidade na execução do Convênio 1598/2008 (Siconv 702.306), que teve por objeto a realização de estudos, pesquisas e qualificação e atualização profissional para melhoria da qualidade dos serviços turísticos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Fundação Universa, Humberto Silva Gomes e Empresa Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. desconsiderar a personalidade jurídica das empresas Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda. e Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda., a fim de alcançar seus diretores estatutários Eduardo Alves Fayet e Rafael Alves Fayet; e Humberto Silva Gomes, respectivamente;

9.3. acolher as alegações de defesa dos responsáveis Alda Stela Ribeiro Lima, Luiz Henrique de Barros, Antônio Lucena Benavenuto e Empresa Valor Brasília Assessoria e Serviços de Desenvolvimento Profissional Ltda., Bruno Ricardo de Souza Lopes, Caio Rodrigo de Souza Lopes, Tatiana Carolina de Souza Lopes, Empresa - SL Serviços de Levantamento de Informações Ltda. - Consultoria e Pesquisa de Mercado Ltda., David Jussier Tomaz Figueiredo, Adriana Lúcia Costa Girão, Empresa DJT Figueiredo-ME - nome de fantasia - Result Consultoria Ltda., Eduardo So Gay, Ronnie Reus Schroeder, empresa Conveniare Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho, Antônio Álvaro Garcez Dias de Carvalho, Marcos Antônio Garcez Dias de Carvalho, Empresa - Alfama Processamento de Dados Ltda., Fátima Maria Miguel Pereira, Airton Nogueira Pereira Júnior, Empresa - Focus Planejamento e Gestão Ltda., Flávia de Andrade Duque, Marcelo Sotomaior Cardoso Lopes, Marcio Lopes, Empresa Ag1 Turismo Ltda., Mônica Amorim Monteiro, Carolina Guidotti Margiotta, Empresa BSB Serviços Cine Vídeo Ltda;

9.4. excluir da relação processual os responsáveis Alberto Fernando Monteiro do Nascimento, Alda Stela Ribeiro Lima, Luiz Henrique de Barros, Antônio Lucena Benavenuto e Empresa Valor Brasília Assessoria e Serviços de Desenvolvimento Profissional Ltda., Bruno Ricardo de Souza Lopes, Caio Rodrigo de Souza Lopes, Tatiana Carolina de Souza Lopes, Empresa - SL Serviços de Levantamento de Informações Ltda. - Consultoria e Pesquisa de Mercado Ltda., David Jussier Tomaz Figueiredo, Adriana Lúcia Costa Girão, Empresa DJT Figueiredo-ME - nome de fantasia - Result Consultoria Ltda., Eduardo So Gay, Ronnie Reus Schroeder, empresa Conveniare Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho, Antônio Álvaro Garcez Dias de Carvalho, Marcos Antônio Garcez Dias de Carvalho, Empresa - Alfama Processamento de Dados Ltda., Fátima Maria Miguel Pereira, Airton Nogueira Pereira Júnior, Empresa - Focus Planejamento e Gestão Ltda., Flávia de Andrade Duque, Marcelo Sotomaior Cardoso Lopes, Marcio Lopes, Empresa Ag1 Turismo Ltda., Mônica Amorim Monteiro, Carolina Guidotti Margiotta, Empresa BSB Serviços Cine Vídeo Ltda.;

9.5. rejeitar parcialmente as alegações de defesa dos responsáveis Eduardo Alves Fayet, Rafael Alves Fayet, Empresa - Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda. e Dalmo Antônio Tavares de Queiroz.

9.6. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Fundação Universa, Humberto Silva Gomes, Dalmo Antônio Tavares de Queiroz, Empresa Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda., Eduardo Alves Fayet, Rafael Alves Fayet, Empresa - Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda., condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos solidários relacionados aos responsáveis Fundação Universa, Humberto Silva Gomes, Dalmo Antônio Tavares de Queiroz e Empresa Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda.:

Débito (R$)	Data da ocorrência
457.518,75	15/12/2009
457.518,75	21/5/2010
9.385,00	6/9/2010
924.422,50	

Débitos solidários relacionados aos responsáveis Fundação Universa, Eduardo Alves Fayet, Dalmo Antônio Tavares de Queiroz, Rafael Alves Fayet, Empresa - Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda.

Débito (R$)	Data da ocorrência
28.155,00	22/6/2009
17.596,87	15/7/2009
21.116,25	25/8/2009
28.155,00	10/9/2009
17.596,87	22/9/2009
21.116,25	10/12/2009
457.518,75	11/1/2010
457.518,75	13/10/2010
122.736,25	17/12/2010
11.000,00	17/12/2010
1.182.509,99	

Débitos relacionados somente à Fundação Universa:

1) Relativo a pagamentos feitos à Ag1 Turismo Ltda.

Débito	Valor
7.049,39	10/3/2010
2.255,85	10/3/2010
3.807,75	19/3/2010
19.297,91	11/3/2010
248,09	30/3/2010
11.998,92	30/3/2010
7.590,08	30/3/2010
15.809,51	9/4/2010
11.136,23	20/4/2010
7.501,42	30/4/2010
10.784,17	10/5/2010
2.245,06	20/5/2010
25.814,47	28/5/2010
1.081,50	30/5/2010
21.534,50	10/9/2010
301,75	17/9/2010
18.604,95	17/9/2010
17.305,18	17/9/2010
17.140,38	17/9/2010
14.204,90	20/9/2010
28.248,50	13/10/2010
10.596,25	13/10/2010
1.409,44	13/10/2010
12.242,99	13/10/2010
6.348,61	13/10/2010
6.200,65	20/10/2010
5.880,89	20/10/2010
5.688,10	29/10/2010
16.061,94	29/10/2010
10.824,97	10/11/2010
17.045,95	10/11/2010
158.846,09	16/11/2010
13.190,89	19/11/2010
3.832,00	22/11/2010
2.190,00	25/11/2010
12.582,94	1/12/2010
3.405,70	1/12/2010
1.605,55	2/12/2010
149,10	10/12/2010
8.576,95	10/12/2010
19.937,30	10/12/2010
11.256,91	22/12/2010
23.560,74	22/12/2010
672,00	22/12/2010
6.727,74	18/1/2011
5.131,55	18/1/2011
13.000,70	19/1/2011
4.509,48	20/1/2011
860,00	20/1/2011
7.601,38	20/1/2011

2) Relativo a pagamentos feitos à BSB Serviços Cine Vídeo Ltda.

Débito (R$)	Data da ocorrência
128.105,25	17/12/2010
109.804,50	17/12/2010
128.105,25	17/12/2010

3) Relativo a pagamentos feitos à Focus Planejamento e Gestão Ltda.

Débito (R$)	Data da ocorrência
28.155,00	31/1/2011

9.7. aplicar individualmente aos responsáveis Fundação Universa, Humberto Silva Gomes, Dalmo Antônio Tavares de Queiroz, Empresa Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda., Eduardo Alves Fayet, Rafael Alves Fayet, Empresa - Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, conforme tabela a seguir, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos

cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Fundação Universa	200.000,00
Humberto Silva Gomes	100.000,00
Dalmo Antônio Tavares de Queiroz	100.000,00
Empresa Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda.	100.000,00
Eduardo Alves Fayet	110.000,00
Rafael Alves Fayet	110.000,00
Empresa Race Consult - Consultoria Técnica e Representações Ltda.	110.000,00

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.9. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.10. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.11. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis acima nominados;

9.12. informar à Procuradoria da República no Distrito Federal, ao Ministério do Turismo e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.13. informar à Procuradoria da República no Distrito Federal que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4781-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4782/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.067/2009-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20).

3.2. Responsáveis: Álvaro Larrabure Costa Correa (157.550.628-97); Ana Teresa Holanda de Albuquerque (399.406.401-53); Antonio Henrique Pinheiro Silveira (010.394.107-07); Augusto Akira Chiba (002.375.348-00); Bernardino Henrique Morandi Queiroz (115.774.601-20); Célia de Matos Ferreira (255.976.804-63); Cinara Ribeiro Silva Kichel (477.691.140-04); Cristiane Garcia Barbosa (244.563.493-87); Dimas Tadeu Madeira Fernandes (212.168.945-15); Eliane Libanio Brasil de Matos (232.230.813-72); Elizabeth Pompeu de Vasconcelos (205.003.943-34); Francisco Egidio Pelucio Martins (241.383.473-72); Frederico Schettini Batista (645.507.451-34); Gideval Marques de Santana (002.331.963-15); Glauben Teixeira de Carvalho (156.174.244-91); Henrique Jorge Tinoco de Aguiar (169.737.123-04); Jefferson Cavalcante Albuquerque (117.991.533-04); Jorge Antonio Bagdeve de Oliveira (215.565.715-34); Jose Alan Teixeira da Rocha (267.680.113-91); Jose Mauricio de Lima da Silva (204.281.463-68); Jose Valter Bento de Freitas (121.539.313-04); Jose Wanderley Uchoa Barreto (089.924.443-20); Jose Wilkie Almeida Vieira (001.714.923-15); José Alípio Frota Leitão Neto (380.223.893-15); José Andrade Costa (231.476.283-53); José Lucenildo Parente Pimentel (112.680.853-91); João Alves de Melo (002.227.633-53); João Emilio Gazzana (069.947.920-72); João Francisco Freitas Peixoto (090.955.433-15); João Jose Ramos da Silva (124.161.770-87); Lauro Alberto Chaves Ramos (392.496.625-72); Luiz Carlos Everton de Farias (849.845.548-00); Luiz Cesar Muzzi (705.292.647-49); Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva (829.994.657-34); Luiz Sergio Farias Machado (190.029.043-04); Manuelita Falcao Brito (028.552.804-19); Maria Lucia Costa Teles (182.162.264-20); Murilo Francisco Barella (105.876.658-90); Nilde Pereira Sabbat (266.772.021-00); Noel Dorival Giacomitti (150.481.369-34); Oswaldo Serrano de Oliveira (627.672.917-53); Osório Cavalcante Araújo (210.151.553-91); Paulo Henrique Feijo da Silva (772.099.584-87); Paulo Sergio Rebouças Ferraro (211.556.905-91); Pedro Rafael Lapa (075.167.544-04); Porfirio Silva de Almeida (202.878.793-72); Ricardo Massao Matsushima (469.206.848-53); Roberio Gress do Vale (162.876.653-00); Roberta Carvalho de Alencar (202.261.603-00); Roberto Smith (270.320.438-87); Rodrigo Silveira Veiga Cabral (645.519.971-53); Romildo Carneiro Rolim (264.904.043-20); Samia Araujo Frota (167.033.593-34); Sergio Henrique Arruda Cavalcante Forte (112.654.693-34); Sergio Rosa Ferrao (012.434.518-23); Silvio Furtado Holanda (647.672.301-44); Stelio Gama Lyra Junior (112.680.003-10); Vera Maria Rodrigues Ponte (212.540.603-91); Waldir Quintiliano da Silva (044.251.201-59); Zilana Melo Ribeiro (162.836.353-34).

3.3. Recorrentes: Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva (829.994.657-34); Paulo Sergio Rebouças Ferraro (211.556.905-91); Luiz Carlos Everton de Farias (849.845.548-00); Oswaldo Serrano de Oliveira (627.672.917-53); Roberto Smith (270.320.438-87).

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Sirlene Barbosa Barreto (24452/OAB-CE), Julie Spissirits Gomes (24700/OAB-CE) e outros, representando Roberio Gress do Vale; Ademar Mendes Bezerra Júnior (15786/OAB-CE) e Aline Mendes Bezerra Borges Olinda (14852/OAB-CE), representando Eliane Libanio Brasil de Matos; Ademar Mendes Bezerra Júnior (15786/OAB-CE) e Aline Mendes Bezerra Borges Olinda (14852/OAB-CE), representando Celia de Matos Ferreira; Francisco Érico Carvalho Silveira (16881/OAB-CE) e Mario Marrathma Lopes de Oliveira (29699/OAB-CE), representando Luiz Carlos Everton de Farias; Ari Barbosa Ferreira, Célia Maria Rufino de Sousa e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Amanda Chagas Correa Teles (25.429/OAB-CE) e Marcio Christian Pontes Cunha (14471/OAB-CE), representando Maria Lucia Costa Teles; Daniel Lopes Rego (3.450/OAB-PI), representando Roberto Smith; Bruno Queiroz Oliveira (15101-B/OAB-CE), representando Oswaldo Serrano de Oliveira; Bruno Queiroz Oliveira (15101-B/OAB-CE), representando Osório Cavalcante Araújo; Alcimor Aguiar Rocha Neto (18457/OAB-CE), Carolina Cabral Correia (26.866/OAB-CE) e outros, representando Luiz Henrique Mascarenhas Correa Silva; Alcimor Aguiar Rocha Neto (18457/OAB-CE), Carolina Cabral Correia (26.866/OAB-CE) e outros, representando Paulo Sergio Rebouças Ferraro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva (Diretor Financeiro), Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação), Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco), Paulo Sergio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) e Roberto Smith (Presidente) contra o Acórdão 11.775/2018 - TCU - 2ª Câmara, relatado pelo Ministro José Múcio Monteiro, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 3.100/2019-TCU-2ª Câmara, por intermédio do qual o Tribunal julgou irregulares as suas contas, na gestão do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, relativas ao exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 33, da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração dos Srs. Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva, Luiz Carlos Everton de Farias, Paulo Sergio Rebouças Ferraro e Roberto Smith para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração do Sr. Oswaldo Serrano de Oliveira para, no mérito, dar-lhe provimento e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar as suas contas regulares com ressalvas, dando-lhe quitação; e

9.3. comunicar aos recorrentes e aos demais interessados a presente deliberação.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4782-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4783/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.225/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Cleide Maria de Souza Oliveira (496.423.164-04); Evandro Mauro Maciel Chacon (075.172.204-97).

3.2. Recorrentes: Ministério Público de Contas da União; Cleide Maria de Souza Oliveira (496.423.164-04); Evandro Mauro Maciel Chacon (075.172.204-97).

4. Órgão/Entidade: Município de Pesqueira - PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ingrid Rafaielly Cardozo Prudêncio (24.210/OAB-PE) e Veridiana Valenca (31.974/OAB-PE), representando Evandro Mauro Maciel Chacon; Raphael Parente Oliveira (26433/OAB-PE), Antônio José Leão Mendes de Almeida (218689/OAB-SP) e outros, representando Cleide Maria de Souza Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 11.335/2020-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos e, no mérito, dar-lhes provimento, para tornar nulo o acórdão recorrido;

9.2. julgar regulares com ressalva as presentes contas, dando-se quitação aos responsáveis Evandro Mauro Maciel Chacon e Cleide Maria de Souza Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e

9.3. dar ciência desta decisão aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4783-30/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4784/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.073/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Jacy Pinto Averbuch (247.943.684-53).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de aposentadoria de Jacy Pinto Averbuch;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato escoimado da irregularidade apontada, qual seja a vantagem "opção" e à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4784-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4785/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.187/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Especial de Ex-combatente.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Marilene Ramos dos Santos (643.466.337-49).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de Pensão Especial de Ex-combatente instituída por Antonio Ferreira Ramos, vinculado ao Comando do Exército, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato instituído por Antonio Ferreira Ramos, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando do Exército, com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, que:
9.3.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
9.3.2. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004.
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Comando do Exército.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4785-30/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4786/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.661/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Joedes Nonato dos Santos (223.262.001-87); Maria de Fatima Moraes Rocha (121.484.231-34); e Neuza Maria dos Santos Castro (223.300.971-15).
3.2. Recorrentes: Maria de Fatima Moraes Rocha (121.484.231-34); Neuza Maria dos Santos Castro (223.300.971-15); e Joedes Nonato dos Santos (223.262.001-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedidos de reexame interpostos por Maria de Fátima Moraes Rocha, Joedes Nonato dos Santos e Neuza Maria dos Santos Castro contra o Acórdão 9.261/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Maria de Fátima Moraes Rocha, Joedes Nonato dos Santos e Neuza Maria dos Santos Castro para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 9.3.2 do Acórdão 9.261/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. dar ciência ao Tribunal Superior do Trabalho quanto à necessidade de avaliar se Joedes Nonato dos Santos está efetivamente contemplada pela sentença proferida no Processo 1035883-44.2019.4.01.3400, atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, nessa hipótese, dar imediato cumprimento às determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão 9.261/2021-TCU-2ª Câmara, caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia da referida sentença;
9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4786-30/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4787/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.988/2016-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Embargos de Declaração).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Construtora e Incorporadora Nunes e Rodrigues Ltda - Me (06.259.966/0001-24); Pedro Antonio Vilela Barbosa (168.657.314-68).
3.3. Recorrente: Pedro Antonio Vilela Barbosa (168.657.314-68).
4. Órgão/Entidade: Município de São João - PE.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF) e Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal; Carlos Eduardo Otaviano Cabral dos Anjos (23511/OAB-PE), Frederico Hartmann (17107/OAB-PE) e outros, representando Pedro Antonio Vilela Barbosa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Pedro Antônio Vilela Barbosa contra os termos do Acórdão 941/2022-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal apreciou seus embargos de declaração opostos contra o Acórdão 8.210/2021-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto em face do Acórdão 602/2019-TCU-2ª Câmara, de natureza condenatória;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. alertar ao embargante que, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno do TCU, em caso de oposição de novos embargos, esses poderão vir a ser considerados por este Tribunal como meramente protelatórios, e, assim, serem recebidos como mera petição, sem prejuízo de esta Corte, no exame desse novo expediente, também entender pela aplicação de sanção prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, na linha dos precedentes Acórdãos 593/2017, 1.687/2020, 2.001/2020 e 1764/2021, todos do Plenário; e
9.3. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4787-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4788/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.087/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Sidnei Terezinha Vieira de Oliveira Assis (595.401.508-25).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de pensão militar emitido no âmbito do Comando da Aeronáutica,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato instituído por Rubens de Oliveira Assis, negando-lhe o correspondente registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer ao órgão jurisdicionado, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;
9.5. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e à interessada.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4788-30/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4789/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.671/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Lucia da Silva Carvalho (684.823.966-68).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de ex-servidora da Fundação Universidade Federal de São João Del Rei,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal, concedendo-lhe registro, o ato de aposentadoria de Maria Lucia da Silva Carvalho; e
9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e à Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4789-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4790/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.281/2015-2.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessado/Recorrente:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (Caixa) e Ministério das Cidades (extinto).
3.2. Recorrente: Armando Pimentel da Rocha (CPF 611.992.064-15).
4. Unidade jurisdicionada: Município de Camutanga/PE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Substituto André Luis de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação Legal:
8.1. Márcio José Alves de Souza, OAB/PE 5.786 e outros; procuração: peça 21.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Armando Pimentel da Rocha, ex-prefeito de Camutanga/PE (gestões 2005-2008 e 2013-2016), contra o Acórdão 5.958/2021-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas e do Sr. José Trigueiro Silva, condenou-os ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao interessado e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4790-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4791/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.733/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Elaine Gomes de Mello (047.560.907-70); Gercide Joia de Mello (454.254.427-34); Rejane Gomes de Mello (811.640.097-53).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de pensão militar emitido no âmbito do Comando do Exército,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato instituído por Helio Marins de Mello, negando-lhe o correspondente registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer ao órgão jurisdicionado, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;
9.5. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4791-30/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4792/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.662/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sonia Maria Casagrande (611.009.009-34).
3.2. Recorrente: Sonia Maria Casagrande (611.009.009-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por Sonia Maria Casagrande contra o Acórdão 16.605/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Sonia Maria Casagrande e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para tornar sem efeito a determinação exarada no subitem 1.7.2.1 do Acórdão 16.605/2021-TCU-2ª Câmara; e
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região.

10. Ata n° 30/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4792-30/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4793/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Seixas Alves emitido pelo Senado Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;
Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida, de uma forma geral, a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
Considerando que a análise também detectou que os períodos anteriores a 8/4/1998 não são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos na forma concedida, havendo parcelas a maior e que o Senado Federal vem promovendo o reajuste indevido da vantagem de quintos/décimos, no mínimo, desde a edição da Lei 13.302/2016 (que promoveu reajuste na remuneração dos servidores do Senado Federal);
Considerando que é firme o entendimento desta Corte em considrar irregular a incidência do reajuste autorizado pela Lei 13.302/2016 sobre as parcelas de VPNI de quintos e décimos incorporados, pois essa norma não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. O art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997 autoriza a atualização de valores da mencionada vantagem exclusivamente nessa circunstância;
Considerando que o ato em análise foi reajustado pela Lei 13.302/2016, que reajustou apenas as tabelas de vencimentos dos servidores do Senado Federal, não configurando reajuste geral do funcionalismo público, que possibilitaria o reajuste regular das vantagens pessoais;
Considerando que o interessado exerceu função em tempo inferior ao necessário para a concessão nos termos constantes do presente ato, não configurando tempo suficiente capaz de justificar a proporção na forma concedida;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando a presunção de boa-fé da interessada;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Seixas Alves; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-012.853/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Seixas Alves (317.317.321-04).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Senado Federal que:
1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido a incorporação de parcelas em proporção indevida;
1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo tal parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4794/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Cesar da Silva Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.933/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar da Silva Castro (363.060.297-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4795/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.791/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco de Assis Goncalves Wanzeller (094.539.542-68); Gece Otalicio Frota Borges (148.510.400-91); Jose Carlos Rodrigues Conceicao (170.230.845-68).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4796/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.866/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedita Conceicao Silva Santos (196.388.685-20); Gilson Araujo Teixeira (920.481.708-97); Ivonilde Maria Lopes Menezes (247.649.225-68); Joaquim Messias dos Santos (063.589.855-15); Marlene Maria Nascimento Nogueira (065.833.185-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4797/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Gisele Beggo de Menezes Pola, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.963/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Gisele Beggo de Menezes Pola (073.450.948-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4798/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Nilson Dantas da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.984/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nilson Dantas da Silva (110.737.995-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4799/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.013/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Adir Bezerra da Costa Nascimento (224.514.801-06); Ieda Maria de Jesus Reis da Silva (286.965.901-63).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4800/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.038/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abel Salvador de Araujo (149.532.771-04); Claudia Maria da Silva de Souza (480.043.327-49); Elaine Cristina Martins de Souza Souto (895.103.727-49); Maria Jacenta de Souza Sobrinho (161.767.582-20); Maria de Margarida Lopes de Souza (233.716.682-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4801/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.135/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Magno Viana Sobreira (172.688.933-53); Ariete Aparecida de Souza (353.826.276-49); Jefferson de Paula Dias (259.673.041-34); Silvio Rayol Aranha (029.850.392-15); Wilma da Silva Nicacio (153.995.594-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4802/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Carlos Chagas Bueno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.202/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Chagas Bueno (802.007.968-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4803/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maira Buss Thofehrn, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.213/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: (464.526.050-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4804/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria de Nazare Marques Rodrigues, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.224/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Nazare Marques Rodrigues (149.521.302-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4805/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.256/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Ferreira Corradi (403.885.306-34); Evandro Rui Barbosa (137.309.246-72); Luiz Antonio Queiroz (231.968.666-53); Norisvaldo Felipe de Oliveira (639.111.916-34); Valcir Pereira Cerqueira (377.690.226-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4806/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antenor Joao da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.275/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antenor Joao da Silva (145.627.741-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4807/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.284/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Apolonia Maria Tavares Nogueira (425.174.517-53); Reijane Maria Cardoso da Silva (152.969.383-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4808/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.306/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Euripedes de Oliveira Marinho (161.078.026-49); Isabel Honoria Faria Silva (360.766.276-20); Maria de Lourdes da Silva (459.730.836-91); Maura Maria de Oliveira (196.458.996-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4809/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.309/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Deusina Rodrigues Bizerra (231.246.012-20); Edna Lucia Soares Lima Martins (182.744.122-49); Francinete de Sousa Silva (106.341.262-53); Maria Judithe Lohmann (560.015.922-68); Maria Ribamar Costa dos Anjos (145.651.022-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4810/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.316/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Arliete Rodrigues da Silva (041.761.112-91); Maria Jose Carvalho Ramos (210.158.212-00); Rosalina Gomes da Costa (092.617.372-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4811/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Manoel Fernandes de Oliveira Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.377/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Fernandes de Oliveira Filho (039.287.304-44).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4812/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.397/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson Carvalho da Silva (721.724.367-04); Eliane Ribeiro Bueno (847.395.257-04); Manoel Machado da Ascenção (351.351.827-72); Rosana Célia Medeiros de Souza (895.148.587-00); Valmir de Souza Lima (183.568.775-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4813/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.449/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelia Reis Cintra (697.027.488-87); Aida Maria Vieira Pereira (755.746.407-91); Joao Batista da Conceicao (750.514.607-63); Juparan Antonio dos Santos (624.507.517-34); Ronaldo da Silva Mendes (548.980.137-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4814/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.469/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Carvalho de Rezende (123.959.006-72); Francisco Carlos de Carvalho Marinho (510.562.676-15); Jose Ricardo Queiroz Franco (249.296.976-20); Pedro Lucio Lithg Pereira (252.931.096-34); William Ricardo de Sa (276.549.316-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4815/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do

TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.508/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia Sa de Moura (749.964.527-49); Maria de Fatima Monteiro Menezes (636.947.867-91); Maria de Fatima Pelosi Camara (756.042.567-49); Miguel Gouvea Filho (612.494.757-91); Rosangela dos Santos Lima (639.877.677-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4816/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Julieta de Araujo Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.567/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Julieta de Araujo Moraes (180.889.022-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4817/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Cicera Fernandes Ferreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.571/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cicera Fernandes Ferreira (350.745.586-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4818/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.801/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: George Eduardo Sales Valadao (355.008.406-49); Katia Aparecida de Souza (594.795.316-15); Maria Rosaria Martins de Souza Magalhaes (600.182.756-72); Mario Sergio Conrado Brescia (316.681.866-91); Nanci Cristina Xavier (550.249.046-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4819/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.839/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Luzia Martins (183.442.752-53); Maria das Gracas Borges Guillen (028.267.042-49); Maria das Gracas Dantas da Silva (080.233.602-72); Sebastiao Leonel Magalhaes (025.014.142-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4820/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato aposentadoria de Adalcyr Cunha de Souza emitido pelo Ministério da Economia, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990 - não obstante o direito à aposentadoria ter sido implementado antes da publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998), em decorrência de não ter havido o implemento dos requisitos do art. 193 da Lei 8.112/1990 até 18/1/1995 (cinco anos consecutivos ou dez anos interpolados no exercício de função);

Considerando o entendimento deste Tribunal, explicitado por meio do Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra-Relatora Ana Arraes), de que os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, podem acrescer aos proventos de inatividade, deferidos com base na remuneração do cargo efetivo, o valor da função de confiança ou a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, de forma não cumulativa, em razão da vedação contida no § 2º do próprio art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, a exemplo do paradigmático Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário, a jurisprudência pacificada do TCU condiciona, entre outros fatores, o pagamento da vantagem "opção" ao implemento, até a data de 18 de janeiro de 1995, dos pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 (Acórdãos 2076/2005 e 1.599/2019, rel. Ministro Benjamin Zymler, do Plenário; 16703/2021, rel. Benjamin Zymler, da Primeira Câmara; e 18558/2021, rel. Raimundo Carreiro, e 19024/2021, rel. Bruno Dantas, da Segunda Câmara);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, que a concessão da vantagem de "quintos" ou "décimos" está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998 (os períodos anteriores a 8/4/1998 são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos);

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Adalcyr Cunha de Souza, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-023.478/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adalcyr Cunha de Souza (026.243.894-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Economia que:
1.7.1. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela "opção", ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
1.7.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4821/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a atos de pensão civil, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip não detectaram irregularidades nas pensões civis instituídas por Celso Lemos Rosal Filho e Dirceu Mattos Pereira;

Considerando que a pensão civil instituída por Jorge de Carvalho em favor de Thaíssa Dib de Carvalho deixou de ser paga em razão da maioridade da beneficiária, cabendo, por esse motivo, considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato;

Considerando que os atos das pensões instituídas por Heleno Tomé da Silva e Pedro Marçal de Assis foram enviados ao Tribunal há mais de cinco anos;

Considerando, com relação a pensão instituída por Heleno Tomé da Silva, o fato de o ex-servidor ter se aposentado por invalidez permanente com proventos integrais, em 17/3/2000, e instituído pensão a partir de 1/11/2016 com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC 41/2003, e atualizados com base nos índices do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sem levar em conta as disposições da EC 70/2012, que acrescentou à EC 41/2003 o art. 6º-A e determinou expressamente a revisão da forma de reajuste das aposentadorias motivadas por invalidez e das respectivas pensões, para que tais benefícios passassem a observar o critério da paridade, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação da referida EC;

Considerando que no âmbito do Acórdão 122/2021-TCU-Plenário, de relatoria do eminente ministro Walton Alencar Rodrigues, o TCU, por unanimidade, acolheu o entendimento quanto: ao registro tácito do ato de concessão de aposentadoria, de reforma ou de pensão após cinco anos de sua remessa ao TCU; à revisão de ofício daqueles que estiverem eivados de ilegalidade, em análise não exauriente, no prazo de 5 anos, com base no art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, em perfeita consonância com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553/RS;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento com fundamento no artigo 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

a) considerar legais e conceder o registro dos atos iniciais de pensão civil instituída por Celso Lemos Rosal Filho e Dirceu Mattos Pereira;

b) considerar a apreciação do ato de alteração de pensão instituída por Jorge de Carvalho prejudicada por perda de objeto;

c) considerar tacitamente registrados os atos iniciais das pensões instituídas por Heleno Tomé da Silva e Pedro Marçal de Assis;

d) remeter os autos à Sefip para que seja iniciada, em autos apartados, a revisão de ofício do registro tácito do ato de Pedro Marçal de Assis, levando em conta, para tanto, as irregularidades identificadas nestes autos;

e) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e aos interessados.

1. Processo TC-003.868/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Zelia de Araujo Assis (357.745.921-20); Nathan de Araujo Silva Rosal (032.213.971-60); Neuza Rosa da Silva (310.057.131-20); Thaissa Dib de Carvalho (061.233.991-28); Yonne Hauer Pereira (859.869.417-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Com fulcro no art. 260, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Superior Tribunal de Justiça que emita outro ato inicial de pensão instituída por Heleno Tomé da Silva, com a aplicação da EC 70/2012, e o submeta à nova apreciação por este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 4822/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Silvana Aparecida Uehara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.357/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Silvana Aparecida Uehara (404.700.759-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4823/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Francisca de Sousa de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.533/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Francisca de Sousa de Oliveira (376.068.831-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4824/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Jorge Simoes de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.713/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jorge Simoes de Souza (038.782.441-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4825/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Licia Gomes dos Santos de Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.725/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Licia Gomes dos Santos de Castro (504.688.635-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4826/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Maria Dalva Fonseca Guilherme da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.175/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Dalva Fonseca Guilherme da Silva (091.662.463-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4827/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.489/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Laura Andrea de Miranda Mariath da Costa (590.979.302-00); Luiz Felipe Vidigal de Miranda Mariath (115.757.511-00); Rosana Maria Vidigal de Miranda Mariath (287.355.954-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4828/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificada, em 3/3/2022, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 664/2022-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/2/2022-Telepresencial, inserido na Ata nº 4/2022-2ª Câmara, a interessada somente compareceu aos autos em 21/3/2022, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;
Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (Quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;
Considerando, paralelamente, que a interessada não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, ex vi do disposto no art. 32, parágrafo único, do aludido Regimento;
Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Débora Cristhiane Souza Aquino da Silva, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-015.492/2020-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Debora Cristhiane Souza Aquino da Silva (552.903.021-15); Ossos do Ofício - Confraria das Artes (05.286.859/0001-22).
1.2. Recorrente: Debora Cristhiane Souza Aquino da Silva (552.903.021-15).
1.3. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Richeliau Rouky Regis Raulino (12761/OAB-RN), representando Debora Cristhiane Souza Aquino da Silva.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4829/2022 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçú (Incep) e de sua presidente, Sra. Mabel de Bonis Almeida Simões, em razão de irregularidade na execução do Convênio 1.425/2010, registro Siconv 748248/2010 (peça 1, pp. 108-144), que teve por objeto a implementação do Projeto intitulado "Fortalecer o segmento de turismo religioso brasileiro utilizando 05 (cinco) destinos brasileiros como modelo de estruturação de produtos turísticos religiosos".
Considerando que o Acórdão 10.907/2016-TCU-2ª Câmara (peça 24), relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, fixou novo e improrrogável prazo para que os responsáveis comprovassem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida, no valor de R$ 702.500,00, atualizada monetariamente, aos cofres do Tesouro Nacional;
Considerando que, quando notificados, os responsáveis providenciaram tempestivamente a devolução do montante devido, ao tempo em que informaram a existência de ganhos gerados com aplicação financeira a partir dos valores originalmente recebidos e questionaram sobre como proceder em relação à situação;
Considerando que, após análise do pleito, a unidade técnica concluiu que os valores deveriam ser devolvidos ao Erário, com a devida atualização monetária, sob pena de haver locupletamento de recursos públicos, com fundamento no art. 12, parágrafo único, do Decreto 6.170/2007;
Considerando que, após nova citação, os responsáveis informaram o TCU sobre a impossibilidade de devolução dos recursos naquele momento, em razão de estarem seus ativos financeiros bloqueados por decisão judicial da 6ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proferida no âmbito de Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa impetrada pela Advocacia-Geral da União - AGU para apurar possível dano ao erário decorrente de irregularidades cometidas no convênio objeto desta TCE;
Considerando que, ante a impossibilidade de recolhimento do débito, por fatores alheios à vontade dos responsáveis, e possível contrariedade ao princípio non bis in idem, haja vista a ação judicial em trâmite, sobrestei o presente processo por meio de despacho à peça 52;
Considerando a posterior decisão judicial determinando a extinção do referido processo judicial, nos termos do art. 16, §9º, da Lei 8.429/1992, e a devolução dos recursos repassados pelo MTur corrigidos monetariamente procedida pelos responsáveis, esta Corte, por meio do Acórdão 6.965/2021-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, levantou o sobrestamento dos autos e determinou que o Banco do Brasil transferisse ao Tesouro Nacional o saldo existente na conta específica do convênio em apreço (Agência 3598, atualmente Agência 3476-2, e Conta Corrente 38.800-9), encaminhando a este Tribunal o correspondente comprovante da transação;
Considerando que, em expedientes encaminhados a este Tribunal (peças 64, 70 e 81), o Banco do Brasil informou que os responsáveis ainda detêm poderes para movimentar a referida conta corrente e que o montante de R$ 102.753,74 se encontra atualmente bloqueado devido a novas determinações judiciais ocorridas em 17/9/2021 e 12/11/2021, referentes aos processos 41465-47.2016.4.01.3400 (mesmo processo do bloqueio anterior) e 0003605-07.2019.4.01.3400 (referente a execução de título extrajudicial), que tramitam na 6ª e 11ª Vara Federal do TRF da 1ª Região, respectivamente (peça 78, pp. 1-4);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 17, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU c/c o art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, e em consonância com os pareceres emitidos nos autos, em tornar insubsistente o item 1.7.1 do Acórdão 6.965/2021-TCU-2ª Câmara e sobrestar as presentes contas, até o desbloqueio da conta corrente do Convênio Siconv 748248/2010 (Agência 3476-2, Conta Corrente 38.800-9), sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-017.743/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçú - Incep (03.638.112/0001-60); Mabel de Bonis Almeida Simões (878.979.897-04).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Thadeu Gimenez de Alencastro (31.021/OAB-DF), Antonio Luiz Barbosa de Alencastro (44.100/OAB-DF) e outros, representando Mabel de Bonis Almeida Simões.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçu e à Sra. Mabel de Bonis Almeida Simões que somente será dada quitação na presente Tomada de Contas Especial quando o valor ainda pendente na conta corrente do Convênio Siconv 748248/2010 for integralmente devolvido aos cofres públicos;

1.7.2. encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peças 83-84) à Advocacia-Geral da União e aos Juízes titulares da 6.ª e da 11.ª Vara Federal do TRF da 1ª Região, com referência aos processos judiciais 41465-47.2016.4.01.3400 e 0003605-07.2019.4.01.3400, respectivamente, solicitando-lhes que encaminhem eventuais decisões a serem proferidas naqueles processos ao TCU, citando como referência o TC 017.743/2014-1;

1.7.3. encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica aos responsáveis e demais interessados.

ACÓRDÃO Nº 4830/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.441/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Florisvaldo Moreira Santos (109.532.215-04); Jose Cardoso dos Santos (183.713.535-53); Sonia Maria da Silva Ribeiro (094.867.395-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4831/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.688/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alcir Francisco da Silva (606.094.197-49); Jose Pedro da Silva (332.935.209-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4832/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.713/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alice Clara Rodrigues Mendes (474.878.956-53); Luci Maria Sant Ana Dusse (327.134.876-68); Maria do Carmo Borges Mayorga (899.880.196-53); Selma Ambrozina de Moura Braga (195.012.776-15); Virgilio Augusto Fernandes Almeida (130.465.196-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4833/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.714/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alfeu Inacio da Silva (391.058.496-91); Ana Maria Correa (277.998.166-00); Everton Carlos Siviero do Vale (280.933.056-53); Ram Avraham Mandil (521.653.296-04); Regina Jesuina Pereira Cardoso (591.370.966-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4834/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.807/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmen Veronica Mendes Abdala (279.843.111-53); Maria das Gracas Oliveira (239.163.701-20); Paulo Manuel de Macedo (151.844.801-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4835/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.820/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luis Claudio Pereira Leivas (012.276.027-15); William Roberto Gomes Soares (118.974.140-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4836/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.850/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lidia Margarida dos Santos (232.132.809-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4837/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.907/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Izidio Jose da Cruz (173.074.224-68); Jose Sergio Fernandes (365.839.607-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4838/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.991/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Benedito Pessoa Virgolino (086.789.951-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4839/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.994/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson Jorge Pacheco (966.946.887-68); Floriano Lopes de Carvalho (313.614.551-87); Jair Campelo de Siqueira (049.821.695-00); Jose Almeida da Silva (042.262.592-20); Rubem Paulo de Carvalho Patury Filho (144.961.351-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4840/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.043/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Adelma Maria da Silva (193.377.794-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4841/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.074/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio da Silva Sobrinho (232.652.646-53); Carlos Roberto Borges (476.053.917-49); Carlos da Silva Reis (241.013.896-91); Deuzete de Carvalho (265.079.436-49); Hugo Filho Alkmim Marques (368.755.546-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4842/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.176/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rizodalva Marcelos de Souza (719.786.237-04); Rosane Santos Caruso de Oliveira (876.117.677-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4843/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.227/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcina Frederica Nicol de Oliveira (800.705.317-49); Elisabeth Lampe (533.431.827-53); Fernanda Pimentel de Melo (548.697.494-91); Heleny Maria Costa de Almeida (636.496.247-53); Susana Maciel Wuillaume (199.800.190-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4844/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.228/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Adela Danieli de Oliveira (581.572.806-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4845/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.276/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Daflon Gomes Fraiz (672.740.727-49); Ana Lucia Bezerra de Martin (271.716.553-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4846/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.358/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dimas da Costa Marques (217.015.804-97); Edivaldo Alves dos Santos (664.570.768-15); Jose Antonio Dornelles de Oliveira (241.342.280-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4847/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.382/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cornelio Medeiros Pereira (029.406.578-40); Jose Moacyr Tenorio de Deus (133.446.844-34); Lourival Lopes Batista (128.139.581-15); Ricardo Luiz Sichel (827.642.127-04); Vladimir Pereira Oliveira (387.149.650-20).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4848/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.383/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Danusia Lucinda Farage de Gouveia (327.057.191-72); Manoel Tiburcio da Silva Neto (221.637.271-49); Maria Jose Rodrigues Grangense Pereira Nunes (358.506.201-68); Mauro Ribeiro de Souza (252.494.010-15).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4849/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.414/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agenor Barbosa Duarte (144.420.605-25); Maria da Conceicao Souza (330.731.205-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4850/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.444/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz Soares (235.749.416-68); Canrobert Borges da Silva (212.464.836-53); Maristela Rodrigues Abreu (478.289.946-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4851/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.504/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Celia Virginia Cabral Nunes (109.657.932-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4852/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.513/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evandro Liandro Batista (073.133.573-20); Francisco Humberto do Vale (667.648.408-06); Maria Lucia dos Reis Barbosa (275.683.423-87); Rocicler do Nascimento Silvino (295.053.643-34); Valdenia Lucia Batista dos Santos (232.145.033-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4853/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.524/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Deusdete Rocha Brandao (108.165.775-87); Licia Maria Santos Araujo (168.570.975-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4854/2022 - TCU - 2ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Patricia de Andrade Cabral.
Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;
Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;
Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;
Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Patricia de Andrade Cabral, negando o respectivo registro; e fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC 012.767/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Patricia de Andrade Cabral (021.677.835-23).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.1.2. dê ciência da presente deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 4855/2022 - TCU - 2ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Francimara Campos Pereira Soares.
Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;
Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;
Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;
Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Francimara Campos Pereira Soares, negando o respectivo registro; e fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC 012.794/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Francimara Campos Pereira Soares (031.632.843-02).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.1.2. dê ciência da presente deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 4856/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.608/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Francisco da Rocha Sousa (499.246.051-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4857/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.639/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Gomes da Silva (860.154.784-20); Fernando Ferreira Chavante (481.456.964-53); Joana Deyse Lucena da Silva (976.474.203-30); Leonardo do Nascimento Elias (613.565.653-87); Rodrigo Augusto de Queiroz Pessoa (600.416.193-40).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4858/2022 - TCU - 2ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Eduardo Cesar de Oliveira Figueiredo.
Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;
Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;
Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;
Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Eduardo Cesar de Oliveira Figueiredo, negando o respectivo registro; e fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC 014.029/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Cesar de Oliveira Figueiredo (069.144.776-47).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.1.2. dê ciência da presente deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4859/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar instituída pelo Sr. Francisco de Caninde Nunes em favor da Sra. Maria Aparecida Ferreira Nunes (cônjuge do instituidor), emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou que o instituidor foi reformado por limite de idade de permanência na reserva, com proventos com base no soldo de Segundo Tenente;

Considerando que posterior reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos para o posto/graduação de Primeiro Tenente, sendo que o primeiro ato encaminhado ao TCU foi apreciado pela ilegalidade por meio do Acórdão 9.025/2020-TCU-1ª Câmara, uma vez que tal majoração não possui previsão legal e está em desacordo com o Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, segundo o qual a majoração de reforma somente é possível para militares da ativa ou reserva;

Considerando que, nestes autos, embora o ato informe que os proventos correspondem ao posto de 2º Tenente, em consulta aos contracheques, verifica-se que a UJ permanece pagando os proventos de pensão com base no posto de 1º Tenente;

Considerando que essa irregularidade repercute sobre os proventos de pensão militar.

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao presente ato de pensão militar, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC 009.645/2022-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria Aparecida Ferreira Nunes (319.396.787-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Comando da Aeronáltica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em benefício da interessada, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4860/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.663/2022-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Claudia Maria Goulart Sabino Viana (959.623.366-15); Ivanize Basilio Santos (300.658.014-15); Ivany Bazilio da Silva (390.093.434-72); Ivonete Basilio dos Santos da Cunha (362.812.634-72); Josefina Valeria Bezerra Rodrigues da Silva (415.902.284-72); Karyne Albino Novaes (071.069.284-61); Maria do Socorro Santos (127.690.534-34); Monica Acatauassu Bittencourt (823.571.537-68); Patricia Diamantina Goulart Sabino de Souza (959.623.526-53); Tania Regina Azevedo (932.123.219-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4861/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar instituída pelo Sr. Oriovaldo Ribeiro da Rosa, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou que o instituidor foi reformado por limite de idade de permanência na reserva, com proventos com base no soldo de Capitão;

Considerando que posterior reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos para o posto/graduação de Major;

Considerando que tal majoração não possui previsão legal e está em desacordo com o Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que permite a majoração de reforma somente para militares da ativa ou reserva;

Considerando que essa irregularidade repercute sobre os proventos de pensão militar;

Considerando que uma das beneficiárias, Giseuda Jorge de Oliveira Ribeiro (cônjuge), faleceu em 04/07/2017, e que há ato de reversão de sua pensão para duas filhas, além da manutenção da pensão de Roberta Kelly Coelho Ribeiro, que já consta como beneficiária no presente ato;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé das interessadas no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao presente ato de pensão militar, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC 010.545/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ismalia Jorge Ribeiro Honfi (160.735.924-34); Roberta Kelly Coelho Ribeiro (012.540.334-83); Roberta Kelly Coelho Ribeiro (012.540.334-83); Valeria Jorge Ribeiro Carneiro (160.462.774-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Comando de Exército, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.1.3. promova o recálculo dos valores atualmente pagos a título de pensão militar com base no posto/graduação incorreto, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, em face de manifesta ilegalidade.

1.7.1.4. emita novo ato de concessão de pensão militar em benefício das interessadas, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4862/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.484/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Jenilde Boveda de Oliveira (558.295.621-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4863/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar instituída pelo Sr. Nilmar Cornelsen em favor da Sra. Maria de Fatima Herculano Cornelsen (cônjuge do instituidor) e da Sra. Monik Cornelsen Sampaio Lima (filha), emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou que o instituidor foi reformado na ativa contando com 17 anos de serviço com proventos com base no soldo de 2º Sargento;

Considerando que posterior reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos para o posto/graduação para 2º Tenente;

Considerando que tal majoração não possui previsão legal e está em desacordo com o Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que permite a majoração de reforma somente para militares da ativa ou reserva;

Considerando que essa irregularidade repercute sobre os proventos de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao presente ato de pensão militar, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC 012.974/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Maria de Fatima Herculano Cornelsen (881.555.447-53); Monik Cornelsen Sampaio Lima (053.803.158-10).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Comando da Aeronáutica, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em benefício das interessadas, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4864/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar instituída pelo Sr. João Baptista em favor da Sra. Simone Oliveira Baptista (filha do instituidor), emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou que o instituidor foi reformado com proventos com base no soldo de Sub Tenente;

Considerando que posterior reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos para o posto/graduação para Primeiro Tenente;

Considerando que tal majoração não possui previsão legal e está em desacordo com o Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que permite a majoração de reforma somente para militares da ativa ou reserva;

Considerando que essa irregularidade repercute sobre os proventos de pensão militar.

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé da interessada no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao presente ato de pensão militar, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC 013.881/2022-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Simone Oliveira Baptista (586.172.649-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao COMANDO DO EXÉRCITO, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de pensão militar em benefício da interessada, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4865/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis; e dar ciência desta deliberação às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.528/2020-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)

1.1. Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia (385.346.061-53); Antônio Maria Amorim Barra (038.678.702-68); Astrogildo Fraguglia Quental (010.513.538-07); Giselia da Silva (390.708.590-68); Gleide Almeida Brito (104.799.102-00); Hiromi Cristina Santos Doi (688.514.481-91); Jairez Elói de Sousa Paulista (059.622.001-44); Jose Humberto de Souza (113.184.651-68); José Antonio Muniz Lopes (005.135.394-68); José Orlando Cintra (627.744.688-68); João Vicente Amato Torres (835.931.107-25); Luiz Fernando Rufato (212.135.006-30); Luiz Henrique Hamann (302.332.599-53); Marisete Fatima Dadald Pereira (409.905.160-91); Pedro Paulo da Cunha (813.693.957-87); Rafaelo Abritta (490.600.151-34); Roberto Parucker (341.724.249-53); Rodrigo Parente Vives (770.124.371-20); Sebastião Caetano Belém (081.237.301-44); Vilmos da Silva Grunvald (081.952.002-06); Willamy Moreira Frota (077.141.652-00); Wilson Fernandes de Paula (154.440.906-00); Wilson Pinto Ferreira Júnior (012.217.298-10).

1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.6. Representação legal: Maria Paula Camargo de Freitas, Suelaine Brandao Caldas Sena e outros, representando Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4866/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em atestar, em razão da determinação do item 9.3 do Acórdão 830/2019-TCU-2ª Câmara (rel. min. Ana Arraes), que o saldo do ano de 2012, no valor de R$ 13.570,00 (treze mil quinhentos e setenta reais), existente na conta específica para movimentação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Japaratinga/AL, foi reprogramado para uso no exercício subsequente; e dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao ente municipal, de acordo com os pareceres da SecexTCE (peças 131-132) e do MPTCU (peça 134), emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.884/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.952/2020-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 015.953/2020-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (010.024.804-77).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Japaratinga - AL.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Henrique Correia Vasconcellos (8.004/OAB-AL), Eduardo Luiz de Paiva Lima Marinho (7.963/OAB-AL) e outros, representando Bruno Gustavo Araújo Loureiro.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4867/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.480/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivanir Martins de Oliveira (503.559.027-53); Janio Iuri Antunes da Silva (707.161.457-15); Lucia Cristina Dantas Shpielman (932.101.757-72); Maria da Penha Saraiva (566.107.344-53); Ondina Lucia Ceppas Resende (607.270.637-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4868/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.697/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Erauto Teixeira da Silva (113.532.602-91); Oliveira Soares Galego (203.503.091-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4869/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.709/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Tinarelli (204.149.001-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4870/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.760/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vera Lucia Leandro da Silva (154.024.011-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4871/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.763/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elvira Antunes Torres (118.623.511-04); Enilton Jorge de Oliveira (088.288.493-04); Guiomar Sartori (825.920.478-91); Jose Augusto Coutinho de Oliveira (250.410.707-25); Katia Lusia Gomes Torrao (390.722.827-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4872/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.765/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Araken da Silva Araujo (112.829.243-20); Arlete da Silva Andrade (051.265.092-68); Ilton Ferreira da Silva (072.053.683-91); Joao Carlos de Sales (401.772.469-87); Marajoara Silva (018.070.418-40).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4873/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.812/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Magno Correa Moreira (332.303.746-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4874/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.819/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Helcio Luiz Apostolico Junior (039.489.238-09).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4875/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.931/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aneth Dias Mendes (074.668.202-63); Cristina Cezario Soares Melo (199.717.452-91); Deusimar Pereira da Silva (149.832.492-49); Luzia Rufino de Souza (100.183.952-87); Maria Aparecida Dias da Silva (231.246.522-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4876/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.932/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Duperron Farias de Vasconcelos (031.149.022-00); Jossara Oliva Rodio Mesquita (163.991.372-68); Vania Alves Marinho Lima (201.153.502-68); Zenilda Macena dos Santos (383.635.852-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4877/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.941/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Argemiro Henrique de Lima (115.140.512-49); Francisco Domizabio Braz (106.717.062-68); Jose Bezerra de Araujo Neto (243.993.531-04); Raimundo Nonato Araujo Maia (143.094.082-49); Rosa Rodrigues Barbosa (113.463.612-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4878/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.946/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Loila Aparecida Rodrigues (449.306.406-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4879/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.969/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Jose Heck Weiller (229.565.060-72); Antonio Edmar Ribeiro de Arruda (227.560.271-20); Jose Ferreira da Silva (041.760.144-15); Rosangela dos Santos da Silva (386.336.637-91); Saulo Antonio Garcia (547.436.569-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4880/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.008/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz Gomes Penido (293.990.766-87); Julio Mendes (476.330.006-78); Luzia Rosa Vieira (323.370.006-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4881/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.030/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Marlene Soares de Mendonca (188.786.104-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4882/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.041/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hilda Christ Botelho (225.840.301-44); Indiara de Fatima Esteves (293.523.470-72); Suely de Souza Oliveira (618.146.017-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4883/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.047/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edilene Gomes da Silva (320.878.964-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4884/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.060/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rute Ferreira Costa (270.985.676-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4885/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.099/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Liete da Gama Silva (084.556.512-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4886/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.110/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Aires Goncalves Silva (072.982.772-00); Manoel de Medeiros Lira (199.629.834-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4887/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.208/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Napoleao Nunes Maia Filho (016.480.983-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4888/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.250/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademario Doutto da Silva (294.882.145-20); Adilson de Souza Guimaraes Santos (094.659.955-68); Eulina Coelho de Novais (042.119.525-87); Helio Ferreira Brito (243.911.156-20); Roberto Pimentel Magalhaes Goncalves (099.398.225-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4889/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.331/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carminda Gomes Padilha (220.352.904-06); Jose Antonio Lira (214.150.994-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4890/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.360/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Lino de Oliveira (187.983.304-20); Maria das Gracas Pinto (310.972.274-72); Mona Mirella Mesquita Costa (480.126.454-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4891/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.429/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ribeiro de Souza (370.717.859-53); Jose Augusto Reis (094.269.495-34); Jovito Moreira da Silva (145.870.765-20); Marialva Vaz Sampaio dos Santos (128.450.865-04); Reinivaldo Miguel da Costa (179.555.995-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4892/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.430/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ailton Andrade dos Santos (163.035.715-49); Almir da Cunha Bastos (152.283.635-72); Antoniel Moreira Pereira (118.788.275-53); Antonio Carlos Camandaroba (070.894.145-15); Ildeu Viana de Souza (179.555.645-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4893/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em

considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.437/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosangela Maria Rimolo Ribeiro Marques (656.550.367-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4894/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.460/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lidia Maria Pessoa Ramos (123.334.684-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4895/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.506/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriana Felix de Oliveira (687.229.824-34); Marilanda Soares do Nascimento (476.743.934-53); Silvana Correia de Mendonca (399.731.314-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4896/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.531/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cristina Maria de Oliveira Melo (823.398.567-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4897/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.555/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldinar Fernandes Ferreira (176.405.551-91); Antonio Augusto Antunes Maciel (079.167.281-68); Lourenco Sebastiao da Rocha (206.562.971-15); Pedro Luiz Sinohara (161.899.901-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4898/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.559/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ligia Guimaraes Telles (057.035.495-15); Neuza de Carvalho Simoes (040.976.615-15); Osorio Jose de Oliveira Filho (020.187.305-25).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4899/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.791/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Carlos de Macedo Burger (201.577.469-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4900/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.606/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aurea Dayse Cosmo da Silva (891.266.702-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4901/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.337/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisco Martins Neto (053.479.393-20); Janio Silva de Medeiros (108.618.584-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4902/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.396/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Alice Oliveira Barros (060.110.261-41); Bruna da Silva Ferreira (057.506.541-92); Maria Ivonete Lima Sousa (214.879.011-00); Maria Santissima de Souza da Conceicao (553.940.601-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4903/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.401/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Raimunda Gomes Mendes (149.727.782-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4904/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.896/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Lisia Dolabela Pimenta (201.073.236-72); Geralda Irailde de Almeida Dolabela (504.367.166-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4905/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.925/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Marta Maciel Monteiro (668.055.117-04); Sueli Maciel Monteiro Aguiar (004.625.927-90).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4906/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.218/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aparecida Lagares Caixeta (122.981.661-53); Arlecia Camilo Garcia (499.145.451-49); Luciene Nicoletti Garcia de Abreu (064.642.128-00).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4907/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.739/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Costa Monteiro (CPF 016.918.722-53); Dielma de Paula Ferreira (CPF 226.358.582-68); Gervásio Vilhena Pereira (CPF 016.927.122-68); Maria Elizabete Abdon Moreira Silva (CPF 272.688.102-53) e Valdenor Guedes Soares (CPF 032.636.732-20).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4908/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.933/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedita Braga Dias (CPF 127.014.832-04); Gledes Luz da Silva (CPF 341.444.472-00); Jorge Edson Costa da Silva (CPF 136.779.932-53); Maria Nogueira Damasceno (CPF 209.457.282-04) e Marivaldo Jardim Lobato (CPF 106.224.972-00).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4909/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.962/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sandra Cristina Citeli Garcia (CPF 062.073.588-05).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4910/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.033/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Murilo Silva de Oliveira (CPF 708.962.677-68); Paula Serenario Fausto de Souza (CPF 823.687.167-34); Sueli da Silva Carvalho Ferrares (CPF 609.039.457-20); Vertuliano Gonçalves Figueira (CPF 355.341.927-04) e Wagner Luiz Dias (CPF 369.629.537-04).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4911/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.035/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Lúcia de Oliveira (CPF 528.899.717-91); Célia Regina Machado (CPF 352.233.247-49); Itacilda Pinto Soares (CPF 494.997.347-91); Luiz Carlos da Fonseca (CPF 015.785.507-42) e Walmir Adão do Nascimento (CPF 411.078.027-68).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4912/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.053/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Célia Pereira de Souza (CPF 383.223.233-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4913/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.096/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Durbin Alina Mota Seixas Alves (CPF 304.774.257-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4914/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.114/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Ecilda Lima Ellery (CPF 169.304.603-20) e Júlia Angélica Pessoa Coelho (CPF 073.762.513-91).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4915/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.142/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cândida Maria Santana (CPF 248.315.732-72); Cira Ferreira da Cunha (CPF 203.251.262-91); Jaqueline Eler de Aguiar (CPF 365.620.507-82); Jerônimo Vieira Dantas (CPF 250.854.254-72) e Nei Candaten (CPF 308.356.070-20).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4916/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.177/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fabrício Penna Dias (CPF 982.916.616-34).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4917/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.200/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlene Gomes Heleno Ferreira (CPF 553.018.866-49).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF - Sudeste - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4918/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.205/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Balthazar Lopes Noronha (CPF 013.208.608-50); Irisnei Leite de Andrade (CPF 334.338.441-00); Joana D Arc Alves Barbosa Vaz de Mello (CPF 182.316.911-20); Simone Souza de Lacerda Marinho (CPF 391.166.204-10) e Vânia Rons Lamor Pinheiro (CPF 149.695.481-53).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União - AGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4919/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.211/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Manuel Marques Marinho (CPF 021.300.252-34); Maria Salete Silva de Melo (CPF 202.017.532-00) e Sebastião de Melo Carneiro (CPF 111.408.952-49).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4920/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.221/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luciane Heim (CPF 497.223.520-91); Mirian Alves Prestes (CPF 259.812.850-87); Paulo Henrique Ribeiro (CPF 724.981.967-49); Paulo Raimundo Ribeiro de Freitas (CPF 284.465.006-63) e Vânia Regina Tura Ferreira (CPF 518.994.690-87).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4921/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.223/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aline Beatriz Buchhno (CPF 744.882.950-53); Janete Sales de Sousa (CPF 011.679.948-09); Jorge Luiz Sant Anna (CPF 143.087.705-72); Maria Arlete Binotto Savegnago (CPF 323.463.520-04) e Sueli Maria Antunes da Silva (CPF 362.197.117-34).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4922/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.230/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geruza Candido dos Santos (CPF 141.113.904-63).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4923/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.232/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvia Rolemberg de Souza Oliveira Araújo (CPF 186.883.575-87).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4924/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.238/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gianna Maria Griz Carvalheira (CPF 442.666.504-34); Jose Carlos de Almeida (CPF 525.224.828-15) e Luiz Evangelista Barbosa (CPF 001.732.148-43).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4925/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.252/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Nabuco Figueiredo (CPF 118.539.995-04); Jose Euclides de Souza (CPF 180.888.725-53); Lourdemeire Mendes de Jesus (CPF 072.805.645-34); Maria Cristina de Barros Pires (CPF 132.885.125-72) e Sílvio Roberto Menezes de Araújo (CPF 091.027.875-04).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4926/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.268/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elias Pedro de Oliveira (CPF 373.313.538-53); João Batista Furtuna (CPF 044.695.852-20) e João Caitano (CPF 112.023.511-15).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4927/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.272/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivanete Dantas de Jesus (CPF 155.438.975-53); Ivanildo Correia da Silva (CPF 154.988.165-53); Jose Abrantes dos Santos Cruz (CPF 138.301.635-68) e Jose Augusto Santos (CPF 155.127.705-00).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4928/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.288/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Júlio Gomes da Silva (CPF 169.024.674-04) e Severino Afonso Neto (CPF 179.493.944-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4929/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.291/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Augusto César de Almeida (CPF 101.966.681-15); Maria de Jesus Melo Morais (CPF 305.144.951-20); Reginaldo Lourenco da Silva (CPF 275.427.691-20); Rita de Cássia de Aguiar Fassanaro (CPF 225.104.432-91) e Ruy Edson dos Santos Neves (CPF 135.255.902-10).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4930/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.307/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônia Oliveira da Silva (CPF 201.111.502-72); Brasilisia Alves Oliveira (CPF 100.264.362-72); Cristovam Barbosa Ferreira (CPF 134.415.582-00); Ernestina Luís de Lima (CPF 323.204.002-06) e Nara Amélia de Matos Mendes (CPF 112.294.972-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4931/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.323/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Geralda Martins Barbosa (CPF 203.582.372-20); Márcia Oliveira Santos Fraga (CPF 044.205.958-25); Maria Odilia Rocha da Silva (CPF 060.744.992-68); Maria da Conceição Rodrigues Castro (CPF 115.245.452-87) e Maria das Dores Ribeiro (CPF 139.636.352-15).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4932/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.348/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mariza Santos da Silva (CPF 253.890.764-00).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4933/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.365/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Bosco Rodrigues Boaventura (CPF 035.759.002-30); Lúcia Alcântara Dias Cordeiro (CPF 176.865.712-20) e Sílvia Regina Fernandes das Neves (CPF 414.314.729-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4934/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.379/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nazareno Pereira da Silva (CPF 118.552.232-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4935/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.381/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Hosana Cláudia Barbosa Borges (CPF 473.478.214-87) e Tânia Eliane Medeiros Houly (CPF 384.704.384-68).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4936/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.402/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Antônia Vilma Duarte da Silva (CPF 219.977.483-04); Dilcelea Guimarães da Mota (CPF 411.568.467-49) e Maria Liduina Torres Lima (CPF 369.197.057-53).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4937/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.410/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arnaldo Rodrigues de Oliveira (CPF 034.825.706-63) e Josué de Jesus Assis Freire (CPF 266.215.766-68).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4938/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.425/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cleide da Silva Barbosa Freire (CPF 112.831.902-06).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4939/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.427/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adélio de Almeida Ribeiro (CPF 114.996.485-53); Antônio Luiz de Cerqueira Carvalho (CPF 099.503.975-53); Eduardo Jorge Santos Argolo (CPF 192.297.985-68); Enise Oliveira da Silva (CPF 354.174.045-00) e Francisco Nunes de Queiroz (CPF 106.224.975-53).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4940/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.440/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Artur Emílio de Souza (CPF 390.382.896-34); Benedita Siqueira Barros (CPF 267.746.826-34); Carlos Alberto Santos Barbosa (CPF 284.021.626-49); Edmar Jose de Andrade Santos (CPF 411.580.086-00) e Vera Lúcia Nunes Guglielmelli (CPF 491.095.706-59).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4941/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.505/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Rosa Dias Batista (CPF 308.709.501-00).
1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4942/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.528/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Francisca de Medeiros Barbosa (CPF 343.330.611-72); Maria Elisabeth do Livramento (CPF 220.611.851-34); Vera Lúcia dos Santos Machado (CPF 202.934.290-49) e Zizelia Pereira Ornelas (CPF 047.652.811-91).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4943/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.562/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luís Antônio Rosa Seixas (CPF 462.585.079-72) e Paulo Pereira Martins Junior (CPF 404.348.508-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4944/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.570/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Fátima Oliveira Laurentino (CPF 411.057.454-49).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4945/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.802/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Mailce Maria Mendonça Mendes (CPF 617.653.256-68); Marília Aparecida de Souza (CPF 611.060.116-00) e Mônica Fonseca de Souza Castro (CPF 375.392.996-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4946/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.845/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ângela Maria Dias Fernandes (CPF 412.960.607-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4947/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.302/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto de Ornelas (CPF 770.426.038-34).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4948/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.425/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Bittencourt da Silva (CPF 017.256.200-73).
1.2. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4949/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.582/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Eunice Alves de Oliveira (CPF 595.410.912-53); Josefa da Conceição Silva (CPF 966.496.824-20); Kelly Maria Zanini (CPF 938.069.571-34); Rebeca de Alencar Silva (CPF 946.446.322-87) e Sara Moreira Soares (CPF 706.898.302-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4950/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.871/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Hélio Taveira Adorno (CPF 124.466.701-30).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4951/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.321/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Tomas de Moura Lara Resende (CPF 152.410.251-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE - DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4952/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.365/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ulisses Barbosa Mendonca (CPF 004.140.774-15).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4953/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.428/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rojane Reis de Carvalho (CPF 906.134.906-06).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4954/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.603/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Eli Martins (CPF 429.652.689-87) e Maria Martins Cardoso (CPF 593.443.429-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT - SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4955/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.054/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Angélica Lopes Ubaldo (CPF 935.062.287-49).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4956/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro o ato de concessão de pensão militar relacionada no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.481/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Joaselly da Conceição Aparecida Turman (CPF 012.553.237-79) e Jurema de Fátima Turman Tuchanski (CPF 859.830.809-97).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4957/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.997/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Célia Maria Marques dos Santos (CPF 030.884.087-98); Cleber Marques Rodrigues (CPF 007.379.584-48); Ladjane Rodrigues Augusto (CPF 451.639.104-00); Ladjane Rodrigues Augusto (CPF 451.639.104-00); Lilian Marques Rodrigues (CPF 007.379.614-06); Lucicleide Silva Rodrigues (CPF 451.639.014-00); Lucicleide Silva Rodrigues (CPF 451.639.014-00); Ludmila Marques Rodrigues (CPF 007.379.634-41); Nivalda Silva Rodrigues (CPF 888.301.794-34) e Nivalda Silva Rodrigues (CPF 888.301.794-34).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4958/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.920/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Márcia Raposo de Almeida (CPF 600.139.159-91); Ana Paula Raposo de Almeida (CPF 670.540.649-68); Cleusa Mara Wolsky Carneiro (CPF 590.069.009-15); Elisa Vidal Furtado (CPF 038.672.669-80); Isolene de Braga (CPF 592.279.589-91); Janete Wolsky (CPF 590.069.199-34); Lucemerie dos Santos Gonçalves (CPF 586.722.229-20); Lucilene Santos Alves de Siqueira (CPF 901.779.759-20); Lucinéia dos Santos Kostetzer (CPF 512.013.059-34); Lucinete dos Santos (CPF 026.341.299-71); Maria Eunice de Sousa de Almeida (CPF 036.754.289-74); Nanci Terezinha Wolsky (CPF 568.066.639-15) e Selma Regina Wolsky (CPF 799.001.279-00).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4959/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.910/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Terezinha de Jesus Alves da Silva de Moraes (CPF 817.111.314-15).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4960/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) em desfavor de Clodoir Luciano Lago, como então prefeito de Ibirapuitã - RS (gestão: 2009-2012), além da Matt Construtora Ltda. como empresa contratada, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados por meio do Termo de Compromisso n.º 307/2010 (Siafi 662130) firmado para a "recuperação de estradas e pontes em diversas localidades do município de Ibirapuitã/RS" sob o valor original de R$ 800.000,00 em recursos federais, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 5/8/2010 a 30/7/2011, com a sucessiva prorrogação até 25/1/2012;

Considerando que, a partir do Relatório Tomada de Contas Especial n.º 20/2020 (Peça 144), o tomador de contas teria assinalado a cogitada responsabilidade solidária pelo dano ao erário sob o valor original de R$ 87.190,13 diante do suposto superfaturamento na aplicação dos recursos federais transferidos sob o valor de R$ 87.160,68 e do indevido pagamento de tarifas bancárias sob o valor de R$ 29,45;

Considerando, contudo, que, no âmbito do TCU, ao avaliar as suscitadas irregularidades, a Secex-TCE anotou a insubsistência do cogitado dano ao erário diante de falhas nas premissas utilizadas pelo tomador de contas para a quantificação do correspondente débito, além do transcurso do prazo em mais de dez anos desde a execução do objeto pactuado;

Considerando que, após a análise final do feito (Peças 153-155), a Secex-TCE propôs o arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito do feito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo; tendo o MPTCU anuído a essa proposta, sem prejuízo de anotar o seu adicional parecer sobre a prescrição nos processos do TCU (Peça 157);

Considerando, enfim, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em promover o arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito do feito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-003.573/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Clodoir Luciano Lago (CPF 461.969.780-04); e Matt Construtora Ltda. (CNPJ 00.220.982/0001-27).

1.2. Entidade: Município de Ibirapuitã - RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, aos indicados no item 1.1 deste Acórdão, para ciência; e

1.7.2. promover o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169 do RICTU.

ACÓRDÃO Nº 4961/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulado pela Security Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda., nos termos do art. 87, § 2º, da Lei n.° 13.303, de 2016, sobre os indícios de irregularidade na Licitação Eletrônica 64/ADLI-3/Sede/2022 conduzida pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária para a contratação dos serviços auxiliares de transporte aéreo em proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita, incluindo, entre outros itens, a inspeção de pessoas, pertences e bagagens, com a varredura na área dos aeroportos, o controle de acesso às áreas controladas e restritas, sob o valor estimado de R$ 59.444.991,97, tendo o certame sido homologado sob o valor de R$ 48.599.620,33, com R$ 23.254.710,82 para o Aeroporto Santos Dumont em favor da Karuana Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, além de R$ 25.344.909,78 para o Aeroporto de Congonhas em favor da Top Lyne Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo;

Considerando que a presente representação pode ser conhecida pelo TCU, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica sugeriu a improcedência da presente representação, com o subsequente prejuízo ao referido pedido de cautelar suspensiva, promovendo o arquivamento do processo;

Considerando, todavia, que não caberia ao TCU atuar como mera instância recursal em face da decisão tomada anterior e originalmente pela administração pública no referido certame;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de promover o conhecimento da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada diante da indevida tentativa de transformar o Tribunal em mera instância recursal no referido certame;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, anotando como prejudicado, por conseguinte, o correspondente pedido de cautelar suspensiva, por perda de objeto, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-016.005/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Security Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. (CNPJ 12.415.356/0001-75).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Kayro Ycaro Alencar Soares (OAB-DF 50.202), entre outros, representando a Security Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para ciência; e

1.7.2. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4962/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) sobre os indícios de irregularidade no Convite n.º 12/2015 e no Pregão Presencial n.º 6/2015 conduzidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR) em face do suposto favorecimento a empregado do CAU-PR e à sua empresa nos aludidos certames;

Considerando que a Selog teria assumido a autoria da presente representação diante da relevância e materialidade das supostas falhas, já que o originário representante não teria apresentado a adequada identificação (Peças 1 a 3);

Considerando que o TCU pode conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito (Peças 72 e 73), a unidade técnica teria sugerido o conhecimento da presente representação para, no mérito, anotá-la como parcialmente procedente, sem prejuízo de promover o envio de ciência preventiva e corretiva ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná sobre as falhas identificadas nos aludidos certames;

Considerando, então, que, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos no presente processo, o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, deixando de promover a persecução das eventuais penalidades em desfavor dos responsáveis ante a ausência de identificação do consequente dano ao erário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotar a sua parcial procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.8 deste Acórdão:

1. Processo TC-039.703/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC 008.323/2022-4 (Solicitação).

1.2. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.3. Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná (CAU-PR).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Selog.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Providências:

1.8.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva para que, nos termos do art. 9º da Resolução TCU n.º 315, de 2020, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR) abstenha-se, doravante, de incorrer nas falhas ora detectadas no presente feito e, especialmente, nas seguintes falhas:

1.8.1.1. aceitação de atestados de capacidade técnica em nome de proprietário da empresa licitante, como ocorrido no Pregão Presencial n.º 6/2015, pois não teria o amparo no art. 30, II, da Lei n.º 8.666, de 1993, nem contribuiria para a plena escolha da proposta mais vantajosa em prol da administração pública, contrariando o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 1993;

1.8.1.2. alegação de emergência em dispensa de licitação sem a devida comprovação, contudo, da situação emergencial, como ocorrido na Dispensa de Licitação n.º 4/2015, até porque a suposta emergência tenderia a resultar da ausência do adequado planejamento por parte do CAU-PR, tendo em vista que o recebimento do imóvel adquirido pelo aludido conselho, ao fim de setembro de 2015, não figuraria como situação imprevisível capaz de autorizar a dispensa emergencial da licitação, contrariando a jurisprudência fixada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 645/2007-Plenário;

1.8.1.3. contratação direta após a única tentativa de obter as três propostas válidas, como ocorrido na Carta-Convite n.º 12/2015 com a subsequente Dispensa de Licitação n.º 5/2015, em dissonância com a Súmula n.º 248 do TCU;

1.8.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR), para ciência e efetivo cumprimento do item 1.8.1 deste Acórdão; e

1.8.3. promover o arquivamento do presente processo, nos termos do art.169 do RITCU.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 43 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 5 de setembro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

AUGUSTO NARDES
Na Presidência

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EXTRATO DA ATA DA 260ª SESSÃO ORDINÁRIA

(Processo nº 08189.000176/2022-36. Homologação critérios de escolha DPGF - Biênio 2023/2025. Interessados: Membros da Comissão Eleitoral e Apuradora para a eleição do Defensor Público Geral Federal - Biênio 2023/2025) Após pedido de vista do Exmo. Dr. Edson Rodrigues Marques, e debates acerca do Edital destinado ao processo eleitoral para escolha DPGF - Biênio 2023/2025, o Conselho decidiu pela readequação do documento em relação à capacidade eleitoral ativa, de modo que no art. 9º, §1º do Edital passe a constar o termo "ativos" em lugar de "em exercício". Ainda, conforme deliberado, o Conselho determinou a readequação dos prazos previstos para que a votação ocorra nos dias 5 e 6 de outubro. Por fim, Conselho homologou Edital para escolha do DPGF - Biênio 2023/2025. Encaminhe-se à Comissão Eleitoral para providências necessárias à urgente publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 529-CJF, DE 3 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a alteração do calendário de sessões do Plenário do Conselho da Justiça Federal estabelecido pela Portaria CJF n. 501, de 31 de agosto de 2022.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da delegação de competência constante da Portaria CJF n. 407, de 5 de agosto de 2021, e, ainda, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 0003072-33.2021.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Alterar para o dia 19 de setembro de 2022, às 14h, a sessão ordinária presencial do Plenário do Conselho da Justiça Federal prevista para o mês de setembro no art. 1ª da Portaria CJF n. 501, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUIZ FEDERAL DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4.070, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 6717/2022, resolve:

Art. 1º. Transformar 2 (duas) funções comissionadas de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO GAB-FC05, 1 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC05 e 1(uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC04 da SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA em 3 (três) funções comissionadas de ASSISTENTE-FC02, vinculando-as à DIVISÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS e DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E INTEGRIDADE.

Art. 2º. Criar a DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS, vinculando-a à SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA;

Art. 3º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA-CJ1, vinculando-o à DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS;

Art. 4º. Criar a DIVISÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, vinculando-a à SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA;

Art. 5º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA-CJ1, vinculando-o à DIVISÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS;

Art. 6º. Criar a DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E INTEGRIDADE, vinculando-a à SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA;

Art. 7º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA-CJ1, vinculando-o à DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E INTEGRIDADE;

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na publicação de 01/09/2022, DOU nº 167 - Seção 1 pág. 184, na Resolução nº 1.471 de 16/08/2022, em seu artigo 1º, onde consta, Homeopatia Veterinária, lê-se Oftalmologia Veterinária.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS

RESOLUÇÃO CRCAL Nº 326, DE 5 JULHO DE 2022

Aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCAL e no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas.

O presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a Resolução CRCAL Nº 280, de 22 de setembro de 2017, e Resolução CRCAL Nº 310, de 07 de maio de 2021 e Resolução CRCAL Nº 325, de 29 de abril de 2022, que dispõem sobre a reformulação do Plano de Cargos e Salários do CRCAL; Considerando que a natureza autárquica do CRCAL impõe a instituição de um Plano de Cargos e Salários; Considerando a necessidade de uniformização de procedimentos para a avaliação e remuneração dos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas; Considerando a existência de salários não condizentes com os cargos exercidos; Considerando a divergência de atribuições para a função exercida, como também a necessidade da criação de alguns cargos e funções; Considerando que o cenário de competitividade do mercado exige modernas estruturas de gestão, objetivando promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados; Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários, funciona como instrumento básico e fundamental para adoção e execução de uma Política de Recursos Humanos, e proporciona maior flexibilidade para a utilização integral de contingente humano; Considerando que os empregados do CRC/AL escolheram trabalhar numa Organização que tem por finalidade o registro e fiscalização do exercício da profissão contábil e, quanto maior a proficiência e utilidade do serviço prestado, maior será a necessidade do Conselho em manter este profissional competente; Considerando a necessidade realizar adequações com vistas a aplicar a legislação vigente, a qual norteia a administração dos funcionários dos Conselhos de Classe, bem como, observar os princípios inerentes à Administração Pública, com o intuito de aprimorar as atividades do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas, no estrito cumprimento de seus objetivos institucionais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas, mediante a observância das regras e condições estabelecidas no anexo desta resolução;

Art. 2º A administração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários ficará a cargo da Vice-Presidência de Administração e Planejamento, com a ciência dos atos pela Diretoria Executiva, sendo ambas, vedado promover modificações estruturais no PCCS, transferências, reenquadramentos ou promoções de qualquer natureza sem que haja expressa aprovação da Presidência e do Plenário do CRCAL:

Art. 3º Esta Resolução deverá ser publicada na Imprensa Oficial, disponibilizando a integra de suas disposições no portal da transparência do sítio do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas;

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções CRCAL Nº 280, de 22 de setembro de 2017, e Resolução CRCAL Nº 310, de 07 de maio de 2021 e Resolução CRCAL Nº 325, de 29 de abril de 2022.

JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF4/SP Nº 152, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Normatiza os procedimentos para pagamento de diária, auxílio representação, verba de representação e gratificação por presença, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso X, artigo 43º, e:

CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiros do Sistema CONFEF/CREFs possui caráter de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que aos Conselheiros Efetivos e Suplentes do CREF4/SP podem ser atribuídas tarefas de representação não previstas no rol de competências estabelecidas na Lei nº 9.696/1998;

CONSIDERANDO que os Conselheiros e os Profissionais de Educação Física convocados não exercem atividades meramente administrativas, mas sim funções públicas e políticas de representatividade;

CONSIDERANDO que, para o exercício dessas funções honoríficas os Conselheiros se afastam das suas atividades laborativas remuneradas, deixando de cumpri-las, no todo ou em parte, daí tendendo a suportar prejuízos irreparáveis para si e sua família;

CONSIDERANDO que, para o exercício dessas atribuições para os quais são designados, nomeados ou convocados, os Conselheiros e Profissionais de Educação Física integrantes do Sistema CONFEF/CREFs necessitam despender recursos com despesas não indenizáveis por meio de diárias;

CONSIDERANDO que as diárias, auxílio representação e verba de representação possuem caráter indenizatório, geradas a partir de circunstâncias distintas determinantes sendo a gratificação de presença à reuniões deliberativas do Plenário e da Diretoria, cujo pagamento é feito por dia de reunião e condicionado a comprovação de comparecimento presencial ou virtual;

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza os Conselhos Profissionais a normatizar a concessão de diárias, jetons, e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO as premissas fixadas na Auditoria de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) n. TC 036.608/2016-5 do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO que os mandatos dos conselheiros integrantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais são honoríficos, sem vínculo empregatício;

CONSIDERANDO que o cumprimento da finalidade institucional Conselhos Profissionais exige, o deslocamento de conselheiros, funcionários e colaboradores;

CONSIDERANDO resolução CONFEF nº. 439/2022 que realizou estudo dos valores com base na realidade de cada estado;

CONSIDERANDO a deliberação da 264ª Plenária Ordinária do CREF4/SP, de 03 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º - A concessão de diária, auxílio representação e gratificação por presença, no âmbito CREF4/SP, ficam regulamentados por esta Resolução.

DAS DIÁRIAS

Art. 2º - Entende-se por diária a indenização paga aos Conselheiros, Delegados, integrantes do quadro de pessoal do CREF4/SP e representantes e/ou colaboradores eventuais, quando em efetivo exercício, por despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana, do domicílio ou da sua sede respectiva.

Parágrafo único - Considera-se efetivo exercício quando os Conselheiros, Delegados, integrantes do quadro de pessoal e representantes e/ou colaboradores eventuais designados pelo CREF4/SP, atenderem convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário e quando em atendimento a função ou representação delegada pela Diretoria ou Plenário do CREF4/SP.

Art. 3º - As diárias serão concedidas por dia de afastamento da origem, destinando-se a indenizar as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, nos termos da tabela I do Anexo I desta Resolução.

§ 1º - Os valores das diárias serão concedidos em 50%, nos seguintes casos

I - sempre que o afastamento não exigir pernoite fora da sede ou do domicílio;

II - no dia de retorno à sede ou domicílio de origem;

III - quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem.

§ 2º - O valor da diária será reduzido em 10% quando o CREF4/SP fornecer o transporte.

Art. 4º - As diárias serão pagas de uma só vez.

Parágrafo Único- Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, serão concedidas as diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada a prorrogação.

Art. 5º - O pagamento de diária é cumulável com o pagamento de gratificação por presença.

DO AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Art. 6º - Entende-se por auxílio representação a indenização por despesas com alimentação e locomoção urbana, quando as mesmas ocorrerem na mesma região metropolitana onde têm domicílio ou exercício.

Art. 7º - Os Conselheiros, Delegados, integrantes do quadro de pessoal do CREF4/SP e representantes e/ou colaboradores eventuais designados pela Diretoria do CREF4/SP, quando no efetivo exercício, que participarem de reunião ou evento de interesse do Conselho, na mesma região metropolitana onde têm exercício e/ou residam, farão jus à percepção de auxílio representação, não acumulável com a diária, não podendo ultrapassar 01 (um) auxílio por dia, em valores fixados na Tabela II do Anexo I desta Resolução.

§ 1º - Os integrantes do quadro de pessoal do CREF4/SP não farão jus ao auxílio representação quando a locomoção for fornecida pelo CREF4/SP.

§ 2º - O valor do auxílio representação será reduzido em 10% quando o CREF4/SP fornecer o transporte.

Art. 8º - O recebimento das importâncias correspondentes ao auxílio representação fica condicionado à comprovação da efetiva participação em eventos externos, sendo desnecessária a comprovação dos gastos efetuados.

Art. 9º - O auxílio representação não pode ser pago cumulativamente com a diária.

Parágrafo Único: O pagamento de auxílio representação é cumulável com o pagamento de gratificação por presença.

DA GRATIFICAÇÃO POR PRESENÇA

Art. 10 - A gratificação por presença será paga pela participação dos conselheiros regionais de forma presencial ou virtual nas reuniões deliberativas do Plenário e da Diretoria, limitado a um por dia, não podendo ultrapassar o total de 10 (dez) por mês, com base nos valores fixados Tabela IV do Anexo I desta Resolução.

Art. 11 - Aos conselheiros efetivos, e suplentes convocados é devido o pagamento de gratificação por presença, pela efetiva participação nas reuniões plenárias ordinárias ou extraordinárias, ou ainda nas reuniões de Diretoria, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções.

Art. 12 - Os conselheiros suplentes, quando participarem das reuniões deliberativas em substituição aos conselheiros efetivos farão jus a gratificação por presença, quando devidamente convocados.

DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 13 - Será devida a verba de representação aos Conselheiros Regionais pela prática de atividades político-representativas, destinada à indenização dos meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções em encontros presenciais ou virtuais.

§ 1º - É vedado o pagamento de verba de representação em eventos presenciais dentro do estado de São Paulo.

§ 2º - Os encontros virtuais poderão ser indenizados com a verba de representação, independentemente do local de realização.

§ 3º - A verba de representação poderá ser paga ainda a representantes expressamente convocados, nomeados ou designados para tal fim pela Diretoria do CREF4/SP.

Art. 14 - Para o pagamento da verba de representação, observar-se-á os valores correspondentes a um dia de atividade representativa, nos termos da Tabela III do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único - Não será concedida verba de representação de forma presencial cumulativamente com verba de representação em ambiente virtual.

Art. 15 - O pagamento dos valores descritos no artigo anterior, resta limitado ao número máximo mensal de 09 (nove) verbas de representação.

Parágrafo Único - O pagamento de verba de representação, dada a especialidade da circunstância, é de natureza indenizatória, devendo ser comprovada mediante apresentação de relatório para cada atividade designada do Conselheiro ou representante ao CREF4/SP, atestando o cumprimento da atividade/função que lhe foi confiada, sendo desnecessária a comprovação dos gastos efetuados.

Art. 16 - O recebimento das importâncias correspondentes a verba de representação fica condicionado à comprovação da efetiva participação no evento, sendo desnecessária a comprovação dos gastos efetuados.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - O pagamento de diárias, auxílio representação e verba de representação fica limitada a 20 (vinte) mensais ao Conselheiro Presidente, 16 (dezesseis) mensais aos Conselheiros integrantes da Diretoria e 12 (doze) mensais aos Conselheiros, respeitado os limites de cada verba.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF4/SP.

Parágrafo Único - O pagamento das verbas estabelecidas nesta Resolução será justificado através de relatórios de atividades externas, atas de reuniões e listas de presença, nas quais restem registradas a presença do beneficiário e a relação direta entre a função por este exercida, a atividade desempenhada, as finalidades estatutárias do CREF4/SP e relatório fotográfico, respeitadas as peculiaridades de cada caso.

Art. 19 - O pagamento das Diárias, Auxílio Representação, Verba de Representação, ficam condicionados à aprovação da Diretoria do CREF4/SP respeitando a dotação orçamentária vigente.

Parágrafo Único: As requisições de diárias, auxílio representação, verba de representação e gratificação por presença deverão ser realizadas de forma eletrônica em sistema disponibilizado pelo CREF4/SP com assinatura eletrônica na forma da Medida Provisória 983 de 2020 e Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sem prejuízo da utilização de formulário físico em caso de indisponibilidade do sistema.

Art. 20 - Quando a atividade for em outro Estado da federação e houver autorização da Diretoria, caberá ao CREF4/SP providenciar e custear a despesa do transporte interestadual.

Art. 21 - O requisitante da Diária, Auxílio Representação ou Verba de Representação responderá como ordenador da despesa, cabendo ao Presidente em conjunto com o Tesoureiro, apenas o encaminhamento da solicitação para o Departamento Financeiro, a quem cabe o procedimento de liquidação da despesa.

§ 1º - Quando o beneficiário da Diária, Auxílio Representação ou Verba de Representação for o Presidente ou o Tesoureiro o encaminhamento da solicitação se dará pelo Primeiro Vice-Presidente e pelo Segundo Tesoureiro, respectivamente, ou quem os suceder na forma do estatuto do CREF4/SP.

§ 2º - Caberá ao Departamento Financeiro no procedimento de liquidação da despesa prevista no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, observar se a requisição cumpre os requisitos previstos nessa Resolução e na portaria que a regulamentar, emitindo ordem de pagamento na forma do art. 64 Lei nº 4.320/1964 e Portaria CREF4/SP nº 3255/2021.

Art. 22 - O ocupante de cargo em comissão só fará jus ao recebimento de diária nos seguintes casos:

I - Quando a atividade exigir pernoite fora do local de lotação.

II - Para atividade dentro do Estado de São Paulo que não exija pernoite, realizada fora do local de lotação, quando o CREF4/SP não fornecer o transporte.

III - Em viagem interestadual com ou sem pernoite.

Art. 23 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

ANEXO I

TABELA I
DOS VALORES DA DIÁRIA

Função	Valor
Conselheiro, Delegados, Representantes	R$ 920,00
Empregados	R$ 410,00

TABELA II
DOS VALORES DO AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Função	Valor
Conselheiro, Delegados, Representantes	R$ 460,00
Empregados	R$ 230,00

TABELA III
DOS VALORES DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Forma	Valor
Representação de forma presencial	R$ 1.500,00
Representação de forma virtual	R$ 460,00

TABELA IV
DOS VALORES DA GRATIFICAÇÃO POR PRESENÇA

Reuniões Deliberativas do Plenário e Diretoria	R$ 460,00

RESOLUÇÃO CREF4/SP Nº 153, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a adoção do Sistema de Deliberação Remota em reuniões do Plenário e Diretoria do CREF4/SP

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso X, artigo 43º, e:

CONSIDERANDO a necessidade de modernização das formas de participação dos Conselheiros, compatíveis com as novas ferramentas de vídeo chamadas (videoconferência) instaladas e configuradas;

CONSIDERANDO que a vídeo chamada permite o acesso de ambientes remotos em múltiplos dispositivos, como smartphones, tablets, computadores e notebooks;

CONSIDERANDO que a pandemia do Covid-19 revelou a funcionalidade dos métodos eletrônicos de trabalho e deliberação;

CONSIDERANDO que a adoção de sistema virtual ou híbrido de trabalho é realidade no mundo corporativo, público e judicial;

CONSIDERANDO que a adoção do sistema virtual ou híbrido gera economicidade aos cofres públicos, sem prejuízo a qualidade do trabalho desenvolvido;

CONSIDERANDO a deliberação da 264ª Plenária Ordinária do CREF4/SP, em 03 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º - As reuniões da Plenária e da Diretoria do CREF4/SP, além da forma presencial, poderão ser realizadas de forma híbrida ou exclusivamente virtual, mediante a adoção Sistema de Deliberação Remota.

§ 1º - Entende-se como votação e discussão remota a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que concilie a presença física dos Conselheiros em Plenário e em Diretoria.

§ 2º - A adoção de reunião exclusivamente virtual é medida excepcional que deverá estar devidamente justificada.

§ 3º - Entende-se como reunião híbrida aquela realizada de forma presencial com a participação de conselheiros de forma virtual através de solução tecnológica que permita a votação e discussão remota.

Art. 2º - Às reuniões de Plenário ou de Diretoria realizados de forma híbrida ou virtual aplicam-se às regras regimentais pertinentes às reuniões plenárias presenciais.

Parágrafo Único: Nas reuniões híbridas o quórum será verificado com a soma dos presentes e dos participantes de forma remota.

Art. 3º - Os julgamentos dos processos e recursos poderão ser realizados nas reuniões virtuais e híbridas do Plenário e da Diretoria.

Parágrafo Único: As defesas orais nos processos em julgamento pelo Plenário poderão ser realizadas de forma virtual.

Art. 4º - Durante as reuniões virtuais de Plenário ou da Diretoria os conselheiros deverão observar os seguintes procedimentos:

I - Adoção de plataforma digital de videoconferência única, indicada pelo CREF4/SP;

II - Permanência online no período da reunião, com a câmera ligada para fins de registro de imagens;

III - Registro do voto, quando requerido;

IV - Disposição, a suas expensas, de mobiliários, espaço físico, equipamentos, infraestrutura tecnológica e de comunicação adequada.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

